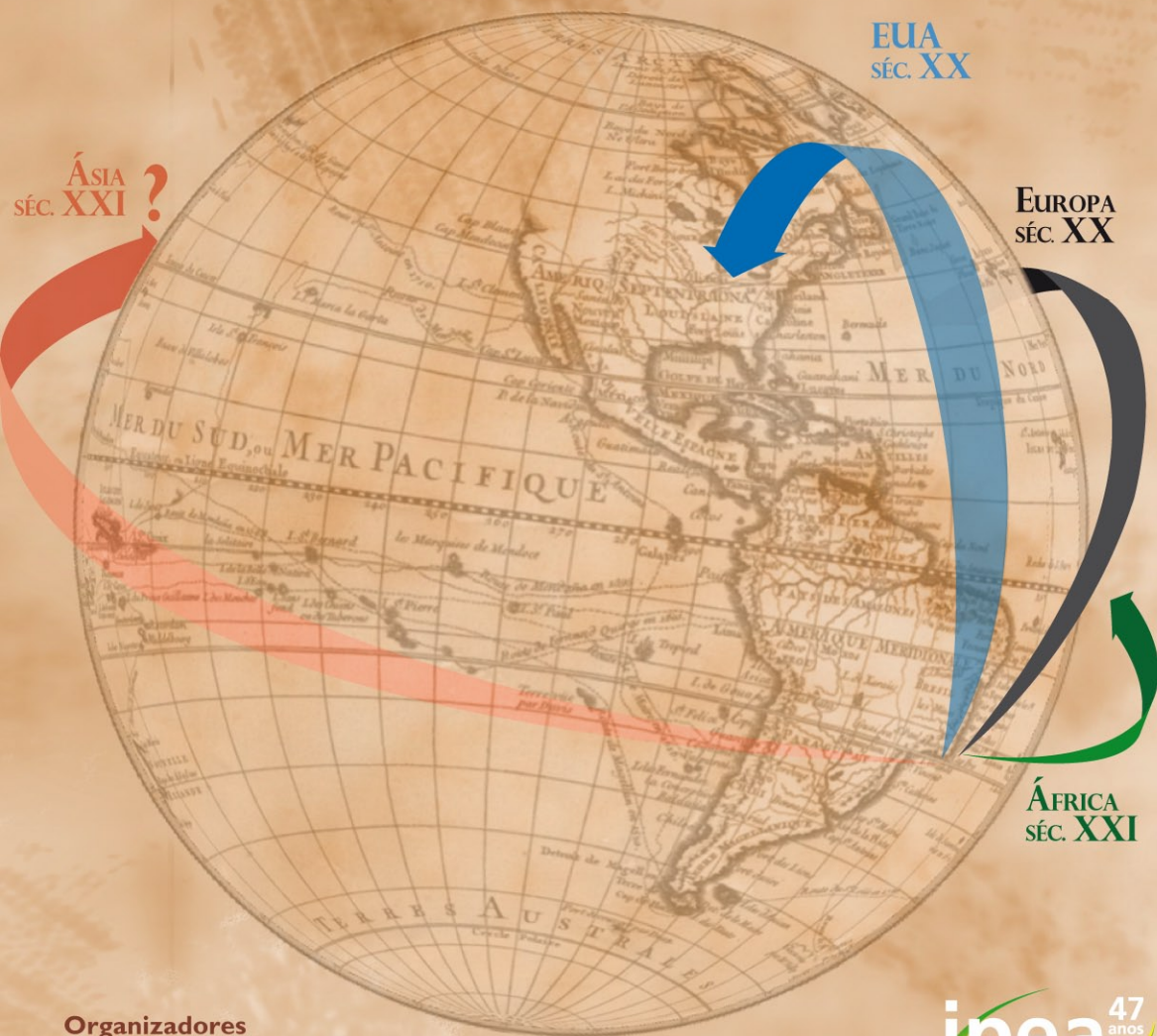


PROSPECTIVA, ESTRATÉGIAS E CENÁRIOS GLOBAIS

VISÕES DE ATLÂNTICO SUL, ÁFRICA LUSÓFONA, AMÉRICA DO SUL E AMAZÔNIA



Organizadores

Luciana Acioly

Rodrigo Fracalossi de Moraes

ipea 47
anos
Por um Brasil desenvolvido

PROSPECTIVA, ESTRATÉGIAS E CENÁRIOS GLOBAIS

VISÕES DE ATLÂNTICO SUL, ÁFRICA LUSÓFONA,
AMÉRICA DO SUL E AMAZÔNIA

CICLO DE DEBATES

Organizadores

Luciana Acioly
Rodrigo Fracalossi de Moraes

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, Substituto

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

PROSPECTIVA, ESTRATÉGIAS E CENÁRIOS GLOBAIS

VISÕES DE ATLÂNTICO SUL, ÁFRICA LUSÓFONA,
AMÉRICA DO SUL E AMAZÔNIA

CICLO DE DEBATES

BRASÍLIA, 2011

Organizadores

Luciana Acioly
Rodrigo Fracalossi de Moraes

ipea

Prospectiva, estratégias e cenários globais : visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia / organizadores: Luciana Acioly, Rodrigo Fracalossi de Moraes.- Brasília : Ipea, 2011.
217 p. : gráfs., mapas, tabs.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7811-134-2

1. Relações Exteriores. 2. Integração Econômica.
3. Planejamento Estratégico. 4. Brasil. 5. África Lusófona. 6. América do Sul. 7. Amazônia. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
CDD 327.81

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
 PARTE 1: PROSPECTIVA, ESTRATÉGIAS E CENÁRIOS GLOBAIS	
ABERTURA	13
Samuel Pinheiro Guimarães	
DESENVOLVIMENTO, PROSPECTIVA E DEFESA	21
Alfredo Costa Filho	
PRINCIPAIS ÁREAS DE FRICÇÃO NO MUNDO ATUAL: REFLEXOS PARA A DEFESA NACIONAL	29
Luiz Eduardo Rocha Paiva	
 PARTE 2: O BRASIL E O ATLÂNTICO SUL	
O ATLÂNTICO SUL E AS PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS DE BRASIL, ARGENTINA E ÁFRICA DO SUL	49
Alcides Costa Vaz	
ATLÂNTICO SUL: UM DESAFIO PARA O SÉCULO XXI – AS VELHAS AMEAÇAS SE PERPETUAM NAS “NOVAS”?	61
Reginaldo Gomes Garcia dos Reis	
O PODER NAVAL BRASILEIRO E OS INTERESSES DO PAÍS NO ATLÂNTICO SUL	83
Emilson Paiva de Faria	
 PARTE 3: O BRASIL, O ATLÂNTICO SUL E A ÁFRICA LUSÓFONA	
O BRASIL E A COMUNIDADE LUSÓFONA NA ÁFRICA: RELAÇÕES ATUAIS E PERSPECTIVAS DE APROFUNDAMENTO	117
Nedilson R. Jorge	

O ATLÂNTICO SUL COMO UM ESPAÇO ECONÔMICO: RECURSOS NATURAIS E APROVEITAMENTO DA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA	127
Carlos Roberto Leite	

PARTE 4: AMÉRICA DO SUL: PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO

AVANÇOS E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO	153
João Mendes Pereira	
O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO	167
Sérgio Westphalen Etchegoyen	

PARTE 5: AMAZÔNIA: ASPECTOS ESTRATÉGICOS

PERSPECTIVAS DOS PAÍSES AMAZÔNICOS SOBRE A AMAZÔNIA	195
Adriana Aparecida Marques	
O MONITORAMENTO E A PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	205
Rogério Guedes Soares	

APRESENTAÇÃO

Nos últimos dez anos, o Brasil tem se mostrado um ator cada vez mais relevante no cenário internacional. Tal condição pode ser observada, entre outros fatores: pelo aumento e diversificação dos fluxos de comércio e investimento; pela maior presença e concertação com outros Estados em fóruns multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o G20 Financeiro e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas; pela liderança na criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (Ibas); pela participação no grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); pelo comando do componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH); e pela ampliação da cooperação para o desenvolvimento internacional.

Na América do Sul, na África e no Atlântico Sul, particularmente, a atuação do Brasil tem se ampliado. A criação da Unasul, em 2008, representou passo importante para o fortalecimento da confiança regional, demonstrando que o Brasil passou a fornecer bens públicos comuns fundamentais para a estabilidade sul-americana. Isto pôde ser observado, por exemplo, na reunião da Unasul ocorrida em 2008 com o objetivo de oferecer respaldo ao governo da Bolívia durante os conflitos entre as províncias do leste e o governo central do país.

Com relação à integração da infraestrutura regional, o Brasil tem atuado por meio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), desde o final de 2009 no âmbito do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan). Nesse contexto, foram identificados projetos prioritários para a região e, por meio de mecanismos de financiamento como o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diversos deles têm sido implantados. A cooperação bilateral também se expandiu por meio de diversos projetos nas áreas da saúde, educação, agricultura, gestão ambiental, atendimento a povos indígenas, entre outros.

O apoio ao desenvolvimento em países africanos indica também a maior presença do Brasil naquele continente e no Atlântico Sul. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Embrapa têm apoiado projetos agrícolas, como os do grupo conhecido como Cotton Four (Benin, Burkina Faso, Chade, e Mali). Há, também, projetos de cooperação em saúde, educação, formação profissional, agricultura e esportes nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS) e

projetos na área da saúde em Botsuana. Na Namíbia, o Brasil consolidou-se como um importante parceiro na área naval, mantendo a cooperação iniciada nos anos 1990 entre as Marinhas dos dois países. Também na Namíbia, o Brasil realizou o levantamento da extensão da plataforma continental do país, por meio do qual a Namíbia pôde pedir o reconhecimento da extensão à Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (ONU), permitindo àquele país explorar recursos marítimos em uma área muito mais extensa do que podia até então. O mesmo procedimento será feito, em breve, em Angola.

Em relação à América do Sul e ao Atlântico Sul, a perspectiva tradicional era de que os interesses brasileiros, no caso da América do Sul, estavam apenas no Cone Sul, e que, no Atlântico Sul, eles se limitavam às Águas Jurisdicionais Brasileiras. Esta perspectiva, contudo, tem se transformado progressivamente em uma abordagem que considera a América do Sul e o Atlântico Sul como *espaços integrados*, nos quais os interesses do Brasil incluem, cada vez mais, além do Cone Sul e das Águas Jurisdicionais Brasileiras: as regiões do Norte Andino, da Amazônia e das Guianas, na América do Sul; e as águas internacionais e a costa oeste da África, no Atlântico Sul.

A compreensão das principais dinâmicas de todos estes espaços, suas tendências futuras e o impacto que a maior projeção internacional do Brasil tem causado ou pode vir a causar sobre eles é a base para as decisões de diversos atores que, de alguma forma, trabalham com estas regiões, sejam eles militares, diplomatas, parlamentares, técnicos do governo, empresários ou integrantes de organizações da sociedade civil.

Com a finalidade de contribuir para este processo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) promoveu, entre junho e novembro de 2010, um ciclo de seminários intitulado *Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais*. De forma que os debates atingissem um público mais amplo, optou-se por realizar a transcrição das palestras e disponibilizá-las em formato de livro, da qual a presente publicação se apresenta ao leitor como o resultado final.

Uma boa leitura a todos!

Marcio Pochmann
Presidente do Ipea

INTRODUÇÃO

O ciclo de seminários *Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais* foi promovido, entre junho e novembro de 2010, com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão de quatro espaços estratégicos para o Brasil: Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Foram três sessões realizadas no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em junho, agosto e outubro de 2010, e duas sessões realizadas no âmbito da I Conferência do Desenvolvimento (Code), em Brasília, em novembro de 2010.

A primeira sessão do ciclo ocorreu em junho de 2010, tendo a presença dos seguintes convidados: Samuel Pinheiro Guimarães, ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR); Alfredo Costa Filho, ex-diretor-geral do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (Ilpes); e general de Brigada Luiz Eduardo da Rocha Paiva, ex-comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Essa seção teve o objetivo de oferecer ao público uma introdução aos estudos estratégicos e algumas análises de temas políticos e militares essenciais ao planejamento estratégico do país.

A segunda sessão ocorreu em agosto de 2010. O professor Alcides Costa Vaz, da Universidade de Brasília (UnB), abordou as semelhanças e diferenças entre as perspectivas do Brasil, da Argentina e da África do Sul em relação ao Atlântico Sul, assim como as possibilidades de cooperação naval entre estes países. O contra-almirante Reginaldo Garcia dos Reis, da Escola de Guerra Naval (Marinha do Brasil), e o capitão de Mar e Guerra Emilson Paiva de Faria, do Estado-Maior da Armada (Marinha do Brasil), analisaram como a Marinha do Brasil é um instrumento a serviço dos interesses brasileiros no Atlântico Sul e, além disso, em qual estágio se encontra a cooperação naval com a Argentina e com a África do Sul, e quais as suas perspectivas futuras.

A terceira sessão ocorreu em outubro de 2010. Nela, o ministro Nedilson Jorge, diretor do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores (MRE), abordou o atual estágio das relações entre o Brasil e os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), assim como as possibilidades de ampliação dos intercâmbios com estes países. O capitão de Mar e Guerra Carlos Roberto Leite, representante da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm), analisou o Atlântico Sul como uma fonte de riquezas para os países que compartilham o seu espaço oceânico. Foram apresentados os recursos já identificados, o potencial de novas descobertas, o atual

estágio de exploração, assim como as oportunidades de cooperação entre o Brasil e os outros países do Atlântico Sul no levantamento e exploração destes recursos.

A quarta e a quinta sessões ocorreram em novembro de 2010, no âmbito da Code. Na quarta sessão, o ministro João Mendes Pereira, do MRE, analisou a evolução recente e as perspectivas para a integração sul-americana na área de transportes, energia e comunicações. Foram avaliados alguns projetos em andamento, as necessidades futuras e o impacto das obras, tanto no campo econômico como no social. O general de Divisão Sérgio Westphalen Etchegoyen, assessor do Ministério da Defesa, abordou os objetivos e perspectivas dos países sul-americanos que os levaram a ingressar no Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Foram também analisadas as perspectivas futuras do CDS e as possibilidades de que ele seja capaz de solucionar os problemas de defesa e segurança da região.

Na quinta e última sessão, a palestra da professora Adriana Aparecida Marques teve como objetivo identificar, analisar e comparar as perspectivas dos militares de cada um dos países amazônicos em relação à Amazônia, tanto da parte que se encontra sob sua soberania como da Amazônia em seu conjunto. O diretor-geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Rogério Guedes Soares, abordou o histórico e a situação atual do monitoramento e da proteção da Amazônia, analisando os desafios e soluções que se apresentaram ao longo da evolução do Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia (Sivam/Sipam), as perspectivas futuras e o grau de colaboração com países vizinhos.

Por fim, agradecemos às seguintes pessoas, cujo apoio foi fundamental para a organização do ciclo de palestras e para a edição deste livro: André Panizza (Censipam); Antônio Jorge Ramalho da Rocha (professor da UnB, assessor da SAE); José Firmino Dias Lopes Filho (capitão de Fragata da Marinha do Brasil, assessor da SAE); Francisco Vasconcellos (capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil, assessor da SAE); Juliana da Silva Nogueira (Ipea); Luiz César Loureiro de Azeredo (Ipea); Marcelo Almeida Cunha Costa (MRE); Marise Carneiro (capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil, subsecretária da SECIRM); Otávio Santana do Rêgo Barros (coronel do Exército Brasileiro, assessor da SAE); Paulo André Moraes de Lima (MRE); Paulo Cypriano (MRE); e William Luiz de Souza Monteiro (Petrobras).

Luciana Acioly

Rodrigo Fracalossi de Moraes

Organizadores

PARTE 1

PROSPECTIVA, ESTRATÉGIAS E CENÁRIOS GLOBAIS

8 DE JUNHO DE 2010

BRASÍLIA - DF

ABERTURA

MARCIO POCHMANN*

Boa tarde a todos. Nosso abraço solidário aos colegas que aceitaram o convite para essa jornada de discussão sobre um tema que é fundamental não apenas para nós, pesquisadores e técnicos do Ipea, mas, certamente, para os rumos do Brasil.

Estamos muito felizes com os colegas que aceitaram participar deste debate e, assim, poderem estimular a nossa discussão. Esta é a mesa de abertura e, de imediato, passo a palavra para o nosso ministro e suas considerações. Muito obrigado pela oportunidade que vocês nos dão e por este momento de reflexão.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES**

Boa tarde a todas as senhoras e senhores. Gostaria de agradecer o convite para participar desta palestra e aproveitar a oportunidade para fazer algumas considerações sobre este tema a partir dos trabalhos que temos desenvolvido.

Gostaria de dividir a rápida exposição em três aspectos. O primeiro é sobre o panorama mundial em que vivemos; depois vou falar do cenário sul-americano e, também, um pouco sobre a questão do Brasil no futuro.

Em primeiro lugar, podemos dividir o panorama mundial em três aspectos. Em primeiro, a questão das crises internacionais que estamos vivendo. Nós temos certamente, hoje em dia, quatro crises simultâneas.

A primeira, uma crise econômico-financeira, é uma crise que está longe de chegar ao fim. Há retomadas e melhoras, alguns sinais de estímulo, mas, de repente, um novo problema surge. O problema europeu, por exemplo, começa com a Grécia e depois vai se expandindo, como nas medidas de desaquecimento anunciadas pela Alemanha. Esta é uma crise de graves proporções que, acredito, não terminará tão cedo.

A segunda é uma crise ambiental e energética, que é paralela e que será influenciada pela outra. Embora não seja uma crise propriamente, mas sim uma questão que vem se acumulando com o tempo, ela atingiu, agora, uma situação de crise, com a qual há uma preocupação muito grande e que é muito vinculada à questão da matriz energética mundial. Também não acredito que ela terminará tão cedo, tendo em vista as dimensões dos interesses envolvidos. Imaginem se os senhores fossem presidentes de companhias produtoras de petróleo. Os senhores não achariam a mínima graça em energias renováveis. O que fazer com os enormes investimentos feitos? É muito difícil mudar a matriz energética. Como é muito difícil, a situação ambiental, provavelmente, vai se prolongar pelas próximas décadas.

* Presidente do Ipea.

** Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

Uma terceira crise eu diria que é uma crise ideológica. Certamente, a situação a que chegamos na área ambiental e na área econômica decorreu de um determinado modelo. Mais que um modelo, uma filosofia individualista. No campo econômico é muito simples: cada um pode produzir da forma que bem entender e pode consumir da forma que bem entender. Se a pessoa quiser ter um ônibus em casa para levar as crianças para o colégio, ele pode. É uma filosofia que corresponde às chamadas políticas neoliberais. Isto é, liberdade total para as forças de mercado. Cada um faz o que bem entende e isto, eventualmente, dá certo. Então, dentro de determinadas premissas e filosofias econômicas, teremos um tipo de política, a qual tem sua exacerbação no setor financeiro, no qual a total desregulamentação levou à crise. Como o sistema de crédito é essencial para o setor produtivo e há uma crise de confiança enorme nos sistemas financeiros, esta crise passa para o setor econômico, que reduz a sua atividade, gera desemprego e assim por diante. É uma crise ideológica porque as pessoas passaram este tempo todo dizendo que não deveria haver intervenção do Estado, que ele deveria ser mínimo. E agora, com o Estado mínimo, tanto a crise energético-ambiental quanto a crise econômico-financeira não serão resolvidas.

Finalmente há uma crise política, que é a emergência da China no mercado internacional. A China já é a segunda maior potência econômica do mundo e, tudo indica, pelas taxas de crescimento que temos, que vai chegar a ser a maior potência econômica. Com todas as suas dificuldades, mas chegará lá, pelo menos em termos de produto. Como acomodar a China no sistema internacional? Este é um fator novo. É um país muito dependente do comércio internacional, sendo semelhante à Inglaterra e diferente dos Estados Unidos. A China parece com a Inglaterra na necessidade de alimentos, de insumos para sua indústria e assim por diante. Então ela ativa o comércio internacional, ao contrário dos Estados Unidos, um país extremamente rico, extremamente autossuficiente em suas dimensões.

Então, vou passar para as estruturas. Olhando para o futuro, há certas estruturas que permanecerão e não mudarão tão cedo. Primeiro, a estrutura definidora do sistema econômico internacional continuará a ser o capitalismo, mas variando o grau de intervenção do Estado. Não há nenhuma perspectiva de ascensão de sistemas socialistas. Para resolver a crise ambiental, contudo, será necessário um grau de intervenção estatal bastante considerável, senão não se resolve. Para a crise econômico-financeira também. Mas isto irá variar de um país para outro.

A estrutura política internacional será uma estrutura cujo órgão central será [a Organização das] Nações Unidas. Não vai haver mudança. Não haverá um novo sistema internacional. O centro do sistema, o organismo que regula as relações internacionais e que coordena as negociações entre os Estados, será organizado pelas Nações Unidas. As negociações ambientais são organizadas pelas Nações Unidas.

As negociações comerciais são feitas por órgãos do sistema das Nações Unidas. É um sistema que tem como característica ser formado por Estados soberanos, extremamente assimétricos em termos de poder econômico, político, militar, ideológico. Basta comparar um pequeno país do Caribe, como São Cristóvão e Névis, por exemplo, com a China. Ali é um Estado soberano. Naquele pequeno território, aquele Estado manda. É ele que tem soberania e que define a lei. Então, o sistema continuará tendo como centro as Nações Unidas e nela temos como centro o Conselho de Segurança, que decide o uso da força, um tema de grande importância para nós, apesar de algumas opiniões equivocadas a respeito.

Tem outra estrutura que é a estrutura militar. A maior potência militar do mundo continuará sendo, de longe, os Estados Unidos. Não só pelo seu poder em termos de armas de destruição em massa, mas também pela sua rede de bases no exterior. Nenhum outro país do mundo tem uma rede de bases no exterior como os Estados Unidos. São cerca de 700 bases. Na Europa, há países em situação inferior à nossa, porque não há país soberano onde há tropa estrangeira estacionada e, muitas vezes, com armas de destruição em massa dentro dos quartéis. Então, nota-se que estamos em uma situação melhor [do que estes países].

Vou falar rapidamente das tendências. Temos algumas tendências que são permanentes num sistema internacional. A primeira delas é a que chamo de aceleração do progresso científico e tecnológico. Não é o progresso, é a aceleração. Este processo decorre naturalmente do volume de recursos que os Estados destinam à pesquisa científica e tecnológica. Os EUA destinam, por ano, 2,7% do PIB [produto interno bruto], o que equivale a US\$ 400 bilhões. Naturalmente, o progresso científico e tecnológico decorre do volume de recursos que se aplica. É uma correlação natural, inclusive devido à enorme complexidade dos equipamentos hoje em dia utilizados: os grandes computadores, a pesquisa espacial, os veículos que lançam satélites, estações espaciais. Tudo isso tem um custo extraordinário.

Outra tendência que deve continuar é a globalização da economia internacional. Apesar de toda a crise, a economia se torna cada vez mais global. Talvez menos na área financeira, mas, em outros setores, teremos a formação de enormes companhias internacionais, como vemos todos os dias nos jornais, nos quais se anuncia a fusão de uma grande empresa com outra grande empresa. Isto significa o processo de globalização de uma rede maior, de um número maior de países. Nós temos hoje em dia a Arcelor Mittal, a Mittal sendo indiana e a Arcelor francesa, com unidades produtivas no Brasil. Então, há o processo de criação de grandes estruturas oligopolísticas internacionais e este processo de globalização continuará.

Depois, um processo que é colocado como contrário a este, que é o processo de multipolarização, havendo a formação de grandes blocos de países, sendo o mais notório, o mais formalizado e o mais integrado a União Europeia. Mas existe

outro grande bloco econômico nos Estados Unidos e na América Central, e em parte da América do Sul, para quem ainda não percebeu: o Nafta [Tratado Norte-Americano de Livre Comércio] e os acordos que os Estados Unidos celebraram com os países da América Central, e que o Canadá também celebrou com vários países, e que se estendem até a América do Sul, na Colômbia, Peru e Chile.

Há um enorme bloco se formando [no continente americano] e há outro enorme bloco na Ásia, em torno da China, com os enormes interesses [que ela possui] nos países vizinhos, em toda aquela área de influência econômica e política chinesa, ainda muito contestada, mas que já existe. Então, há uma tendência à formação destes polos. Há, também, tendências menores na África, como a formação da União Africana, e na América do Sul, através da Unasul [União de Nações Sul-Americanas].

Depois, uma tendência que está muito clara é o aumento da distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esta distância tem aumentado. São muitas as dificuldades nos países africanos, nos países menores. É uma tendência que não tem diminuído, mas sim aumentado.

Outra tendência é a concentração de poder de toda ordem. Até hoje, apesar da crise internacional, continua a haver uma concentração de poder – poder político, certamente. São cinco países os membros permanentes do Conselho de Segurança, os quais têm uma influência decisiva nos assuntos internacionais e, de uma forma geral, estão presentes nas mais diferentes situações que, às vezes, não têm para eles grandes interesses. Do ponto de vista econômico, certamente temos os EUA, o Japão e a União Europeia, e aí temos, talvez, 70% do PIB mundial. A crise distorce isso, mas, certamente, temos uma concentração muito grande [de poder econômico]. E de poder militar também. As despesas dos EUA são correspondentes a quase 50% do total das despesas militares do mundo.

Essa situação se verifica de tal forma que temos um grupo pequeno de países, com enorme concentração de poder econômico e altos níveis de renda, mas com uma população decrescente, como é o caso da Alemanha, da Itália, da Espanha e de outros países, à exceção dos EUA. Isto é algo que faz com que indivíduos muito ricos, cercados de muitos indivíduos pobres, tentem consolidar seus privilégios. E fazem isto através de negociações internacionais. Como são as negociações comerciais, por exemplo? De um lado, os países altamente desenvolvidos, como os EUA e os países da Europa, tentam manter seus privilégios, manter seus subsídios na área da agricultura e seus sistemas *antidumping*, que são sistemas de proteção industrial: como as tarifas são muito baixas, se usa o *antidumping* alegando que existe *dumping*, aplicando-se uma tarifa maior. No caso ambiental é a mesma coisa, no caso financeiro é a mesma coisa. Esta é uma tendência, a de normatizar as relações de modo a consolidar os privilégios. E também há outra tendência, mais

recente, que é criar parâmetros para as políticas internas dos países. A crise, felizmente, fez com que aqueles parâmetros que vinham sendo implantados ficassem, de repente, sem validade, visto que revelaram não serem boas políticas.

No caso brasileiro, acho que temos aí uma questão importante que é a decisão sobre o ritmo de desenvolvimento econômico. Ou seja, quais são as políticas que devem ser adotadas para que o ritmo de desenvolvimento permita que o Brasil diminua sua distância em relação aos países desenvolvidos? O subdesenvolvimento é sempre uma questão relativa. Não há país subdesenvolvido em termos absolutos, exceto em comparação aos outros. Claro que há certos índices de subdesenvolvimento objetivos, como taxas de analfabetismo, porcentagem da população abaixo da linha de pobreza, acesso ao saneamento, mortalidade infantil e assim por diante. Mas, superado isso, você tem uma diferença de renda entre os países. Se esta diferença se expandir muito, isto significa que este país não está se desenvolvendo. É como uma corrida. Não adianta correr 100 km/h se o outro está correndo a 120 km/h. Daqui a uma hora ele estará 20 quilômetros a sua frente. Daqui a duas horas, ele estará ainda mais à frente. Mas esta é uma decisão política.

A segunda questão é a demográfica, que tem sido pouco debatida no Brasil. Estamos com uma taxa de fecundidade de 1,8. A taxa para manter uma população estável é 2,1 ou 2,2, por causa da mortalidade infantil. Como estamos com aproximadamente 1,8, isto significa que a população eventualmente começa a diminuir. Ela se estabiliza e depois começa a diminuir. Então, o que ocorre é que talvez corramos o risco de nos tornarmos uma nação velha e pobre, simultaneamente. Podemos atingir a maturidade sem termos atingido a riqueza, o que tem consequências na área da previdência social, da saúde e em várias outras.

Uma terceira questão extremamente importante é a das disparidades sociais. Estas disparidades são de uma natureza tão profunda que é necessário um esforço muito persistente, de longo prazo, para incorporar estas populações marginalizadas, que são dezenas de milhões de pessoas. Tenho certeza de que nós aqui nesta sala não conhecemos estas pessoas. São pessoas que vivem com menos de um dólar por dia. Tampouco conhecemos algum daqueles que vivem com 100 mil dólares por dia. Há também populações excluídas em diversos níveis de idade. Como fazer para que um cidadão de 40 anos de idade, 50 anos de idade, que foi subnutrido, que não teve educação nenhuma, sujeito a condições de saneamento extremamente precárias, se transforme num indivíduo produtivo na sociedade moderna? É um desafio extraordinariamente complexo. Não se trata apenas de salvar as pessoas em situação desumana, mas também de incorporá-las ao sistema produtivo e ao sistema político. Como transformar o sistema brasileiro progressivamente num sistema cada vez mais democrático? Como fazer com que ele supere as condições atuais em que a influência do poder econômico é enorme? É um desafio tremendo.

Vou falar, agora, de três características importantes. A primeira é a América do Sul do ponto de vista político-econômico. Na verdade, ela é quase um arquipélago de sistemas econômicos. Você vê a rede de transportes e de comunicações entre os Estados. Elas são extraordinariamente precárias e insuficientes. Com o Paraguai, por exemplo, temos apenas uma ponte, que é a Ponte da Amizade. Há mais de 20 anos se tenta construir outra ponte, mas não se consegue. Com a Argentina, são três pontes, e assim por diante. Enfim, há um arquipélago de economias e dentro de cada economia também há uma desintegração, demonstrada pelas redes de transportes, energia e comunicações. São características importantes, pois, para que haja um mercado, é necessário que haja transportes, senão não há troca de mercadorias.

Em segundo lugar, outra questão importante é a assimetria entre os Estados da região. O Brasil é mais ou menos 50% de qualquer coisa. É mais ou menos 50% do território, mais ou menos 50% da população, dos produtos e, talvez, 50% da pobreza. Há uma assimetria muito grande e essa assimetria tem aumentado. Certamente as distâncias econômicas entre os países aumentaram. E há [ao mesmo tempo] uma expansão muito grande dos interesses econômicos brasileiros na região.

Nós temos outro aspecto: as economias, em geral, sofrem dois impactos. Podemos considerar que uma economia desenvolvida moderna, de grandes dimensões, tem que ter um grande setor industrial. Não há serviços sem indústria. Os serviços dependem da existência de indústrias. Não há como haver firmas de construção, por exemplo, sem atividade industrial. O que ocorre é que temos uma questão ideológica, que é a ideia de que o Brasil pode ser o celeiro do mundo, uma história que já ouvi muitos anos atrás. Isto é, vai ser uma grande economia agrícola. Contudo, não há como empregar as pessoas todas na agricultura. Então, na indústria o que vemos são dois impactos importantes. Primeiro, das políticas de liberalização de mercados, chamadas de livre-comércio. As negociações de acordos de livre-comércio, em geral, preveem, de um lado, a abertura dos mercados agrícolas e, do lado de cá, a abertura dos mercados industriais. Como o primeiro não vai se realizar, por razões políticas inclusive, haverá uma permanente pressão, junto com a influência chinesa. Há a concorrência chinesa, com seu alto grau de eficiência, mas, ao mesmo tempo, há uma tendência que nos salva que é o protecionismo europeu. Senão a indústria brasileira já tinha terminado há muito tempo. Então, há um processo de desindustrialização dos países, havendo dificuldade em formar os setores industriais. Países como Peru, Colômbia e Chile têm setores industriais muito simples diante da concorrência de outros países.

Outro fenômeno interessante são as assimetrias que existem dentro de cada país. Regiões mais avançadas, regiões mais atrasadas. O grau de diferença entre as

regiões em países subdesenvolvidos na América Latina é muito maior que o grau de diferença entre as regiões dos países desenvolvidos. Naturalmente, uma característica do subdesenvolvimento é a heterogeneidade desta economia. Grandes diferenças estruturais, econômicas e de todo o tipo. E dentro das próprias metrópoles há pessoas de diferentes níveis de desenvolvimento também.

Finalmente, há a questão dos movimentos indígenas na América do Sul. Em certos países, principalmente no Peru, no Equador e na Bolívia, há uma forte população indígena, chegando em certos países a 60% da população, como é o caso da Bolívia. No Equador é por volta de 30%. No Peru, acho que são 40%. São porcentagens muito elevadas. Estes movimentos indígenas acabam, em um processo democrático normal, assumindo o Estado. Mas as populações indígenas têm uma percepção diferente e, também, uma relação diferente com a natureza. Se pegarmos a Constituição do Equador, o objetivo não é o desenvolvimento, mas é viver bem. É um conceito diferente. Não é ter mais bens. É ter uma vida boa, enquanto as nossas civilizações partem do princípio de que ser feliz é ter mais. São concepções diferentes, mas que atingem imediatamente os interesses da mineração. Estes países, em geral, são muito ricos em recursos naturais. Muitas vezes, os recursos são explorados por grandes empresas multinacionais, mas as civilizações indígenas têm uma relação diferente com a natureza. Elas colocam que a natureza é algo extremamente importante, que não pode ser agredida.

E nós estamos no meio dessa região. Não podemos sair dela. Temos interesse extraordinário em seu desenvolvimento por várias razões, tanto econômicas quanto políticas.

Bom, esses eram os comentários e as considerações que gostaria de fazer.

DESENVOLVIMENTO, PROSPECTIVA E DEFESA

Alfredo Costa Filho*

1 INTRODUÇÃO

Agradeço ao ministro-chefe da SAE [Secretaria de Assuntos Estratégicos], à presidência do Ipea e à Dinte [Diretoria de Estudos, Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea], que organizam este ciclo de palestras, o qual é uma oportunidade para dialogarmos, ainda que brevemente, sobre alguns aspectos do desenvolvimento futuro e da defesa nacional. O convite para este evento menciona minha autoria de dezenas de trabalhos sobre prospectiva. Devo confessar que apenas dois se referem ao tema da defesa: um, elaborado na ESG [Escola Superior de Guerra] sobre prospectiva e poder nacional; outro, feito para a SAE no começo dos anos 1990, comparando enfoques de planificação dos ministérios das Relações Exteriores e do Planejamento, e das Forças Armadas, neste último caso por meio das teses sustentadas pela Escola Superior de Guerra. Portanto, não sou especialista em defesa nacional e qualquer dos presentes poderia então se perguntar o que venho fazer aqui.

Aceitei este convite movido por dois propósitos básicos. Primeiro, reiterar uma tese que sustento após quatro décadas dedicadas à América Latina e Caribe: em horizontes de dez, 15 ou 20 anos, esta região enfrentará sério descompasso entre as ameaças ao seu desenvolvimento e soberania e a sua correspondente capacidade de defesa. Além disso, este crescimento exponencial de riscos estratégicos é mais grave no caso do Brasil.

Nesta intervenção, não há tempo para a defesa desta tese e nisto reside o segundo motivo da minha participação: tentar apenas ilustrá-la com exemplos de alertas prospectivos concretos e circunscritos à realidade brasileira, embora alguns possam fazer sentido também no entorno latino-americano e caribenho. Alguns destes “alertas” tocam aspectos ainda ausentes no ótimo trabalho que a SAE elabora com olhos postos em 2022. Assisti à recente exposição do seu titular, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, em audiência pública junto à Câmara dos Deputados. São elogiáveis as sugestões que a SAE já articulou, baseadas em análises e propostas muito heterogêneas, apresentadas por ministérios e órgãos

* Ex-diretor-geral do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes), da Organização das Nações Unidas (ONU). Consultor internacional e autor de 86 publicações sobre prospectiva e planejamento.

de cúpula da União. Este segundo motivo orientará o restante desta exposição: sugerir que se acendam algumas luzes de alerta de longo prazo sobre questões de defesa ou que se aumente a intensidade de algumas destas luzes que já estão acesas. A “defesa” usada aqui em uma acepção ampla, estando ela sob a responsabilidade da nação como um todo. Trata-se de sugestão inicial, sujeita a mudanças de conteúdo e forma, distante de já constituir uma partitura teórica.

2 UM NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

Atribui-se a Freud designar propostas teóricas incipientes de simples “voos da imaginação”. Trago à discussão um “voo de imaginação” relativamente recente. “Decolou” de um ciclo de palestras sobre desenvolvimento de longo prazo que fiz no Itamaraty, em seminários promovidos pela FUNAG [Fundação Alexandre de Gusmão] e pelo IPRI [Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais] neste biênio 2009-2010. Entretanto, o “plano de voo” tem raízes bastante remotas.

Uma, de 1977, quando o economista Pedro Paz publicou excelente texto sobre planejamento, o qual mais que prospectivo era profético: segundo ele, os modelos mais frequentes se distanciavam dos temas concretos do desenvolvimento. Outra raiz a plantáramos nos cursos do Ilpes [Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social], no início dos anos 1980, em sua sede no Chile. Já estava em voga dizer-se que em estudos prospectivos o processo de trabalho era mais importante que os próprios resultados. Embora atribuída a dois pioneiros de renome, Russel Ackoff e Michel Godet, a ideia nos parecia insuficiente: em estudos do futuro, o primado deveria estar nas estratégias concretas de desenvolvimento. E elaborar estratégias é tarefa “intensiva em inteligência”. Tivemos no Brasil, há poucos anos, 22 milhões de opiniões sobre prospectiva, devidamente gravadas em meio eletrônico, oriundas do trabalho hercúleo de um órgão, à época pertencente à cúpula do Executivo. O valor efetivo deste acervo, contudo, é discutível. O futuro do país estará condicionado aos interstícios que possamos de fato ocupar entre as várias concentrações de poder presentes no cenário mundial. Identificá-las por antecipação é tarefa estratégica que exige alta seletividade e que dificilmente resultará de qualquer pesquisa com caráter mais plebiscitário. Esta tarefa implica uma compreensão ampla, clara, precisa e relativamente consensual do processo contemporâneo de desenvolvimento, portanto uma tarefa em nada trivial.

Somos a primeira geração da história que assiste a todo o ciclo de eclosão, difusão e maturidade de um novo padrão de desenvolvimento. A grande revolução agrícola do século XII se estendeu por seis séculos e sua sucessora, a primeira Revolução Industrial, a do modelo fordista-taylorista, por mais dois. Nós, em menos de quatro décadas, assistimos a todas as fases do padrão vigente: *i*) ao seu início, com o domínio das relações de produção pelo novo

insumo crítico (conhecimentos tácitos e codificados); *ii*) à sua disseminação globalizada; e *iii*) à sua tão rápida maturação que já se especula sobre o seu fim, provocado este pelos efeitos da “convergência tecnológica”, impulsionada pelos saberes e pelas técnicas da nanoescala, tema que retomarei ao final.

É natural que o novo padrão conforme uma complexidade social diferente de todas as sociedades do passado. A de agora, muito mais complexa em cada um dos três conceitos básicos: na estrutura, pela megadispersão dos seus elementos constituintes; na interação, pela explosão de variedade nas inter-relações destes elementos; e nos ritmos, pela mescla de fenômenos dinâmicos com distintas acelerações. Com tais perfis de complexidade, a prospectiva mudou de gênero. Como disse uma vez a “filósofa” Mafalda, do cartunista Quino: “o futuro hoje é muito diferente do que o futuro era no passado”. Além disso, se trata, agora, de um futuro que se altera por inédita articulação entre os fenômenos reais e financeiros, que ocorrem no estrato econômico da realidade social. No processo moderno de produção, os insumos tradicionais (mão de obra, recursos naturais, capital fixo) tiveram seus papéis atropelados pelo capital financeiro. Como se sabe, este “gira” hoje em ritmo frenético e alcança um volume do qual só pequena parte (uns 10%) está sob algum controle dos bancos centrais. Tem-se aqui também mais um impacto das tecnologias de informação, que permitem a transmissão de dados em tempo real.

3 PROSPECTIVA E PROCESSOS DE LONGO PRAZO

Embora breves, essas últimas considerações nos permitem retomar o tema da prospectiva, um dos objetos de discussão no presente momento. Pelo visto, o futuro passa a conter – basicamente e não excepcionalmente – uma “incerteza não estruturada”. Há um predomínio de casos em que desconhecemos os estados futuros dos processos que estamos observando. Em outros termos, o futuro passa a ter um “final aberto”. Ilya Prigogine, em sua recente *Carta a Gerações Futuras*, resumiu isto de forma simples: “a história é basicamente um encadeamento de bifurcações, de mudanças”. Ou seja: a crise pode ser mais natural que a “não crise”. Crise que, muitas vezes, decorre de meros descompassos entre os ritmos das distintas esferas da realidade: o mundo físico, o mundo biológico e as três grandes instâncias da vida coletiva – a econômica, a social e a institucional e política. Ora, fazer prospectiva ante esta situação é especialmente problemático. Nesta conjuntura histórica cumpre até repensar o longo prazo; ele deixa de ser apenas algo que começa “depois” do curto e do médio prazo; isto hoje raramente ocorre. Sustento que convém repensá-lo a partir de diferentes perspectivas.

Uma delas é óbvia: incluem-se como processos de longo prazo aqueles começados há demasiado tempo. Inspira-nos, via de regra, a tomar precauções

ex ante. Por exemplo, como no caso da adaptação climática. Estamos dando voltas com o Protocolo de Kyoto, discutindo mais a mitigação, isto é, como podemos controlar as emissões dos sete principais gases de efeito estufa. Em paralelo, contudo, há enorme negligência em relação à adaptação. Sabe-se que corporações do petróleo financiam alguns cientistas para dizerem que a Terra não está se aquecendo, contra evidências das Nações Unidas e, entre outros, de núcleos científicos confiáveis da Inglaterra, dos EUA, da Alemanha. É inegável que, desde 1768, quando James Watt patenteou sua máquina a vapor e despertou a Revolução Industrial, o aquecimento da atmosfera entrou em uma exponencial crescente. Já teríamos todos que estar desenvolvendo na saúde, na infraestrutura, nas moradias, nas indústrias de materiais de transporte, da alimentação e da energia novas tecnologias sob a ótica da adaptação. Ainda que parássemos agora todas as emissões de gases estufa, o processo atual de aquecimento do planeta já basta para complicar nossas vidas nos próximos 30, 40, 50 anos. Esta é uma ilustração incontestável da necessidade de proteção *ex ante*.

Outro bom exemplo da necessidade de proteção *ex ante* liga-se ao poder de dissuasão das Forças Armadas: não se constrói poder de dissuasão do dia para a noite. Em particular, por essa concentração dos gastos militares à escala mundial, à qual o ministro Samuel Pinheiro Guimarães se referiu há pouco, ao inaugurar a presente reunião. Viu-se que os EUA respondem pela metade do gasto militar do planeta. Estima-se que orientam a objetivos militares perto de 48% de seus gastos em ciência e tecnologia ou de pesquisa e desenvolvimento, retendo 56% dos saberes assim gerados, por razões econômicas ou de segurança nacional. As descobertas ou inovações classificadas como tecnologias sensíveis são de difícil ou impossível acesso. Uma ótica prospectiva de proteção *ex ante* impõe desenvolver as autonomamente ou tentar alcançá-las através de outras fontes, se o país deseja dispor de um poder de dissuasão compatível com sua grandeza e seus objetivos nacionais permanentes.

Um terceiro exemplo de alerta prospectivo, na linha de argumentação apresentada ao começo desta exposição, refere-se ao etanol. Sabemos todos como a praga do bicudo dizimou nossos algodoads e como a vassoura-de-bruxa devastou a economia do cacau. Parece pertinente acelerar pesquisas (de novo: proteção *ex ante*) que nos fortaleçam ante eventuais riscos à nossa pioneira produção de etanol. Podem ocorrer zoonoses ou outras enfermidades biológicas que dizimem canaviais. E como os substituiríamos enquanto fontes renováveis de energia? Então é outra prevenção *ex ante* que dispensa modelos genéricos de cenários prospectivos; basta alguma sensibilidade cívica diante do futuro.

Uma quarta oportunidade para alertas prospectivos se refere à água. Todos sabem que três quartos da superfície planetária correspondem à água e somente uma parcela

de 3% da água existente é doce; além disso, apenas 0,25% está em estado líquido. Rios, lagos, aquíferos subterrâneos e precipitações pluviométricas são recursos naturais de escassez crescente no mundo e todos estão especialmente afetados pelo aquecimento progressivo da Terra. O Brasil tem aqui uma posição estratégica, dispondo de quase 16% do total planetário de água doce, sendo 12% originada em nosso território. Cada vez mais, este país será “uma Arábia Saudita da água”. Nesta questão essencial à vida humana, os riscos que correremos se vincularão à nossa capacidade de usar racionalmente este recurso e de protegê-lo no espaço da nação. Com este exemplo (água), encerro a menção a fenômenos de muito longa duração.

Há outros alertas prospectivos que merecem novas luzes, ou apenas maior “brilho”, e se relacionam a fenômenos de lenta maturação. Trata-se de uma segunda forma de se encarar o longo prazo, embora conexas à primeira. É importante reconhecer que são distintos os recursos analíticos para cada classe destes fenômenos. Para alguns, são necessárias séries de tempo; para outros, modelos de simulações atemporais. Daí a sensatez de uma taxonomia destas “luzes de alerta” em função dos distintos horizontes de longo prazo. Há ainda mais duas classes que espero mencionar adiante. Antes, algumas referências sobre a “lenta acumulação”.

Um exemplo imediato é a demografia. A eventual estabilidade da população brasileira em torno de 2045, quando não teremos ocupado todo o território nacional, é, em si, fato crítico do ponto de vista estratégico. Além de podermos nos tornar uma nação velha e pobre, como nos advertiu há pouco o ministro titular da SAE, teremos regiões superpovoadas ao lado de áreas ainda semidesérticas. Acresça-se a este risco a problemática da sociodiversidade, cujas raízes se perdem pelo século XVI, com a escravidão indígena. Hoje, soa raro que fenômenos germinados no século XVIII, como os sítios dos quilombolas, prejudiquem a expansão da Base de Alcântara, projeto típico do século XXI. Embora nossa política para minorias étnicas seja das mais avançadas, há passivos históricos que entusiasmam certos setores, dentro e fora das nossas fronteiras, a nos ameaçarem com sutis agitações. Há em todos estes temas espaço intelectual para a proposição de importantes alertas prospectivos, sem a necessidade de modelos sofisticados que especulem sobre cenários futuros mais abrangentes.

Outro fenômeno de lenta acumulação e que tangencia essa grande questão da ocupação territorial é a biodiversidade. Nosso acervo nesta matéria torna-nos, também aqui, o que a Arábia Saudita é para as reservas de petróleo. Recordemos que nossos grandes riscos futuros não são apenas os que podem derivar de nossas eventuais debilidades; talvez os maiores riscos se liguem aos atributos nacionais que nos dão projeção mundial e certamente algum poder potencial. Aqui entram o pré-sal, a Amazônia Azul, certas reservas minerais, além da já mencionada biodiversidade.

Uma terceira e penúltima categoria de longo prazo está marcada por inovações cruciais; as bifurcações já mencionadas de Prigogine. Entre tais inovações há uma

recentíssima que faz sentido em considerações prospectivas sobre desenvolvimento e defesa: a guerra terceirizada. Desde o princípio da civilização, as grandes disputas contavam com uma espécie de homeostase da paz; quando um lado perdedor chegava ao consenso de que arriscava ter grandes perdas ou mesmo desaparecer, seus líderes tendiam a buscar um caminho de armistício. Isto acabou nos conflitos atuais do Iraque e do Afeganistão. Um exemplo: aos efetivos militares dos Estados Unidos no Iraque, da ordem de 150 mil, há que acrescentar agora outro contingente de similar tamanho, não uniformizado, porém com similares regalias jurídicas. Pertence às grandes corporações, envolvidas em logística e reconstrução. Mesmo que as autoridades militares tenham eventual interesse em reduzir a temperatura do conflito ou mesmo finalizá-lo, podem encontrar fortes resistências por este lado corporativo e terceirizado. Esta “novidade estratégica” cria uma nova situação mundial e cabe aos países emergentes acender, também aqui, um “alerta prospectivo” de adequada intensidade.

Ainda dentro das inovações radicais tem-se um exemplo banal, porém eloquente. Há pouco tempo, a UNESP [Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho] inaugurou um computador de 33,3 teraflops (10 elevado a 12), ou seja, um trilhão de operações por segundo. Uma das suas pesquisas, que levaria 30 anos, vai acabar em três anos. Ou seja, os *clusters* de processamento de dados funcionam aqui como um redutor efetivo do longo prazo. E este computador da UNESP é apenas uma fração do que é hoje a vanguarda. O computador Jaguar, do Departamento de Energia norte-americano, trabalha com 1,76 petaflops (10 elevado a 15), ou seja, faz 1,7 quatrilhão de operações de ponto flutuante por segundo. E já está em projeto o próximo equipamento, que será 600 vezes mais rápido: terá 1 exaflop (um quintilhão, ou 10 elevado a 18). Ora, a rapidez do processamento de dados, neste momento histórico em que a produção de conhecimentos é crucial, torna-se um fator inegável de encolhimento de determinados horizontes de tempo. Tanto para o processo de desenvolvimento nacional como para a programação de ações de defesa esta circunstância ganha grande interesse em análises prospectivas.

Para concluir, falta pelo menos mencionar uma quarta peculiaridade do longo prazo, embora conceitualmente seja parcialmente análoga à anterior: a que se refere a fatos futuros que produzem inflexões na história humana, porém agora muito mais determinantes. Ao começo desta exposição já se insinuou que nossa geração atual pode vir a assistir à decadência do padrão de desenvolvimento vigente, o qual tem menos de 40 anos. Afirmou-se que esta possibilidade tem a ver com a evolução da chamada “convergência tecnológica”. Este programa dos EUA tem mais recursos do que os que foram alocados aos Projetos Manhattan (bomba atômica) e Apollo (conquista da Lua). Reúne mais de 300 projetos, todos orientados à continuidade da hegemonia norte-americana, especialmente ante a emergência da China.

Sua execução seguirá por quatro grandes “avenidas” tecnológicas identificadas pela sigla NBIC, iniciais de *nano-*, *bio-*, informação e cognição. Quatro grandes tecnologias tratadas de forma convergente, de cuja interação poderá resultar um próximo padrão de desenvolvimento produtivo baseado – como já se mencionou – em operações na escala nanométrica. Parece prudente que o Brasil acenda neste tema alguma luz de alerta, suficientemente forte para acompanhar o estado da arte nesta matéria, e para tentar aproximar-se dos seus resultados. Estes resultados tudo mudarão, a ponto de um organismo canadense conceber uma sigla alternativa, com correspondência biunívoca, BANG – de *bit*, átomo, neurônio e gene –, apenas para alertar-nos a todos mediante um *slogan* genial: “O mundo começou com um *big bang*. Cuidemos para que não se acabe com um *small bang*”.

PRINCIPAIS ÁREAS DE FRICÇÃO NO MUNDO ATUAL: REFLEXOS PARA A DEFESA NACIONAL

Luiz Eduardo Rocha Paiva*

1 INTRODUÇÃO

O objetivo dessa palestra é que os senhores conheçam as principais áreas de fricção atuais no mundo e compreendam os motivos reais de alguns conflitos. No Brasil, há poucos estudos estratégicos sobre conflitos internacionais e a mídia, muitas vezes, transmite apenas o que é visível ou é oficial, sem analisá-los com profundidade para que a sociedade compreenda as verdadeiras motivações das potências protagonistas. Pretende-se, também, que se visualizem os seus reflexos para a defesa nacional, na medida em que cheguem ao entorno brasileiro.

2 HISTÓRIA, POLÍTICA, ESTRATÉGIA E DIREITO

Numa primeira parte, convém mostrar a ligação entre história, política, estratégia e direito para entender como as nações se comportam no cenário mundial na defesa de seus interesses. A história de um país permite identificar e entender suas políticas e estratégias, que, sendo importantes ou vitais para suas aspirações, levarão à alteração do direito, inclusive o internacional, se a nação tiver poder para tanto. Está aí o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares [TNP], um “pseudodireito” imposto pelas cinco grandes potências para manter o *status quo* do monopólio do poder mundial.

A história de uma nação determina suas aspirações e interesses, contudo isto é algo um tanto abstrato. Então, é o nível político que deve traduzir as aspirações e os interesses em objetivos concretos, a serem conquistados ou mantidos por estratégias que pautarão o direito, alterando-o quando for necessário e existir poder para fazê-lo. O nível político também estabelece o rumo ou a orientação política para o país e desenvolve o poder nacional. O nível estratégico prepara e aplica o poder nacional para superar os óbices anteriormente identificados, seja pelo nível político, seja pelo estratégico. Os óbices podem se transformar em conflitos ou crises com potencial para gerar ameaças. No caso do Brasil, as aspirações, interesses e objetivos fundamentais encontram-se no Preâmbulo e no Título I da Constituição Federal.

* General de Brigada; professor emérito e ex-comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme); membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

3 PROBLEMAS E AMEAÇAS

Quando há um choque de interesses entre países, o problema resultante pode evoluir para uma ameaça. Para o campo militar, uma ameaça é muito grave e, portanto, é preciso distingui-la daquilo que deve ser considerado como um problema, mas que, às vezes, é impropriamente tratado como ameaça. Problemas afetam a segurança e a defesa nacional, mas o país tem condições de saná-los com seus próprios recursos. Por exemplo, se atuarem no Brasil de forma episódica e sem profundidade, as FARC [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] serão um problema, mas não uma ameaça. No entanto, se um problema não for atacado oportunamente, com vontade política, ele pode se transformar numa ameaça, como ocorre, hoje, com o crime organizado em algumas cidades do país. Por outro lado, ameaças afetam a segurança e a defesa e, ao mesmo tempo, o país não tem poder para neutralizá-las ou tem dúvidas se possui tal poder. Por exemplo, uma coalizão de potências para impor seus interesses na Amazônia seria uma ameaça, pois com os meios que dispõe o Brasil não há como dissuadi-la no campo militar.

Para se entender o que seja uma ameaça, segue-se um exemplo: um país *A* (potência) que tenha interesses conflitantes com o país *B* (mais fraco). Se os interesses forem importantes ou vitais, poderá haver guerra. Para se concluir que *B* está sob ameaça, deve-se avaliar inicialmente: o poder político, econômico e militar; a cobiça; a liberdade de ação; e o histórico intervencionista (ou não) de *A*. Deve-se também avaliar se *B* tem vulnerabilidades, particularmente no campo militar e, neste caso, se ele não tem alianças que dissuadam o país *A*, limitando ou retirando a sua liberdade de ação. Liberdade de ação, por exemplo, é a situação vivida pelos Estados Unidos entre o final do século XX e a primeira década do século atual, após a queda da União Soviética.

4 ANÁLISE SUCINTA DE CONFLITOS, CRISES E GUERRAS

Na análise de conflitos, crises e guerras causados pelo choque de interesses entre países, é importante fazer alguns questionamentos. Que aspirações estão em jogo para os atores principais e secundários envolvidos? Elas são importantes ou vitais? Quais objetivos nacionais e estratégias foram afetados? Que valor eles têm para os atores envolvidos? Avalia-se, então, o poder nacional (político, econômico, militar e científico-tecnológico) de cada ator, principalmente dos mais interessados. Identificam-se as fortalezas e vulnerabilidades e avaliam-se as forças morais (vontade nacional), ou seja, como é a relação entre o Estado e a sociedade nestes países. Quando esta relação é positiva, a vontade nacional, provavelmente, é forte. Consideram-se, também, as alianças existentes, pois poderão conferir maior ou menor liberdade de ação para um ator, tendo-se em conta, porém, que uma aliança confere liberdade de ação por um lado, mas também obriga o ator a atender a interesses do aliado. É bom ser dissuasivo, mas é melhor sê-lo sem depender de outros.

Uma pesquisa pode responder àqueles questionamentos e sua análise permite que se conclua sobre os possíveis posicionamentos (negociação, compulsão¹ e destruição²) e modos de ação estratégicos (persuasão, desvio,³ coação e ato de força) no nível nacional e, também, possíveis estratégias e ações estratégicas nas diversas expressões do poder.

5 O EIXO DO PODER MUNDIAL

Há um eixo do poder mundial cujo estudo permite identificar as áreas de fricção. O eixo liga EUA, União Europeia, Rússia, China e Japão, sendo os destinos do mundo, em linhas gerais, por ele traçados.

As sociedades ocidentais chegaram a um nível de bem-estar muito elevado e, por serem democracias, elas têm influência nas decisões de Estado. Uma aspiração ou interesse vital é manter este *status*, este nível de bem-estar extraordinário. Para isso, se consomem recursos, principalmente energéticos, em escala inimaginável, sendo impossível manter este elevado padrão com os recursos produzidos apenas em seus territórios. Por outro lado, evitam explorá-los profundamente em seus países, para mantê-los como reserva estratégica nas emergências, como é o caso dos Estados Unidos com o petróleo. Para satisfazer aquela aspiração, é preciso assegurar o acesso às regiões ricas em recursos naturais, para o que projetam globalmente poder político, econômico e militar. Porém, não se restringem às áreas importantes por terem recursos naturais, projetando-se, também, nos espaços de valor geoestratégico: áreas de ligação entre os continentes, áreas de passagem oceânica, entre outras.

O jogo de poder mundial não é uma questão entre *bons* e *maus*, pois não existe esta classificação conceitual nas relações internacionais. Cada país faz o movimento que lhe convém e compete ao Brasil ser forte, a fim de negociar de modo a satisfazer os seus interesses na melhor medida possível em situações de conflito ou crise.

Para se conhecer o modo como o eixo atua, pode-se analisar a Guerra do Golfo, em 1991, a título de exemplo, usando o método para a “análise sucinta de conflitos, crises e guerras”, anteriormente comentado, que, com a devida contextualização, aplica-se à análise de qualquer conflito. O que se lia na imprensa quanto ao propósito da coalizão contra o Iraque era que se pretendia libertar o Kuwait. Na realidade, contudo, o objetivo dos EUA, líder da coalizão, era neutralizar o Iraque, potência regional emergente antagônica aos EUA, que tinha conquistado

1. Compulsão: impor o interesse por meio de pressões em diversos campos do poder. Ver Martínez (2004).

2. Destruição, no jargão militar, significa romper o sistema de comando e controle inimigo e neutralizar sua capacidade para realizar operações ofensivas e defensivas organizadas, deixando-o sujeito à rendição ou ao aniquilamento. Ver Martínez (2004).

3. Desvio, em um conflito, é um modo de ação estratégico que busca a mediação ou arbitragem de um ator isento, ou a identificação de outro interesse comum aos contendores que seja mais vantajoso para ambos que o interesse original em disputa, o qual poderia ser desprezado ou ter sua negociação postergada. Ver Martínez (2004).

um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Mais que isso, o Iraque ameaçava a Arábia Saudita, um dos maiores fornecedores de petróleo dos EUA, numa região onde estes já tinham perdido sua posição no Irã e não a tinham mais no Iraque, que fora um aliado até o final da guerra contra o Irã em 1988. A eventual queda da Arábia Saudita praticamente varreria os EUA do Oriente Médio. Assim, a realidade que envolveu o conflito foi: a monarquia saudita era ditatorial e impopular e os Estados Unidos temiam que acontecesse ali o ocorrido em 1979 no Irã. A região é de grande importância geoestratégica não só pelos recursos energéticos, mas também por ser a ligação entre o Sudoeste da Ásia, a Ásia Central e a África e, também, entre o Mediterrâneo e o Índico; e a libertação do Kuwait era um pretexto para neutralizar o Iraque, óbice que poderia ameaçar a aspiração de manter o padrão de vida nas potências ocidentais e o interesse vital de assegurar o acesso destes países às fontes de matérias-primas. No *Manual Básico do Exército dos EUA*, está clara a disposição para projetar o poder militar internacionalmente, a fim de garantir o acesso a recursos estratégicos, como se vê neste trecho: “defender a Constituição e proteger os interesses nacionais interna e externamente, contra todas as ameaças” (cap. 1, p. 1-44).

Estavam em pauta dois objetivos nacionais dos EUA no Oriente Médio: impedir a ascensão de uma potência regional hegemônica (e o Iraque ameaçava sê-lo) e projetar poder globalmente para assegurar o abastecimento de petróleo. Quanto ao objetivo de guerra, o Iraque deveria ser neutralizado como potência regional emergente antagônica aos Estados Unidos. Assim, o objetivo operacional da guerra (do teatro de operações) foi destruir o seu poder militar. A manobra estratégica no teatro de operações buscou desbordar, cercar e destruir as forças iraquianas, principalmente a Guarda Republicana, por meio de uma ação direta sobre o Kuwait e outra desbordante para envolver e isolar, pelo norte, a Guarda Republicana, viabilizando sua destruição.

Eis como se processou o encadeamento de ações desde a aspiração nacional até a manobra estratégica. O eixo do poder, quando tem liberdade de ação, superioridade militar e um objetivo importante ou vital, aplica o poder militar de forma direta, a exemplo do que se fez contra o Iraque em 1991 e, anos depois, em 2003. A completa neutralização do Iraque foi concluída por meio de uma manobra indireta com sanções, bloqueio econômico e outras medidas. O país não voltou mais a ser uma potência e, embora na mídia aparecesse como tal, em 2003, militarmente já não o era mais.

6 ÁREAS DE FRICÇÃO

Além do Oriente Médio, existem outras áreas de fricção no mundo, cuja importância econômica e geoestratégica atrai o eixo do poder com o envolvimento de suas potências em conflitos de diversos graus de violência. A partir do início da década de 1990,

a aliança ocidental, liderada pelos EUA, avançou na Europa Oriental e na Ásia Central, antes domínios soviéticos. Por que esta expansão? Com a queda da União Soviética, os EUA ganharam liberdade de ação e o seu histórico é de expansão e intervenções.

A OTAN [Organização do Tratado do Atlântico Norte] e a União Europeia varreram a Rússia da Europa Oriental na década de 1990. A Sérvia, aliada histórica da Rússia, era o centro de poder da ex-Iugoslávia. Desmembrá-la e afastá-la da Rússia significou expulsar esta última dos Balcãs e cercá-la por oeste, pois muitas repúblicas da antiga *Cortina de Ferro* estão hoje na União Europeia e na OTAN. Contudo, Putin vem reagindo à política de Boris Ieltsin e voltou a projetar o poder russo em sua antiga esfera de influência, esforçando-se para evitar que a Ucrânia ingresse na União Europeia e na OTAN, como já o fez com a Bielorrússia, e também está retornando ao Cáucaso, como se viu na guerra contra a Geórgia em 2008.

Em 1991, quando caiu a União Soviética, os EUA tiveram liberdade de ação não apenas no Oriente Médio e na Europa Oriental, mas também na Ásia Central. Antes de entrarem no Afeganistão em 2001, já havia multinacionais de petróleo americanas e inglesas na região. Salta às vistas o valor da Ásia Central como posição estratégica de cerco ou como base de projeção de poder. A Rússia, cercada pelo oeste, poderá sê-lo também pelo sul. A China está entrando fortemente na região, tanto no campo político como no econômico. Eis, então, uma área pivô no jogo de poder, pois ela permite cerco, projeção e proteção sobre regiões de importância econômica e geopolítica. Da Ásia Central, os EUA têm acesso ao noroeste chinês, afastado do seu núcleo de poder e onde há movimentos separatistas. Mais a leste, é a China que se projeta na Sibéria, onde em várias localidades já se fala o mandarim, sendo a economia, em grande parte, dominada pelos chineses. Existem entre 7e 10 milhões de russos na Sibéria, enquanto na lindeira Manchúria vivem 100 milhões de chineses. A Sibéria, com o aquecimento global, passará a ser uma área mais favorável à agricultura, fortalecendo o interesse da China, país ávido por alimentos. O que pode ocorrer com a Rússia? Se ela, enfraquecida, sentir o risco de perda de soberania na Sibéria, poderá aliar-se à OTAN. É isto que a aliança ocidental quer, não com uma Rússia muito forte e sim mais fraca, portanto, menos exigente.

Uma vez que a Rússia esteja aliada à OTAN, ou pelo menos não à China, o cerco a esta será uma realidade, pois Coreia do Sul, Japão, Taiwan, Filipinas e Austrália são países ligados ao Ocidente, e a Índia, histórica inimiga da China, recentemente, fez um acordo nuclear com os EUA. Ou seja, há um cerco à China em andamento, mas ela tenta rompê-lo desenvolvendo o poder naval e projetando-se nos oceanos Índico e Pacífico e no Mar da China. Pretende, ainda, reaver Taiwan e ocupar algumas ilhas nos oceanos Índico e Pacífico e no Mar da China, sobre as quais não reconhece a soberania de outros países. No Índico,

já possui bases em algumas ilhas e, no Paquistão, tem uma no Estreito de Ormuz, o que preocupa a Índia.

7 O EIXO DO PODER E AS ÁREAS DE FRICÇÃO CHEGANDO AO ENTORNO BRASILEIRO

Para evitar o cerco, para onde está indo a China? Na direção da África e, de lá, chegando à América do Sul, uma futura área de fricção com reflexos para a defesa nacional. Vê-se a China entrando fortemente na África, seguida da Rússia e da Índia. O que fizeram os EUA? Eles não tinham e, então, criaram um comando civil-militar para aquele continente, sem omitir sua intenção de contrabalançar a crescente influência chinesa. Além disso, reativaram a Quarta Frota, o que não se deve apenas à descoberta das reservas petrolíferas do pré-sal na plataforma continental brasileira. Na realidade, é o Atlântico Sul que aumentou em muito sua importância por ser uma área de crescente exploração mineral e comércio de recursos estratégicos e, também, um espaço de projeção sobre a rica e cobiçada Antártida. O Oceano Atlântico é uma área de interesse do Brasil, junto com a orla ocidental africana e a própria África como um todo. E o que acontecerá ali? Uma convergência de oportunidades, portanto, de interesses do eixo do poder, da Índia e do Brasil. Se todos têm oportunidades no mesmo lugar, ocorrerão choques e conflitos.

Mas não é só na África que a China está se projetando. O gigante asiático, agora, é também um dos maiores investidores na América do Sul e com ele virão Rússia e Índia. Estas potências estão entrando numa região de tradicional influência norte-americana. Enquanto antes só os EUA projetavam-se em escala global sobre regiões de influência de outros países, hoje, a China, a Rússia e a Índia estão chegando à América do Sul, o que levará os EUA a reagirem, de algum modo, para não perderem o seu *status*. Portanto, a liderança brasileira na América do Sul está comprometida.

Merece atenção a história da China no século XIX, quando potências imperialistas como Japão, Rússia, EUA, Alemanha, França, Grã-Bretanha e outras *balcanizaram* aquele país, impondo-lhe a soberania compartilhada em 18 de suas 23 províncias, sem entrarem em conflito entre si. Da mesma forma, existe a possibilidade de, em vez do conflito, as potências do eixo optarem por uma composição para a exploração dos recursos da América do Sul. A China, que antes não apoiaria uma intervenção na Amazônia agora o fará, pois os recursos desta região passaram a ser de seu interesse.

8 REFLEXOS PARA A DEFESA NACIONAL COM FOCO NA AMAZÔNIA

O que pode afetar os interesses nacionais em termos de disputas na região? A defesa do patrimônio, da soberania e da integridade territorial; o propósito de potências do eixo do poder de acessar áreas nacionais com recursos importantes,

sob condições por elas impostas; o controle soberano de áreas geoestratégicas nacionais ou de nosso interesse; e reações à projeção internacional do país, inclusive na própria América do Sul.

Observe-se que a Amazônia brasileira acessa e une sete países (inclusive a França) e três bacias hidrográficas – a Amazônica, a do Prata e a do Orenoco – que podem ser interligadas por obras de engenharia, permitindo a navegação desde a foz do Rio da Prata até o Amazonas e o Orenoco, e daí para o Atlântico. Um dos objetivos nacionais fundamentais, na Constituição Federal, é a integração da América Latina, que começa pela sul-americana. Quem tiver soberania sobre a Amazônia brasileira poderá liderar este processo. Se o Brasil perder a soberania na Amazônia, como está acontecendo, não por imposição militar, mas por concessões que aos poucos está fazendo, quem vai conduzir o processo de integração? Ou ele não acontecerá ou será liderado por outro ator. Então, a importância da Amazônia não é apenas pelos recursos e riquezas, mas também por sua posição geoestratégica.

Quais são as vulnerabilidades do Brasil na Amazônia? A região é um vazio de poder rico em recursos estratégicos. O Estado é ausente e há um vazio populacional. É uma região ainda não integrada ao núcleo de poder nacional, o que caracteriza o Brasil como um país em formação, por estranho que pareça. Há, também, temas da agenda internacional servindo de pretexto para a ingerência e possível intervenção internacional. A questão ambiental, em si, não é uma ameaça militar ao Brasil, mas pode ser o pretexto da ameaça, assim como outras, a exemplo das questões indígena e do crime organizado.

Como agravantes, há a indigência militar brasileira e a ação de organizações não governamentais [ONGs] “cavalos de Troia”, não todas, mas muitas, as quais são ligadas a interesses internacionais. Destaque-se, ainda, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa (França) como potenciais “cabeças de ponte” da OTAN, à qual estes três países são ligados. Diversas ONGs na região são financiadas por potências como EUA, França, Reino Unido, Países Baixos, organismos internacionais e grupos empresariais, representando interesses privados e públicos estrangeiros. E, o mais grave, o governo brasileiro concede recursos e delega autoridade e responsabilidades a estas organizações junto aos indígenas nacionais. Que compromisso estas ONGs têm com o Brasil? Quem elas representam? Que influência elas exercem sobre os índios? E, então, vem a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada na ONU [Organização das Nações Unidas] com voto favorável do Brasil em 2007, que concede aos indígenas em suas terras direitos como: autogoverno e livre determinação de sua condição política; constituir instituições políticas e sistemas jurídicos próprios; pertencer a uma nação indígena; vetar atividades militares nas terras indígenas; e aceitar ou não medidas administrativas do governo federal dentro de suas áreas.

Esse *status* é de autonomia ou de soberania? Por que os defensores da Declaração evocam seu Artigo 46, onde consta que “nenhum dos artigos poderá ser usado para quebrar o princípio da soberania”, mas não mencionam o Artigo 42, onde está bem claro que: “as Nações Unidas e seus órgãos” – um deles é o Conselho de Segurança, que autoriza intervenções internacionais – “velarão e farão o que for possível para o cumprimento dos artigos dessa declaração”? E, então, vem o III Programa Nacional de Direitos Humanos, que preconiza, textualmente: “tornar constitucionais os instrumentos internacionais de direitos humanos”. Ou seja, pretende tornar constitucional a declaração. Se o Congresso Nacional assim decidir, caem por terra as 19 ressalvas do Supremo Tribunal Federal na decisão sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que, de alguma forma, mitigam as consequências da declaração. Existe, ainda, uma resolução aprovada na ONU em 2005, denominada Responsabilidade de Proteger, anteriormente conhecida como “dever de ingerência”, que pode ser evocada para a garantia de direitos humanos em determinadas situações, como fez a Rússia ao “justificar” a invasão da Geórgia em 2008 como sendo para “proteger” as populações da Ossétia do Sul e da Abcásia.

Como ficará a governabilidade no Brasil considerando a quantidade de terras indígenas com todos esses direitos? Terão maior autonomia que os estados da Federação. Além disso, os povos indígenas têm território, serão nações autônomas e terão instituições políticas. Portanto, o Brasil está aceitando a constituição de potenciais Estados-nação dentro de seu próprio território.

Existem áreas estratégicas vulneráveis no Atlântico Sul, na plataforma continental e no litoral brasileiro. O controle destas áreas – onde estão as bacias petrolíferas, as reservas do pré-sal e por onde passam 90% do comércio marítimo do país – pela Marinha é muito difícil, considerando os recursos da Armada. Há, também, atrativos como o Aquífero Guarani, do tamanho de Inglaterra, França e Espanha juntas, e o Aquífero Alter do Chão, na Amazônia, de menor extensão, mas com maior volume de água que o Guarani. O Brasil terá de negociar com os vizinhos do Mercosul a exploração do Aquífero Guarani, havendo sempre o risco de conflitos. Na Amazônia, alguns navios estrangeiros desembarcam a carga e, depois, enchem seus depósitos com água do rio Amazonas sem controle nem indenização. Pode-se esperar a tentativa de ingerência do eixo do poder quando estes ativos forem explorados com maior intensidade.

Sobre os motivos potenciais de disputas com o Brasil, o que poderia servir de pretexto para intervenções internacionais? As questões ambientais e indígenas na Amazônia, por exemplo, não são ameaças militares ao Brasil, mas poderão ser usadas por potências como pretexto para impor a soberania compartilhada na região. Ela não seria imposta por meio de uma invasão, pois o custo em vidas, tempo e outros recursos seria muito elevado, mas sim mediante pressões e manobras políticas, econômicas e psicossociais, implantadas sucessivamente como

já vem sendo feito há duas décadas. Uma vez imposta a soberania compartilhada, o Brasil ficaria com o ônus da administração e a comunidade internacional (leia-se: potências do eixo do poder) receberia a maior parte dos bônus da exploração dos recursos de acordo com normas internacionais reguladoras da atividade econômica regional. Além das questões ambientais e indígenas, há também as dos direitos humanos, do terrorismo e dos ilícitos transnacionais.

Quanto ao emprego direto do poder militar pelo oponente, para impor seus interesses na Amazônia, existem outras áreas estratégicas vulneráveis que podem ser ameaçadas ou ocupadas, servindo como “moeda de troca”, a fim de evitar o emprego de tropas naquela região. Em vez de desembarcar Forças na Amazônia, combater na selva e nas cidades (os núcleos urbanos são mais decisivos que a selva), é mais estratégico empregar uma esquadra para bloquear a bacia petrolífera de Campos, ameaçando cortar a entrada de combustível no continente, ou ainda ocupar a hidrelétrica de Itaipu, ameaçando suspender o fornecimento de energia elétrica a São Paulo e a grande parte do país. Para que gastar recursos num conflito na Amazônia e ter que sofrer uma guerra de resistência interminável e de resultado duvidoso naquela região, se os mesmos interesses podem ser obtidos de forma indireta?

Em síntese, existem ameaças à Amazônia e a outras áreas do Brasil, por serem regiões ricas e constituírem posições de importância estratégica; haver vulnerabilidades agravadas pela cobiça do eixo do poder; sucessivas decisões de governos sem visão, que levaram o Brasil a uma perigosa fraqueza militar e que permitiram que 15% do território nacional fosse ocupado por indígenas sob controle de ONGs que não os consideram cidadãos brasileiros, com o apoio da comunidade internacional; e haver o governo votado a favor da aprovação da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, que pode ser combinada com a Responsabilidade de Proteger para respaldar a criação de nações indígenas independentes dentro do território brasileiro. Este é um quadro que foi criado pelas lideranças do próprio país sem reação da sociedade nacional.

9 EMPREGO DO PODER MILITAR BRASILEIRO

Hoje, o emprego do poder militar nacional tem de levar em conta o quadro de carências mencionado, que perdurará por muito tempo. A dissuasão é o efeito que deve ser buscado indiretamente, pela persuasão, e diretamente pela compulsão ou ameaça de destruição, antes de se optar pela guerra.

Portanto, o emprego do poder militar não se restringe à dissuasão por compulsão ou à ação direta por destruição. Ele pode ser utilizado, também, numa estratégia de cooperação que prescinde, até certo ponto, de equipamentos mais sofisticados por parte das Forças Armadas. A cooperação militar pode criar vínculos com os países por ela beneficiados, importantes como argumentos de

persuasão em conflitos que impliquem negociação, alianças e outras medidas. O Brasil pode usar o seu poder militar, particularmente na América do Sul e na África, para uma projeção *benigna* pela cooperação militar. A cooperação militar abrange: ajuda, apoio, parcerias e intercâmbios; reuniões e órgãos coletivos de defesa; exercícios e missões combinadas; parcerias em outros campos como ciência e tecnologia, desenvolvimento e indústria de defesa; medidas de equilíbrio de poder, que desenvolvem a confiança mútua; e controle de armas.

A dissuasão por *compulsão* abrange: suspender a cooperação com determinado país, o que pode ser agravado pelo redirecionamento da cooperação para um rival; a paz armada e a diplomacia armada, que consistem em deslocar tropas para a fronteira e ali fazer exercícios; apoiar uma guerrilha ou um movimento contestatório num país com que se esteja em conflito; e a ação punitiva, como foi o bombardeio aéreo dos EUA à Líbia em 1986, retaliando-a por atentados terroristas que teriam sido cometidos com o apoio de Kadaffi. (Martinez, 2004).

Há, ainda, a guerra propriamente dita, abrangendo: guerrilha; ação punitiva; intervenção militar; guerra convencional limitada; e guerra total. (Martinez, 2004).

A dissuasão existe, ainda que de forma implícita, também na cooperação, pois é um modo de demonstrar competência e poder.

A dissuasão pode ser defensiva, ofensiva ou defensivo-ofensiva. A defensiva é a capacidade de exercer um dano significativo como resposta a uma ameaça ou agressão. A ofensiva é a capacidade de exercer um dano por iniciativa, quando se pretende impor uma ação a ser adotada pelo oponente. A defensivo-ofensiva é uma combinação das duas anteriores. O Brasil, em face de um poder antagônico mais fraco ou equilibrado, deve usar a dissuasão defensivo-ofensiva. Parte das Forças Armadas – condizente com a estatura internacional do Brasil – deve estar em nível de prontidão (preparo, equipamento e adestramento) superior ao de eventuais oponentes para a defesa do território. E, ainda, dispor de uma força de pronto emprego com capacidade de revide para ações ofensivas, rápidas, vigorosas, de pequena profundidade e curta duração, sem manter a ocupação de territórios por tempo prolongado. Em síntese, é entrar, causar um dano maior que o recebido e retirar-se antes que o oponente adote a guerra de resistência, normalmente prolongada e de resultado incerto. Esta é uma visão pessoal de como deve ser o poder militar brasileiro em face de potências mais fracas ou equilibradas.

Em face de uma potência muito superior, a dissuasão deve ser defensiva, empreendendo a guerra convencional, com flexibilidade para passar à guerra de resistência em curto prazo. Nessa hipótese iriam agir, principalmente, a diplomacia, a expressão econômica e a psicossocial do poder nacional, pois a militar pouco poderia fazer nas condições atuais, além do sacrifício que o dever impõe, a exemplo do que fez o tenente Antônio João, em Dourados (MS), na Guerra

da Tríplice Aliança, ao morrer com seus comandados defendendo sua posição, ante uma força muito superior, para mostrar que não aceitava a violação do patrimônio nacional. Ou seja, não se vai entregar o território sem luta. O Brasil, rapidamente, teria que passar à guerra de resistência, tipo de conflito que deve ser evitado, pois se prolonga por décadas, impõe sacrifícios, atraso e prejuízos que demandam muito tempo para serem superados, como se verificou no Vietnã. A alternativa à guerra de resistência é ter capacidade de dissuasão.

No primeiro caso, contra potência igual ou mais fraca, o Brasil tem Forças Armadas com poder de dissuasão para a defesa do território, mas não para a capacidade de revidar. No segundo, contra potência muito superior, o país tem capacidade militar apenas para apoiar as demais expressões do poder, com severas limitações para as ações militares diretas. Só em longo prazo poderemos dispor de uma razoável capacidade de dissuasão, desde que haja vontade política.

A projeção de poder militar em apoio à política exterior – uma das missões em que o Exército tem sido mais empenhado – é feita por meio da cooperação, das missões de paz e de operações humanitárias, podendo ser realizada, também, pela participação em alianças de defesa coletiva e em forças expedicionárias sob a égide de organismos internacionais. Para estas missões, as Forças Armadas deveriam dispor, em curto prazo, de uma força de pronto emprego de valor mínimo de brigada. São cerca de 5 mil homens, compondo uma força-tarefa, com meios mecanizados e apoio de helicópteros, apta a realizar operações conjuntas com tropas da Marinha e da Aeronáutica, constituindo uma força expedicionária ou um contingente de operação de paz ou de ajuda humanitária.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O limite entre a tolerância e a ação é a segurança da Pátria (autor desconhecido).

Diplomatas e militares não devem se preocupar com as ameaças apenas quando elas forem prováveis, mas sim enquanto forem possíveis. Se um futuro é possível, mas não desejável, o país tem que se preparar agora, a fim de, estrategicamente, criar as condições para evitar o desenlace indesejável. Este é o papel dos militares e diplomatas, uma vez que política exterior é diplomacia e, também, defesa. Alguém poderia dizer que se está indo muito longe nesta preocupação, mas, se não for assim, não há porque se ter poder militar. Não se cria da noite para o dia o poder de dissuasão. A globalização tornou o mundo pequeno, mas o Brasil ainda não percebeu. Se o mundo ficou pequeno, nós, que estávamos longe do eixo dos conflitos, hoje, nele estamos entrando, mas em situação de perigosa fraqueza.

A arte da guerra nos ensina a confiar não na probabilidade de o inimigo não vir, mas em nossa prontidão para enfrentá-lo; não na eventualidade de ele não atacar, mas antes, no fato de tornarmos nossa posição inexpugnável (Sun Tzu).

RODADA DE PERGUNTAS

PERGUNTA

Pergunto ao general Rocha Paiva. Como estão sendo encaradas, do ponto de vista da segurança nacional, as questões de Itaipu e Tucuruí? Em Tucuruí, por exemplo, há uma situação de grande vulnerabilidade, tendo em vista que o tráfego de veículos é feito todo sobre a usina. Se você parar em cima da barragem, demora de 15 a 20 minutos até que venha uma viatura com um segurança da Eletronorte para perguntar o que você está fazendo ali. Como o Ministério da Defesa está vendo esses pontos de vulnerabilidade?

LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

Sobre a questão da segurança dessas áreas estratégicas críticas do país, energéticas no caso, existe um primeiro passo que está no nível da segurança pública. Existem os órgãos de inteligência que acompanham a situação de segurança nestas áreas e vai se observando a possibilidade de haver alguma ameaça, no campo do terrorismo, de movimentos de atingidos por barragens, de indígenas etc. Sobre isto é feito um acompanhamento de inteligência. Então, se houver necessidade de emprego de força armada para reforçar a segurança nestas áreas, seja uma ameaça de ordem interna ou externa, isso é uma evolução. Primeiro, tem que se esgotarem os meios do próprio local e da segurança pública e, no momento em que a ameaça seja de emergência ou urgência, poderá vir uma ordem de emprego das Forças Armadas, a qual passa pelo presidente da República. O que as Forças Armadas têm são planos para contingências desta natureza. Planos de segurança, de ocupação, de preservação das áreas críticas destas instalações. Então estes planejamentos existem, seja para ameaças externas, seja para problemas de ordem interna. De ordem interna, contudo, só se os meios locais e os órgãos de segurança pública não puderem resolver.

PERGUNTA

Pergunto ao general Rocha Paiva. O senhor, quando discutiu as estratégias de dissuasão, mencionou a necessidade de o Brasil se concentrar numa estratégia defensiva em um primeiro momento. A minha pergunta é: considerando a perspectiva de tensões cada vez mais próximas ao nosso país, que podem afetar os nossos interesses nacionais e, também, vendo a possibilidade de o país alcançar a posição de quarta ou quinta economia do mundo em poucos anos, é possível que uma potência emergente se resigne a um papel defensivo ou, de certo modo, é inexorável que o Brasil tenha que exercer também algum tipo de projeção de poder fora de suas fronteiras? Neste caso, se isto for inexorável, quais seriam os melhores meios? E sobre as recentes estratégias de aquisição para o reequipamento das forças, através dos submarinos, veículos aéreos não tripulados, satélites, quais destas tecnologias seriam as mais viáveis para este processo?

A outra pergunta é para o Prof. Alfredo. O Brasil vem buscando, ao longo dos últimos anos, de forma bastante incisiva, um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e, ao que me parece – e também na opinião de alguns especialistas – por meio de uma estratégia de *soft power*, buscando, por meios diplomáticos, se posicionar como um interlocutor em vários conflitos no mundo. O senhor considera esta uma estratégia viável no médio prazo? E, se não, quais seriam as críticas que o senhor faria especialmente em relação ao acordo com o Irã? E em que ponto isto afeta também o nosso programa nuclear, caso sejam aprovadas as sanções que estão sendo planejadas contra o Irã?

LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

Quanto à estratégia de dissuasão defensiva, o Brasil, em termos de sua configuração territorial, é um país resolvido. A estratégia defensiva não quer dizer que você não use as ações ofensivas. Ela é defensiva porque você não vai buscar, pela força, o seu interesse, em nenhum lugar. Mas você também não vai admitir que haja uma intervenção militar no país para que se busquem interesses por parte de outras potências. Então, você, mesmo adotando uma estratégia defensiva, deve ter capacidade para tomar uma iniciativa e atuar ofensivamente, mas não com a ideia e os objetivos de conquista, mas sim de defesa. Isto é o que significa uma estratégia de dissuasão defensiva. Então, o Brasil é um país resolvido e não tem interesses em se expandir para nenhuma direção.

O Brasil, tendo interesses em participar dessa cena internacional, vai se projetar política e economicamente. Não existe potência que não seja equilibrada. Tem que haver um equilíbrio entre os campos político, econômico, militar e mesmo na vontade nacional. Então, esta projeção de poder vai ter que ser respaldada em um poder equilibrado. Esta projeção de poder pode levar a que nós, em determinados momentos, tenhamos interesse em atuar em forças expedicionárias internacionais sob a égide de algum organismo internacional ou na defesa de um interesse próprio. É aquela ideia de que, muitas vezes, um interesse nosso que seja vital, importante, legal, dentro de um tratado, dentro de uma negociação, que esteja fora do país, esteja sendo ameaçado. Em determinadas circunstâncias (não por qualquer motivo), o país pode ter a necessidade de projetar poder para assegurar aquele interesse. Ou mesmo um interesse de um organismo internacional, por meio da participação de uma força expedicionária, num conflito qualquer. Isto seria a projeção de poder. E, para isso, é preciso ter mobilidade estratégica. No local de atuação, deve-se ter capacidade logística de ser mantido naquela região. E lá, naquela região, poder de choque, dado por tropas mecanizadas, apoiadas por helicópteros, com comando, controle e comunicações, logística etc. Ou seja, uma tropa perfeitamente constituída para ter o máximo possível de independência nesta situação.

Então, em síntese: mobilidade estratégica para chegar lá; capacidade logística para se manter lá; e poder de choque para receber e cumprir missões, de acordo com um estudo que deve ser feito da ameaça operacional que se vai encontrar naquela região.

ALFREDO COSTA FILHO

Em primeiro lugar, sobre se, no fundo, acho correta a expectativa do Brasil de ter um assento no Conselho de Segurança: concordo totalmente com o ministro, que disse hoje que isso é uma pretensão nacional sustentável e justificável. Não é fácil, obviamente, por várias resistências, mas eu diria que hoje está muito mais factível do que estava há dez ou 15 anos atrás. Se não estivesse, provavelmente o Lula não teria ido, com a Turquia, negociar com o Irã. Acho que então este é um primeiro aspecto.

A segunda questão já é mais complicada. Não sou especialista em defesa. Dos oitenta e poucos trabalhos que tenho, só tenho dois sobre defesa. Um é sobre prospectiva e poder nacional e o outro é uma análise comparada que fiz a pedido da SAE, no começo dos anos 1990, comparando as óticas de planejamento – em dois casos “sem aspas” e em um caso “com aspas”. Comparei as óticas de planejamento do Ministério do Planejamento e das Forças Armadas. E, também, a ótica de planejamento (com aspas) do Ministério das Relações Exteriores, que não é uma ótica explícita. Não há um planejamento extensivo. Então, não é o meu campo responder a esta questão. Mas o que eu arriscaria dizer é que nós demos alguns tropeços complicados. Acho que um já foi comentado pelo general, na questão do reconhecimento das nações indígenas, com problemas seriíssimos com este conjunto de tribos que são transfronteiriças e como vai ficar isso no futuro. Outro tropeção foi a assinatura do TNP. Tenho a impressão de que parte do que o Itamaraty está fazendo – com muita precisão e muita competência na questão de se projetar numa negociação complicada como a questão nuclear com o Irã – tenha a ver provavelmente com isso. Nós ficamos numa posição um pouco débil. Temos um interesse nacional em resistir à assinatura do tratado de proliferação depois de ter aceitado aquela situação problemática. Vejo esta tentativa de negociação como uma espécie de tentativa de suspender, pelos suspensórios, em termos de presença na esfera internacional. Nesse sentido me parece perfeitamente correto e oportuno.

Apenas mais um breve comentário. Teve uma parte da minha exposição que não comentei. Entre os alertas prospectivos que comentei, há uma classe que chamo de alertas prospectivos instrumentais. São aquelas ações estratégicas voltadas ao longo prazo que devem ser realizadas e que servem a todos os demais objetivos. Estou tocando nisso porque uma delas é bastante pertinente neste caso. Estou convencido de que é imprescindível que este país, para alguns projetos que sejam efetivamente prioritários – e também do ponto de vista da

Rodada de Perguntas

defesa – se inspire no direito constitucional, onde existem as cláusulas pétreas (que são cláusulas de difíceis mudanças) e crie as rubricas pétreas, ou seja, não sujeitas a contingenciamento. Senão, qualquer ministro da Fazenda, a qualquer hora ou a qualquer semana, pode tumultuar cronogramas físicos e pegar o projeto do submarino e fazer o contrário do que se faz no mundo moderno, que é cortar o curto prazo: a gente pega uma coisa que é para ser de médio prazo e se transforma em algo de 30 anos, o que é um absurdo. Na questão do enriquecimento de urânio, ele tem magnitude e importância estratégica suficiente para merecer este tipo de ótica: rubricas pétreas.

REFERÊNCIA

MARTINEZ, C. J. M. **Fundamentos para una Estrategia Nacional**. Buenos Aires: ESG, 2004.

PARTE 2

O BRASIL E O ATLÂNTICO SUL

7 DE AGOSTO DE 2010

BRASÍLIA - DF

ABERTURA

MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA*

O professor Marcio Pochmann, infelizmente, não pôde estar aqui no nosso evento. Ele teve de assumir outro compromisso na Universidade da Integração Latino-Americana, em Foz do Iguaçu, e não houve tempo para que ele chegasse. Mas, na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte), da qual eu sou o coordenador-geral, estamos tentando auxiliar a Presidência do Ipea em uma agenda de discussão de temas de longo prazo. No primeiro evento deste ciclo, em junho de 2010, contamos com a participação do Exército. Hoje, temos convidados da Marinha. Agradecemos muito aos representantes das Forças Armadas que estão nos apoiando nessa discussão. Agradeço, especificamente, ao almirante Reginaldo Reis, da Escola de Guerra Naval, ao comandante Paiva, do Estado-Maior da Armada, e ao professor Alcides Costa Vaz, da Universidade de Brasília (UnB), por terem aceitado o convite para participar deste debate. Convido, então, nossos palestrantes a assumirem suas posições para começarmos.

* Coordenador-Geral de Pesquisas em Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea.

O ATLÂNTICO SUL E AS PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS DE BRASIL, ARGENTINA E ÁFRICA DO SUL*

Alcides Costa Vaz**

1 INTRODUÇÃO

Muito boa tarde a todos. Antes de tudo, agradeço esse honroso convite por parte do Ipea para, uma vez mais, contribuir com os trabalhos deste instituto.

Gostaria, primeiramente, de demarcar alguns dos pressupostos da apresentação que farei, qual seja: *O Atlântico Sul e as perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul*. Procurei examinar documentos oficiais relativos tanto à parte de segurança e defesa quanto à parte de planejamento de ações de políticas públicas que envolvam, de alguma forma, o espaço “Sul” como referente privilegiado nestes três países. O objetivo foi verificar em que medida a maior ou menor convergência das avaliações dos três países acerca da importância estratégica do Atlântico Sul permitiria um diálogo político e, quem sabe, ações concertadas visando extrair consequências positivas em termos de exploração das oportunidades que a valorização estratégica ensejaria. Também se pretendeu avaliar a pertinência de estes países procurarem se posicionar conjuntamente frente a riscos e ameaças que percebam diante desse cenário. Então, a preocupação de fundo é a factibilidade de uma ação politicamente concertada entre os países limítrofes tanto da costa da América do Sul quanto da costa africana, mas com um foco específico sobre os três países, que são, indubitavelmente, os atores mais relevantes neste cenário.

2 O ATLÂNTICO SUL EM PERÍODO RECENTE: PANORAMA GERAL

Uma premissa de fundo, já entrando, portanto, na consideração do tema, é a de que as percepções e as avaliações sobre a importância estratégica do Atlântico Sul vêm se alterando nos últimos anos, acompanhando uma crescente valorização, por parte tanto dos Estados da costa sul-americana e africana quanto das grandes potências – em particular, das grandes potências ocidentais.

Sabemos todos que, tradicionalmente, o Atlântico Sul, do ponto de vista dos interesses e das avaliações das grandes potências, foi considerado uma área de

* Versão semelhante deste texto foi publicada em Vaz (2011).

** Doutor em Sociologia das Relações Internacionais e professor adjunto do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Irel/UnB).

importância estratégica secundária. Contudo, isso vem se alterando. As grandes potências também passam a contemplar o Atlântico Sul como uma área estrategicamente relevante do ponto de vista de seus interesses de segurança e de seus interesses econômicos, e também do ponto de vista do protagonismo na política internacional. E não é difícil conjecturar as razões que explicam esta crescente valorização. O Atlântico Sul vem gradualmente se convertendo em um espaço onde se projetam interesses estratégicos e econômicos que estão associados: à intensificação dos fluxos comerciais; à descoberta de importantes jazidas de insumos energéticos como gás e petróleo, em particular ao longo das plataformas continentais; e à identificação de jazidas minerais, tanto nas plataformas continentais quanto na Área,¹ que corresponde ao espaço de águas internacionais sob jurisdição da Autoridade Internacional de Fundos Marinhos das Nações Unidas (ISA), onde há também a ocorrência de jazidas minerais que vêm despertando a atenção de diversos países por seu significado econômico.

Além de ser uma área cuja importância estratégica é valorizada pelas grandes potências, também o é por parte dos Estados tanto da América do Sul quanto da costa africana, que, nos últimos anos, começaram a enunciar de forma mais clara – como é o caso do próprio Brasil – políticas específicas voltadas para esta projeção marítima. Comentávamos agora, antes do início da sessão, que a sociedade brasileira conhece e sabe muito pouco sobre o Atlântico Sul, o mesmo ocorrendo, naturalmente, também na Argentina, embora lá haja outros fatores que consideraremos mais adiante. Contudo, em relação à ideia de criar na sociedade brasileira uma consciência sobre si mesma, de modo a ver o Brasil não apenas como um grande país continental, mas também como um grande país marítimo, estamos dando os primeiros passos nesses últimos anos, desde que se conseguiu incluir, na Política de Defesa Nacional, a defesa do Atlântico Sul como uma prioridade *pari passu* com a que sempre foi outorgada à Amazônia. Então, esta é uma valorização que ocorre tanto por parte dos próprios países limítrofes quanto por parte das grandes potências.

Entretanto, o Atlântico Sul é também um espaço em que surgem – ou resurgem – contendas territoriais e disputas por soberania, como entre o Reino Unido e a Argentina em torno das ilhas Malvinas e das ilhas atlânticas de Geórgia e Sandwich do Sul. Também surgem contendas associadas a diferentes propostas de extensão da plataforma continental, em que Argentina e Reino Unido se contrapõem. Brasil, Argentina e África do Sul já encaminharam suas propostas de extensão da plataforma continental. Ou seja, no Atlântico Sul, há uma questão limítrofe, de limites marinhos, de definição de áreas sob jurisdição de Estados nacionais.

1. De acordo com o Artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, “Área significa o leito do mar, os fundos-marinhos e o seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional”.

Ademais, o Atlântico Sul tem se transformado em uma arena em que também passam a repercutir com mais nitidez divergências protagonizadas por grandes potências no campo geopolítico, as quais, muitas vezes, são engendradas em outras regiões, em outros contextos. Exemplo disto é o envolvimento da Rússia com manobras militares na costa da Venezuela, que tem conexões com a questão da Geórgia. Isto mostra que, de alguma forma, este entorno brasileiro e o espaço do Atlântico Sul passam a ser também um cenário em que muitas injunções da política internacional passam a se expressar, a se manifestar. Acompanhando esse processo, observa-se uma crescente atividade política no âmbito da segurança e da defesa tanto por parte dos países sul-americanos e africanos quanto de outros atores, como os Estados Unidos e o Reino Unido, e mesmo por organizações, como é o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Assim, o Atlântico Sul desponta como uma importante referência nas políticas de defesa do Brasil, da Argentina e da África do Sul, embora a partir de condições diferenciadas, segundo cada país. Ao mesmo tempo, podemos observar iniciativas de cooperação, tanto em âmbito bilateral como multilateral, nos campos militar, econômico e político, e a recriação ou a criação de estruturas de segurança, tais como a Quarta Frota ou até mesmo o Africa Command, criado pelos Estados Unidos e atuante na costa atlântica da África. Importante destacar que, neste contexto, foram realizados exercícios militares da Otan com Cabo Verde – ou seja, no limite do que seria o Atlântico Norte. Como também da Rússia com a Venezuela, no Mar do Caribe; não exatamente no Atlântico Sul, mas compondo um mesmo cenário em que espaços que não eram valorizados estrategicamente pelas potências o passam a ser, por razões diferenciadas. Todos estes aspectos, se os considerarmos conjuntamente, demonstram que está em curso um processo de valorização político-estratégica do Atlântico Sul cujo alcance não apenas se resume aos interesses dos países da América do Sul e da África – interessados em ampliar, naturalmente, sua presença, seu sentido de oportunidade e suas necessidades de segurança neste espaço –, mas envolve também os interesses e as ações de outros atores. No caso dos Estados Unidos, estes estão preocupados em consolidar sua posição hegemônica e em elevar seu perfil internacional. Outros Estados estão preocupados em estender suas projeções territoriais, posicionando-se para a exploração de recursos marítimos, biológicos e minerais.

Referindo-me, portanto, a esse panorama é que pretendo abordar as perspectivas estratégicas dos três países (Brasil, Argentina e África do Sul). Trata-se de países cujas configurações e posicionamentos geográficos atribuem às suas projeções atlânticas, naturalmente, um grande valor estratégico. Basta olhar o mapa para compreender por que Brasil, Argentina e África do Sul inclinam-se, naturalmente, a prestar um grande valor estratégico ao Atlântico Sul. Contudo, a convergência

entre os três países quanto a esse reconhecimento nem sempre resulta em iniciativas conjuntas ou possibilidades de articulação política que lhes permitam, de alguma maneira, engendrar diálogo ou formas de cooperação que retratem essa crescente valorização estratégica no contexto da política internacional, bem como no contexto das visões dos próprios países, e que, ademais, deem conta da pluralidade de interesses dos atores presentes neste espaço.

Antecipando-se um pouco o elemento conclusivo desta apresentação, tudo nos faria supor que há uma convergência natural entre Brasil, Argentina e África do Sul quanto à importância estratégica do Atlântico Sul, quanto à necessidade de sustentar um diálogo político, de construir ações, de coordenar esforços, de atuar conjuntamente no sentido de extrair os dividendos dessa valorização, ou de, ainda, se posicionar diante de riscos e ameaças que ela eventualmente contenha. Mas o que foi possível observar é que há alguns percalços que estão associados às próprias concepções dos países sobre o Atlântico. Há uma convergência de fundo? Sim, ela existe. Mas há também um caminho a ser percorrido até que isso resulte efetivamente em ações e políticas estrategicamente coordenadas entre os três países. Já existem elementos que nos indicam isso, que sinalizam esforços nesta direção, mas há vários outros que apontam que estamos muito distantes da condição em que poderíamos estar diante desta convergência de leituras que existe entre os três países. Desse modo, passarei a considerar as perspectivas de cada um dos três países com o propósito de avaliar se elas ensejam graus de convergência passíveis de fundamentar um diálogo político-estratégico que faça jus a essa crescente valorização.

3 PERSPECTIVAS DO BRASIL

Entre os três países considerados, o Brasil diferencia-se por sua aspiração a se constituir como um ator global, o que faz com que seus interesses no Atlântico Sul tenham uma conotação e uma projeção que ultrapassam a dimensão estritamente regional. Isto o diferencia dos outros dois países. Tanto a Política de Defesa Nacional – PDN (2005) quanto a Estratégia Nacional de Defesa – END (2008), sabidamente reconhecem o Atlântico Sul, ao lado da Amazônia, como um espaço prioritário para os interesses brasileiros de segurança e de defesa. Assim mesmo, a caracterização do Atlântico Sul como espaço prioritário para fins de segurança e defesa responde, em ambos os documentos, a fatores diferenciados.

Em primeiro lugar, estão os fatores relacionados à soberania sobre recursos no espaço marítimo sob jurisdição brasileira, com destaque para o fato de nosso comércio exterior ser realizado, fundamentalmente, por via marítima, e de 90% da nossa produção de gás e petróleo se realizar na plataforma continental. Então, o Brasil alinhava estas três ordens de consideração: nossas rotas comerciais;

produção de energia no que diz respeito a gás e petróleo; e necessidade de assegurar a soberania e a jurisdição plena sobre os recursos contidos em nossa plataforma continental. Isto nos proporciona uma valorização que está muito presa à dimensão material de recursos e ainda fortemente vinculada à dimensão da plataforma continental ou ao limite da Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

Porém, ao introduzir o conceito de entorno estratégico brasileiro, sobretudo na Política de Defesa Nacional, este entorno é estendido à costa dos países litorâneos na África. Ambos os documentos – em particular, a segunda PDN –, incorporam integralmente o Atlântico Sul como um espaço de central importância para a segurança e a defesa do país, ultrapassando, assim, as águas jurisdicionais como espaço de referência. E, com isso, também “importa” uma agenda – ou seja, incorpora temas e preocupações condizentes com as de um ator que pretende radiar influência e exercer protagonismo para além do seu entorno regional específico. Neste caso, o entorno estratégico brasileiro é muito mais do que o seu entorno regional. É essa projeção marítima que leva a isso, já que, pelo lado da projeção continental, nosso entorno estratégico está definido como abrangendo desde a América do Sul até a costa do Pacífico – ou seja, o próprio continente sul-americano. Isto põe o Brasil em uma concepção mais regional. Contudo, em relação a esta projeção marítima do nosso entorno estratégico, que nos leva até a costa africana, seria um “abuso” do conceito de região dizer que é uma projeção apenas regional. Esta projeção marítima nos leva para além de uma noção de região. O entorno estratégico, neste caso, se visto sobre esta angulação marítima, sob esta projeção do Atlântico Sul, remete a algo mais que uma região.

Então, nesta direção é que se justificam, em grande medida, os esforços da Marinha brasileira de consolidar seu perfil de marinha de águas profundas, dotada de capacidades que lhe garantam mobilidade estratégica em grandes espaços. Desta forma, os temas que estão presentes na agenda da chamada Área, este espaço de águas internacionais do Atlântico Sul, terminam sendo assumidos no contexto das preocupações de defesa do Brasil. Quais são eles? Aqui, cabe fazer referência às preocupações externadas pelo então ministro da Defesa Nelson Jobim acerca da exploração, no Atlântico Sul, dos chamados nódulos polimetálicos, que estão agora em estudo no âmbito da ISA. No Pacífico Sul e no oceano Índico, onde também existem estes nódulos polimetálicos, já estão em curso iniciativas de exploração. Mas o que estas iniciativas mostram? Que esses blocos de exploração podem alcançar até 100 km². Os países responsáveis pela exploração têm assegurado o direito de criar zonas de segurança, suscitando, assim, obstáculos ao livre trânsito e à livre navegação – ou seja, vai-se cerceando, de alguma forma, espaços de movimentação, dificultando o trânsito de embarcações e afetando potencialmente rotas marítimas. Este cenário é uma preocupação externada pelo então ministro Nelson Jobim no ano passado, ao tratar do tema, ponderando que isso afetaria potencialmente rotas

marítimas de interesse do Brasil no Atlântico Sul, afora a existência de tais zonas de segurança próximas à plataforma continental brasileira, que, em declarações à imprensa, o ministro classificou como indesejáveis.

Nesse sentido, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Defesa desencadearam ações, desde 2009, objetivando mobilizar esforços dos países africanos e sul-americanos para um levantamento de dados científicos sobre a geografia dos Atlânticos Sul e Equatorial, de forma a permitir que esses países se posicionem sobre o tema e mobilizem-se para também tirar proveito das oportunidades que estão aí colocadas. Ao mesmo tempo, o Brasil prepara a realização de pesquisas sobre crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande e, também, conduz uma pesquisa – piloto de depósitos minerais e de biodiversidade no arquipélago de São Pedro e São Paulo. Aguardamos o posicionamento da organização das Nações Unidas (ONU) sobre o pleito de ampliação para 350 milhas náuticas das águas jurisdicionais brasileiras.

No plano político, o Brasil percebe com apreensão, mas, de alguma forma, reconhece, dentro de uma postura pragmática, a presença militar dos Estados Unidos, e percebe, também com apreensão, uma maior proatividade militar tanto de parte do Reino Unido e, em duas ocasiões, da Rússia; neste último caso, no mar do Caribe. O Atlântico Sul é, então, percebido pelo Brasil como um espaço necessário e privilegiado de articulação de interesses de políticas cooperativas com os países da costa africana e, também, como um espaço de disputa de oportunidades a ser preservado de contendidas estratégicas entre países de fora de seu contexto, sobretudo entre grandes potências. É, ao mesmo tempo, um âmbito privilegiado para a cooperação em segurança. O Brasil visa preservá-lo como uma área de estabilidade, livre de armas nucleares e o mais distante possível dos eixos de conflitividade e rivalidade entre grandes potências. No entanto, como vimos antes, esta condição está sendo desafiada por uma realidade que aponta a crescente valorização estratégica do Atlântico Sul, o que seria uma boa notícia, mas que traz também algumas consequências, algumas externalidades, porque mobiliza os interesses de terceiros países e, neste caso, principalmente, de grandes potências ocidentais.

As preocupações e os interesses estratégicos brasileiros no Atlântico Sul ultrapassam as considerações e as necessidades imediatas de defesa de território, de recursos e de instalações em águas sob sua jurisdição. Isto eu gostaria de marcar, porque é um elemento que diferencia a perspectiva brasileira das perspectivas dos outros dois países que consideraremos: Argentina e África do Sul. Volto a repetir, apenas para poder frisar, as nossas preocupações e os nossos interesses estratégicos no Atlântico Sul ultrapassam as considerações e as necessidades de defesa. Elas alcançam também as possibilidades e os processos, tais como os que estão ocorrendo na Área, em águas internacionais, e

também os desenvolvimentos na parte africana que possam afetar diretamente e significativamente as possibilidades de cooperação e a definição de um panorama político favorável aos interesses internacionais brasileiros. Isto nos coloca em contato não apenas com os países vizinhos da costa sul-africana, mas também com os interesses e as políticas de organismos internacionais, de organismos regionais de caráter multilateral e de países como Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, Alemanha, Espanha e China, atores cada vez mais presentes neste cenário.

4 PERSPECTIVAS DA ARGENTINA

A Argentina, com seus quase 3 milhões de km² de mar sob sua jurisdição e 5 mil km de costa, é um país para o qual o Atlântico Sul seria também, naturalmente, de grande relevância estratégica. A isto se somam a existência de seu território antártico e a respectiva projeção marítima deste território no Atlântico. O país compartilha com o Brasil, essencialmente, preocupações de mesma natureza, como a preservação deste espaço como uma área estável, livre de armas nucleares e de quaisquer outras armas de destruição em massa e distanciada dos grandes eixos de conflitividade internacional. Compartilha conosco também a perspectiva sobre a necessidade de um exercício efetivo de controle e proteção de recursos existentes na sua plataforma continental. Então, teríamos um pano de fundo bastante convergente, em grandes linhas, com a Argentina.

O *Livro Branco de Defesa da Argentina*, que agora passou por um processo de revisão e atualização, caracteriza o Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação, embora também identificasse, desde o início dos anos 1990, quando veio à tona a referida publicação, a competição em nível mundial por recursos naturais nos campos energético e alimentar como um fator de importância estratégica. Isto explicaria a presença de grandes frotas pesqueiras no flanco oeste do Atlântico Sul, tornando-o exposto à exploração desmesurada de seus recursos, o que demandaria controle e proteção das águas jurisdicionais argentinas. Reconhecia, também, a importância da preservação dos recursos renováveis para além das ZEEs e, ainda, a importância do Atlântico Sul para o relacionamento com os países da costa africana, muito embora esta dimensão não tenha ainda logrado obter a mesma importância estratégica que tem para o Brasil, cuja política africana tem sido, tradicionalmente, muito mais proativa que a da Argentina. Isto me faz recordar de um seminário do qual eu e o comandante Paiva, que se encontra aqui na mesa, participamos em 2000, na Universidade Católica Argentina, também sobre o tema do Atlântico Sul. Ali, ficava bem marcado que a Argentina via o Atlântico Sul como uma oportunidade de aproximação dos países africanos. Contudo, a Argentina não desenvolveu políticas e ações consistentes neste campo.

As passagens interoceânicas do canal de Beagle e do estreito de Drake são objetos de particular relevância para a Argentina, visto que especificamente este

último representaria a única opção para que barcos de grande porte – tais como superpetroleiros, barcos de guerra e submarinos – pudessem alcançar o oceano Pacífico pelo sul do nosso continente. Segundo o *Livro Branco de Defesa da Argentina*, essa é também a rota empregada para o transporte de substâncias como plutônio e material radioativo. Então, as passagens interoceânicas possuem um destaque importante para a Argentina, que não está presente na avaliação brasileira. Nós podemos, assim, observar que, para a Argentina e para o Brasil, alguns aspectos que conferem relevância estratégica ao Atlântico Sul são comuns, mas há aspectos importantes, mais específicos, que não chegam a dificultar a possibilidade de entendimento e cooperação nos marcos e nas instâncias já existentes, mas sinalizam diferenças importantes quanto ao foco e à amplitude de interesses, particularmente em relação à dimensão territorial. Ou seja, está muito mais presente na avaliação estratégica da Argentina sobre o Atlântico Sul a dimensão territorial, visto que ela tem alguns componentes que o Brasil não tem. Nós temos uma preocupação muito clara com a nossa soberania neste ponto, mas ela está vinculada à plataforma continental, esta mesma que, em alguns pontos, queremos estender. A Argentina, além disso, tem sua projeção antártica e as passagens interoceânicas. São pontos que diferenciam sua avaliação daquela do Brasil.

À diferença do Brasil, o Atlântico Sul também representa, para a Argentina, importantes demandas territoriais, envolvendo, como sabido, as ilhas Malvinas e as ilhas Geórgia e Sandwich do Sul. E, assim como fez a Inglaterra, a Argentina apresentou à ONU petição para ampliar a plataforma continental destes territórios, sobre os quais reclama soberania, gerando, desse modo, uma contraposição de interesses com o Reino Unido. Assim, do ponto de vista militar, a força naval Argentina almeja, a exemplo do Brasil, consolidar-se como uma marinha de águas profundas: com não apenas capacidades antiaéreas, antissuperfície, antissubmarinos, mas também com capacidades ofensivas e dissuasórias, valendo-se, para isso, sobretudo, de recursos aeronavais e submarinos. Ou seja, a dimensão de defesa para a Argentina é muito clara, é muito evidente. A avaliação da importância estratégica do Atlântico Sul no caso argentino está muito mais marcada pela dimensão de defesa do que a brasileira, que, como eu sinalizei, passa por essa ordem de consideração de uma forma muito nítida, mas a ultrapassa.

5 PERSPECTIVAS DA ÁFRICA DO SUL

Como país marítimo, a África do Sul ostenta uma condição, sabidamente, muito privilegiada. Situada no vértice meridional do continente africano, o país materializa a conexão entre os oceanos Índico e Atlântico, sendo este o aspecto sempre mais destacado nas avaliações que se fazem, a partir da África do Sul e sobre a África do Sul, sobre a importância da sua projeção marítima. A exemplo do Brasil e da Argentina, a África do Sul também tem uma parcela substantiva do seu comércio

exterior (no caso, 90%) sendo realizada neste espaço, possui cerca de 1 milhão de km² de águas jurisdicionais nos dois oceanos e quase 3 mil km de costas marítimas neste arco que compreende o Atlântico e o Índico. Tem, ainda, sob sua responsabilidade, o apoio a operações de resgate marítimo em um amplo território, compreendendo as partes leste do Atlântico Sul – que nos interessa –, a sua parte meridional e a que se projeta em relação ao continente Antártico.

Contudo, isso que define a condição única da África do Sul, para efeitos do que estamos considerando – a análise da importância estratégica conferida ao Atlântico Sul –, representa também um problema. Porque, em certa medida, o Atlântico Sul tem de disputar a atenção da África do Sul com o que ocorre também no oceano Índico. E, no momento atual, por razões que todos conhecemos, como a pirataria e a intensificação dos fluxos de comércio no oceano Índico, há uma atenção maior da África do Sul em relação aos desenvolvimentos que se passam no seu flanco do oceano Índico do que em relação ao Atlântico Sul.

Tendo como pano de fundo algo que pode soar paradoxal – e certamente o é para todos nós –, há o fato de muitos, inclusive oficiais da força naval da África do Sul, considerarem que, apesar desta importante condição marítima, aquele país não chegou a desenvolver uma política e uma estratégia marítimas condizentes. Ou seja, o país que teria uma condição muito privilegiada na sua projeção marítima ainda não chegou a desenvolver e articular uma política e uma estratégia marítimas que reflitam esta singularidade e a importância estratégica que o seu posicionamento lhe confere. Isto está refletido nas condições muito limitadas de seus meios navais, muito embora disponha de equipamentos avançados tecnologicamente.

A Marinha da África do Sul, até onde pude pesquisar no *Military Balance* e nos próprios documentos da África do Sul, é, ainda, uma marinha de porte pequeno, embora com forte valor agregado em termos tecnológicos. Assim, há evidências de que o país enfrenta dificuldades em articular uma visão estratégica sobre o Atlântico Sul, além de também disputar a proeminência do oceano Índico na construção de políticas de segurança e de defesa. Um aspecto me chamou muito a atenção: o *Livro Branco de Defesa da África do Sul* não singulariza o Atlântico Sul como um espaço específico para a formulação de políticas. Não há referências ao Atlântico Sul, e eu acho que isso é sintomático de um país que se vê nessa condição, a qual é compreensível, pois esteve durante boa parte da última década voltado para seus desenvolvimentos internos, e que, uma vez superado o *apartheid*, projetou-se em um exercício de política regional em dimensão mais continental do que propriamente marítima. A África do Sul se tornou bastante proativa neste espaço (o espaço da ação regional, da política regional, dos assuntos de segurança regional), e, assim, sua projeção marítima ficou, de certa forma, em um plano secundário. Esta proeminência dos temas marítimos relacionados à costa africana

no oceano Índico contribui para conferir uma expressão estratégica que eu não diria menor em relação ao Atlântico Sul, mas que se encontra diluída. Isto não significa, contudo, que a África do Sul não tenha uma participação ativa com os mesmos interesses no tratamento das questões de segurança, econômicas e políticas a que fizemos referência anteriormente. É um ator ativo do ponto de vista da cooperação nestes planos, mas não é, ainda, um ator com um peso político cujas especificidades poderiam lhe outorgar esse processo. Nesse contexto, a África do Sul vem fazendo uma defesa contundente, propugnando o aprofundamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e desponta como um ator de primeira linha na cooperação para o monitoramento do tráfego de substâncias tóxicas, de material radioativo e do tráfico de drogas e de armas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante assinalar que, no caso da África do Sul, há uma estreita cooperação com o Brasil do ponto de vista bilateral e também da cooperação conduzida no marco do fórum trilateral Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), envolvendo a realização de operações navais como a IBSAMAR, da qual já ocorreram duas edições, e o monitoramento do tráfego de cargas perigosas no Atlântico Sul. No entanto, o apelo político e a importância estratégica desta iniciativa associam-se à constituição de um eixo cooperativo entre três grandes países marítimos (Índia, Brasil e África do Sul), e não propriamente ou exclusivamente à dimensão do Atlântico Sul em si. Dessa forma, situam-se em plano distinto daqueles que emanam das avaliações brasileiras e argentinas em relação ao Atlântico Sul. Ou seja, há uma singularidade quanto ao marco desta cooperação e deste diálogo em segurança. Ele está muito mais próximo do contexto do Ibas e menos de uma articulação que inclua Brasil, Argentina, África do Sul e outros países da costa atlântica do continente africano.

Tomando-se em conta, então, o panorama das avaliações da importância estratégica do Atlântico Sul, tal como depreendido do exame dos documentos que orientam as políticas de segurança e defesa desses países, deparamo-nos com um quadro que julgo paradoxal. Se, por um lado, há o reconhecimento da crescente importância do Atlântico Sul no marco de um contexto geopolítico global, por outro não há elementos suficientes que permitam uma abordagem comum aos desafios e aos temas suscitados por essa valoração, tanto na perspectiva de cada país como do ponto de vista mais estrutural de sua atuação no contexto político internacional no que diz respeito a estes temas. Os pontos muito evidentes de convergência não parecem ser suficientes para engendrar uma estratégia comum para os três países que tenha como foco o Atlântico Sul.

Afora a especificidade de prioridades e preocupações sobre esse espaço, os recursos políticos e estratégicos de que dispõem os três países para lidar de forma mais imediata com as externalidades de políticas e ações das grandes potências neste espaço são limitados, o que exige a consideração de alguns aspectos. Primeiro, a necessidade de fortalecimento das capacidades marítimas. O Brasil está empenhado neste sentido, a Argentina tem grandes dificuldades e a África do Sul precisa ultrapassar a estatura ainda acanhada de sua força naval. Este é um processo de fortalecimento de capacidades marítimas que está em curso, mas é um “curso” disforme, visto que cada país está em um plano diferente deste estágio. É preciso considerar, também, o fortalecimento do diálogo inter-regional nos planos político e de segurança. Neste caso, não estamos no marco zero, felizmente. Há todo um conjunto de ações de cooperação no campo militar que dá sustentação e fornece um sólido ponto de partida para um esforço neste sentido. Contudo, não dispomos, ainda, de instrumentos, fóruns e visibilidade suficientes para o tratamento destes temas, tanto do ponto de vista de segurança quanto do ponto de vista dos interesses econômicos e comerciais.

Finalmente, é preciso considerar a necessidade de uma ação mais concertada entre esses países e os demais países que compõem esse arco do Atlântico Sul no plano multilateral e, particularmente, no contexto de diferentes instâncias da ONU. Uma cooperação mais sólida entre os três países e de todos os países dos dois lados do Atlântico Sul é certamente desejável, mas são necessários ainda muito investimento político, muito investimento na construção de capacidades navais e muito esforço de convencimento das respectivas sociedades sobre a importância do Atlântico Sul para os seus desígnios domésticos e externos. Acho que é nesse ponto que nós estamos: de precisar articular um grande empreendimento.

REFERÊNCIA

VAZ, A.C. O Atlântico Sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Brasília, n. 6, abr./jun. 2011.

ATLÂNTICO SUL: UM DESAFIO PARA O SÉCULO XXI – AS VELHAS AMEAÇAS SE PERPETUAM NAS “NOVAS”?

Reginaldo Gomes Garcia dos Reis*

1 INTRODUÇÃO

Boa tarde a todos. O tema que aqui será tratado é merecedor de estudos mais aprofundados, mas, neste diálogo, pretende-se passar uma pequena ideia da importância de nós, brasileiros, tratarmos do Atlântico Sul e dos interesses marítimos.

Entender o poder naval, o poder marítimo e as estratégias marítimas é importante, uma vez que cada um deles possui aspectos que podem não ser muito familiares no dia a dia das nossas leituras. Esta é uma preocupação que devemos ter: mostrar que certas ideias que surgem quando nós fazemos determinados documentos, especificamente na Marinha do Brasil, estão amparadas em uma base teórica que vem se desenvolvendo por séculos. Dentro do mundo ocidental, pode-se afirmar que, no que se refere a este tema, a teoria e a prática ganharam um sentido mais significativo nos últimos três a quatro séculos. Considerando-se a China e a Índia, pode-se pensar, então, em 3 mil a 5 mil anos, visto que estes países já dependiam do mar e aprenderam, portanto, a lidar com ele por questão de sobrevivência e por aquilo que o mar mantém como permanente nos interesses de cada Estado.

Hoje em dia, ao se abrir os jornais, constata-se facilmente a importância do mar. Até bem pouco tempo, a China era o país que mais se opunha à pesquisa de nódulos polimetálicos no fundo dos oceanos – e opunha-se violentamente dentro do âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), junto ao setor que cuida dos fundos marinhos. Em 2010, mais precisamente em junho, houve uma notícia para a qual talvez poucas pessoas tenham dado atenção: *Em busca do ouro*, dizia a manchete. Os jornais costumam colocar manchetes fantasiosas, mas a verdade é que a China foi o primeiro país a requisitar permissão para pesquisar e explorar nódulos polimetálicos no fundo dos oceanos. Por que a China resolveu fazer isso? Diante de seu crescimento nos últimos anos, a China está sedenta por recursos primários. Mas qual o argumento que ela usava para frear qualquer desenvolvimento em torno desse assunto no âmbito da autoridade dos fundos

* Contra-almirante e chefe do Departamento de Ensino da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil.

marinhos? O argumento era o de que não havia condições tecnológicas para que a exploração fosse feita de forma adequada. E, então, a China surpreende o mundo pedindo autorização para começar as pesquisas – ou seja, ela já detém a tecnologia, assim como outros países também já detêm – por exemplo o Japão, os Estados Unidos e a Alemanha.

Esta palestra buscará, inicialmente, mostrar uma base teórica para pensarmos os assuntos relacionados ao mar; em seguida, a aplicação desta teoria ao caso do Atlântico Sul; e, por fim, os desafios que se apresentam, dentro do marco teórico, para o Brasil, em função do contexto e das tendências do cenário global.

2 ATRIBUTOS PERMANENTES DO MAR

O mar tem uma linha de referência permanente através dos tempos, em função de alguns de seus atributos para a humanidade. Ele representa uma fonte de recursos, um meio de transporte e intercâmbio e um meio de projeção de poder, sejam eles positivo ou negativo, porque são duas faces de uma mesma moeda, podendo a projeção ser tanto pela coerção como pela cooperação. Aí também se inclui a projeção de poder por meio da informação e da difusão de ideias, porque quando se estabelece um contato comercial, como é que se deve fazê-lo? Como é que os antigos faziam isso na velha rota da seda? Tinham de conversar. Tinham de trocar informação. E um importa do outro determinados conhecimentos, uma outra visão de cultura, que vai se propagando de um lado para o outro. E o mar sempre foi assim, um desafio a ser desvendado. Além disso, o mar também é um meio de domínio; já no século XVII, Walter Raleigh dizia que “quem dominasse o comércio mundial, dominaria o mundo”. E a história do século XIX é a história de quê? A da *pax britannica*. A história de quem dominou os mares e o comércio mundial e dominou o mundo. E quem o substituiu continuou a fazê-lo. Por fim, o mar possui implicações com o meio ambiente e as forças da natureza. Este também é um atributo permanente do mar pela influência que ele exerce em algo que, especificamente, padecemos muito agora: os problemas climatológicos.

Então, é preciso que se entenda o mar, primeiramente, sob um ponto de vista macro (o que é o mar) para, depois, trabalhar os outros conceitos que são derivados da importância dos atributos, os quais serão sintetizados a seguir.

3 PODER MARÍTIMO

3.1 Funções clássicas do poder marítimo

O conceito de poder marítimo é um conceito muito amplo. Diferentemente do Exército e da Força Aérea, o que se chama de poder naval são as armadas, as marinhas, as esquadras.

As funções do poder marítimo são assegurar o controle do mar, projetar poder em direção à terra, tanto na paz como na guerra, e atacar e defender o comércio direta e indiretamente. Não é apenas por meio de ações militares que se tomam determinadas ações em relação ao comércio de algum oponente. Isto pode ser feito por meio de outras atitudes, em outros campos, e não só na dimensão militar. Por fim, outra função é manter a boa ordem no mar. Hoje, quando se usa o termo “novas ameaças”, é necessário cautela, porque a pirataria, por exemplo, sempre existiu. O que hoje ocorre é que o avanço da tecnologia permite evoluir e mudar a forma de atuação. Manter a boa ordem no mar sempre foi uma preocupação que envolveu – e continua a envolver – o conceito e o uso do poder marítimo e do poder naval dele decorrente.

O navio-aeródromo, por exemplo, é fundamental dentro desse contexto. Porém, o poder naval não pode ser pensado e mensurado sem se imaginar as outras atividades que precisam ser desenvolvidas. E, no caso do Brasil, de uma forma muito mais ampla, porque nós temos as águas interiores, as nossas hidrovias. Além disso, somos um país maravilhosamente bem constituído pela geografia, uma vez que a natureza foi pródiga com as facilidades naturais para navegar.

Está também relacionado ao poder marítimo o entretenimento, representado pelos cruzeiros marítimos, que hoje são uma grande fonte de emprego no Rio de Janeiro e em outras partes do Brasil na época do verão. Há, ainda, os portos e as atividades além do porto. Sobre isto, faz-se necessário entender que, para exportarmos soja, o poder marítimo chega lá na porteira da fazenda, visto que os preços do seguro e do frete do transporte marítimo atuam no componente de custo para o exportador de soja. Da mesma forma acontece se formos importar algum outro produto. Então, se a boa ordem no mar não é mantida, indiretamente nós vamos sentir por onde? Pelo viés econômico: quando o seguro fica mais caro, quando o frete tem o preço elevado, quando o preço do barril de petróleo dispara. Estas são preocupações que estão ligadas diretamente a este grande conceito de poder marítimo. São apenas duas palavras, mas que dizem muita coisa.

3.2 Conceito de poder marítimo e seus fundamentos: Mahan e Corbett

O poder marítimo é um conceito relativo, porque ele é fruto da comparação entre níveis de capacidades: uns têm mais, outros têm menos. Em função do poder marítimo do país é que será possível adotar uma política marítima e uma estratégia marítima. E o poder naval vai se inserir dentro disso. Então, por vezes, não é uma ideia absurda da Marinha do Brasil querer chegar até a costa africana. É uma perspectiva teórica que nos leva a ver a costa da África como perímetro defensivo da área de interesses brasileiros. Por vezes, alguns analistas, mesmo os brasileiros, percebem tal visão como indícios de um imperialismo à brasileira, em razão da área estratégica pretendida. É que, às vezes, algumas pessoas aqui no Brasil padecem de uma síndrome que eu, particularmente, chamo de “síndrome de Costa Rica” – e

aqui não há qualquer tipo de crítica ou menosprezo em relação àquele belo país, mas trata-se de um país pequeno e de costa pequena. Tais analistas veem o Brasil assim. Contudo, o país que o destino nos entregou não é esse. Ele é muito maior. E temos obrigação de passar às futuras gerações um país que tenha representatividade no cenário internacional condizente com as suas potencialidades.

Cabe, então, citar dois teóricos que foram aglutinando os conhecimentos acerca do tema: Mahan, que estudou profundamente o Império britânico e, como se verá mais adiante, influenciou, por meio de sua obra, o expansionismo dos Estados Unidos; e Corbett, que adicionou algumas ideias ao debate sobre o tema. Estes dois autores não se opunham, mas Corbett fez pequenos ajustes na visão de Mahan sobre o poder marítimo. Mahan criou a palavra *seapower*, que, à época em que foi usada, não tinha o significado por ele adotado. O dicionário da época não contemplava o que era *seapower*, mas todos aprenderam, estudaram e aplicaram o conceito. Mahan tinha uma ideia de poder marítimo como oposto ao poder terrestre. Corbett corrige esta visão. Para este último, o poder marítimo influencia o poder terrestre e, em um país como o nosso, ele precisa ser visto cooperativamente.

Mahan destacou também a força do Império britânico no controle de pontos estratégicos, aspecto que ainda permanece na política britânica no século XXI. A Espanha entrou para a União Europeia e já pleiteou diversas vezes dialogar com o Reino Unido sobre Gibraltar. E houve conversação? Não. Porque este é um *choke point*, como definido por Mahan, pontos de controle do comércio mundial que têm por objetivo controlar as rotas marítimas do comércio.

Mahan legou, por intermédio dos seus estudos, os fundamentos do poder marítimo, quais sejam: *i*) a posição geográfica – por isso, os países interiores, como a Bolívia e o Paraguai, padecem por não terem acesso direto ao mar; *ii*) a configuração física, como a quantidade de portos e as facilidades de portos profundos para se poder participar ativamente do comércio internacional – observando-se o Brasil, por exemplo, podemos pensar como fomos bem contemplados no nosso litoral e pelas nossas hidroviárias; *iii*) a extensão territorial; *iv*) a população; *v*) a índole da população, que, na época, ele chamou de caráter da população; *vi*) o caráter das instituições do governo – ou seja, se elas querem realmente se dedicar, em termos de vontade estratégica, ao desenvolvimento e à execução de uma política marítima. Porque pode haver todas as condições e não existir vontade política por falta de conhecimento dos interesses do Brasil no mar; e cabe ainda acrescentar *vii*) a tecnologia, sempre indispensável, como nos mostra a história. Tais fundamentos, concebidos por Mahan quando ele escreveu, não podem ser, contudo, dissociados de sua época. As mudanças posteriores – que levaram alguns céticos a pensar que, durante a Guerra Fria, as ideias de Mahan estavam ultrapassadas – ocorreram, vê-se hoje com nitidez, devido às mudanças proporcionadas pela tecnologia. Ela nos permite, com seu avanço, atuar de modos tão

diferentes que parecem ter a capacidade de alterar conceitos que, na verdade, são permanentes. E ela se faz muito forte na área do poder marítimo e do poder naval. Não se pode pensar a Marinha, não se pode conceber marinha mercante, não se pode imaginar as infraestruturas portuárias, sem o suporte da tecnologia.

3.3 Características intrínsecas ao poder naval

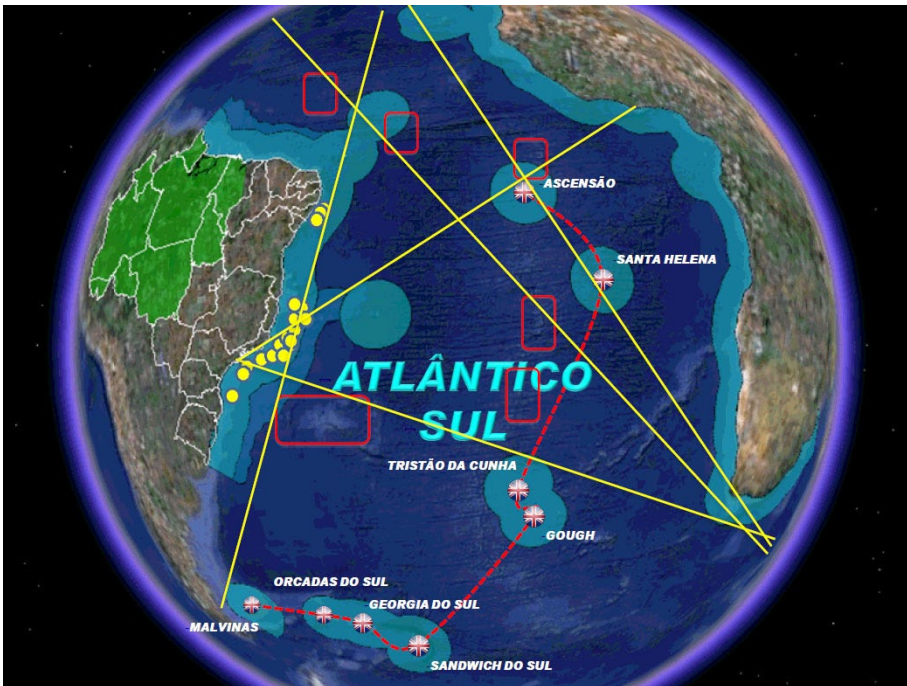
Quais são as características intrínsecas ao poder naval? É isso que ajuda a configurar o papel a ser desempenhado por uma força armada (chamada Marinha) para que ela possa contribuir na segurança e na defesa dos interesses nacionais. Temos de esquecer um passado não muito recente de que, por questões ideológicas, nós deixamos de falar em segurança nacional. Temos de falar em segurança nacional, sim. O *Livre Branco de Defesa da França*, que o presidente da França, Nicolas Sarkozy, assinou em 14 de julho de 2008, começa exatamente com que palavras? Segurança nacional. E a França é um país democrático. Isto para não citar outros países que não têm qualquer objeção em falar sobre o tema. Hoje, a amplitude do termo é importante em face de diversos aspectos, como a segurança alimentar.

Assim, de um modo mais amplo, compreende-se o que se deseja apresentar como características intrínsecas do poder naval na sua ação de defesa, com vistas a oferecer segurança. Elas são as seguintes: *i)* a mobilidade, que é poder se deslocar com os meios navais e estar presente em qualquer lugar; *ii)* a permanência, que consiste em se deslocar para um outro litoral, com apoio logístico, e ficar lá durante um longo período; *iii)* a versatilidade, que significa adaptar-se às várias condições. Ao executar uma ação no mar para fazer, por exemplo, uma operação de ação humanitária em determinado país amigo, pode ocorrer uma crise em outra área ou na mesma em que se está atuando. Com aquele grupo de navios empregados para a primeira ação, pode-se efetuar um papel de presença – e de mostrar bandeira – naquelas áreas, contra alguém que está gerando uma crise; e, por fim, *iv)* a flexibilidade, por meio da qual se dosa, pelos meios que compõem o grupamento operativo, a intensidade do poder que será aplicado em cada caso.

Só um chamar de atenção. Theodore Roosevelt foi um leitor assíduo de Mahan. Mahan foi premiado e condecorado no Reino Unido. Na época, o *Kaiser* mandou distribuir para todo o seu corpo diplomático – e não só aos militares – um livro de Mahan. É porque ele escreveu alguma coisa muito interessante. Quem deu a ideia de construir o Canal do Panamá? Está nos escritos de Mahan. E, por uma coincidência do destino, ele morreu exatamente em dezembro de 1914, quando foi inaugurado o Canal do Panamá. Citem-se também os casos de Alasca, Cuba, Guam, Porto Rico, Havaí e Filipinas, que são as áreas sobre as quais os Estados Unidos iniciaram sua expansão, tanto para o Atlântico e o Caribe como para o Pacífico. Alargaram, assim, seu perímetro defensivo, de acordo com a tecnologia da época, em relação às ameaças que poderiam se manifestar contra seu território.

A conquista serve também para obter pontos de controle, visando controlar as linhas de comunicações marítimas. Curiosamente, fruto ainda do Império britânico, várias ilhas no Atlântico Sul permanecem em poder do Reino Unido, como se observa no mapa 1.

MAPA 1
Ilhas britânicas no Atlântico Sul



Fonte: Marinha do Brasil.

Ascensão é uma ilha de grande dimensão. É uma grande base e prestou ótimos serviços ao Ocidente – em especial, na época da Guerra Fria. E continua, ainda, a ser uma base importante no contexto mundial. Dificilmente tal grupo de ilhas deixará de estar sob o controle do Reino Unido. Santa Helena, Tristão da Cunha e as demais são ilhas pequenas, com condições de habitabilidade bem difíceis. Só que, hoje, a tecnologia nos oferece outras oportunidades. Nos dias atuais, existe o *unmanned aerial vehicle* (UAV), as aeronaves não tripuladas. Então, a tecnologia passa a proporcionar outras possibilidades de aproveitamento destas ilhas em termos militares e em termos de vigilância e segurança no Atlântico Sul.

Estão espalhados pelo mundo os pontos que o Reino Unido mantém sob controle. Eles ainda servem como pontos de controle do comércio marítimo internacional.

A propósito da Antártica, no ano passado, o Foreign Office do Reino Unido declarou que, em 2020, quando o Tratado da Antártica permitir aberturas para discussão, irá apresentar reclamos territoriais, usando a teoria da defrontação. Ou seja, projetam suas ilhas no Atlântico Sul sobre o continente antártico e argumentam que essa área lhes pertence. Quando a professora Terezinha de Castro falava sobre esta possibilidade em seus livros de geopolítica, diziam: “essa senhora está vendo coisas que nunca irão acontecer”. Ela não viveu para ver que a sua previsão começa a se realizar. Observe-se, também, como estas ilhas britânicas se interpõem entre nosso país e a África. Eles têm o controle central do Atlântico Sul.

As Malvinas, que o Reino Unido chama de Falklands, acabou de ter reforçado todo o grupamento militar baseado na ilha. O que aconteceu recentemente lá? Está havendo prospecção de petróleo ao sul e ao oeste das ilhas. Nestas áreas, nada foi descoberto. Então, onde descobriram? Ao norte das ilhas. E a BBC de Londres anunciou a descoberta da seguinte forma: *Reino Unido descobre nas Falklands uma continuação do pré-sal brasileiro*. É claro que não há uma continuidade geológica, segundo afirmam geólogos brasileiros, mas a intenção política é bem clara. Vão negociar com a Argentina a devolução dessas ilhas depois dessa descoberta? Não. Pelo contrário, reforçaram o grupamento militar que lá está.

4 A APLICAÇÃO DA TEORIA NO ATLÂNTICO SUL

A Amazônia Azul não é algo exclusivo da Marinha. Ela é dos brasileiros. É um patrimônio do Brasil. Por que um patrimônio nosso? É que, com o direito do mar, cuja base jurídica passou a existir a partir de 1982, foi possível estabelecer uma nova configuração quanto ao tema. A vigência da ideia do *Mare Liberum*, prevalente por alguns séculos, começou a ser modificada com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), conhecida como a Lei do Mar.

A convenção passou a vigorar em 16 de novembro de 1994, quando foi atingido o número de países signatários necessários, conforme a norma estabelecida desde 1982. Cabe acrescentar que o início da discussão ocorreu em 1973, por meio da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Hoje, 36% das áreas oceânicas têm donos, em função de uma forma legal que o Brasil também encontrou de ampliar a jurisdição na plataforma continental (PC). Entretanto, há alguns fatos que causam preocupação aos brasileiros. Não é possível, em épocas de contestação em fóruns internacionais, sair um mapa do Brasil, como o feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) (publicação *Brasil em Números*), que não apresente a Ilha da Trindade. A Ilha da Trindade é do Brasil. Quando foram feitos os cálculos da nossa PC, levou-se isso em consideração para dimensionar a Amazônia Azul. Tal tipo de engano pode ser usado contra nós em um fórum internacional, porque é um documento oficial de um órgão público do

Brasil. Lógico que ninguém fez isso de caso pensado, mas o fato revela a cautela e o cuidado que nós devemos ter, porque o que está em discussão possui um imenso valor político, social e econômico para o futuro da sociedade brasileira. Cabe aqui apresentar de modo sintético o que é a Amazônia Azul.

Primeiramente, há o mar territorial, com 12 milhas náuticas, medidas a partir da linha de base, que serve como referência para todas as demais mensurações.¹ No mar territorial, se tem direitos plenos de soberania, tal como na parte terrestre. É a continuação do território. A zona contígua é considerada somando-se mais 12 milhas, chegando-se, assim, às 24 milhas. Na zona contígua, tem-se alguns direitos, mas nem tantos como no mar territorial.

No que tange à Zona Exclusiva Econômica (ZEE), o importante é ter em mente que ela foi criada para definir um espaço marítimo, com seu respectivo regime jurídico, que permite ao Estado costeiro ter o direito de soberania para realizar exploração, exploração, conservação e gestão de recursos naturais, vivos ou não vivos, nas águas sobrejacentes ao leito do mar, no leito do mar (solo) e no seu subsolo. A ZEE não deve ir além das 200 milhas marítimas. Embora qualquer Estado tenha direitos de sobrevoo, navegação e colocação de cabos e dutos submarinos, o Brasil estabeleceu, unilateralmente, o entendimento de que os demais Estados não estão autorizados a realizar exercícios ou manobras militares na ZEE sem consentimento do Estado costeiro. Como se fazer cumprir tal decisão? Cabe aos senhores refletir sobre isto.

Muitos países não vão ter condições tecnológicas de fazer o trabalho que foi feito no Brasil, por meio do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), visando definir a continuidade da PC em termos geológicos para além das 200 milhas marítimas. Deste modo, apenas as 200 milhas é que serão adotadas por uma parcela considerável de países. Qual a dificuldade? A exigência de determinar o limite externo da margem continental, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei do Mar (CNUDM), requer trabalho de alta complexidade técnica e meios adequados – portanto, recursos financeiros e pessoas com competência técnica para enfrentar o desafio.

Esse foi um trabalho que começou no Brasil nos anos 1980, graças a um grande apoio que a [Petróleo Brasileiro S/A] Petrobras deu à Marinha. Este esforço foi, por vezes, realizado sem o apoio político do Poder Executivo. As razões são diversas, mas sempre está entre elas a visão de curto prazo que predomina em decisões

1. Existe, primeiramente, a linha de base *normal*, definida como a linha de baixa-mar ao longo da costa, tal como especificado nas cartas náuticas de grande escala. Além disso, existem as linhas de base *retas*. Trata-se de um método adotado para unir pontos apropriados ao longo da costa, visando dar uma conceituação comum aos países em função da existência, ao longo das costas, de recortes profundos, reentrâncias e franjas de ilhas. O Decreto nº 4.983, de 10 de fevereiro de 2004, estabeleceu, no caso do Brasil, as regiões da costa brasileira onde tal método precisou ser adotado. O mar territorial do Brasil está definido na Lei nº 8.617/1993.

economicistas e sem compromisso com os interesses estratégicos brasileiros. Se hoje podemos falar da soberania brasileira sobre os recursos existentes na Amazônia Azul é devido ao esforço e à persistência de um grupo de brasileiros. E é nesta área que está situado o pré-sal. Este se localiza, por vezes, em áreas que estão, de acordo com o conhecimento atual, a mais de 150 milhas da nossa costa.

Imaginem uma hipótese de um conflito. Uma companhia, de determinado país, vem e perfura fora do nosso pré-sal em sentido diagonal e, assim, passa a explorar o pré-sal em uma área dentro do que já estabelecemos junto à ONU. Como se resolve isso? Eu não tenho a resposta, mas tenho a proposta de que uma profunda reflexão deva ser feita por toda a sociedade brasileira. Desta forma, a aplicação do conceito de poder marítimo e poder naval começa a fazer sentido para os brasileiros.

Cabe acrescentar que a CNUDM determina que o limite exterior da PC não ultrapasse 350 milhas marítimas ou 100 milhas marítimas da isóbata de 2.500 metros de profundidade. A CNUDM permite que o Estado costeiro exerça, na PC, os direitos de soberania sobre os recursos naturais, sejam eles minerais ou de outra espécie, situados no solo e subsolo. Além disso, há os mesmos direitos sobre as espécies vivas sedentárias. Tal exploração ou exploração por outros atores só poderá ocorrer com o consentimento do Estado costeiro.

Além disso, cabe ao Brasil uma área de responsabilidade (*search and rescue – SAR*) de ampla extensão, cuja ação pôde ser observada no caso do acidente com o avião da Air France, em junho de 2009. É uma responsabilidade do Brasil prestar socorro. Temos de ter meios para prestar assistência em tal área, uma vez que firmamos compromissos internacionais que estabelecem obrigações na atividade SAR.

4.1 Áreas marítimas estratégicas de interesse do Brasil

Quando pensamos as áreas marítimas estratégicas para o Brasil, temos de chegar até a costa da África. E visualiza-se, também, a necessidade de alcançar um pouco acima do equador, no Atlântico Norte.

Hoje em dia, os analistas indicam o aparecimento de um novo “triângulo do ouro negro”. Recentemente, em agosto de 2010, um jornal da Noruega fez uma grande reportagem sobre isso. O que é o novo “triângulo do ouro negro”? Ouro negro é o petróleo. E por que a Noruega está interessada nisso? Porque ela tem companhias que estão comprando poços pelo mundo afora a fim de continuar a operar no mercado desta *commodity*. O novo triângulo teria os seguintes vértices: o primeiro na Nigéria; o segundo no nosso pré-sal; e o terceiro no México. São as três áreas, no momento, mais promissoras do mundo para a exploração de petróleo fora das áreas de convulsão geopolítica do Oriente Médio. E colocando-se em tal mapa a Amazônia Azul, fica claro até onde o Brasil precisa ampliar seu mapa de interesses estratégicos vitais para a sociedade brasileira.

Essa área estratégica apontada precisa ser ampliada. Ninguém faz defesa somente dentro da própria área territorial. É preciso pensar sempre em se defender longe do litoral, a fim de não atrair a ameaça para dentro do próprio território. Este é um raciocínio não só de estratégia militar, mas que pode ser aplicado em outros setores também. Busca-se obter um tempo de resposta em níveis adequados, ainda mais hoje, quando os meios ofertados pelo desenvolvimento tecnológico encurtam as distâncias e os períodos temporais oferecidos ao processo de tomada de decisão.

4.2 Produção de petróleo na Amazônia Azul

A produção de petróleo é um assunto bastante conhecido. O que interessa mostrar aqui é que a Quarta Esquadra não tem relação apenas com a área de atuação do Comando Sul dos Estados Unidos. A Quarta Esquadra, que não tem navios e que foi criada com uma estrutura organizacional destinada a fazer planejamentos, na verdade, está muito mais ligada ao Comando da África – cujo quartel-general não fica na África, mas, sim, na Alemanha; isto por questões de segurança, visto que não há nenhum país confiável em termos de segurança norte-americana na África, para que ali os Estados Unidos possam instalar seu quartel-general. O motivo mais aparente para a criação da Quarta Esquadra é o crescimento espantoso da exploração de hidrocarbonetos na África para alimentar a sede de gás e petróleo do mundo. Há muitos anos, os Estados Unidos vêm tentando deslocar a sua elevada dependência do petróleo do Oriente Médio. A estratégia faz parte, há alguns anos, da plataforma do Partido Democrata. É um dos pontos principais da visão estratégica de longo prazo dos Estados Unidos.

E para onde está sendo deslocada a importação? Para a África. Aliás, fica para reflexão o fato de que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe têm petróleo em águas profundas. Eles pediram ajuda ao Brasil, especificamente à Petrobras, em determinada época, para que fossem lá ajudar na exploração. E a Petrobras não foi, e quem ganhou a concorrência foi a Chevron, que domina, hoje, a exploração em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Faltou-nos vontade para ampliar parcerias com países lusófonos?

4.3 O Programa Antártico Brasileiro (Proantar)

O Proantar é a presença da Marinha na Antártica. Por razões óbvias, o Brasil não pode ficar de fora desta região de grande interesse para nós. Foi uma decisão do almirante Maximiliano, quando Ministro da Marinha, para que hoje a Marinha do Brasil pudesse ter a Estação Comandante Ferraz estabelecida naquela região. Diversas pesquisas lá são desenvolvidas, como a da influência da Antártica no clima do território brasileiro, o que pode, por exemplo, afetar projetos agrícolas. Ou não somos um país que é um grande produtor de *commodities* agrícolas? Não estamos crescendo nesta área? Então, nos interessa fazer estudos, porque é uma das ameaças indiretas à nossa produção. Além disso, o mundo vive uma demanda crescente por

alimentos em razão do crescimento demográfico. Insere-se também em tal demanda o crescimento econômico, que permite às classes mais pobres atingirem novos patamares de consumo, como ocorre na China e na Índia.

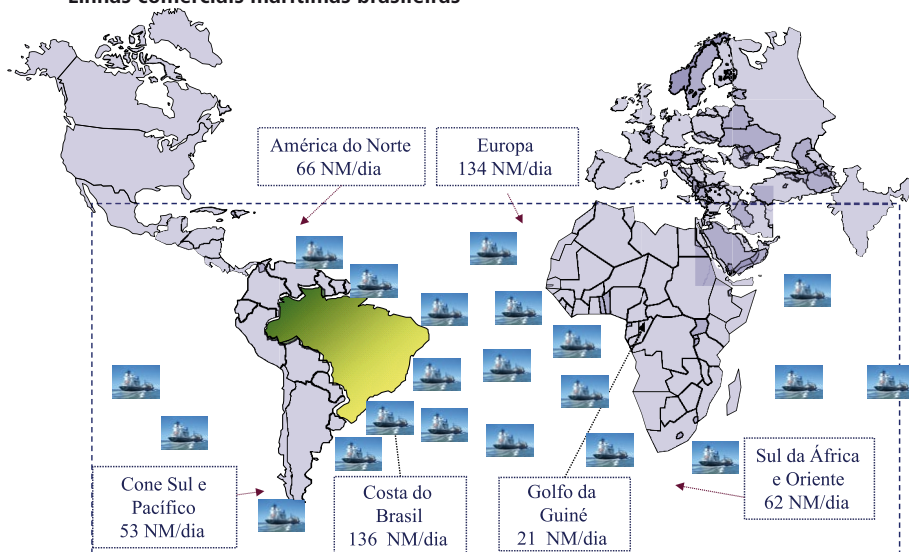
4.4 Fluxos de comércio

Quando se mapeia o fluxo de comércio global, observa-se como o Brasil é excêntrico. Somos periferia. A maior parte do comércio está acima do chamado “Equador comercial”, separando de outra forma o hemisfério norte do hemisfério sul.

No mapa 2, estão as linhas comerciais marítimas brasileiras. Trabalhou-se aqui com os dados de 2004 e 2005; porém, não há mudança significativa em relação aos anos mais recentes, uma vez que a participação do Brasil no comércio mundial não apresentou alterações de monta. Entretanto, como é consenso geral nas análises sobre o comércio exterior brasileiro, tal quadro precisa ser modificado para que represente uma posição coerente com a dimensão do produto interno bruto (PIB) do nosso país.

MAPA 2

Linhas comerciais marítimas brasileiras



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo.

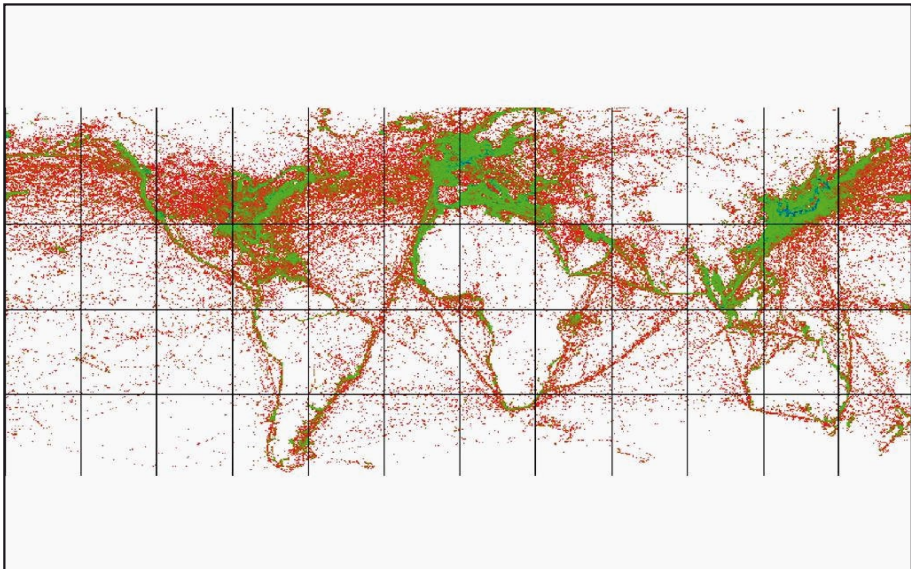
O transporte pelo mar apresenta a razão peso – custo mais favorável entre os modais. Há uma tendência de usar o contêiner em quase todo o tipo de transporte marítimo, exceto os de petróleo e, por enquanto, os minérios. O contêiner está revolucionando o transporte no mundo. Antes da falência do Lehman Brothers, em setembro de 2008, que tornou os Estados Unidos o epicentro da crise financeira que é vivenciada até hoje, já estava começando a faltar contêineres. Estes chegavam

vazios na China e eram retidos, de modo a obrigar sua substituição. A razão é simples: uma das poucas fábricas de contêineres está na China.

Em média, com dados de até o período 2007-2008, um contêiner dá oito vezes a volta ao mundo por ano. O uso do contêiner permitiu, entre outros aspectos: *i)* maior celeridade na movimentação da carga nos portos; *ii)* maior integridade da carga, reduzindo-se o seguro na atividade; e *iii)* a “integração” mais fácil com os modais rodoviário e ferroviário. Este é um dos exemplos de como o mar é influenciado pelo que se passa em terra. E no mapa 3, o que se apresenta é o conjunto das transmissões de comunicações para informar as posições das cargas transportadas por contêiner no mar e em terra durante um período de 24 horas.

MAPA 3

Emissões das posições de carga por contêiner



Fonte: Till (2006).

É uma outra forma de ver o mundo. Os mapas foram feitos para serem manipulados. O meridiano de zero grau passa por Greenwich por que é um símbolo de uma época em que o Império britânico dominava o mundo. E os mapas refletem o contexto geopolítico da época.

O Brasil é um país abençoado pela quantidade de portos, pelas capacidades que possui e pela facilidade de poder exportar usando portos do Norte e do Nordeste. Deste modo, pode baixar o preço do frete para fazer chegar suas mercadorias nos mercados da Europa e dos Estados Unidos. O Canal do Panamá interessa hoje muito mais a nós para podermos vender ao mercado da Ásia do que aos Estados

Unidos. Mas as nossas empresas não conseguiram ganhar a concorrência que foi feita para a ampliação do Canal do Panamá. Cabe aduzir que o Canal do Panamá tem uma limitação, pois nele só passam navios de até 60 mil toneladas de porte bruto, os chamados Panamax. Portanto, faz-se necessário ampliá-lo, a fim de permitir que navios de maior tonelagem passem pelo canal.

Um lembrete para reflexão: na Amazônia Azul, os limites das águas jurisdicionais são linhas traçadas por convenção sobre a superfície do mar. Não existe demarcação por marcos como em terra. Só a presença de modo afirmativo é que vai dizer se os interesses vão ser respeitados ou não. Daí, a necessidade de existir a Marinha.

5 DESAFIOS GLOBAIS, REFLEXOS REGIONAIS E LOCAIS

Uma constante histórica em qualquer época que se tente analisar e entender os conflitos ocorridos nas diversas regiões do planeta Terra está sintetizada na eterna tentativa da conquista das três autonomias: recursos primários, fontes de energia e poder no campo militar.

As dinâmicas vivenciadas neste limiar do século XXI não contrariam a assertiva acima. Apenas evidencia-se, com mais clareza, que a educação como base de sustentação assume papel preponderante em um século que é denominado de “Era do Conhecimento”. Isto já ocorreu na época da Revolução Industrial e no século XX. Além disso, as facilidades das tecnologias da informação e comunicação (TICs), em ritmo de evolução acelerado, contribuem para apequenar o mundo, provocando a sensação de distâncias geográficas cada vez menores no sentido real e metafórico. Reforça-se, assim, a ideia de globalização ou da aldeia global de McLuhan.

A pergunta que surge da visão dos desafios é como o Brasil poderá apresentar-se no cenário internacional e, no caso desta palestra, em relação ao Atlântico Sul. Buscará o Brasil um poder marítimo e um poder naval como simples sócio de um “consórcio marítimo” globalizado e subordinado a condições alienígenas? Ou se verá como um participante com meios e concepções adequadas àquilo que o nosso país representa como detentor de recursos cada vez mais importantes, tais como matérias-primas, água, fontes de energia diversificadas e alimentos. Qual é a proposta de projeção política, social e econômica da sociedade brasileira em função das circunstâncias que nos envolvem?

Para refletir sobre isso, vamos discutir alguns tópicos que aguçam os desafios do mundo contemporâneo e suscitam posicionamentos do Brasil e dos brasileiros no cenário internacional.

O mapa 4 foi extraído de um livro de Rufin (1996), que criou o termo “Equador contemporâneo”. A observação dele pode ser combinada com o mapeamento das linhas do comércio internacional. Os fluxos do comércio são mais intensos no hemisfério norte, mostrando que no hemisfério sul sobrepõem-se a “periferia” econômica e o crescimento demográfico. O que Rufin pretende apontar é o desafio entre os desenvolvidos (o novo “império romano”) e os “novos bárbaros” que ameaçam as fronteiras contemporâneas. O crescimento dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) tende a mudar tal concepção do autor, o qual busca preservar uma visão de anteposição entre o sul e o norte desenvolvido. Contudo, o mundo passa hoje por um processo de alteração profunda do jogo do poder nas relações internacionais.

MAPA 4

O Equador contemporâneo



Fonte: Rufin (1996).

A mudança demográfica é também uma das tendências futuras que necessita ser observada atentamente. Na tabela 1, pode-se verificar que os países que margeiam o Atlântico Sul estão representados de forma mais pronunciada entre os países de grandes populações, a exemplo da Nigéria e do Brasil.

TABELA 1
Os dez países mais populosos do mundo (1950 e 2050)

1950		2050	
China	562,6	Índia	1.601,0
Índia	369,9	China	1.417,6
Estados Unidos	152,3	Estados Unidos	420,1
Rússia	101,9	Indonésia	336,2
Japão	83,8	Nigéria	307,4
Indonésia	83,0	Bangladesh	279,8
Alemanha	68,4	Paquistão	267,8
Brasil	53,4	Brasil	228,4
Reino Unido	50,1	República Democrática do Congo	181,2
Itália	47,1	México	147,9

Fonte: U.S. Census Bureau *apud* Reis (2005).

Outra forma de realçar as posições de importância dos países no mundo é por meio de um critério que os selecione de acordo com: *i*) população maior que 100 milhões de pessoas; *ii*) PIB maior que 400 bilhões de dólares; e *iii*) área maior do que 4 milhões de km² – todos os dados tendo 2007 como base. Poucos países se enquadram nos três critérios.

É importante observar que existem países na zona mais privilegiada do hemisfério norte que enfrentam problemas de declínio demográfico, em função da queda na taxa de natalidade. Exemplos marcantes, entre outros, são os de Rússia, Espanha e Itália.

O problema central é que a luta por assegurar recursos, cada vez mais escassos, leva ao surgimento de conflitos e crises. A constante história da busca das autonomias, já citadas, aparece no discurso contemporâneo com o chamado de atenção para as “novas ameaças”. Na verdade, elas apenas se valem dos novos avanços tecnológicos. Constituem, sim, a perpetuação das “velhas ameaças” como é o caso, por exemplo, da pirataria, dos crimes transnacionais de variada natureza, assim como o emprego do terrorismo, uma forma de disseminar o medo e enfraquecer a percepção de segurança.

No mar, em geral, e no Atlântico Sul, em particular, tais ameaças voltam a interferir, ameaçando as funções clássicas decorrentes dos atributos permanentes do mar nas suas diferentes dimensões – em especial, a dimensão geoeconômica do poder marítimo. Com isso, fica realçado o papel do poder naval – ou seja, do emprego político das marinhas. Tal aspecto hoje é bem representado pela volta do uso de uma terminologia: “diplomacia naval”.

A necessidade de existir da Marinha no sistema de segurança e defesa cresce em importância nos dias de hoje pela necessidade de “manter-se a boa ordem no mar”.

A realidade das ações contrárias a esta “boa ordem” assegura a legitimidade e a razão de ser do poder naval. Alguns poucos exemplos permitirão refletir sobre a assertiva até aqui delineada. As lições do passado dão a visão adequada de análise dos acontecimentos que constituem os cenários dos dias atuais.

A exploração de petróleo na Nigéria é um caso emblemático de como o Atlântico Sul está diretamente interligado com as outras áreas geoeconômicas do planeta. Trata-se de um país que vem de forma crescente participando da exportação de petróleo para os Estados Unidos, a China e a Índia. Frequentemente, são noticiados pela mídia os problemas de ataque a oleodutos e a plataformas de exploração naquela região. Há casos de pirataria no entorno daquele país. É evidente que tais ações têm ação direta sobre o custo do seguro do transporte marítimo e o valor dos fretes, como já se observa na região do Chifre da África.

Em função dos eventos acima apontados, seria demasiado pensar em futuras ações militares para a manutenção das linhas de comunicações marítimas e da segurança no mar na área do Atlântico Sul? Quais seriam os principais países interessados? Estariam no Atlântico Sul? Isto afetaria o Brasil?

Outro tema em discussão, relacionado à falta de recursos no futuro, é o da água. Alguns países já buscam solução para o problema, uma vez que a falta começa a ocorrer de forma intensa. Um estudo de caso, entre outros, sobre o problema da água é o da Austrália. Ela investiu em dessalinização de água do mar. Em Melbourne, está construindo-se uma usina para tal atividade, cujo custo vai chegar a US\$ 1,4 bilhão. Há uma área privilegiada no mundo, onde há uma disponibilidade elevada de água doce: a América do Sul. Resta a indagação: será que, no futuro, assim como no caso do petróleo, ter-se-á uma geopolítica da água?

Em relação a outros atores presentes no Atlântico Sul, os olhos dos analistas têm estado focados na notícia da ativação da Quarta Esquadra e da sua possível interferência na área de interesses brasileiros. Entretanto, pouco se comenta sobre a presença crescente da China, que vem ampliando sua atuação no mundo em razão da demanda por recursos primários. Em agosto de 2010, quatro navios de guerra da China estiveram visitando portos do Mar Mediterrâneo logo após terem participado de ações conjuntas com outras marinhas contra a pirataria no Chifre da África. A China estaria voltando ao início do século XV, quando era a maior potência naval do mundo e controlava os mares desde o seu litoral até Moçambique?

Sobre os investimentos chineses na África, chama atenção o quão significativos eles são. Uma boa linha de pesquisa é a de observar os investimentos chineses na América do Sul. Alguns movimentos econômicos precisam ser adequadamente analisados, como a entrada da China como novo sócio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com um aporte de mais de US\$ 300 milhões.

Até agora, o Brasil tem visto a China somente como uma oportunidade estratégica, em face das exportações de recursos primários, não representando aquele grande mercado um ponto de ampliação das exportações brasileiras de produtos com maior valor agregado. Entretanto, ao se analisar a presença chinesa no entorno estratégico brasileiro, percebe-se que, a cada dia, perdemos oportunidades construídas durante longos anos. O que isto representa para a visão estratégica do Brasil?

Faz-se necessário que haja continuidade e afirmação plena, no campo da política externa, em defesa dos interesses brasileiros. O Brasil tem condições de realizar uma projeção de poder positivo no Atlântico Sul, como bem o demonstra o projeto em execução, desde 1992, pela Marinha do Brasil na Namíbia. Uma cooperação intensa e com grande esforço tem sido efetuada para que aquele jovem país desenvolva sua marinha e possa, assim, fazer-se presente no mar, para defender seus interesses marítimos. Infelizmente, nem sempre o projeto teve o apoio necessário de outros entes do governo brasileiro. Espera-se que não seja por uma falta de visão estratégica sobre a importância do Atlântico Sul para o Brasil.

Outro aspecto que começa a afetar o mar como um todo é o das mudanças climáticas. Algumas alterações profundas começam a modificar áreas marítimas que tiveram grande influência e já foram palco de fatos históricos. Hoje, observa-se certo desinteresse por parte de alguns países europeus pelo canal do Panamá. Qual seria a razão? O degelo no Ártico está abrindo uma nova rota de navegação, a qual não ficará mais aberta só no verão do hemisfério norte. Sendo uma via permanente, irá abrir um trajeto mais reduzido, em relação ao canal do Panamá, para chegar aos países asiáticos. Com isto, são alterados os custos operacionais e melhora-se a vantagem competitiva na disputa por mercados. Esse fato é emblematicamente simbolizado pela ação da Rússia, que colocou uma bandeira sua de titânio, por meio de um submarino não tripulado, na PC frontal ao seu litoral. O ato teve a finalidade de mostrar a vontade de afirmar como de sua posse as águas e a PC naquela região. Outros países já contestam tal atitude, como o Canadá, os Estados Unidos e a Finlândia. Sabe-se que a região do Ártico possui recursos primários significativos, como o petróleo. Mais uma vez, os interesses estratégicos dos países falam mais alto. As velhas ameaças se perpetuando como “novas ameaças”.

Por último, mas não menos importante, cabe citar o incremento da participação das marinhas em todo o mundo nas operações de paz, em função de suas características intrínsecas. Porém, dentro da moldura das mudanças climáticas, há um crescente chamamento para que os meios navais estejam presentes no que se convencionou chamar como operações humanitárias. No Brasil, há, permanentemente, a presença de navios da Marinha, conhecidos como “Navios da Esperança”, prestando auxílio aos brasileiros que habitam as margens dos rios da região amazônica.

O importante a ser ressaltado na questão das operações humanitárias, a qual é uma linha de pesquisa interessante, é verificar como a demanda por apoio para atenuar os impactos catastróficos das forças da natureza exige navios de grande porte, como os navios-aeródromos, navios de transporte de tropas e outros similares, em razão das suas capacidades de alojar, fornecer alimentação e prestar assistência médica no local. Paradoxalmente, a maior demanda por navios desse tipo tem apreciado uma oposição intensa por parte daqueles que opinam sobre o orçamento das forças navais, uma vez que a visão financeira de curto prazo aferra-se em posições de cortes nos recursos destinados às plataformas de superfície de maior porte. Parece que não existe uma preocupação estratégica com o futuro. A construção de meios navais está correlacionada a projetos de longo prazo de forma inexorável. Portanto, os projetos são conectados diretamente a um planejamento estratégico de longa duração.

Exemplos recentes, como o *tsunami* ocorrido em dezembro de 2004 na Ásia, assim como a devastação causada pelo Katrina, em New Orleans, demonstram como foi importante a presença, a mobilidade, a versatilidade e a permanência dos meios navais para mitigar os problemas surgidos. É preciso pensar e aprender com as lições do passado.

6 CONCLUSÃO

O breve passeio pelo tema proporcionado por esta palestra teve como propósito o despertar da discussão do tema da Amazônia Azul e o seu valor intrínseco para a sociedade brasileira.

As forças permanentes que respaldaram políticas marítimas no passado e ajudaram a criar bases para um desenvolvimento sustentável, no caso de alguns países proeminentes no cenário internacional, permanecem atuais. Isto mostra como é sábio aprender com os ensinamentos históricos. O Brasil, além da generosidade da natureza em contemplar o país com hidrovias interiores prontas para servirem de infraestrutura de transporte, ainda nos oferece portos em condições altamente favoráveis para uso pleno nas funções clássicas do poder marítimo, fruto dos atributos permanentes do mar.

Os cenários futuros apontam, pelo menos com base nas tendências identificadas, que a busca pelas três autonomias (alimentos, energia e poder militar), considerando-se por trás de todas estas o recurso da água, continua a ser um desafio para o relacionamento dos Estados. A perspectiva de conflitos e crises, infelizmente, não é decrescente. Não se imaginam conflitos como a Segunda Guerra Mundial, mas também não é possível, *a priori*, descartá-los. O uso do poder militar continua a ser uma opção na solução de conflitos. Não há bola de cristal que permita assegurar a extinção do seu uso pelo ser humano. Os novos atores que se apresentam como

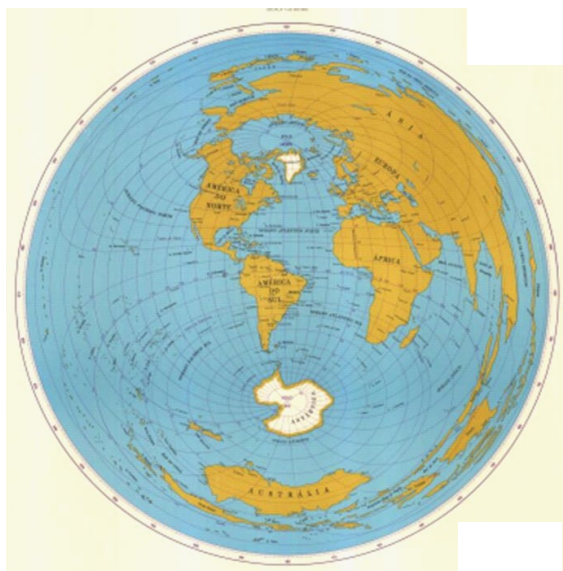
influentes no limiar do século XXI têm emprestado importância aos investimentos na área militar.

Por fim, na verdade não como uma conclusão, fica um convite à reflexão: diante do quadro contemporâneo, qual o papel que a sociedade brasileira deseja ter nos níveis local, regional e internacional? Irá o Brasil prosseguir de costas para o mar, mesmo tendo consciência dos recursos existentes na Amazônia Azul?

As forças da natureza, ao conformarem o planeta Terra, como hoje ele é conhecido, colocaram diante do território que ocupamos um vasto mar, o Atlântico Sul. A visão cartográfica apresentada no mapa 5, produzida em 1961 pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil, centra a projeção a partir de Brasília, permitindo medir a distância para outras partes do mundo. No entanto, a visão permite quebrar o paradigma dos mapas construídos por outras razões geopolíticas. Ao mirar o mapa, pode-se até considerar nosso país como uma “ilha”, assim como a América do Sul. Esta não é uma visão da Marinha do Brasil. A inserção do Brasil no cenário internacional é uma decisão soberana da sociedade brasileira. Como seremos importantes para o resto do mundo? Pelo nosso desenvolvimento e pela criação de uma sociedade justa e honesta, para que as futuras gerações tenham condições de bater no peito e dizer: “eu tenho orgulho de ser brasileiro!”

MAPA 5

Mapa mundial com Brasília no centro



Fonte: Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil.

REFERÊNCIAS

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em Números**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- MARINHA DO BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-135 (Rev. 1) – Manual de Direito Internacional aplicado às operações navais**. Brasília, 2009.
- REIS, R. G. G. Os fatores geopolíticos: a variável demografia. **Revista Marítima Brasileira**, v. 125, n. 7-9, p.89, jul./set. 2005.
- RUFIN, J.-C. **O império e os novos bárbaros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- TILL, G. Poder marítimo: questões relevantes e desafios. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/junho2006/04-poderMaritimo.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AUQUE, F. Constructions de l'espace européen de defense. **Defense Nationale**, Paris, p. 59-72, mar. 2004.
- BOOT, M. **War made new: technology, warfare and the course of history – 1500 to today**. New York: Gotham Books, 2006.
- COUTAU-BÉGARIE, H. **Traité de Stratégie**. 5. ed. Paris: Economica, 2006.
- _____. **Le meilleur des ambassadeurs: théorie et pratique de la diplomatie navale**. Paris: Economica, 2010.
- DIAMOND, J. M. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- DOLMAN, E. C. **Astropolitik: classical geopolitics in the space age**. London: Frank Cass Publishers, 2006.
- DRUCKER, P. F. **Managing in the next society**. New York: St. Martin Press, 2002.
- FLINT, C. R. **Introduction to geopolitics**. London: Routledge, 2006.
- FRIEDMAN, G. **The next 100 years: a forecast for the 21st century**. New York: Doubleday Publishing Group, 2009.
- FRIEDMAN, N. **Seapower as strategy: navies and national interests**. Annapolis, USA: Naval Institute Press, 2001.
- GRAY, C. S. **Another bloody century: future warfare**. London: Phoenix Press, 2006.

JAPÃO. Agência de Defesa do Japão. **Defense of Japan 2009**. Disponível em: <<http://www.infoasia.co.jp>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

LIANG, Q.; XIANGSUI, W. **La guerre hors limites**. Paris: Bibliothèque Rivages, 2003.

TILL, G. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. London: Frank Cass, 2004.

TOFFLER, A.; TOFFLER, H. **Guerra e anti-guerra: sobrevivência na aurora do terceiro milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

_____. Space Protection. How far will America go to protect its satellites? **C4ISR Journal**, Springfield, v. 7, n. 5, p. 18-22, June 2008.

YANSONG, X. **China's space activities: present and future**. In: CONFERENCE REPORT, 6., 2007. Geneva: Unidir, 2007. Disponível em: <<http://www.unidir.org/pdf/articles/pdf-art2663.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

VIDIGAL, A. A. F.; ALMEIDA, F. A. (Org.). **Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

VIDIGAL, A. A. F. *et al.* **Amazônia Azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

O PODER NAVAL BRASILEIRO E OS INTERESSES DO PAÍS NO ATLÂNTICO SUL

Emilson Paiva de Faria*

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, agradeço ao Ipea pelo convite para proferir esta palestra e será difícil apresentar fatos novos depois do professor Alcides e do almirante Reis.

A primeira questão que realço é a iniciativa e o interesse do Ipea em abordar o tema do Atlântico Sul, que é um assunto muito caro para nós da Marinha. É comum tratarmos deste assunto nos fóruns militares e entre marinhas. Mas em um instituto, do governo federal, é muito raro. Então, parabenizamos vocês pela iniciativa de tratar de um tema tão relevante. Mas a sociedade brasileira não reconhece a importância do Atlântico Sul para o Brasil. Essa é a nossa primeira afirmativa.

Foi solicitado para que eu abordasse nesta palestra diversas questões. Não há tempo para tratar de todas, e, assim, abordarei as mais relevantes, quais sejam: *i*) as áreas estratégicas mais importantes para o Brasil, estabelecidas nos documentos da Defesa e da Marinha, assim como a definição da área geográfica do Atlântico Sul; ou seja, qual é a delimitação do Atlântico Sul para nós – pode parecer que o Atlântico Sul é apenas a região do Atlântico abaixo do Equador, mas não é bem assim; *ii*) as condicionantes políticas e estratégicas; *iii*) a cooperação entre as Marinhas do Brasil, da Argentina, da África do Sul e da Namíbia; *iv*) o volume do comércio que transita pelo Atlântico Sul; *v*) os atores protagonistas no Atlântico Sul; e *vi*) os conceitos e as atribuições de segurança marítima e defesa. Neste último ponto, apresentarei nosso entendimento de segurança marítima e de defesa.

2 ÁREAS MARÍTIMAS ESTRATÉGICAS

Então, apresentemos a primeira questão: as áreas marítimas estratégicas de maior importância para o emprego da Marinha do Brasil. A primeira é a área vital, que compreende as nossas águas jurisdicionais. Ressalto um ponto: a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da [Organização das Nações Unidas ONU] aprovou, da nossa reivindicação de 960 mil km², somente 770 mil km². Não aprovou

* Capitão de Mar e Guerra e assessor de Estratégia e Relações Internacionais do Estado-Maior da Armada (Marinha do Brasil).

o limite externo da plataforma continental. O governo brasileiro poderia aceitar esses 770 mil km², dando o assunto por encerrado e incorporando essa área à nossa plataforma continental. Contudo, por meio da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), o governo brasileiro resolveu que iria insistir na reivindicação deste direito. Então, estão sendo feitas novas pesquisas, com navios da Marinha, financiados pela [Petróleo Brasileiro S/A] Petrobras, para provar que a nossa plataforma continental se estende até 960 mil km². Assim, do total de 960 mil km² de área reivindicada, além das 200 milhas náuticas, a CLPC não concordou com 190 mil km², distribuídos nas seguintes áreas da plataforma continental brasileira: Cone do Amazonas; Cadeias Norte Brasileira e Vitória-Trindade; e Margem Continental Sul. A área não aceita pela CLPC corresponde, aproximadamente, a 4,2% da área da Amazônia Azul e a 19% da área da plataforma continental estendida brasileira.

A segunda área mais importante é o Atlântico Sul, a que chamamos de área primária no Plano Estratégico da Marinha. O Atlântico Sul é definido não só pela Marinha, como também pela Estratégia Militar de Defesa, como a área na qual o limite é o Paralelo 16 Norte, de Cabo Verde para baixo, incluindo a costa da África, da América do Sul e da Antártica. Assim, ele não é um Atlântico Sul geográfico. É um Atlântico Sul estratégico. Os documentos de defesa do Brasil definem dessa forma.

A terceira área mais importante abrange parte do Caribe e do Pacífico Oriental, enquanto a quarta abrange as demais áreas do globo.

Evidentemente, para qualquer participação da Marinha em alguma dessas regiões do globo, há que se considerar as prioridades. Há interesse em participar com uma força de paz no Timor Leste? Há interesse de uma força de paz na Ásia? Ou na América do Sul ou no Mediterrâneo? Ou no Atlântico Sul é mais importante? Essas áreas são uma referência para isto.

3 CONDICIONANTES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS

Outra questão que eu gostaria de citar são as condicionantes políticas e estratégicas da Constituição Federal de 1988 (CF/88). O Artigo 142 desta define claramente a destinação dada às Forças Armadas: “a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem”.

Para a Marinha, a destinação tem duas componentes: a defesa da pátria (defesa externa), relacionada à soberania e à independência; e a outra, que envolve a garantia da lei e da ordem, bem como dos poderes constitucionais, sendo esta uma atribuição interna das Forças Armadas. Evidentemente, a defesa externa é a componente principal e essencial na destinação constitucional das Forças Armadas. Para a Marinha, esta é a atividade-fim. Na garantia da lei e da ordem e dos poderes constitucionais, a Marinha atua de acordo com

lei complementar e decreto específico em situações episódicas, temporárias e excepcionais, conforme define a legislação brasileira.

Além dessa destinação estabelecida na CF/88, lei complementar definiu mais sete atribuições subsidiárias para a Marinha. As duas primeiras são comuns ao Exército e à Aeronáutica, sendo que as outras cinco são específicas da Marinha. São elas:

- 1) cooperar com o desenvolvimento nacional;
- 2) cooperar com a defesa civil;
- 3) orientar e controlar a marinha mercante, no que interessa à defesa nacional;
- 4) prover a segurança da navegação aquaviária;
- 5) implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos no mar e nas águas interiores;
- 6) cooperar com órgãos federais na repressão aos delitos quanto ao uso do mar, de águas interiores e de áreas portuárias; e
- 7) contribuir para a formulação e a condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar.

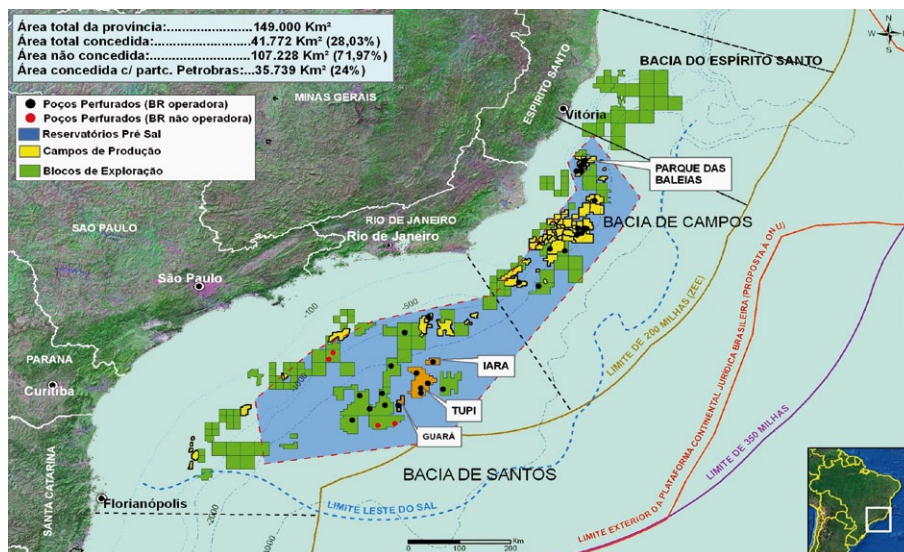
Realço aqui as de números 4 e 5, pois elas envolvem muito dispêndio de recursos da Marinha, tanto humanos como financeiros. A de número 4 (prover a segurança da navegação aquaviária) é, de maneira simples, prover a segurança da navegação em todas as hidrovias, rios, mares, lagos etc. O que é isso? É o papel que, no continente, os departamentos estaduais de trânsito, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Rodoviária Militar fazem. Então, cabe à Marinha garantir a segurança de navegação em todas as nossas águas interiores e nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB's), que vão até 200 milhas. A de número 5 (implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos no mar e nas águas interiores – ou seja, atuar contra qualquer delito, contravenção ou infringir das leis) tem a ver com algumas questões: quem vai cumprir essa lei? Quem vai fiscalizar e implementar? A Marinha do Brasil. Nos rios e nos lagos, há outros órgãos policiais com atribuições específicas, mas que não têm a quantidade de lanchas, navios e embarcações que possam cumpri-las. Então, a Marinha os ajuda e, na ausência destes órgãos policiais, a Marinha atua. Ocorreu alteração na lei complementar, em agosto de 2010, que modificou e ampliou as atribuições, dando poder de polícia às Forças Armadas. Então, isso exige mais responsabilidades, mais afazeres e, mais recursos humanos e financeiros.

4 IMPORTÂNCIA DO MAR PARA O BRASIL

Realçarei a partir daqui alguns aspectos que reforçam a importância do mar para o Brasil e que dizem respeito às bacias petrolíferas brasileiras, das quais, evidentemente, a maior importância está nas áreas de Campos e do pré-sal.

Para situar a questão, apresento alguns dados sobre o petróleo no mar: a produção de petróleo é de mais de 2 milhões de barris por dia; cerca de 82% do petróleo brasileiro provêm do mar; 90% das reservas totais de petróleo estão localizadas no mar; 67% das reservas totais de gás natural estão localizadas no mar; existem mais de 120 plataformas de petróleo; e nas bacias petrolíferas vivem, em regime de rodízio, mais de 15 mil pessoas, posicionadas entre 80 km e 220 km, de terra. Agora, faço referência ao mapa 1.

MAPA 1
Bacia do pré-sal



Fonte: Petrobras.¹

As áreas verdes são as áreas do pré-sal já definidas. Segundo os geólogos, o limite da bacia do pré-sal pode se estender até a linha pontilhada azul (limite leste do sal). O limite das 200 milhas náuticas da nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é a linha marrom clara. Percebam que, em algumas regiões, o limite do pré-sal está além das 200 milhas. A linha vermelha é o limite exterior da plataforma continental

1. Imagem disponibilizada por José Eduardo Bucheb, durante apresentação intitulada *Desafios e oportunidades do pré-sal*, realizada em 14 de outubro de 2010, no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.alide.com.br/joomla/index.php/capa/75-extra/1687-desafios-e-oportunidades-do-pre-sal>>.

que o Brasil apresentou à ONU. Estamos pretendendo que o limite das nossas águas jurisdicionais chegue até ali. Se recebermos a concordância da ONU, as águas jurisdicionais brasileiras abrangerão toda a área possível do pré-sal. Hoje, nós só temos jurisdição sobre a área até 200 milhas. Se uma plataforma petrolífera de uma empresa estrangeira for instalada a 201 milhas – isso pode ser feito legalmente –, ela poderá explorar petróleo dentro da área do pré-sal. Então, essa é uma questão importantíssima, um trabalho que envolveu a CIRM, a Petrobras, vários ministérios, navios e organizações da Marinha.

O comércio predominante do Brasil, até há cinco anos, era com a Europa e os Estados Unidos. Contudo, está crescendo o comércio com a África, o Oriente Médio e a Ásia. A quantidade de navios mercantes em trânsito nessas rotas já ultrapassou os destinados à Europa.

As áreas de maior importância estratégica, de acordo com nossos documentos, são: o litoral da região Sul e Sudeste, por motivos óbvios (a bacia de Campos, a bacia do pré-sal e as principais indústrias estão no litoral dessa região), e a foz do rio Amazonas. Temos ainda três ilhas no Atlântico Sul: São Pedro e São Paulo, Fernando de Noronha e Trindade.

5 RELAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL COM OUTRAS MARINHAS DO ATLÂNTICO SUL

Sobre o relacionamento da Marinha do Brasil com as marinhas do Atlântico Sul, darei alguns dados para os senhores concluírem se esses países realmente são relevantes no Atlântico Sul. Isto vai complementar o que o professor Alcides e o almirante Reis falaram. A África do Sul e a Argentina têm, realmente, importância no Atlântico Sul?

5.1 Marinha da África do Sul

Sobre o relacionamento da Marinha do Brasil com a Marinha da África do Sul, tem-se em média: um curso por ano no Brasil; quatro intercâmbios operativos anuais – por exemplo, um oficial da Marinha da África do Sul embarcando em um de nossos navios –; dez encontros/reuniões/visitas por ano; além de reuniões bianuais de Estado-Maior. Ocorrem ainda dois exercícios: Atlasul, com a participação de Brasil, Argentina, Uruguai e África do Sul; e IBSAMAR, com a participação de Brasil, África do Sul e Índia.

Contudo, os navios dessas Marinhas – à exceção da Índia – têm dificuldades para atender à realização do exercício quando ele não ocorre em suas águas. Quando o exercício é no Brasil, a Marinha da África do Sul tem dificuldade em enviar seus navios para cá. Quando é na África do Sul, as Marinhas do Uruguai e da Argentina têm dificuldades de enviar seus navios para o continente africano. Então, o fato é que há muitas restrições para estas Marinhas atuarem no Atlântico Sul em uma

distância grande de seus portos. O problema é ter navios prontos e operativos para que possam sair, por exemplo, de Montevidéu e operar na África do Sul, assim como sair da Argentina. Da África do Sul para cá, é a mesma coisa. Quando possível, eles participam com muitas limitações nos exercícios. Em alguns anos, o exercício foi cancelado por falta de navios prontos. É preciso também dispor de um navio-tanque para prover o apoio logístico móvel, porque o combustível vai sendo consumido. Um dos atributos vitais do poder naval é a permanência no mar. Nós temos navios-tanque, mas a África do Sul não os têm.

A vida de um navio é completamente diferente da vida de um carro de combate ou de um avião. Para o carro de combate, basta ligar e sair rodando. O avião pousa em um aeroporto, faz seu reabastecimento e sua manutenção, posteriormente, depois de algumas horas, pousa em outro aeroporto e assim por diante – a manutenção e o reabastecimento de mantimentos e combustíveis são feitas nos aeroportos. Mas o navio é independente. Ele pode voltar para aquele porto ou base somente após um grande período, por exemplo, de um ou dois meses. Tem de ser uma “cidade ambulante” – necessita ser autônomo em todos os sentidos (energia, mantimentos, sobressalentes, munição etc.).

Os principais meios de que a Marinha da África do Sul dispõe são: quatro corvetas classe Meko 200 e três submarinos classe IKL 209-1400. São navios modernos.

5.2 Marinha da Argentina

Em relação à Argentina, os principais meios de sua marinha são: três submarinos classe IKL 209-1400/1200; quatro *destroyers* classe Meko 360; três corvetas classe A 69; e seis corvetas classe Meko 140. São navios antigos, com cerca de 20 a 30 anos. A Argentina possui uma quantidade maior de navios que a Marinha da África do Sul, mas são mais antigos.

As marinhas com as quais a Marinha do Brasil tem maior relacionamento são as dos Estados Unidos, da Argentina e, mais recentemente, da França. Com a Argentina, as atividades desenvolvidas, em média, são as seguintes: 12 cursos anuais (de oficiais e praças); 20 intercâmbios operativos por ano; 20 encontros/reuniões/visitas por ano; e reuniões de Estado-Maior bianuais. Os exercícios realizados são: Diplomex, Prata, Pamparex (exercício com vários tipos de navio, como navios-varredores, navios-patrolha e navios da esquadra), Unitas – junto com os Estados Unidos, Atlasur e Velas Sudamérica (exercício de navios-veleiros).

5.3 Marinha da Namíbia

Desde o início da década de 1990, o Brasil está formando a Marinha da Namíbia. Vários oficiais e praças foram formados nas nossas instituições. No começo, isto foi conduzido com recursos da própria Marinha do Brasil, mas, com o acordo

oficial assinado entre os dois governos em 2004, o governo da Namíbia passou a financiar parte destes custos. Quanto às relações estabelecidas com a Marinha da Namíbia, os dados são os seguintes. Em 2009, foram realizados 20 cursos para militares namibianos no Brasil. O Brasil também cedeu recentemente, sem custos, uma Corveta. Era um navio antigo, e a Namíbia somente pagou os reparos de atualização. A Namíbia adquiriu ainda um navio-patrolha – feito no estaleiro – Inace, no Ceará – e quatro lanchas pequenas. Hoje, existe um grupo de oficiais fuzileiros navais da Marinha do Brasil ajudando a criar o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha da Namíbia. Também há dois oficiais e quatro praças trabalhando na Corveta, visto que eles têm dificuldades de manter o navio operando. Estes nossos militares servem permanentemente no navio a fim de manter o navio em condições operativas. Três oficiais e seis praças do Brasil trabalham ainda no Estado-Maior da Marinha da Namíbia. Então, já formamos centenas de militares da Namíbia. Hoje, a segunda língua mais falada na Marinha da Namíbia é o português – do que muito nos orgulhamos.

6 O REINO UNIDO E A FRANÇA NO ATLÂNTICO SUL

O almirante Reis já expôs a questão do Reino Unido, mas vou apresentar mais detalhes sobre a questão das Falklands/Malvinas.

Nas Malvinas, encontram-se, permanentemente, um navio patrulha e um navio escolta britânicos, da classe 42 ou da classe 23, e, eventualmente, um submarino. Não temos informações sobre a programação do submarino na região. Um evento significativo ocorreu em 11 de maio de 2010, com o navio passando o serviço para outro nas Malvinas – normalmente a troca de serviço é feita quadrimestralmente. Isto mostra a importância que o Reino Unido atribui a estas ilhas, demonstrando, assim, um sinal claro para a Argentina, caso um dia pretenda retomá-las. Há também uma esquadrilha de aviões Tornado que ficam permanentemente sediados nas ilhas.

Na ilha de Ascensão, visto que a ilha é vulcânica e montanhosa e a possibilidade de bases militares é mais restrita, o importante é o aeroporto, que é muito grande, havendo uma base aérea do Reino Unido com uma pista de 1.500 metros, compartilhada com os Estados Unidos. Em termos de apoio naval, este é restrito, porque não há porto, só fundeadouro para embarcações.

Mostrei a presença do Reino Unido no Atlântico Sul e, agora, mostro a da França. Os mapas 2 e 3 foram apresentados na Escola de Guerra Naval, em 3 de agosto de 2010, pelo adido de Defesa da França. O mapa 2 mostra o posicionamento dos navios da Marinha da França em determinado dia do ano. São 30 navios e oito aeronaves desdobrados, com 730 escalas por ano.

MAPA 2

Presença dos navios da Marinha da França

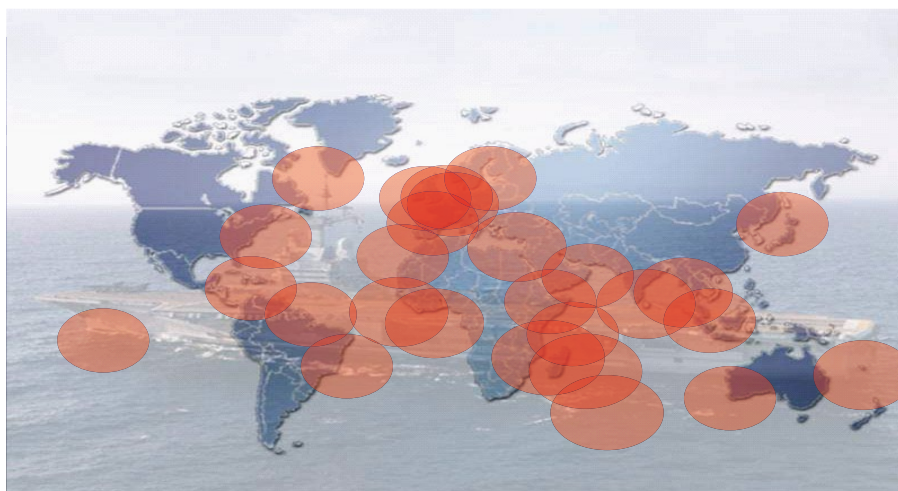


Fonte: Adido de Defesa da França no Brasil.

O que mais impressiona é o mapa 3, com as áreas passíveis de intervenção ou áreas que os preocupam. Segundo o adido de Defesa da França, a Marinha da França tem capacidade de intervir no prazo de três dias na maior parte das áreas de conflito potencial. Há uma área centrada no nosso litoral do Sudeste, outra área centrada na foz da bacia amazônica e outra área no meio do Atlântico.

MAPA 3

França: áreas de intervenção



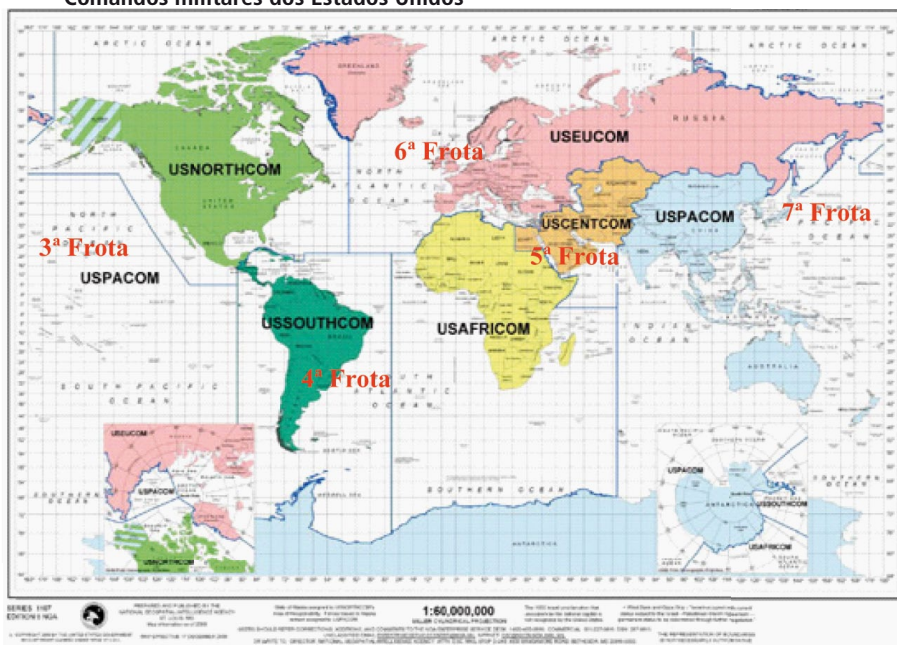
Fonte: Adido de Defesa da França no Brasil.

Enfim, ele não teve qualquer parcimônia em apontar as áreas que a França poderá intervir se desejar. Se algum interesse francês for contrariado, eles podem fazer estas intervenções, pois possuem navios permanentemente nessas regiões. Portanto, é outro ator importante no Atlântico Sul.

7 OS ESTADOS UNIDOS NO ATLÂNTICO SUL

Sobre a questão dos Estados Unidos, da Quarta Frota (ou Quarta Esquadra), o mapa 4 aponta como os Estados Unidos dividem o mundo e suas áreas de atuação.

MAPA 4
Comandos militares dos Estados Unidos



Fonte: Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

Disponível em: <http://www.defense.gov/news/UCP_2011_Map4.pdf>.

O Comando Sul é a área que nos interessa e há também um novo comando, que é o Comando da África. Então, os Estados Unidos têm esquadras/frotas em todas as partes do mundo. Quando foi criada a Quarta Frota, em 2008, isto foi, de fato, uma reorganização administrativa. Já existia o Comando Sul, mas este não tinha uma força naval permanentemente sediada, como há no Comando do Pacífico, no Comando Central, no Mediterrâneo etc.

Os comandos subordinados ao Comando Sul são os seguintes: *i*) o do Exército (U.S. Army South – Usarso), com sede no Fort Sam Houston, em San Antonio, Texas; *ii*) o da Marinha (U.S. Naval Forces Southern Command – USNAVSO),

com sede em Mayport, próximo de Jacksonville, Flórida – este não tem forças permanentemente sediadas, são forças alocadas para fazer os exercícios, quando necessário; *iii*) o dos Fuzileiros Navais (U.S. Marine Corps Force, South – USMARFORSOUTH), com sede em Miami, Flórida; *iv*) da Aeronáutica (U.S. Southern Command Air Forces), com sede na base aérea Davis-Montham, no Arizona; *v*) o de Operações Especiais (U.S. Special Operations Command South – SOCSOUTH), com sede em Mayport, Flórida; e *vi*) a Força-Tarefa Conjunta Interagências (Joint Interagency Task Force South – JIATF-S), com sede na Estação Aérea Naval de Key West, Flórida, a qual, hoje, é a peça mais importante do Comando Sul, com a tarefa principal de combater a produção e o tráfico de drogas. A área do Southcom, comparada com as outras áreas, é uma das menos importantes para os Estados Unidos. Eles têm muitos problemas pelo mundo. Devido a grande repercussão da criação da Quarta Frota, ainda não foram designados os meios-navios para ficarem permanentemente subordinados ao Southcom. Enfim, a criação da Quarta Frota não interferiu em qualquer interesse estratégico do Brasil.

8 ILHAS BRASILEIRAS NO ATLÂNTICO SUL

As ilhas brasileiras no Atlântico Sul são agrupadas em três conjuntos. A primeira é Trindade, que está a 590 milhas da costa. Em Trindade, não há poder militar instalado, mas, com investimentos financeiros relevantes, poderá constituir-se em um ponto de apoio importante para as forças navais. Ou seja, ali se poderá construir uma base naval, e um aeroporto, mas seriam necessários recursos relevantes para isto. Hoje, ela é administrada pelo Posto Oceanográfico da Marinha, que faz observações oceanográficas e meteorológicas e envia as informações para o nosso serviço de meteorologia. Ela detém elevado valor estratégico, econômico e militar. A cerca de 25 milhas da ilha está Martim Vaz, que não é habitada.

A segunda é o arquipélago de Fernando de Noronha, que está situado a 180 milhas da costa. Sua ZEE se une à brasileira, sendo administrada pelo governo de Pernambuco. Possui um aeroporto que pode ser transformado, com investimentos, em base aérea, além de ser um potencial ponto de apoio logístico para as forças navais. No caso do salvamento do AF 447 (aeronave da Air France que caiu sobre o oceano Atlântico, em junho de 2009), foi importante a existência de Fernando de Noronha. Ela detém elevado valor estratégico, econômico e militar – ou seja, a instalação de uma base militar seria um grande passo para as forças militares. Se algum dia se pensar nisso, a oposição, imaginamos, seria ambiental. Mas, em uma situação de conflito, deve ser considerada, pois seria do interesse nacional.

O arquipélago de São Pedro e São Paulo é um grupo de rochedos situados a 330 milhas náuticas ao nordeste de Fernando de Noronha. Está a 710 milhas da costa, estando ali instalada uma estação científica guarnecida por quatro

brasileiros, não sendo possível a instalação de qualquer tipo de apoio às forças militares. Este arquipélago detém elevado valor estratégico e econômico. Os quatro brasileiros se revezam a cada 15 dias e residem em uma casa que, de vez em quando, é derrubada pelo vento forte e pelo estado de mar elevado, tendo de ser salvos pelo nosso navio que atua nas proximidades. Então, aqui não é importante o valor militar, mas manter o arquipélago habitável, porque assim nós temos direito à ZEE de 200 milhas em seu redor.

9 VULNERABILIDADES BRASILEIRAS NO ATLÂNTICO SUL

As vulnerabilidades brasileiras são as seguintes: *i*) a concentração da produção de petróleo no mar sem um sistema de defesa eficaz, embora a Marinha do Brasil já tenha proposto o Sistema de Defesa da Amazônia Azul; *ii*) a concentração de grandes cidades e do sistema produtivo e energético próximos ao litoral, os quais podem ser ameaçados por armamentos lançados do mar; *iii*) o comércio exterior dependente, quase que totalmente, de linhas de comunicações marítimas extensas, cujo controle e cuja defesa são complexos hoje em dia – hoje, os navios são de propriedade de armadores de vários países, e a tripulação desses navios é de várias nacionalidades, com a carga passando por vários portos; e *iv*) a existência de ilhas oceânicas brasileiras sem um sistema de defesa preestabelecido.

A nossa concepção estratégica em termos macro é: se o Brasil um dia se envolver em uma guerra, devemos levar o conflito o mais longe possível do território nacional, pois não adianta fazer a defesa próximo da costa. E, para isso, precisamos de um poder naval adequado. Mesmo que não tenhamos o apoio da aviação de caça, da Força Aérea, devemos levar as ações navais para área bem distante do território nacional.

10 DEFESA E SEGURANÇA MARÍTIMAS

Aqui vou apresentar alguns conceitos, principalmente na parte de segurança marítima e defesa, que têm a ver também com nossa missão e nossas atribuições subsidiárias.

A defesa será empregada quando o Brasil estiver numa situação de crise ou conflito armado. Assim, a preparação para a defesa deve ser permanente, com o emprego das Forças Armadas sendo eventual – ou seja, quando ocorrer uma situação de conflito ou guerra. A Marinha, assim, tem de estar permanentemente preparada para que, quando for eventualmente empregada, esteja pronta. Nenhuma Marinha do mundo pode ser concebida de uma hora para outra, visto que os navios custam caro e se leva muito tempo para construí-los.

A segurança marítima, por sua vez, envolve diversas questões, como o combate ao narcotráfico, ao terrorismo, ao crime ambiental etc. Neste caso, a preparação é constante e o emprego é permanente. Diuturnamente, a Marinha do Brasil está

atuando na segurança marítima. Também está aí embutido o conceito de “novas ameaças”, envolvendo combate ao terrorismo, ao narcotráfico, ao contrabando de armas, à pirataria do mar e ao tráfico de pessoas.

Em relação à defesa, de uma maneira bem genérica e resumida, nós pretendemos aplicar essa concepção: a defesa aproximada, de cinco a 15 milhas, utilizando navios de patrulha; a defesa afastada, de 15 a 60 milhas, utilizando -se navios de escolta, porta-aviões etc.; e a defesa aleatória, em todas as áreas, com submarinos.

A parte de segurança marítima envolve sete grupos de atividades. O primeiro grupo é o de garantia da salvaguarda da vida humana no mar, conhecido pela sigla internacional SAR (*search and rescue*). Exemplos desta atividade foram o salvamento do AF 447 da Air France e do veleiro Concordia (do Canadá), ambos em 2009. A área de busca e salvamento de responsabilidade do Brasil atinge até o meio do Atlântico.

O segundo grupo é o de segurança da navegação aquaviária, sendo de 8.500 km no litoral e de 40 mil km nas hidrovias, nas nove bacias hidrográficas brasileiras. Há um dispêndio de lanchas da nossa rede de capitânicas, delegacias e agências espalhadas por todo o Brasil. A área mais preocupante, onde há maior nível de incidentes e acidentes SAR, é a bacia amazônica.

O terceiro grupo é o de prevenção e repressão da poluição ambiental no mar e nas águas interiores. Há um convênio com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), segundo o qual a fiscalização ambiental de todas as embarcações e navios é realizada pela Marinha do Brasil, especificamente pela Gerência de Vistorias, Inspectores e Perícias Técnicas (Gevi), da Diretoria de Portos e Costas. Também é encarregada de efetuar vistorias, inspeções e perícias nas plataformas, nos navios etc. Para se ter uma ideia, foram realizadas, em 2009, 4.020 perícias técnicas em embarcações que transportam petróleo e 1.038 em 186 plataformas marítimas.

O quarto grupo de atividades é o de segurança orgânica das plataformas petrolíferas marítimas e das instalações de apoio. Foi feito um convênio com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e com a Petrobras, em que se criou o Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades do Petróleo (SIMMAP). O propósito é efetuar o rastreamento automático, em tempo quase real, das embarcações de apoio à indústria do petróleo operando nas AJBs.

O quinto grupo é o de prevenção e repressão às “novas ameaças”. A Marinha, sempre que possível, contando com informações de inteligência, faz inspeções nas embarcações para combater as novas ameaças.

O sexto grupo é o de garantia da soberania nas AJBs. Os navios-patrulha da Marinha do Brasil fazem rotineiramente patrulhas navais para verificar se não há navio ou embarcação não autorizado pescando ou em atividade não autorizada em águas nacionais.

E o sétimo grupo de atividades é o de segurança da área marítima contra o tráfego não autorizado, tendo sido estabelecida uma área a ser evitada na Baía de Campos. Nessa área, ocorria trânsito intenso de navios mercantes e embarcações. Atuando junto à Organização Marítima Mundial, o Brasil conseguiu que essa área fosse definida como área a ser evitada à navegação. Os navios estão, de fato, cumprindo esta recomendação, porque essa atividade pode interferir no preço do seguro e do frete. Então, cabe à Marinha do Brasil fiscalizar o cumprimento dessa determinação.

O que quis mostrar com essas explicações é a quantidade de atribuições da Marinha do Brasil, tanto em tempo de paz como, eventualmente, em tempo de guerra.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Estratégia Nacional de Defesa, um dos principais documentos aprovados recentemente, há duas questões a realçar. A estratégia aponta duas áreas estratégicas prioritárias para o Brasil: a bacia amazônica e o Atlântico Sul.

Uma das questões importantes, decorrente da Estratégia Nacional de Defesa, e que está em estudo no Ministério da Defesa, é a aprovação do Plano de Equipamento e Articulação da Marinha. A Marinha o apresentou ao ministro da Defesa em junho de 2009. Da mesma forma, fizeram o Exército e a Aeronáutica. Nele, constam as necessidades de todos os meios navais, aeronavais, munições, mísseis e recursos humanos que são necessários para que a Marinha possa cumprir todas as instruções, diretrizes e objetivos previstos na Estratégia Nacional de Defesa. Se for aprovado, a Marinha vai crescer consideravelmente e teremos, além da Primeira Esquadra, a Segunda Esquadra, para o Norte e o Nordeste, até 2030. São três horizontes temporais: 2014 (curto prazo), 2022 (médio prazo) e 2030. É uma quantidade de recursos relevante a ser aplicada, da ordem de US\$ 80 bilhões em 20 anos. O governo, então, tem de se reunir e definir o que vai ser aprovado ou não. Este é o ponto no qual o Ministério da Defesa está trabalhando agora.

Outro aspecto que gostaria de realçar está na Estratégia Militar de Defesa. É um documento confidencial, mas há duas questões importantes que a sociedade deve conhecer e que são as estratégias mais importantes para nós – uma para paz e outra para a guerra. Em tempos de paz, a estratégia adotada é a da dissuasão. Nós devemos ter uma capacidade militar que seja forte, razoável e que iniba a agressão de qualquer nação. Em tempos de guerra ou conflito armado, nós adotamos a estratégia da defensiva. Para se aplicar a estratégia de dissuasão, é necessário que o Brasil possua um poder naval adequadamente aparelhado, tanto em termos de quantidade de meios como de qualidade, com navios modernos. Para tanto, nós precisamos de vários tipos de meios. Se nós queremos ter capacidade de atuar no Atlântico Sul e fazer frente à França, ao Reino Unido e aos Estados Unidos, os três mais atuantes

atores, nós precisamos ter mais um porta-aviões, vários navios-escolta e vários submarinos convencionais e nucleares. Isto tudo está no Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil. Então, é fundamental que a Marinha do Brasil possua meios militares aptos ao emprego imediato e eficiente, com capacidade de se desdobrar com rapidez, a fim de inibir ações de potenciais agressores.

Sobre o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), de forma muito simplificada, é possível afirmar que ele envolve muitos subsistemas, com radares, satélites, aeronaves veículos aéreos não tripulados (VANT), navios-patrolha, satélites que detectam os navios pesqueiros – em funcionamento –, sistema de apoio às plataformas etc. Todos estes subsistemas vão ser aglutinados no grande sistema, o SisGAAz. Ele também foi proposto ao Ministério da Defesa para ser aprovado. Independentemente da aprovação, a Marinha já vem implantando, com seus recursos, vários destes subsistemas. O propósito é acompanhar todas as atividades ligadas ao mar e garantir os direitos de soberania sobre qualquer exploração econômica dos recursos naturais marinhos. Necessitamos conhecer tudo o que está acontecendo nas nossas águas jurisdicionais e, também, em algumas partes do Atlântico Sul. Hoje, não sabemos; dependemos dos navios-patrolha estarem presentes quando ocorre algum evento.

Cabe, ainda, uma citação muito rápida sobre a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (Zopacas). Este é um organismo que foi criado em 1986 e ainda existe, apesar de não valorizado. Ele inclui os 24 países situados nas margens sul-americana e africana do Atlântico Sul. Já ocorreram seis reuniões: em 1988, 1990, 1994, 1996, 1998 e 2007. Percebe-se que não há uma constância nestas reuniões. O coordenador no Brasil é o Ministério das Relações Exteriores (MRE), onde existe um setor específico para este assunto. Estas reuniões só ocorreram e, normalmente, só ocorrerão por iniciativa brasileira, visto que os outros países do Atlântico Sul não têm força política para liderar estes encontros. A Marinha apoia esse organismo e estimula sua revitalização. Não é um fórum de segurança, não é um fórum de defesa, mas um fórum de cooperação e paz. Evidentemente que, quando ocorrem estas reuniões, como a maior parte dos países da África tem recursos escassos, estes sempre pedem muita ajuda aos países mais ricos; no caso, o Brasil. E nem sempre a Marinha do Brasil pode atender, porque também contamos com recursos escassos. Há necessidade de uma decisão do governo brasileiro de querer revitalizar a Zopacas. Enfim, este é o único organismo no Atlântico Sul, não havendo necessidade, na opinião da Marinha, de qualquer organismo semelhante à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Apoiamos este fórum para que se possa ampliar a cooperação internacional nesta região.

A Marinha deve estar apta para atuar no Atlântico Sul e nas águas interiores; neste caso, principalmente nas bacias amazônica e do Paraguai-Paraná, além de

cumprir várias atribuições subsidiárias. Isto compreende uma quantidade enorme de tarefas, exigindo uma quantidade considerável de meios de diversos tipos, com a Marinha estando longe de possuí-los atualmente.

Para finalizar, apresento um trecho de uma edição da revista *Veja* de 1982, à época do conflito nas Malvinas. Realço o seguinte trecho:

Mesmo sem disparar um torpedo, no fim da semana passada, os submarinos atômicos ingleses já tinham obtido um feito importante: deixar permanentemente intranquila a frota argentina diante do perigo de um ataque silencioso e mortal vindo do meio das águas.

Isto demonstra a importância dos submarinos nucleares ingleses, que impediram a Marinha da Argentina de suspender os seus navios de seus portos. Então, realço a importância do submarino com propulsão nuclear, que é a principal meta da Marinha do Brasil. Era isto que eu tinha para apresentar aos senhores e agradeço a atenção.

RODADA DE PERGUNTAS

PERGUNTA

São duas perguntas para o prof. Alcides. A primeira é se a maior projeção do Brasil na África Austral, principalmente em Angola, não pode vir a gerar algum tipo de conflito com a África do Sul, já que esta é um poder regional na África Austral. A segunda questão é se o senhor poderia comparar, a partir destes documentos analisados, a perspectiva sul-africana em relação aos problemas de segurança marítimos frente aos problemas de segurança terrestres. Ou seja, na perspectiva sul-africana, qual o grau em que os problemas de segurança se apresentam em cada um destes espaços?

PERGUNTA

A minha pergunta dirige-se ao prof. Alcides. Por que, no Brasil, se está dando tanta ênfase à defesa e não à segurança? Geralmente, se fala de política de segurança dos Estados Unidos, ou seja, existe, conceitualmente, uma diferença. Então, gostaria que o senhor explicitasse melhor porque só trabalhar com o conceito de defesa e não também com o de segurança.

PERGUNTA

Prof. Alcides, até que ponto essa mudança que você apontou como recente, em termos de ganho de importância do Atlântico Sul, é fruto de questões comerciais, de segurança energética e de segurança alimentar? Como este espaço e, ao mesmo tempo, esta oportunidade, não se associa a ameaças, dado o olhar das grandes potências em relação à importância cada vez mais estratégica destas questões? Como o Brasil deve pensar a defesa nesse cenário?

PERGUNTA

Pergunta para o prof. Alcides. Quais são as possibilidades, dentro do contexto de segurança e defesa, de haver uma integração no Atlântico Sul entre o [Mercado Comum do Sul] Mercosul e a Southern African Development Community (SADC)? Isto é possível ou é apenas um desejo “acadêmico”?

ALCIDES COSTA VAZ

Quanto à primeira pergunta, sobre os nossos laços com Angola e se a mais estreita cooperação neste campo não poderia causar algum tipo de problema em relação à África do Sul. Feito dentro de um marco cooperativo, eu não vejo essa possibilidade. É por isso que o termo mais presente nesta exposição foi o de diálogo político – ou seja, uma ação concertada, que não reflita apenas uma projeção unilateral de

interesses e de iniciativas. Assim como o Brasil procura fazer na sua dimensão continental sul-americana, baseado na ideia de articular politicamente o seu entorno para poder preservá-lo como um espaço de estabilidade, a mesma lógica se aplica à dimensão do Atlântico Sul, que é preservá-lo como um espaço de estabilidade. Seria bastante, digamos assim, paradoxal que fôssemos nós mesmos a desencadear ações de tal forma que suscitassem divergências entre nossos parceiros, os quais consideramos como estrategicamente importantes nessa arquitetura. Eu acho que isso é muito mais uma questão de sensibilidade diplomática, de como desenvolver agendas bilaterais que não suscitem obstáculos para uma concertação multilateral dentro desse espaço. E acho que nós estamos bem posicionados para fazê-lo.

Quais são os problemas de defesa que estão escritos como sendo prioritários para a África do Sul na sua dimensão marítima em contraponto à parte mais continental? Do ponto de vista marítimo, o que está enunciado no campo de defesa da África do Sul como preocupação fundamental é todo um arco de instalações portuárias, de bases militares e rotas marítimas. Este é o foco fundamental de preocupação de defesa. Aí há uma preocupação que é distinta daquela que a África do Sul maneja na sua dimensão continental, que tem a ver muito mais, no momento, com a dimensão de conflitos domésticos como focos de instabilidade. A África do Sul tem sido um ator muito ativo, bastante engajado na tentativa de estabilização do seu próprio entorno, mas estas são ameaças de natureza completamente diferente das quais ela confronta na sua dimensão marítima. Neste último caso, as preocupações de defesa não estão se reportando a nenhum ator específico, a nenhum protagonista que pudesse ser designado. Há também uma opção subsidiária, mas que é importante para a África do Sul, que é a de prestar auxílio a operações de resgate no espaço que compreende desde o Atlântico Sul, passando pela parte meridional e indo à costa do oceano Índico. Segundo os números ali escritos, é um espaço de quase 17 milhões de km². É um espaço muito grande.

Quanto à segunda pergunta, esclareço que, quando eu estava fazendo alusão à estratégia de defesa, eu estava fazendo alusão ao documento propriamente dito, à *Estratégia de Defesa*. Claro que, como eu disse, as preocupações do Brasil no Atlântico Sul vão além da dimensão da defesa. Tanto na Política de Defesa Nacional quanto na Estratégia Nacional de Defesa, há o reconhecimento do Atlântico Sul como um espaço prioritário e há a designação das duas dimensões: uma mais afeita ao controle sobre os recursos na sua plataforma continental e nas suas águas jurisdicionais, que é mais imediata, e o conceito do entorno estratégico, que é lançado na Política de Defesa Nacional (PDN) e recolhido pela Estratégia Nacional de Defesa, o qual faz essa projeção até a costa africana. Sob essa ótica, nós não estamos falando estritamente de questões de defesa. Esta projeção até a costa africana passa por essa dimensão (da defesa), mas não se resume a ela, adentrando muito mais no plano das considerações de segurança.

Em relação à questão de como pensar a defesa, tenho uma postura que considero pragmática. Defesa, antes de tudo, é pensada a partir de interesses nacionais. Há convergências neste campo, sobretudo entre Brasil e Argentina, e isso abre espaço para fórmulas cooperativas que já praticamos, em larga medida, com a Argentina. As outras questões que nos remetem à dimensão do Atlântico Sul até a costa africana se colocam mais do ponto de vista da segurança: o monitoramento de cargas tóxicas e o monitoramento do transporte de armas e de drogas ilícitas não nos convocam tanto à dimensão da defesa; isso é cooperação em segurança. As questões de defesa têm de ter como ponto de partida as perspectivas de cada país, o reconhecimento de necessidades e especificidades de cada país. E vimos que temos matizes diferenciadas a este respeito.

Sobre a possibilidade da integração entre o Mercosul e a SADC no contexto de segurança, pode-se dizer que o Mercosul, à exceção da reunião dos ministros de Justiça e de Interior, que abriga uma agenda de segurança no Cone Sul, ainda não tem sido muito funcional no que tange ao diálogo em matéria de defesa e segurança. Este assunto continua sendo tratado em perspectiva ainda muito bilateral, carente de um substrato de melhor articulação. Se o Mercosul é a melhor plataforma para abrigar é uma questão ainda em aberto. No caso das nossas Forças Armadas, em particular, houve muito a visão de que elas teriam uma perspectiva de retaguarda neste processo – ou seja, [de] permitir que o processo de integração avançasse, que o processo econômico e comercial se enraizasse, e, então, a partir disso, as Forças Armadas poderiam considerar qual a melhor forma de se somar a esse esforço. O Mercosul estimulou ou induziu, de alguma forma, o diálogo, com mais cooperação e aproximação, mas ele não é um espaço institucional que gera ou abriga estas iniciativas. O Mercosul não nasceu com essa plataforma e não a desenvolveu. Desenvolveu-a apenas do ponto de vista da necessidade de gerar as condições para monitorar a intensificação dos fluxos econômicos, comerciais e sociais entre as fronteiras dos quatro países, como um desdobramento natural da remoção de barreiras e da possibilidade que isso oferece aos agentes ligados aos ilícitos transnacionais de tirarem proveito deste espaço economicamente integrado, com mais movimentação e fluxo de pessoas. Isto veio na dimensão da reunião dos ministros de Interior e de Justiça. Aí, sim, há uma cooperação muito estreita, bastante funcional, e é uma dimensão do Mercosul muito pouco conhecida, que não é tão apática quanto a imagem que o Mercosul vem projetando desde que ingressou neste processo de uma forte entropia nos últimos anos. Mas ele ainda não é a plataforma adequada para abrigar este tipo de diálogo. Há, é claro, uma dimensão econômica. Temos um acordo com a SADC e um acordo comercial que foi firmado com o Egito mais recentemente. Neste sentido, o Mercosul segue seu destino como eixo articulador de iniciativas econômicas e comerciais, mas não entrando neste contexto da segurança, muito menos nesta dimensão de segurança internacional *stricto sensu*.

PERGUNTA

Eu tenho algumas perguntas para os integrantes da Marinha, as quais talvez sejam mais interessantes fazer em conjunto, o que ajudaria nas respostas. Destas perguntas, três são de caráter mais geral e duas eu chamaria de operacionais.

Coloco primeiro as de caráter mais geral. Historicamente, as deficiências estratégicas dos países da América do Sul sempre foram fruto do poder marítimo vir das águas do norte e impor as condições que porventura essas nações acharem aceitáveis. As Malvinas foram o último exemplo que nós vimos disso, como foi comentado nas palestras. Quer dizer, a esquadra do Reino Unido, na época, levou quase dois meses para chegar, dando tempo para a Argentina mudar de posição; contudo, não se mudou de posição, a esquadra chegou e foi o que se seguiu. Então, historicamente, a gente tem essa deficiência. A gente, assumindo esta deficiência histórica e assumindo, como os senhores colocaram, dentro do âmbito que foi proposto ao governo, qualquer possibilidade de uma reação mais proativa de sair o plano de reequipamento da Marinha, tem duas situações. A primeira é que a Marinha aposta em um submarino nuclear como força dissuasória e escolhe como parceiro deste submarino nuclear um “aliado estratégico”, a França, que, como os senhores mesmos mostraram, em três dias, tem condições de intervir em áreas vitais brasileiras. Então, a primeira pergunta: seria este o nosso melhor aliado estratégico? Não seria possível partir de uma parceria estratégica com a Índia, que desenvolveu o seu próprio submarino nuclear? Não estaríamos melhores em uma parceria com a Índia em vez de com a França?

A segunda pergunta é especificamente em relação a esse meio: o submarino nuclear. Em relação ao que a Marinha do Brasil conta com este projeto, ela tem o domínio do ciclo de combustível nuclear. Possivelmente, a Marinha do Brasil tem condições de, até o período 2014-2015, estar com esse reator pronto. Então, o problema da Marinha do Brasil é ter um casco de submarino em que caiba este reator, e este casco é o que seria fornecido no âmbito do acordo com a França. A pergunta é: nós vamos fazer uma base de submarino e nós vamos comprar quatro submarinos convencionais. Se na hora de passar este conhecimento estratégico, a França se negar a fazê-lo, como é que ficamos? A Marinha teria, nesse interregno, condições de tentar aprender algo no sentido de poder trabalhar com esse casco maior? Porque, em relação aos cascos menores, a gente já aprendeu a tecnologia da Alemanha. E os senhores são da Marinha e sabem no que implica esse sistema de ampliação.

A terceira pergunta é ainda de ordem estratégica. Foi muito bem apresentado um sistema de comunicação para a proteção da Amazônia Azul. Todo sistema de comunicação, para funcionar, é bom que seja redundante. Quanto mais redundância se tiver no sistema de comunicação, melhor é para a defesa. Quando eu tive a oportunidade, ainda na época do ministro Mangabeira Unger

(ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), no período 2007-2009), de visitar algumas instalações do Sistema de Vigilância da Amazônia, eu fiz uma pergunta que ficou sem resposta. Nós podemos colocar todos esses meios de controle, mas nós não temos meios para garantir a integridade destes. Se silenciarem esses meios, nós vamos fazer um investimento de vários bilhões de dólares para montar toda aquela “parafernália” para controlar a Amazônia Azul, mas os Estados Unidos podem, simplesmente e facilmente, silenciar tudo isso. O que acontece então? O que acontece no sentido de quais seriam os mecanismos de comunicação redundante que a gente teria para evitar esta perda?

Agora, faço as duas perguntas de ordem operacional. A primeira: quando os senhores falaram na questão de São Pedro e São Paulo e falaram desses quatro brasileiros, parece-me que eles estão lá porque a Organização das Nações Unidas (ONU) só dá a garantia desta área econômica exclusiva em ilhas que forem permanentemente habitadas. Por isso, eles estão lá; e este foi o cuidado que o país teve em fazer isso. Martim Vaz não está permanentemente habitada e está a 25 milhas náuticas de Trindade (cerca de 40 quilômetros). Então, na projeção das 200 milhas, em alguns casos, estes 40 quilômetros fazem diferença, inclusive para a área do pré-sal. Porque Martim Vaz não está ocupada? Quer dizer, em que se baseia, em condições muito piores, colocar quatro brasileiros o tempo todo em São Pedro e São Paulo e não se colocar – que seriam em condições muito mais fáceis – quatro brasileiros em Martim Vaz?

E, finalmente, os senhores falaram que o custo do plano de reequipamento da Marinha estaria em torno de 0,6% do produto interno bruto por ano. Os senhores teriam os dados de quanto a Marinha tem retido por ano de *royalties* do petróleo?

REGINALDO REIS

Começando de trás para a frente. Se nós considerarmos os *royalties* do petróleo retidos, desde que eles tenham um fluxo contínuo, e considerando-se a soma de acréscimo da participação na produção do pré-sal – se, por alguma outra razão, ela não vier a ser modificada na estrutura que mantém hoje –, nós poderíamos contar, sim, com os recursos do petróleo para que se financiasse a renovação dos meios flutuantes do poder naval brasileiro. Ele poderia financiá-lo e transformá-lo em um projeto de Estado, o que, historicamente, sempre foi o que aconteceu. Se o senhor for pesquisar no século XV, temos Portugal, no caso da Escola de Sagres. Se pegarmos a Holanda, que disputou o mar e depois perdeu para a Inglaterra, quem pagava por isso? Eram as pessoas que tinham interesse no mar e que faziam um *funding* para dar recursos para estes meios que iriam lhe oferecer proteção. Na verdade, esta é a proposta que nós sempre fazemos. Infelizmente, uma visão de curto prazo impede isso e nos vê como despesa, e não como investimento. Aí a discussão vai para outro terreno, que é o de nós adentrarmos um caminho

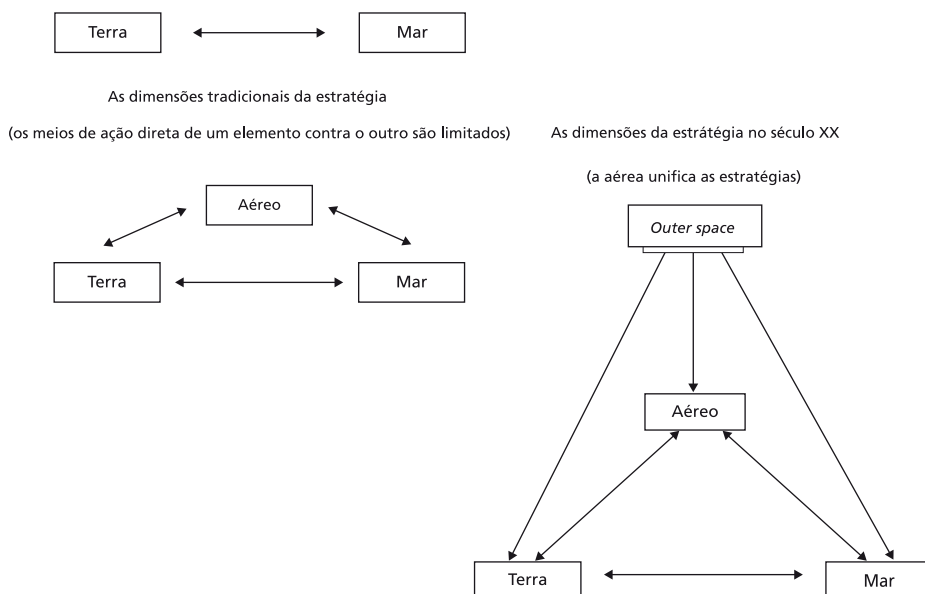
de tecnologia mais avançada na fronteira do conhecimento, uma tecnologia que, ademais, é dual, não tendo emprego somente na área militar. Toda tecnologia militar serve como *spin-off* para o desenvolvimento de tecnologias que serão espalhadas pelas demais áreas de produção do país. Então, na verdade, infelizmente, a gente não tem uma política de Estado que veja isso e contemple isso. A questão do superávit primário é definitiva e está acima de tudo isso, arrecadando todos os *royalties*, e a Marinha fica sem ver seus *royalties*.

Já entrando no problema para o qual o senhor chamou atenção na segunda pergunta: e se a França não cumprir a parceria? O risco maior é o do Brasil não cumprir o contrato que foi assinado, contrato este que tem cláusulas muito pesadas e muito fortes de não cumprimento. E nós já sofremos deficiências no início deste ano, por uma miopia orçamentária, e não nos deram os recursos que deveriam ter sido adiantados fora do orçamento anual para o cumprimento disso, mesmo havendo recursos de financiamento do BNP Paribas. Então, nós estamos vivenciando este tipo de problema. É uma área em que precisamos ter muita cautela, porque o risco maior de não cumprir os compromissos contratuais talvez seja do nosso lado.

Na quarta pergunta, o senhor falou sobre Trindade e Martim Vaz. Na verdade, o que o senhor considera é o grupo das ilhas como se fosse um conjunto, e, então, focando-se em Trindade como centro, absorve-se praticamente tudo. Perde-se muito pouco em relação à excentricidade de Martim Vaz, porque ela está mais para dentro, mais orientada ao nosso território, e não mais externamente. Então, quando se traça para ganhar as 200 milhas, ganha-se em cima de Trindade, e não de Martim Vaz. Então, esse risco não existe. Trindade é ocupada permanentemente. Lá há uma guarnição de oficiais e marinheiros da Marinha do Brasil, como o comandante Paiva chamou a atenção, até fornecendo dados para que se possa ter maior precisão nas informações sobre o clima aqui no Brasil. Então, essa preocupação não existe.

O que o senhor mencionou chama-se a quarta dimensão estratégica. Esse perigo do *killer satellite*, todo mundo corre. Nos anos 1960, a então União Soviética e os Estados Unidos já se confrontavam no espaço, um caindo os satélites do outro. Hoje, isso pode ser feito pelo avanço da tecnologia até se decolando uma aeronave e lançando-se um feixe de *laser*. Nos satélites que estão mais baixos, que são os mais utilizados para determinados tipos de cobertura, pode-se cegá-los, ou, então, pode-se, simplesmente, em ação de operações especiais – ou, de um grupo de voluntários que queiram entregar a vida –, explodir, em terra, uma estação de rastreamento de satélite. Ou seja, o perigo não está só lá em cima, está na superfície da terra mas também. Quando eu chamo de problema de quarta dimensão estratégica, quero dizer o seguinte, e, com o auxílio do esquema na figura 1, a ideia se torna mais clara.

FIGURA 1
As quatro dimensões estratégicas



Fonte: Coutau-Bégarie (2006).
Adaptação do autor.

No início, as estratégias consideravam apenas a terra e o mar, e estes não se comunicavam. Lembrem-se que o mar territorial era de três milhas, porque este era o limite máximo do alcance de uma bala de canhão. Com o advento, no início do século XX, do avião – que começou a ser integrado e foi dual tanto no poder militar como nas demais atividades –, conseguia-se atuar em três dimensões: (aérea, terrestre e marítima) e, pela dimensão aérea, fazer uma interconexão entre a dimensão terrestre e a dimensão marítima. Lembrando que, no mar, há ainda outra dimensão que não pode ser esquecida, a dimensão abaixo da superfície do mar, em relação à qual, até hoje, a física do som não permitiu grandes avanços, com o submarino continuando a ser uma arma perigosíssima – daí nós o privilegiarmos estrategicamente, para uma possibilidade de negação do uso do mar. Uma arma como o submarino é importante, visto que requer um esforço imenso do oponente para detectá-la debaixo da água. E ele pode perfeitamente, dependendo das condições de salinidade, temperatura e pressão – não vou entrar em detalhes aqui, mas é o que a gente chama de profundidade de camada –, operar abaixo da profundidade de camada. Então, ele tem um quadro do que está acontecendo em cima, e nós não conseguimos detectá-lo lá embaixo. O submarino é, e ainda será por muito tempo, porque ainda não temos avanços tecnológicos suficientes, um grande desafio no mar. Por isso, a nossa aposta no submarino.

E hoje já se reconhece uma quarta dimensão estratégica. Quando se fala em operar *joint*, integradamente, é necessário ter as ferramentas para fazer isso. Então, para colocar Exército, Marinha e Aeronáutica operando juntos em único teatro, nós dependemos de algumas coisas, e estas coisas estão localizadas no *outer space*. Eu nem traduzi o termo porque, infelizmente, nós somos sub-representados nos fóruns internacionais para os assuntos que são tratados sobre *outer space*. Alguma vez os senhores já viram alguma discussão sobre *outer space*? Pois elas acontecem todos os anos, e nós somos sub-representados. O Ministério da Defesa não vai nestas reuniões, embora devesse ir. Outros órgãos técnicos do país deveriam também estar presentes, porque ali se está discutindo essa ocupação do espaço, a qual não terá somente aplicação militar. Isso eu queria chamar atenção. Ele integra tudo, como está integrando nos dias de hoje. Quando se fala na tecnologia da informação e comunicação (TIC), nós nos esquecemos que quem dá essa flexibilidade, essa velocidade toda, é o componente satélite. E, na verdade, nós estamos em vias de enfrentar um problema, dentro de poucos anos, de um apagão de satélites de cobertura no nosso país, um país que tem dimensões continentais e no qual eles se fazem altamente necessários para interligar o país como um todo, até em programas de educação. Nós dependemos totalmente dos satélites. Então, nós não estamos entendendo o século XXI. Outros países aprofundam a operação *joint*. Eles estão trabalhando com outra musculatura, que é a do *outer space*, o qual faz a interligação de tudo e dá uma visão em tempo real de tudo o que está se passando. É o que a Marinha está propondo neste Sistema de Gestão da Amazônia Azul. E não é só pela parte militar, mas também pelo controle que se tem de ter sobre outros aspectos das atividades nos mares, inclusive as responsabilidades de salvamento. E todos os sistemas que se tem hoje em dia, como o Automatic Identification System (AIS), são sistemas cooperativos. O navio mercante informa a posição se ele quiser. Se ele não quiser, ele desliga e ficamos sem saber a sua posição. Então, é preciso ter outros meios complementares para se ter informações positivas do que está se passando na região que é do seu interesse. Então, o problema de virem a nos calar ou não é algo que temos de ter em mente. É um desafio. Nós vamos ter de pensar lá na margem do problema, nas possibilidades de sermos calados, sim.

Mas o senhor citou a Índia. Ela lançou seu satélite. A Índia não consegue calar ninguém, mas já tem os satélites dela lançados. Esta é uma necessidade cada vez maior que nós vamos ter. E aí eu acho que vai haver muito mais no sentido do *outer space* como um espaço cooperativo do que conflitivo. Apesar de eu ser um pouco hobbesiano, vejo mais cooperação, porque todos dependem dele. Não só para as atividades de crise, de conflito, mas também durante a paz. Como o senhor faz as transações financeiras de Hong Kong para Londres e de Londres para Wall Street? Como é que elas são feitas nos dias de hoje, nesse mercado financeiro que não dor-

me e onde há trilhões de dólares viajando de um lado para outro 24 horas por dia? Apoiadas nos satélites. Então, esses são os primeiros interessados em que haja paz, segurança e que esse elo de segurança não seja quebrado. Agora, o que nós podemos perder é a parte da camada do espaço em que nós temos direito a lançar satélites. Porque, se nós não a ocuparmos dentro de determinado tempo, alguém vai ocupar, e, depois, não poderemos discutir nem dizer que fomos enganados.

E a pergunta que o senhor fez sobre o problema do “por que a França?” Porque a França se propôs efetivamente a passar a tecnologia. A Índia, eu diria que ainda está em um estágio muito menos avançado tecnologicamente. Ela está testando seu submarino nuclear, mas depois de vários fracassos. É um projeto que começou nos anos 1980, com apoio da então União Soviética, e que não deu certo. Foram milhares de cientistas e técnicos de boa educação lançados no projeto e, mesmo assim, houve vários fracassos até se chegar lá. Nós teremos percalços pela frente? Poderemos ter, sem dúvida. Nosso projeto é para conseguir o casco até 2022. Esperemos que, até lá, “o namoro seja bom enquanto dure”, como diria o velho poeta. E, enquanto for, nós vamos receber essa tecnologia. E ninguém transfere tecnologia de graça. Nós é que temos de ter competência de buscar, preparar gente, quadros, para ir lá, olhar, observar, estudar e trazer. Essa é que é a verdadeira transferência de tecnologia. Aliás, já dizia Milton Friedman que “não há almoço grátis”. Isso também é válido para a área da tecnologia. Transferência de tecnologia é uma interrogação. Nós vamos buscar e sabemos todos os percalços que temos, mas foi o parceiro que se apresentou. A Alemanha não podia nos passar, porque ela não tem conhecimento nesta área. O submarino que ela constrói é o convencional. Este nós já fomos lá e buscamos o que tínhamos de buscar. Agora dependemos do resto e da continuidade no projeto. Isto é o mais fundamental para que, de repente, não se pare todo o projeto e as cabeças pensantes se percam; isso já aconteceu com muita gente boa que foi formada pelo programa nuclear da Marinha, mas, depois, não tivemos o apoio que deveríamos ter tido por parte do governo e acabamos perdendo muitas inteligências. Isso sem falar no *brain drain*, que é a drenagem de cérebros de pessoas altamente preparadas e que as indústrias lá de fora vêm buscar a preço de ouro. Isso a gente sabe que acontece.

PERGUNTA

Minha pergunta é para os integrantes da Marinha. Vocês estão acompanhando a agenda externa da China do ponto de vista da defesa? Há alguma novidade? Nós, aqui no Ipea, estamos olhando mais para os dados sobre investimento direto e sobre exportações. Como vocês colocaram esses dados sobre comércio e investimento, imagino que vocês também estejam acompanhando, junto com essas dimensões, a questão do avanço na defesa. Quer dizer, como está a China? Essa é

uma curiosidade que temos: a da China ocupar espaços não só econômicos, mas também do ponto de vista dos instrumentos de defesa. O que ela tem feito?

REGINALDO REIS

A China participou, inicialmente, com dois navios no Chifre da África contra a pirataria, assim como o Japão também o fez. Na terceira leva de navios que ela mandou, já foi com um navio-tanque de apoio logístico, para poder ficar mais tempo. Agora, o quarto grupo, que terminou na primeira semana de agosto de 2010, já foi para o Mediterrâneo. Passeou pelo Canal de Suez, entrou no Mediterrâneo e foi visitar a Itália. Isto nós chamamos de emprego político do poder naval. É uma coisa de que o velho almirante Vidigal gostava de falar, que é o emprego político do poder naval, que é mostrar a bandeira. Dentro dos papéis que uma Armada pode desempenhar, este é um deles. Fazer uma visita de relações públicas a um porto, por exemplo. Ou seja, a China está começando a sair. Nós tivemos, em 2002-2003, dois navios chineses que contornaram toda a América do Sul, passando pelo Canal do Panamá, sendo um navio-escolta e um de apoio logístico. Eles estão pouco a pouco voltando a singrar os mares. Quando eu falei aqui do século XV, a China era a maior esquadra daquela época. Contudo, eles saíram do mar e, em 1432, foi aprovada uma lei que condenava à morte quem tivesse uma embarcação com mais de um mastro – ou seja, eles abriram mão de sua presença no mar. O que isso lhes custou em termos de história? Em 1850, o Comodoro Perry obrigou a China a abrir os portos, e, depois, veio a Guerra do Ópio e a Revolta dos Boxers. De onde vieram essas ameaças? Por onde penetraram na China? Pelo mar. Então, essa é uma lição que eles aprenderam. Hoje, nos escritos que eles fazem, em alguns *papers*, sempre se remetem a esse passado histórico. Então, preparem-se para ver os navios deles começarem a sair mais para o mar. E, em 2009, em um desfile de aniversário da Marinha chinesa, apareceu um submarino. Algumas marinhas achavam que ele não existia, mas apareceu o submarino funcionando e já operando. Faz parte da sua projeção de poder que já está em curso. Começam economicamente, criam uma área de interesse, precisam de recursos e demandam recursos; alguns destes recursos estão na África, outros estão aqui na América do Sul – ou seja, é o melhor dos mundos. Quando Hu Jintao veio ao Brasil, qual foi o tipo de proposta que nos foi feita? Todas elas versavam sobre corredores de exportação de matérias-primas e exploração de matérias-primas intensivas em energia. Porque esta é a deficiência deles. Saiu algum projeto daquele? Tem algum funcionando? Não. Nenhum deles. E era um típico projeto colonialista. Peço desculpas por falar assim, mas a ideia é explorar o recurso primário, sair direto para o porto e não trazer nada produtivo para aquela região que vai ser explorada. Isso a gente

precisa olhar com muito cuidado. Às vezes, a gente desloca o olhar muito para a Quarta Esquadra e não vê a outra esquadra que está crescendo e está vindo, que é um ator muito importante e que já está presente no Atlântico Sul, assim como a Índia também. Posso até mostrar depois a doutrina da Marinha da Índia, que saiu no final do ano passado, em 2009, onde o Atlântico Sul aparece como uma área de interesse do país por causa da dependência de recursos primários. E escrevem isso com a maior naturalidade. Quando eu falo de “síndrome da Costa Rica”, os senhores me perdoem por eu ser tão repetitivo, mas a gente precisa abandonar certos medos de não falar as coisas que devem ser faladas. Faladas com educação, com sobriedade, com ponderação, mas devemos falar aquilo que nós pensamos e achamos efetivamente, se é que nós queremos avançar no limiar de outro nível de atuação do Brasil.

PERGUNTA

As exposições do almirante Reis e do comandante Paiva foram muito interessantes, porque destacaram claramente a importância da acumulação de poder e riqueza e como isso se associa ao território, com estas dimensões de poder e riqueza caminhando juntas. Isto, inclusive, não apenas neste momento histórico, com a questão da Quarta Esquadra dos Estados Unidos, mas também com a China vindo por outro lado.

Eu queria entrar mais especificamente na questão da nossa defesa e segurança. Pelo cenário que vocês demarcaram, a nossa área de contenção de segurança, para pensar a defesa, vai em um patamar lá em cima, no Paralelo 16 norte, estendendo-se sobre uma área enorme. Então, estamos tentando ampliar nosso cinturão de segurança neste cenário, com esta nova configuração na qual há a Quarta Esquadra e o avanço chinês. E aí vem a questão. Como pensar essa expansão nossa? Isto, parece-me, tende a acirrar tensões no âmbito da defesa e da segurança estratégicas neste espaço, com perspectivas de tensões cada vez mais fortes. Ou seja, cada vez mais as tensões econômicas, de defesa e de segurança nacional – que caminham juntas – tendem a se ampliar, dada essa configuração que vocês mesmos apresentaram. Então, como a defesa e a segurança estratégica são pensadas nesse cenário? Vocês têm cenários possíveis para enxergar esse horizonte?

PERGUNTA

Voltando à questão do limite norte do Atlântico Sul como uma área de interesse do governo brasileiro. Como a Marinha vê suas possibilidades de projeção de poder neste espaço, uma vez que as empresas brasileiras já estão se expandindo para o Caribe e a África? Ou seja, o passo econômico parece que já foi dado e está sendo dado a passos largos. Neste sentido, como a Marinha vai tentar acompanhar isso do ponto de vista militar? Vislumbra-se, talvez a médio e longo prazo,

a instalação de bases ou algo assim em outros países, como outras potências possuem? Em função dessa questão da cooperação com outras marinhas, pode ser vislumbrado, para possivelmente no futuro, a formação de uma aliança militar mais sólida, ou vamos ficar mais afeitos ao nosso território e apenas desenvolver um poderio para responder a qualquer ameaça?

REGINALDO REIS

O comandante Paiva mostrou muito bem aqui que, no momento, a visão é de uma estratégia defensiva. Ela não é uma estratégia de ir em busca do problema, mas sim, de se precaver contra o problema. É diferente. Mas também não existe só o enfrentamento. São duas faces da mesma moeda: o conflito e a cooperação. Eu posso ser competidor e ser cooperativo. E eu posso ser competidor e acabar sendo conflitivo. Então, isso é um andar no “fio de uma navalha”, que vai depender – e aí o velho chavão – da situação que vamos enfrentar. Eu acho muito difícil imaginar bases fora do Brasil, até porque potências mais fortes hoje abdicam de fazer bases na África devido à instabilidade interna. O quadro será cada vez mais o do que eu chamo de “cenário dos três is”: instabilidade, que leva à incerteza; e incerteza, que leva à insegurança. Eu trabalho muito com este cenário. Então, uma hora, eu posso estar em uma coalizão; e outra hora, eu posso estar fora de uma coalizão, dependendo de quanto o meu interesse foi atingido ou não.

Mas eu também mudaria um pouco seu questionamento. Não é um problema da Marinha desejar. É o que o Estado brasileiro deseja. Se o Estado brasileiro não desejar, nós não iremos a lugar nenhum. E se, por acaso, no futuro, as ameaças se concretizarem e se materializarem, apenas poderemos dizer o seguinte: tentamos alertar e não fomos ouvidos, lamentavelmente. Eu espero que nós não caminhemos nesta pior hipótese. Então, a Marinha faz estudos. Ela alerta. Ela diz: se precisar de mim, constitucionalmente, eu precisarei destes recursos. Se eu não tenho estes recursos, eu não posso garantir aquilo que me foi dado como uma tarefa, como um papel a desempenhar. Então, a decisão é da sociedade brasileira. É do Estado brasileiro, que reflete a vontade da sociedade brasileira em querer isso ou não. A nossa obrigação é fazer os estudos. É estar preparado. Tenho condições hoje de rebater uma ameaça? Isso eu posso falar, porque o comandante da Marinha já foi claro, inclusive aqui no Congresso Nacional, dizendo: “nós não temos condições, nós somos vulneráveis”. Por quê? Porque os anos de desinvestimentos das Forças Armadas foram muito fortes. E não se recupera isso da noite para o dia. Não se constrói uma Marinha da noite para o dia. O ciclo de construção de um navio passa sempre pelo ciclo dos governos. Por isso, eu falo sempre do Estado. Porque tem de ser uma política de Estado. Quanto tempo eu levo para construir uma fragata? Um submarino, quanto tempo eu levo? Se eu mensurar isso, vou perce-

ber que o investimento tem de ser uma decisão do Estado. E o Estado deve sentir aquela necessidade. A internacionalização das empresas brasileiras é um fato irrefutável. Elas estão indo para fora. Tivemos alguns percalços na própria América do Sul. Conduzimos de uma maneira que contentou a um grupo, enquanto outros acharam que devíamos ter tomado posições mais fortes. Mas isso ficou na base do: “se fizesse isso, o que aconteceria aqui?” Não sei. Para a gente poder fazer um estudo comparativo, a China, junto ao seu perímetro mais próximo, é muito benevolente nas trocas econômicas. Ela joga mais duro na África e na América do Sul. Impõe, por exemplo, o seguinte: eu te dou o dinheiro para fazer a obra, mas tem de contratar a minha empresa e vou levar os meus técnicos – tal como fez no Rio de Janeiro, no caso da siderúrgica, colocando uma série de técnicos chineses trabalhando no Brasil. Então, esse é um cuidado que nós temos de ter. O ciclo, o desempenho estratégico, vai levar o Brasil a estes desafios. Nós vamos ter de pensar no futuro. A verdade é que nós não gostamos de planejar. Este é um pecado capital, na minha visão da nossa sociedade. Nós optamos muito pelo curto prazo. Nós não gostamos de pensar o longo prazo. E aí podemos nos dar mal. O que é trabalhar com cenários? O que é trabalhar com o futuro? É idealizar o que é melhor para mim e tentar trazer aquele futuro para mim. É assim que eu vejo a estratégia. Mas se eu não consigo fazer este estudo, se eu não consigo visualizar esse futuro, se eu penso só no tempo presente, o que será o amanhã?

PERGUNTA

Pergunta ao almirante Reis. Como o poder é sempre julgado em termos relativos, se nós pegarmos o mundo no período 1950-1960 e pegarmos hoje, o nosso poder relativo em relação à América do Sul sem dúvida nenhuma aumentou, inclusive em termos militares. Agora, com relação aos centros de poder do mundo, como o senhor avaliaria?

REGINALDO REIS

Eu lhe diria que o *gap* aumentou. Hoje, nós temos uma lacuna de poder maior. Aí vamos cair no velho chavão, que é a base da educação. Para ter ciência, tecnologia e inovação, eu tenho de ter uma base educacional muito forte. E, infelizmente, uma das áreas mais comprometidas que nós temos no país, qual é? É a educação. Se nós considerarmos um algoritmo de poder que não só leve em conta o poder militar, mas também outros aspectos, este *gap* de poder aumentou. Em relação ao poder militar, especificamente, sem dúvida também aumentou. Nós precisamos atualizar nosso poder militar para uma fronteira tecnológica muito mais avançada do que a que nós temos hoje. Para, pelo menos, ficarmos compatíveis. Não para comparação de poderes combatentes e “chamar” outros para a guerra. Mas para,

Rodada de Perguntas

pelo menos, termos condições de falar no mesmo nível. Até mesmo para sermos cooperativos, para trabalhar em conjunto; precisamos avançar tecnologicamente para poder trabalhar em conjunto com eles. É o que se chama de interoperabilidade.

REFERÊNCIA

COUTAU-BÉGARIE, H. **Traité de stratégie**. 5. ed. Paris: Economica, 2006.

PARTE 3

O BRASIL, O ATLÂNTICO SUL E A ÁFRICA LUSÓFONA

19 DE OUTUBRO DE 2010

BRASÍLIA - DF

ABERTURA

MARIO LISBOA THEODORO*

Boa tarde. Agradecemos a presença de todos que compareceram a esta palestra e que se interessaram pelo tema que vamos discutir nesta tarde: a importância do Atlântico Sul e das relações do Brasil com os países da África Lusófona. De imediato, passo a palavra ao ministro Nedilson Jorge.

* Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea.

O BRASIL E A COMUNIDADE LUSÓFONA NA ÁFRICA: RELAÇÕES ATUAIS E PERSPECTIVAS DE APROFUNDAMENTO

Nedilson R. Jorge*

É um prazer estar aqui. Agradeço ao convite que me foi feito pelo Ipea para participar desse ciclo de palestras.

A solicitação que eu recebi do Ipea era de focar a palestra mais especificamente na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e este será o centro da minha apresentação.

1 PANORAMA HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA

O embaixador brasileiro Alberto da Costa e Silva dizia que o oceano Atlântico não separa, mas une o Brasil ao continente africano, como as duas margens de um rio. Realmente, nossas relações com a África Lusófona, especialmente com Angola, são muito antigas, vindo desde a época do Brasil colonial, em que eram constantes os contatos diretos com Benguela e Cabinda, por exemplo.

Também são conhecidos os fortes ecos que a nossa independência teve em Angola. As relações de Angola com o Brasil colônia, em alguns casos, eram mais intensas do que com a metrópole portuguesa, a tal ponto que a independência do Brasil dividiu muito a opinião pública em Angola e fez Portugal temer que aquele território pudesse se juntar ao Brasil e não mais continuasse como colônia portuguesa.

Esses nossos laços históricos com os países africanos de língua portuguesa – que a partir de agora vamos mencionar como os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS) – se fizeram sentir ao longo da descolonização africana e não foi por acaso que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, quando, já em novembro de 1975, foi anunciado o governo do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), chefiado por Agostinho Neto. Um pouco antes, em julho de 1974, o Brasil havia sido um dos primeiros países a reconhecer a independência da República da Guiné-Bissau. Imediatamente instalamos uma missão diplomática naquele país. Brasil e Moçambique também mantêm relações diplomáticas há muito tempo,

*Ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Diretor do Departamento da África do MRE.

desde novembro de 1975, quando da independência moçambicana. No mesmo ano, foi aberta uma embaixada do Brasil em Cabo Verde, ano que aquele arquipélago também se tornou independente. Para completar, São Tomé e Príncipe, o quinto país africano de língua portuguesa – além de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau –, foi o último a ter uma embaixada brasileira aberta. Isto aconteceu apenas no início do governo Lula, mas foi justamente por São Tomé e Príncipe que o presidente Lula iniciou sua primeira viagem à África, em 2003. Nesta mesma viagem, ele também passou por Angola e Moçambique, visitando, assim, três dos cinco países africanos de língua portuguesa.

2 ÁFRICA LUSÓFONA: REALIDADES DISTINTAS

É importante ressaltar que, quando falamos de uma África lusófona, nós estamos falando, ao mesmo tempo, de realidades muito distintas. Temos o exemplo de Angola, país jovem, com um produto interno bruto (PIB) superior a US\$ 80 bilhões, que está em plena reconstrução e consolidação democrática depois do fim da guerra civil, em 2002, e que apresenta taxas de crescimento econômico entre as mais elevadas do mundo. Para se ter uma ideia, entre 2004 e 2008, a economia angolana cresceu mais de 90%, a uma taxa média de 17,8% ao ano. E, hoje, não só uma empresa brasileira lá instalada é a maior empregadora privada do país, como nós temos cerca de 30 mil cidadãos brasileiros e mais de 30 empresas em Angola. Foi com este país que nós celebramos uma parceria estratégica em junho de 2010. Na África, temos parcerias estratégicas somente com Angola e África do Sul, as duas assinadas em 2010.

Nesse mesmo grupo de países de língua portuguesa, temos o outro extremo que é Guiné-Bissau, um país com menos de 2 milhões de habitantes, com um PIB inferior a US\$ 1 bilhão e que tem se mantido desde a independência em situação de permanente estagnação econômica e instabilidade política, com uma fragilidade institucional que salta aos olhos da comunidade internacional e que acaba sendo fonte de preocupação para todos. Para exemplificar a fragilidade da infraestrutura da Guiné-Bissau, há um dado muito concreto: todo o consumo de energia da Guiné-Bissau é menor que o de um shopping center em São Paulo. Então, isso dá uma ideia do quanto nós ainda temos para construir neste país.

3 A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Eu acho que seria importante focar na CPLP. Além do relacionamento bilateral com cada um desses PALOPS, há uma política brasileira muito clara para a CPLP. E a CPLP tem um significado muito relevante para a política externa brasileira, porque é nela que se consegue sistematizar políticas mais coesas em relação aos PALOPS. O Brasil, assim como teve um papel no reconhecimento da

independência desses países, também teve um importante papel na criação da CPLP. A proposta da criação da CPLP teve como antecedente mais imediato o I Encontro dos Chefes de Estado e de Governo de Língua Portuguesa, realizado em 1989, em São Luís (Maranhão), durante a gestão do presidente Sarney. Naquela ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede em Cabo Verde, considerado o embrião da CPLP. Mais tarde, ele foi integrado formalmente à organização como o principal foro de coordenação para a promoção e difusão da língua portuguesa.

Em julho de 1996, a CPLP foi institucionalizada, ainda sob a aura de um vínculo cultural e linguístico que reúne esses países. Contudo, é importante mostrar que a CPLP soube, aos poucos, utilizar esses laços históricos, étnicos, culturais e, sobretudo, linguísticos, para criar mecanismos e espaços próprios de convergência nas mais diversas vertentes, indo além do aspecto meramente linguístico. Ou seja, o caráter preponderantemente linguístico e cultural, que foi a origem da comunidade, cedeu espaço crescente a outros dois grandes pilares sobre os quais atualmente se funda a CPLP: a concertação político-diplomática e a cooperação em todos os domínios, tanto técnica quanto política.

Essa dinâmica de aproximação, observada nos países lusófonos, pode ser facilmente constatada pela rapidez com que as sociedades de todos os países abraçaram a comunidade e começaram a fazer parte dela. Embora a CPLP seja uma organização ainda jovem em termos históricos, com 14 anos de existência, ela já conta com uma assembleia parlamentar e uma confederação empresarial. Está sendo organizado agora o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, e é possível que seja instituído, em breve, o Conselho Econômico e Social da CPLP. Na área governamental, este dinamismo é muito fácil de ser demonstrado e é particularmente intenso. Atualmente, praticamente todos os setores da administração pública dos países membros contam, por iniciativa própria, com reuniões periódicas, em diversos graus de institucionalização, nas quais são discutidos e aprofundados temas e são desenvolvidas iniciativas de interesse comum desses países. Nós temos reuniões na área da agricultura, cultura, defesa, educação, esporte, igualdade de gênero, justiça, meio ambiente, saúde, trabalho e assuntos sociais. Cada um destes setores conta com reuniões periódicas em nível ministerial, com exemplos interessantes de comunhão de esforços. No nível não ministerial, muitos dos outros setores da administração direta e indireta dos países da CPLP também interagem para intercâmbios de experiências e desenvolvimento de projetos, nas áreas de saúde, militar, administração tributária, administração de portos e estradas, corpos de bombeiros, entre outros. Enfim, o que se percebe é que esta comunidade tem uma dimensão que adentra praticamente todos os setores do governo e da sociedade.

Esse dinamismo que a CPLP vem mostrando tem atraído a atenção de muitos países, os quais têm manifestado interesse em aderir à organização, seja na qualidade de observador seja na qualidade de membro pleno. Por exemplo, temos o Marrocos, a Suazilândia, a Ucrânia, a Austrália, que pediram para serem membros observadores, e a Guiné Equatorial, que já era membro observador e, recentemente, pediu para ser membro pleno e está, neste momento, negociando com a CPLP o processo de adesão plena. Nem todo mundo sabe, mas há duas ilhas na Guiné Equatorial que falam português. Mas o fato é que a CPLP tem uma projeção internacional cada vez maior, tanto para dentro quanto para fora do espaço comunitário. E seus campos de ação estão sendo cada vez mais diversos. Houve, no início da criação da CPLP, uma visão um pouco cética em relação à comunidade, dizendo-se que era uma comunidade baseada apenas na língua e que havia tantas diferenças entre seus membros que ela não teria como crescer. Contudo, quando se vê na prática o grau de penetração e o grau de participação que há da CPLP em todos os níveis da sociedade, vemos que este tipo de visão cética foi ultrapassada, e eu acho que ninguém mais sustenta este tipo de afirmação. O aspecto da dispersão geográfica dos países-membros ou o fato de que eles estão em distintos mecanismos de integração econômica, regional e de concertação política, ou, ainda, as diferenças no perfil do desenvolvimento econômico e social não são apenas fatores de dispersão. Na verdade, são fatores que constituem, de certa forma, um diferencial da comunidade, porque eles oferecem uma visão de vários níveis diferentes. As diversas percepções são uma força da comunidade e abrem também perspectivas de ação muito interessantes, além de se manter um diálogo pluricontinental, inter-regional e, em alguns casos, multicultural.

4 AS TRÊS VERTENTES PRINCIPAIS DA ATUAÇÃO DA CPLP

Como falei, há três vertentes principais da atuação da CPLP e vou mencioná-las muito rapidamente: *i)* a difusão e a promoção da língua; *ii)* a cooperação em geral; e *iii)* a concertação político-diplomática.

4.1 Difusão e promoção da língua

No que diz respeito à difusão e à promoção da língua, o Brasil sempre conferiu grande importância ao papel da CPLP e do IILP na difusão da língua portuguesa. Não foi por acaso que o Brasil sediou, no final de março de 2010, em Brasília, a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. Desta conferência saiu o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, o qual prevê uma série de ações concretas para a projeção internacional da nossa língua, tais como a implementação progressiva da língua portuguesa em organizações internacionais e a difusão no ensino, inclusive no que se refere às diásporas, entre outros aspectos. Este plano

é, hoje, um marco no âmbito das atividades comunitárias em prol da língua portuguesa. A afirmação da nossa individualidade linguística por meio de ações concretas deve ser um exercício constante e é, sem dúvida, uma das grandes metas da nossa atuação comunitária.

É preciso ressaltar também que, em uma sociedade internacional cada vez mais midiática, na qual os produtos da indústria de informação e do audiovisual são cada vez mais importantes, o papel da língua como fator de influência e criação de espaços linguísticos comuns é muito importante para ampliar os mercados e as áreas de projeção, a nível nacional e coletivo, da indústria da informação e das trocas de informações internacionais. Então, acho que é muito claro o benefício, tanto para o Brasil como para os PALOPS, decorrente de uma maior projeção regional e do fortalecimento da língua portuguesa, não só em nível nacional e regional, mas também em nível internacional.

Ressalto novamente o interesse cada vez maior pela língua portuguesa em outros países. Países como Senegal, Namíbia, África do Sul e Suazilândia, que fazem fronteira com países lusófonos e onde há importantes minorias que falam a língua portuguesa, têm mostrado cada vez mais interesse. No caso, por exemplo, de Senegal, existe neste país uma parte do território que fala português e também há dois vizinhos importantes – Guiné-Bissau e Cabo Verde – que falam português; estes foram alguns dos fatores que levaram Senegal a solicitar sua admissão como observador-associado da CPLP. Da mesma maneira, a Suazilândia, que é vizinha de Moçambique e que, recentemente, pediu o *status* de observador da CPLP. Hoje, graças aos PALOPS, o português é uma das línguas oficiais da União Africana e, junto com o inglês e o francês, uma das três línguas oficiais de outros dois importantes organismos sub-regionais africanos: a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao), que vai basicamente do Senegal até a Nigéria, e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que vai da República Democrática do Congo até a África do Sul. E a tendência é que não só a União Africana, mas também estas duas organizações (Cedeao e SADC) cooperem cada vez mais com a CPLP na difusão da língua portuguesa. Recentemente, houve um protocolo de cooperação entre a CPLP e a SADC visando à tradução para o português da página da SADC na internet.

A África Austral é também uma região com muitos projetos comuns de infraestrutura dos quais participam os países africanos lusófonos, tais como a hidrelétrica de Baynes, na fronteira entre Angola e Namíbia, e a linha de transmissão elétrica norte-sul de Moçambique, que também se estende em uma parte à África do Sul – projetos estes dos quais participam empresas brasileiras. Como eu falei, uma das principais presenças em termos empresariais na África é justamente em Angola, que é parte da SADC, com muitas empresas brasileiras participando de obras de infraestrutura nestes países da África Austral.

4.2 Cooperação

É no âmbito da cooperação, é preciso reconhecer, desde logo, que a prioridade conferida pelo Brasil aos PALOPS, dentro da política brasileira com a África, encontra a sua maior expressão. O estreito relacionamento bilateral que mantemos com cada um dos países de língua portuguesa, somado com a proximidade no âmbito linguístico e cultural, faz com que o Brasil naturalmente privilegie a cooperação com esses países na África. Hoje em dia, praticamente metade dos recursos alocados pelo Brasil à cooperação técnica destina-se aos países africanos de língua portuguesa e ao Timor Leste. A cooperação com estes países, no orçamento geral do atual programa de cooperação da Agência Brasileira de Cooperação, até 2012, é da ordem de US\$ 45 milhões. Deste total, cerca de US\$ 31 milhões se referem a projetos já em execução entre 2009 e 2010.

Um aspecto interessante a ser ressaltado da cooperação brasileira é que a gente não contabiliza a contribuição “*in kind*”, ao contrário de muitos países desenvolvidos, que contabilizam até mesmo o perdão de dívida externa como cooperação prestada. Não se contabiliza o compartilhamento de tecnologias que desenvolvemos, a participação dos nossos técnicos ou o tempo que as nossas instituições dedicam na cooperação com a África. Então, este valor que eu mencionei é, praticamente, de recursos financeiros efetivamente gastos. Também não se contabiliza a cooperação multilateral prestada pela CPLP. Dentro da CPLP há um fundo especial, do qual Brasil e Portugal são os principais contribuintes e, a partir dele, são levados a cabo alguns projetos específicos de cooperação.

Essa concentração da cooperação brasileira nos PALOPS não apenas tem uma explicação histórica, cultural e linguística, mas precisa ser vista também como parte da nossa maior presença na África. Os projetos nos países da CPLP funcionam como verdadeiras experiências-piloto, as quais, depois, vão ser estendidas para outros países do continente africano. Como não temos o problema da língua e temos muito mais participação e presença nestes países, é natural que a nossa cooperação com a África em geral comece pelos países de língua portuguesa. A cooperação com os PALOPS funciona, assim, como uma ponta de lança para, depois, servir como base para toda a nossa cooperação com o continente africano. Então, ela não é excludente. É, na verdade, uma maneira de permitir uma maior presença no continente africano.

Uma iniciativa muito interessante, entre os atuais projetos de cooperação brasileira nos PALOPS, é a instalação de centros de formação do Senai. Hoje em dia, temos centros de formação do Senai em todos os países africanos de língua portuguesa e, a partir desta experiência, passamos a examinar a possibilidade de estender este projeto para outros países africanos.

Essas vantagens comparativas, que nós temos na cooperação com os países de língua portuguesa, são reconhecidas por outros atores da cena internacional. Como nós compartilhamos uma língua, temos uma identidade cultural, um histórico, outros países, cada vez mais, estão vendo o Brasil como um importante aliado para fazer cooperação trilateral com esses países. Isso, somado com a nossa experiência nas áreas agrícola e de saúde tropical, por exemplo, tem feito com que estes projetos trilaterais estejam cada vez mais em desenvolvimento. Por exemplo, há o Pró-Savana, que está sendo desenvolvido em cooperação com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), em Moçambique. O projeto utiliza a bem-sucedida experiência do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), que contribuiu para o desenvolvimento agrícola do cerrado brasileiro a partir dos anos 1970. E, agora, estamos usando justamente o Prodecer como base para o Pró-Savana, na cooperação trilateral com a África. E, se esta experiência moçambicana for bem-sucedida, poderemos, a partir daí, transferir esse projeto para também ser executado em outros países africanos.

Nossa cooperação com os países africanos em geral, mas em particular com os PALOPS, tem sempre um caráter estruturante. Procuramos consolidar capacidades locais, que são vistas como chave do desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis e institucionalmente democráticas. Seguimos o paradigma da cooperação sul-sul, desenvolvida sem condicionalidades, sem imposições de nenhuma natureza e sempre com o princípio de ser *demand-driven*, ou seja, ouvindo o que o outro lado deseja e respeitando as diferenças e autonomias dos países e das organizações envolvidas. Hoje, as principais áreas da nossa cooperação são, sem dúvida, saúde, agricultura, segurança alimentar, formação profissional, além de termos desenvolvido uma cooperação muito profícua nas áreas eleitoral e de justiça, entre outras.

Dentro da CPLP, temos desenvolvido também planos estratégicos. Em 2009, foi aprovado o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP, que já conta hoje com contribuições da ordem de US\$ 200 mil dólares por parte do Brasil e US\$ 200 mil por parte de Portugal. Existem ainda acordos realizados com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e com o Banco Mundial que indicam novos aportes complementares e significativos para o plano, que é gerido pelos Ministérios da Saúde de cada um dos estados-membros. Uma das iniciativas mais importantes do plano estratégico vai ser concretizada daqui a poucos dias com a inauguração, no dia 29 de outubro, em Cabo Verde, do Centro de Formação Médica Especializada dos Países da CPLP. Vai ser um exemplo interessante de uma cooperação que foi visualizada de maneira multilateral e coordenada dentro do âmbito da CPLP, com benefícios para todos os países-membros.

Em 2010, outras duas iniciativas setoriais muito importantes vieram a ser lançadas. Uma é o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres da CPLP, cuja elaboração no Brasil contou com a participação especial da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A outra é a Estratégia da CPLP para os Oceanos, cuja elaboração contou com o apoio da Marinha do Brasil.

Comentarei rapidamente a Estratégia da CPLP para os Oceanos, sem querer entrar na palestra seguinte, que talvez trate um pouco desse aspecto. A Estratégia da CPLP para os Oceanos surgiu para atender à recomendação específica do Conselho de Ministros da CPLP – 2007, no sentido de que a comunidade elaborasse uma visão integrada para promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respectivas jurisdições nacionais. As áreas oceânicas dos países da CPLP perfazem um total de mais de 7,5 milhões de km², e este talvez seja um exemplo de como a dispersão geográfica ou a diferença entre os estados são superadas pela lusofonia e pela herança de laços históricos comuns. Diga-se de passagem, aliás, estes laços históricos foram estabelecidos justamente pela via oceânica, o que confere à CPLP uma identidade também marítima. Então, a cooperação que se busca estabelecer com a Estratégia para os Oceanos é ambiciosa. Ela procura abarcar, entre diversos pontos: a concertação diplomática nos fóruns internacionais em temas relativos aos assuntos do mar; a proteção ao meio ambiente; a cooperação para a extensão da plataforma oceânica dos estados-membros; e a capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de políticas integradas para os oceanos. A estratégia prevê, ainda, a instalação de um Centro de Estudos Marítimos da CPLP como uma plataforma de partilha de informação e de conhecimento e a elaboração de um mapa dos oceanos da CPLP. O Brasil sendo também um país de vocação atlântica, fica evidente a importância que se atribui a esta estratégia como uma plataforma de cooperação e aproximação com os países da CPLP.

4.3 Concertação político-diplomática

Por fim, vou rapidamente falar sobre a concertação político-diplomática. Nesta área, a CPLP sempre procurou incentivar uma maior coordenação entre seus estados-membros nos diversos foros multilaterais, bem como o apoio de candidaturas a vários organismos internacionais. Este apoio tem se mostrado eficaz. Vale mencionar, por exemplo, que, há muito tempo, os países da CPLP apoiam o pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). E um exemplo recente, que eu também poderia ressaltar entre os resultados desta concertação político-diplomática, foi o apoio unânime que o Brasil recebeu dos países da CPLP para a candidatura ao cargo de diretor-geral da Food and Agricultural Organization (FAO). Foi a primeira manifestação

internacional de apoio que o Brasil recebeu em relação a esse pleito, o qual, diga-se de passagem, nós somos candidatos ainda sem indicar um nome. O Brasil já antecipou que vai ser candidato, mas não anunciou o nome do candidato. Está se aguardando a definição das eleições presidenciais no Brasil. Mesmo sem o nome, os países da CPLP já configuraram, formalmente, o apoio à candidatura brasileira.

Na área de concertação político-diplomática, tem sido cada vez mais crescente o papel da CPLP nas situações de crise política nos países-membros. O Brasil é presidente da Comissão de Configuração para a Construção da Paz da ONU para a Guiné-Bissau, e a CPLP tem, ao lado da Cedeao e das Nações Unidas, acompanhado e procurado desempenhar um papel para solucionar a instabilidade política na Guiné-Bissau. Então, não é apenas uma concertação em termos de apoio a candidaturas. É também uma concertação para o apoio a situações de instabilidade e para ter uma participação comum em crises internacionais e em situações que requeiram a nossa atenção.

A CPLP também tem organizado, com apoio do Brasil, não apenas financeiro, mas também com recursos humanos, missões de observação eleitoral nas eleições dos Estados-membros. Nós vemos estas missões como um importante instrumento não só para legitimar, mas também para fornecer avaliações objetivas sobre os processos eleitorais e contribuir para o desenvolvimento institucional de todos os Estados-membros. Hoje, todas as eleições nos Estados-membros, com a exceção de Brasil, Cabo Verde e Portugal, que dispõem de instituições sólidas, contam com missões de observação eleitoral da comunidade.

5 CPLP: SÍNTESE DA POSIÇÃO BRASILEIRA

Assim, procurei mostrar que a CPLP, como um instrumento de ação diplomática e como uma plataforma de cooperação, já apresenta um resultado importante, mas conta com um potencial ainda longe de ser esgotado. A CPLP ultrapassou muito a vertente meramente linguística, e a língua acabou servindo como um fator importante para dinamizar a cooperação e a ação diplomática e política entre os países da CPLP. Portugal, por exemplo, tem participado cada vez mais da CPLP, sendo este um canal cada vez mais privilegiado na política externa portuguesa. Angola, que, graças ao crescimento econômico experimentado nos últimos anos, é cada vez mais uma potência regional que está buscando seu espaço, também tem se beneficiado da CPLP como um canal de sua projeção político-diplomática. Hoje, Angola exerce a presidência *pro tempore* da CPLP, e esta maior participação angolana vem, sem dúvida, complementar de maneira saudável as atuações de Brasil e Portugal, países que, por força de suas circunstâncias políticas, históricas e econômicas foram os que inicialmente deram maior impulso à CPLP. Atualmente, a maior parte das decisões tomadas na comunidade passa por

Portugal e pelo Brasil, mas uma presença angolana cada vez mais atuante tem sido notada e vai ser muito saudável. E o que se espera é que os outros países da CPLP saiam da sua timidez para terem um papel cada vez mais importante na definição dos objetivos e dos projetos de cooperação comunitários.

Então, nós temos uma relação com a CPLP muito importante, porque, além da língua, nós temos estes aspectos que ressaltai: a cooperação e a concertação político-diplomática. Nós não temos um passado colonialista, mas esse estreitamento, essa maior dimensão da CPLP é, para nós, uma importante base de projeção para a nossa presença na África, servindo, como falei, como uma ponta de lança para, depois, estendermos alguns desses projetos a outros países.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalto, para finalizar, que a atuação da CPLP é sempre baseada no princípio da solidariedade. Todas as decisões são tomadas por consenso. Não há imposições de nenhuma maneira, não havendo votações, sendo sempre um processo totalmente consensual e baseado num diálogo igualitário, com o objetivo de estabelecer parcerias horizontais sem uma abordagem meramente assistencialista e emergencial, como muitas vezes a gente vê em outras atuações na África. Não é esta a finalidade da CPLP. É, sim, atender às necessidades de criação de capacidades locais e não meramente as emergências. E, por meio da CPLP, o Brasil tem dado uma contribuição importante para a consolidação do desenvolvimento político, social e econômico do continente africano como um todo.

Acho que é isso. Procurei dar uma ideia bastante ampla da CPLP e, evidentemente, estou à disposição para responder perguntas. Muito obrigado.

O ATLÂNTICO SUL COMO UM ESPAÇO ECONÔMICO: RECURSOS NATURAIS E APROVEITAMENTO DA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA

Carlos Roberto Leite*

1 INTRODUÇÃO

Boa tarde a todos. Inicialmente, eu gostaria de agradecer, em nome do Almirante Marcos José, Secretário da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), o convite que nos foi formulado, permitindo a nossa participação nesse importante ciclo de palestras. A nossa proposta é apresentar o Atlântico Sul como um espaço econômico.

Eu gostaria de ressaltar que nós vivemos um momento muito especial em relação ao mar. Nos últimos anos, ocorreram diversos eventos, entre os quais, eu destaco a descoberta do pré-sal e suas fabulosas reservas, que trouxeram o mar definitivamente para o debate nacional. A conscientização que o país passou a ter da necessidade de proteger esse tesouro provocou diversos desdobramentos. De repente, a divulgação desta descoberta gerou discussões sobre os benefícios que poderiam advir com a exploração do pré-sal e sobre qual o mecanismo adequado para gerenciar este tesouro. Em consequência, a lei do óleo foi alterada e foi criada uma nova empresa para o setor. Assim, o pré-sal “iluminou” o mar. Associado a isto, nós tivemos a publicação da Estratégia Nacional de Defesa, que enfatizou a necessidade de se proteger o Atlântico Sul, tema sobre o qual tecerei alguns comentários. Tudo isto contribuiu para que a importância do mar ganhasse uma nova dimensão junto à nossa sociedade.

Nesta apresentação, vou abordar os seguintes tópicos: *i)* a importância do Atlântico Sul para o Brasil; *ii)* o modelo brasileiro para o aproveitamento dos recursos do mar, ou seja, como o Brasil gerencia a questão dos assuntos do mar; *iii)* a definição da nossa última fronteira, que é a Amazônia Azul; *iv)* os programas relacionados aos recursos naturais da Amazônia Azul e da área internacional dos oceanos; e *v)* os novos rumos para os recursos do mar. Em relação a este último tópico, estou muito otimista com o momento que estamos vivendo e procurei elencar diversos aspectos que justificam este otimismo, na avaliação de que o mar vai se tornar cada vez mais importante para o desenvolvimento do Brasil.

* Capitão de Mar e Guerra. Assessor para Projetos Especiais da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM).

2 A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL PARA O BRASIL

A faixa litorânea do Brasil é extensa e extremamente importante. Alguns aspectos devem ser ressaltados. Cerca de 80% da nossa população está a menos de 200 km do litoral. Aproximadamente 80% da geração de renda, assim como 80% do consumo de energia elétrica estão relacionados a esta faixa do território nacional. Em relação às nossas águas jurisdicionais cabe destacar que: cerca de 90% da produção nacional do petróleo é extraída do mar; a biodiversidade da Amazônia Azul é superior à da Amazônia Verde; e o Atlântico Sul exerce uma grande influência sobre o clima. Daí a importância de nós conhecermos este oceano e seus recursos naturais, bem como termos mecanismos para tomar conta dessa grande área marítima que nos pertence.

Podemos identificar as seguintes áreas ou atividades como de interesse no Atlântico Sul: esporte, turismo e recreio; recursos vivos; recursos minerais; biodiversidade; energia; tráfego marítimo; pesquisa científica; segurança e preservação da vida humana no mar. Em relação à Amazônia Azul, nós podemos identificar quatro vertentes de atuação: a científica (conhecimento); a econômica (exploração); a ambiental (conservação); e a da soberania (defesa), cabendo destacar que, para explorar, conservar e defender, é preciso conhecer, por isso a importância primordial da vertente científica. Eu não posso proteger, eu não posso conservar em termos ambientais e eu não posso explorar o que eu não conheço. Então, a vertente científica, que gera o conhecimento necessário, por meio da execução de atividades de pesquisa de diversos projetos/programas, dos quais muitos são gerenciados pela CIRM em parceria com as universidades, é fundamental para que nós efetivamente conheçamos o que nós temos.

3 O MODELO BRASILEIRO PARA O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DO MAR

Em 1974, foi criada a CIRM, que é um fórum constituído por representantes de 16 ministérios mais a Casa Civil e coordenado pelo Comandante da Marinha. Todos os ministérios que têm assuntos relacionados ao mar têm assento na CIRM, sendo eles, atualmente: Defesa; Relações Exteriores; Transportes; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Educação; Saúde; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Minas e Energia; Planejamento, Orçamento e Gestão; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente; Integração Nacional; Turismo; Esportes; Secretaria de Pesca e Aquicultura; e Secretaria de Portos. A CIRM se reúne três vezes por ano e, nestas reuniões, são apresentados dados que permitem o planejamento e o acompanhamento dos diversos projetos. Cabe destacar que as decisões da CIRM possuem legitimidade, visto que são obtidas por consenso e envolvem, como mencionado, representantes dos ministérios responsáveis pelos recursos do mar. Para executar as atividades administrativas e gerenciar o andamento e a implementação das decisões da CIRM, foi criada, em 1978, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), que é chefiada por um almirante.

No que se refere às atribuições da CIRM, compete ao Comandante da Marinha, coordenador da CIRM, submeter ao Presidente da República, via Ministro da Defesa, as alterações nas políticas relacionadas aos recursos para o mar. Além disso, a prioridade na execução dos programas, inclusive na alocação de recursos é deliberada no âmbito da CIRM, nos Comitês Executivos dos respectivos programas. Daí a importância da CIRM nos assuntos relacionados ao mar.

O trabalho realizado na CIRM conta com a participação de parceiros importantes, como as universidades brasileiras e os institutos de pesquisa voltados para as ciências do mar. Cabe destacar que, recentemente, foi lançado um edital pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para a formação de dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) ligados às ciências do mar. Em relação às parcerias com empresas, é importante mencionar a Oi, que é uma parceira de muito peso no Programa Antártico Brasileiro (Proantar) e a Petrobras, uma parceira da Marinha desde o início, participando, por exemplo, de todo o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), do Proantar e do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM).

A CIRM se baseia em três grandes políticas: *i*) a Política Marítima Nacional (PMN), aprovada pelo Decreto nº 1.265, de 11 de outubro de 1994; *ii*) a Política Nacional para os Assuntos Antárticos (Polantar); e *iii*) a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), aprovada pelo Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005. Estas políticas são desdobradas em programas e planos específicos para cada recurso ou assunto. Existe para cada programa um Comitê Executivo que é constituído por representantes das instituições de interesse e que é coordenado por um Ministério. Por exemplo, no caso dos recursos minerais, quem coordena é o Ministério de Minas e Energia. No Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea), que trata dos recursos minerais presentes na área internacional dos oceanos, a coordenação fica a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

Creio que a palavra certa para definir a atuação da CIRM é o seu poder de articulação, que vem dando bons resultados. Existem bons exemplos da sinergia e dos resultados alcançados: o Proantar, que propicia ao Brasil desenvolver atividades de pesquisa naquele continente e, em consequência, participar na discussão sobre o futuro do continente antártico; o Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo, que permitiu o estabelecimento e a incorporação da Zona Econômica Exclusiva, de 200 milhas, ao redor daquele arquipélago; e o Plano de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC), que agregou ao território brasileiro mais de 960 mil km² de área marítima, em função da extensão da plataforma continental brasileira.

4 AMAZÔNIA AZUL: A DEFINIÇÃO DA NOSSA ÚLTIMA FRONTEIRA E O LEPLAC

Como é do conhecimento dos senhores, o LEPLAC é de extrema importância para o país, pois, como mencionado, possibilitou ao Brasil submeter à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), uma proposta de extensão da plataforma continental brasileira que acrescentará ao território nacional cerca de 960 mil km² de área marítima. Ele é um programa que teve início em 1989 e que tinha por proposta estabelecer o limite exterior da nossa plataforma continental, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Como é que se processou isso?

Com base nos estudos conduzidos pelo LEPLAC, o Brasil submeteu uma proposta para a CLPC da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2004, para o reconhecimento da extensão da plataforma continental brasileira, em uma área de mais de 963 mil km². Passaram-se três anos e, em 2007, a Comissão de Limites devolveu o processo dizendo que ela tinha aceitado quase tudo, apenas tendo questionamentos em algumas áreas específicas. Assim, por causa das questões de argumentação apresentadas, não foi possível convencer a comissão. Esta argumentação é técnica e extremamente complicada, porque é preciso provar que essa extensão faz parte da continuação do nosso território e, como há muitas variáveis e critérios envolvidos, é difícil. Porém, é importante ressaltar que a área marítima que abrange as reservas do pré-sal não foi alvo de questionamento pela CLPC. Então, não houve qualquer questionamento em relação à área que dá a cobertura para o pré-sal. Mas o que o Brasil fez então? Em 2008, o Brasil resolveu fazer outra proposta para enviar à CLPC e, para isso, levantou novos dados, com equipamentos mais modernos, para defender efetivamente a incorporação de toda a área inicialmente proposta ao nosso território. Os dados estão em análise e esta proposta deverá ser encaminhada para a CLPC em 2012.

Apesar de a CLPC ainda não ter confirmado a nossa proposta, foi emitida recentemente pela CIRM uma resolução que estabeleceu que o Brasil tem o direito de avaliar previamente os pedidos de autorização para a realização de pesquisas na sua plataforma continental além das 200 milhas, ainda que o seu limite exterior não tenha sido definitivamente estabelecido. Isso está previsto nos Artigos 76, 77 e 246 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O propósito da resolução foi unificar o entendimento quanto ao direito do Estado brasileiro naquele espaço marítimo, uma vez que o processo não foi concluído. Enquanto o processo está em andamento, os limites exteriores da plataforma continental publicados no sítio eletrônico da ONU, com base na proposta brasileira enviada em 2004, permanecem válidos, ainda que provisórios.

Além do trabalho feito na plataforma brasileira, o Brasil concluiu, em 2007, o levantamento da plataforma continental da Namíbia e está sendo analisada a

possibilidade de o Brasil realizar o levantamento da plataforma continental de Angola, por meio do LEPLACA (o LEPLAC de Angola).

A extensão territorial do Brasil é de 8,5 milhões km². O mar territorial mais a atual Zona Econômica Exclusiva (ZEE) compreende 3,51 milhões km² e, com a extensão da plataforma continental, se somariam mais 963 mil km². Então, quando nós obtivermos o aval da CLPC, nós teremos o mar territorial, mais a ZEE e mais a extensão da plataforma continental, totalizando 4,5 milhões km², o que será correspondente a um acréscimo de 52% ao território nacional. Vocês lembram que eu falei que havia uma biodiversidade maior na Amazônia Azul do que na Amazônia Verde. Então é, de fato, outra Amazônia, uma Amazônia Azul.

5 PROGRAMAS DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

5.1 O Programa de Mentalidade Marítima (Promar)

O Promar é um programa que tem como objetivo o desenvolvimento de uma mentalidade marítima na sociedade brasileira, ou seja, da conscientização de que o país é extremamente dependente do mar. Até cinco anos atrás, de uma maneira geral, poucas pessoas no país tinham noção da importância do mar. Mas o evento do pré-sal contribuiu para uma mudança significativa da percepção da dependência brasileira em relação ao mar. Todos agora sabem o que é o pré-sal e que estas reservas poderão ser transformadas em riquezas para a sociedade. As atividades do Promar englobam a realização: de exposições; de eventos como regatas e concursos; e a elaboração de diversas publicações, tais como livros de história do Brasil, de geografia, de cartilhas e de um atlas, todos confeccionados no âmbito da CIRM e distribuídos para escolas de ensino fundamental e médio, tentando incutir nos adolescentes e crianças a importância do mar.

5.2 O Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Proarquipélago)

Vou passar agora aos programas relacionados aos recursos naturais da Amazônia Azul. O Proarquipélago e o Programa da Ilha da Trindade (Protrindade) são, em termos econômicos e estratégicos, importantíssimos. Por que econômico? Porque só pelo fato de haver uma ilha e esta ilha ser habitada ou habitável, o país tem direito de estabelecer ao seu redor uma ZEE de 200 milhas.

O Arquipélago de São Pedro e São Paulo, contudo, é um local difícil para se ter habitação permanente. Então, nós temos um programa no qual os pesquisadores vão para lá, permanecem durante 15 dias e depois revezam com outros pesquisadores. Graças a isso, o Brasil ganhou uma área de 200 milhas referente à ZEE. Esta área também é importantíssima em termos de recursos vivos e em termos geológicos, pois é uma área sujeita a abalos sísmicos.

O arquipélago está a cerca de 1 mil quilômetros de Natal, no meio do Atlântico, e sujeito a condições adversas. Por meio da execução do Proarquipélago, a Marinha e as universidades conseguiram desenvolver um projeto para o qual existe, atualmente, uma fila de espera de centenas de pesquisadores, todos querendo passar 15 dias no arquipélago, já que ele é um grande laboratório natural. Este é somente um exemplo para mostrar que o Brasil tem alguns programas que nos orgulham quando os conhecemos. São todos estes programas que agregaram ao país infinitas possibilidades.

Então, o que é importante neste caso? Garantir a habitabilidade humana permanente do Arquipélago de São Pedro e São Paulo para conseguir manter as 200 milhas e realizar pesquisas que visem à exploração, ao aproveitamento, à conservação e à gestão dos recursos naturais lá existentes. Então, durante 365 dias por ano tem gente lá. Quando não há pesquisadores, vai alguém da Marinha. E para garantir a segurança do pessoal, um barco permanece nas proximidades do Arquipélago. Qualquer problema a pessoa embarca e, se não houver como embarcar, há também um refúgio no arquipélago.

5.3 Programa da Ilha da Trindade (Protrindade)

A Ilha da Trindade também possui grande importância econômica e estratégica, devido à sua localização geográfica. Ao longo da história, a ilha foi cobiçada várias vezes. No cenário contemporâneo, em função das descobertas do pré-sal, desperta interesse crescente, em face de sua proximidade àquela região. Distante cerca de 1.200 km (765 milhas) ou três dias e meio de viagem de navio a partir do Rio de Janeiro, o Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade, destacamento militar subordinado ao Comando do Primeiro Distrito Naval, é a nossa sentinela avançada na fronteira leste.

A Marinha, desde que ocupou esta ilha, é a responsável por garantir a presença do Estado brasileiro naquela longínqua porção do nosso território e do mar que o circunda, adotando medidas apropriadas dentro dos limitados recursos disponíveis.

Deve-se destacar que no Atlântico Sul há um cinturão de ilhas britânicas. O Atlântico Sul parece estar tranquilo, longe de tudo, mas observem as ilhas que o Reino Unido conseguiu manter. E ainda nós temos a França (na Guiana Francesa) e, do lado africano, quem está chegando com força? A China, que está entrando na África. Então, o Atlântico Sul que, até então, estava distante dos locais de conflito, possui diversos atores importantes. Além disto, observa-se um movimento de outros países rumo ao Atlântico Sul, buscando novos espaços marítimos e seus recursos naturais.

No passado, havia estudos para se construir uma pista de pouso em Trindade. Em termos de defesa do país, é como se houvesse um grande porta-aviões bem aberto, bem distante do continente. Vocês lembram que um dos grandes problemas

na Guerra das Malvinas era a manutenção de um apoio logístico, principalmente para os ingleses. Imaginem se eles tivessem um local como a Trindade, em que pudessem receber armamentos, combustível etc. Então, em termos estratégicos, ela é excepcional. E Trindade, além disto, está localizada nas proximidades das áreas mais importantes do país (Sudeste e região do pré-sal). Então, é fundamental que nós tenhamos projetos lá.

O que nós estamos fazendo lá agora? Existem 16 projetos que foram selecionados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abrangendo diversas áreas de conhecimento: geociências; geologia; oceanografia; botânica; magnetismo terrestre; entre outras, com previsão de início em dezembro deste ano [2010]. No período de março a abril do corrente ano [2010], foi construída uma estação científica. É uma casa confeccionada em PVC, e o material foi transportado até as proximidades da ilha por um navio da Marinha e depois foi levado para a ilha por helicóptero. Como mencionado, a ocupação por pesquisadores deverá ocorrer no mês de dezembro [2010]. Um detalhe interessante ocorrido em função da construção da estação científica foi que, como houve um intenso movimento de aeronaves para transportar o material para a ilha, essa movimentação anormal foi observada por uma fragata do Reino Unido que estava próxima àquela área. Transcorrido algum tempo, chegou ao conhecimento de autoridades navais brasileiras que autoridades navais inglesas estavam curiosas para saber qual o motivo que gerara um movimento intenso de aeronaves na Ilha da Trindade, querendo saber o que estava sendo construído ali, se era uma pista de pouso. Os ingleses estão presentes em toda essa região.

5.4 Monitoramento Oceanográfico e Climatológico (MOC)

Um tema muito importante nos dias de hoje se refere às mudanças climáticas e seus efeitos sobre todo o planeta. E as condições meteorológicas no Brasil são extremamente influenciadas pelo mar. Um programa muito importante para o acompanhamento das condições climáticas no Atlântico Sul é o MOC. Este programa serve para: *i*) fornecer dados oceanográficos e climatológicos à atividade pesqueira; *ii*) determinar índices pluviométricos para o planejamento agrícola; e *iii*) aprimorar a capacidade de previsão climática de secas e inundações (atender a situações de emergência e situações de risco). Ele possui cinco redes de observação: *i*) a Rede de Monitoramento do Nível Médio do Mar; *ii*) a Rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas; *iii*) o Monitoramento da Variabilidade da Temperatura Regional (Movar); *iv*) a Rede de Boias Fixas e de Deriva; e *v*) o Projeto Pirata. Este último é a sigla para Pilot Research Moored Array in Tropical Atlantic, um programa internacional com a participação do Brasil, Estados Unidos e França, que busca fazer previsões confiáveis das condições oceânicas e atmosféricas por meio de uma rede de boias fixas, fazendo parte do Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS/BR).

5.5 Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMLAC)

Existe um projeto, criado em 1987, voltado para os recursos minerais da plataforma continental, o REMLAC, cujo objetivo é identificar a ocorrência de minerais de interesse comercial nesta área.

Um dos projetos busca prospectar ouro na região de Vizeu-Carutapera. Este projeto está sendo feito com recursos do Serviço Geológico do Brasil, em parceria com a Universidade Federal do Pará. Outro recurso mineral importante está sendo avaliado por meio do Projeto Aluviões Diamantíferos na foz do rio Jequitinhonha. Se existem diamantes na Namíbia (à altura do Jequitinhonha), deve ter aqui também. E o projeto já tem encontrado diamantes próximos ao litoral desta região.

Existe um programa dentro do REMLAC que se chama Granulados Marinhos (Granmar), que visa identificar depósitos de areia para reconstrução de praias e construção civil. Também dentro do Granmar existe um projeto que aborda a parte de carbonatos, com aplicações na área da agricultura, cosméticos (sem efeito colateral, porque é tudo natural), suplementos alimentares, implantes ósseos e nutrição animal.

Um dos grandes gargalos para o Brasil aumentar sua capacidade de produzir alimentos refere-se aos fertilizantes. Existe uma alternativa para suprir esta demanda, por meio do projeto Fosforita Sul. Se bem que o vilão agora em termos de fertilizantes é o potássio. Talvez o sal da camada do pré-sal seja uma solução.

5.6 Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea)

Vamos abordar agora um programa que na verdade representa a continuidade do REMLAC, só que com o foco na área internacional dos oceanos. Trata-se do Proarea, que é composto por três projetos: *i*) um na Elevação do Rio Grande, onde já realizamos o levantamento batimétrico da área que nos interessa e para onde estamos fretando um navio que vai coletar dados para subsidiar a elaboração de uma proposta de exploração de crostas cobaltíferas, a ser enviada à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) no ano que vem; *ii*) outro que irá explorar a cordilheira meso-oceânica; e *iii*) o terceiro a formação de um banco de dados, compilando informações sobre a área internacional.

Qual é o principal objetivo do Proarea? Ele é estratégico para: *i*) ampliar a presença brasileira na região; *ii*) coletar dados para subsidiar a proposta brasileira junto à ISBA; *iii*) obter informações que permitam às empresas e aos órgãos governamentais desenvolverem atividades de exploração mineral, biodiversidade e gestão ambiental; e *iv*) preparar e qualificar recursos humanos para as atividades na Área.

Então, é esperado que, por meio do Proarea, o país aumente efetivamente as suas atividades no Atlântico Sul. Uma vez iniciadas as atividades, a intenção do Brasil é oferecer participação neste programa aos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e também aos países componentes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). Isto vai propiciar uma maior integração regional, maior representatividade e maior peso ao Proarea a nível internacional, o que contribuirá para inibir iniciativas indesejáveis de ocupação do Atlântico Sul.

Na Elevação do Rio Grande, a 600 milhas do Rio de Janeiro, nós já fizemos duas campanhas para fazer o levantamento geológico e agora estamos fretando um navio para coletar amostras de crostas cobaltíferas. Para se ter uma ideia da importância desse programa, recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério de Minas e Energia serão disponibilizados para o Proarea.

Em novembro de 2009 e em fevereiro de 2010, o Navio-Hidrográfico Sírius suspendeu para realizar o levantamento da região da Elevação do Rio Grande, concluída em março de 2010. A partir de agora, vamos fretar um navio para o período de novembro de 2010 a janeiro de 2011, a fim de realizar a coleta de cerca de 200 amostras de material. A partir de 2011, vamos elaborar uma proposta para submissão à ISBA, porque, mais ou menos nessa época, vai ser aprovado o Código de Crostas Cobaltíferas e, uma vez aprovado o código, qualquer país pode requisitar uma área. A urgência se deve ao fato de que, se nós não apresentarmos proposta em relação a um lugar próximo, como é a Elevação do Rio Grande, corremos o risco de que os russos e chineses, por exemplo, venham para cá.

Um outro projeto do Proarea é a exploração de sulfetos polimetálicos que ocorrem na cordilheira meso-atlântica. Coincidentemente, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo está sobre esta cordilheira. Então, nós podemos começar experiências ali para ganharmos *know-how* e irmos, depois, para as áreas mais distantes. Só para ter uma ideia dos desafios que encontraremos para entender este complexo sistema, junto a essa cadeia vulcânica, que tem temperaturas de até 400° C, existe vida, existe biodiversidade. E o mais enigmático são os chamados *tube worms*, que possuem hemoglobina semelhante à hemoglobina humana. Então, numa região com temperatura de 400° C, com a pressão equivalente a 5 mil metros, sem luz, há uma hemoglobina parecida com a humana. Não precisamos nem falar que o Japão e os Estados Unidos já têm diversas patentes relacionadas a isso, enquanto nós ainda estamos engatinhando.

Em síntese, as metas do Proarea constam do quadro 1.

QUADRO 1
Metas do Proarea

	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V ao ANO XX
PROSIG	Coleta de dados e informações		Montagem do SIG	Montagem do banco de dados	Atualização
PROERG	Pesquisa mineral e submissão de Plano de Trabalho para a Autoridade		Prospecção e exploração mineral (contrato com a autoridade)		
PROCORDILHEIRA	Pesquisa mineral e submissão de plano de trabalho para a autoridade				Prospecção mineral (contrato com a autoridade)

Fonte: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

5.7 Programa da Biodiversidade Marinha (Biomar)

Vamos apresentar agora o Biomar, que trata da biodiversidade marinha. Os objetivos do projeto são: *i*) o aproveitamento sustentável dos organismos marinhos; *ii*) o desenvolvimento de conhecimentos; *iii*) a absorção de tecnologias; e *iv*) a promoção da inovação. Atualmente o programa está concluindo o diagnóstico da biodiversidade marinha no Brasil (pesquisas, produtos de algas, moluscos etc.) e as perspectivas estão concentradas na ampliação das pesquisas para a Área Internacional e no início de parcerias entre pesquisadores e empresas.

É impressionante a quantidade de produtos oriundos da biodiversidade marinha, sobretudo de produtos farmacológicos e agrícolas. O mercado de patentes relacionadas a ela movimenta cifras da ordem de bilhões de dólares. Atualmente, entre as empresas que estão lidando com este tema no Brasil, estão: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Natura, O Boticário, Extracta Moléculas Naturais, Cocamar Ecológica, Purifarma, Timac Agro, Aqualíder, Agargel e Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos. Entre os remédios que são produzidos com recursos da biodiversidade marinha, citam-se: Ara-A (Vidarabina[®]), uma droga antiviral usada contra o vírus *herpes simplex* e *varicella zoster*, tendo como fonte original a esponja marinha (*Cryptotethya crypta*); Ara-C (Citarabina[®]), uma droga anticancerígena, tendo como fonte original a esponja marinha (*Cryptotethya crypta*); Neovastat[®] (Æ-941), para estabilizar a progressão tumoral e aliviar a dor associada à metástase, tendo como fonte o extrato da cartilagem do tubarão *Squalus acanthias*; Trabectedina (Ecteinascidina-743, ET-743, Yondelis[®]), que é anticancerígeno e aprovado para uso clínico no tratamento de sarcoma de tecidos moles; Prialt[®] (ziconotídeo, -conotoxina MVIIA), que é um potente analgésico, tendo como fonte o molusco *Conus Magnus*; e o NPI-2358 (dicetopiperazina sintética análoga da halimida), que é um medicamento anticancerígeno, feito a partir de uma substância natural isolada da *Aspergillus sp.*

O mercado de biotecnologia marinha ultrapassou os 2,6 bilhões de euros em 2009, de acordo com pesquisa da BCC Research. Outra indústria que vem obtendo muitos produtos de origem na biodiversidade marinha é a de cosméticos. Podemos citar as seguintes companhias, ligadas a esta indústria, que possuem departamentos específicos de biotecnologia marinha: Merck, Lilly, Pfizer, Hoffman-La Roche e Bristol-Myers Squibb.

6 NOVOS RUMOS PARA OS RECURSOS DO MAR

De forma geral, os seguintes aspectos sinalizam novos rumos para o mar no Brasil.

- 1) O lançamento do edital para a criação de dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia com foco na plataforma continental brasileira.
- 2) A inclusão das ciências do mar no acordo de Ciência, Tecnologia e Inovação existente entre o Brasil e Japão. Está prevista para a próxima semana a vinda de uma comitiva japonesa para discutirmos uma possível parceria.
- 3) A criação de um Núcleo de Estudos Avançados do Mar em São Vicente (SP), com recursos de R\$ 25 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia.
- 4) A previsão de recursos do MCT para a modernização dos navios de pesquisa Prof. Besnard e Atlântico Sul, da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
- 5) Previsão de investimentos para os recursos minerais marinhos da ordem de R\$ 100 milhões para o período de 2011 a 2014.
- 6) O planejamento da construção de três portos e três aeroportos para a Petrobras a fim de atender às demandas logísticas do pré-sal nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.
- 7) Em decorrência da Estratégia Nacional de Defesa (END), a previsão de investimentos da ordem de US\$ 90 bilhões para a reorganização e reaparelhamento da Marinha, contribuindo para a reestruturação da indústria brasileira do setor de defesa.
- 8) A assinatura de acordos de cooperação com a França, Reino Unido e Itália, dentro do preconizado na END.
- 9) A inauguração da Escola de Projeto de Submarinos, na França, há duas semanas, com a finalidade de transferir tecnologia de submarino nuclear aos Engenheiros Navais da Marinha do Brasil. Para a sociedade este é um novo campo, porque há toda uma tecnologia que vem de arrasto, a exemplo do que ocorre na área espacial.

- 10) A participação da CPLP nos seguintes projetos da CIRM: Atlas dos Oceanos, LEPLAC e Proarea.
- 11) A revitalização da Zopacas, com uma nova agenda de trabalho nas seguintes áreas: segurança (defesa, segurança marítima, cooperação no combate aos crimes transacionais), mapeamento e exploração de fundos marinhos, cooperação ambiental (oceanografia, pesca e outros) e transporte.
- 12) A possibilidade de parcerias internacionais com Japão, França e Alemanha para executar programas da CIRM.

Os principais óbices, por outro lado, são:

- 1) Menos de 1% da nossa plataforma continental é mapeada. É um desafio incomensurável, mas nós estamos querendo dar os primeiros passos.
- 2) Faltam navios de pesquisa e equipamentos em número adequado aos novos programas.
- 3) Faltam recursos humanos qualificados para atender as demandas crescentes em áreas com grande potencial: bioprospecção, recursos minerais.
- 4) Iniciativa privada ainda distante dos recursos do mar, exceto na área da biodiversidade.
- 5) O Brasil possui uma das maiores e mais diversificadas combinações de ecossistemas costeiros e marítimos do planeta, porém faltam pesquisas e pesquisadores em números compatíveis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo com uma frase do almirante Paulo Moreira da Silva:

O século passado que alcançou as estrelas, descobriu também que o mar é fabulosamente rico. Mas não basta proclamar que seus recursos naturais são nossos para que eles sejam, pois ser nosso é ser conhecido por nós. É ser transformado por nós em riquezas.

Dentro desse mesmo contexto, cito outra frase: “O exercício da soberania no mar que nos pertence só será pleno quando o conhecermos. Não se protege e não se defende o que não se conhece.” Nós temos que investir, nós temos que fazer pesquisa, nós temos que ir para o mar para transformar os recursos em riquezas. Não existe país soberano sem pesquisa.

RODADA DE PERGUNTAS

PERGUNTA

Tenho três perguntas ao Ministro Nedilson R. Jorge. A primeira é na área da defesa e da segurança. No âmbito da CPLP, além do apoio do Brasil ao processo que está ocorrendo na Guiné-Bissau, o que mais está sendo feito e o que mais poderia ser feito? Eu citaria três casos específicos para saber do senhor quais têm sido os desdobramentos e em que situação eles se encontram. Em primeiro, o governo de Cabo Verde pediu auxílio ao governo brasileiro para a criação de uma guarda costeira. Não sei se esta afirmação procede e em que situação este tema se encontra. A segunda é sobre o fato de que Guiné-Bissau tem sido, cada vez mais, um espaço a partir do qual ocorre o tráfico de drogas e de armas para outros destinos. Cada vez mais este país tem se tornado uma base para este tipo de atividade. E o terceiro é o fato de que, em alguns documentos da CPLP, consta que foi solicitado (ou que o Brasil havia sugerido) o apoio a processos de desminagem em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, os quais são os países da CPLP que tem este problema e aos quais o Brasil poderia prestar assistência em função da experiência que tem.

A segunda pergunta é a seguinte. Por que não há acordos de isenção de vistos do Brasil com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS) se, por exemplo, existem acordos de isenção de vistos com a África do Sul, com a Namíbia e com o Marrocos?

Em terceiro, gostaria de ouvir a sua impressão sobre o seguinte: como o governo de Portugal enxerga essa ampliação da presença brasileira nos PALOPS? É visto como algo positivo, negativo ou é uma posição neutra?

NEDILSON R. JORGE

Vou começar pela segunda que é mais simples. Por que não se tem acordos de isenções de visto? Porque, basicamente, não depende do Itamaraty. Se dependesse de nós haveria. Porém, existem restrições de ordem de segurança, em função das quais a Polícia Federal e o Ministério da Justiça exigem que sejam mantidos os vistos para alguns países. Como todos eles, nós temos isenção de vistos diplomáticos e de serviço, o que já facilita muito o trânsito de funcionários do governo e da atuação da cooperação. Mas, a isenção de vistos de passaportes comuns depende de uma avaliação, que não é feita pelo Itamaraty, sobre a viabilidade de controlar a entrada e a saída de cidadãos.

Na área de defesa e segurança, a nossa cooperação tem sido cada vez maior com os países da África. Nós temos assinados vários acordos de cooperação na área de defesa, não apenas com os países de língua portuguesa, mas também com outros países. Recentemente, por exemplo, nós assinamos com a Guiné Equatorial

e estamos em negociação com Senegal e com a Nigéria. Temos, de forma geral, uma cooperação em defesa com muitos países do Atlântico. Ela é, basicamente, na área de capacitação e na área de fornecimento de material. Um dado interessante é que nossa capacitação, na área da Marinha, já faz com que 90% dos oficiais da Marinha da Namíbia falem português, porque eles foram treinados pela Marinha do Brasil. E isso, sem dúvida, facilita um contato sempre que há uma necessidade de coordenação com este país. Então, nós temos sim uma participação crescente na área de defesa e segurança, sempre com o objetivo de ajudar na capacitação e no fornecimento de material.

Eu não tenho aqui dados específicos sobre o andamento desse projeto de desminagem nem do caso da guarda costeira de Cabo Verde, mas a tendência é responder positivamente a estes pedidos. Não há nenhuma razão para que esse apoio não seja dado. Eu tenho a impressão de que, no caso da guarda costeira de Cabo Verde, já começou algum tipo de cooperação, mas eu realmente não trouxe aqui dados específicos. Mas enfim, é uma área crescente, tanto de cooperação nos países da CPLP quanto nos países do Atlântico Sul em geral.

Com relação à Guiné-Bissau, já estamos lidando com uma área um pouco diferente. Nós temos cooperação na área de defesa e temos cooperação na área policial, inclusive com cooperação para a reforma do sistema de segurança da Guiné-Bissau, que é um dos fatores que podem levar a uma maior estabilidade institucional naquele país. Mas, o combate ao narcotráfico já é uma área mais de ilícitos internacionais do que propriamente de defesa. E há uma cooperação grande na Guiné-Bissau vinda da União Europeia na área de combate ao narcotráfico. Então, não há um envolvimento direto do governo brasileiro, mas existe, naturalmente, um interesse de que a Guiné-Bissau, cada vez mais, se institucionalize e nós estamos fazendo a nossa parte, que é mais na área de capacitação policial e militar do que propriamente de combate direto ao narcotráfico.

Quanto à última pergunta, sobre como o governo de Portugal vê a posição brasileira em relação à África, eles veem como uma oportunidade para superarem o passado de ex-metrópole. E, por meio da CPLP, Portugal tem conseguido mostrar uma vertente de cooperação muito positiva com estes países africanos que, talvez num plano bilateral, houvesse um pouco mais de resistência. Então, Portugal tem seguido o Brasil no sentido de dar prioridade crescente à CPLP, podendo haver uma ou outra diferença de perspectivas, mas elas são mínimas. Como eu falei, todos os projetos são aprovados por consenso e não tem havido nenhuma dificuldade em aprovar projetos que são reconhecidamente favoráveis para todos os países. Recentemente, eu fui a Portugal e estive com a responsável pela política portuguesa para a CPLP e há muita comunhão de interesses, sempre dentro do princípio de cooperação sem condicionalidades. Então, Portugal tem acompanhado o Brasil.

PERGUNTA

Eu gostaria que o senhor [Ministro Nedilson R. Jorge] tecesse considerações sobre a exponencial presença da China na África em face do crescimento também da nossa presença naquele continente. Haveria um choque de interesses? Haveria ameaças aos nossos interesses?

NEDILSON R. JORGE

Eu não diria que há um choque de interesses. Existe, em alguns casos, uma natural competição, sobretudo na área comercial. Há muitos casos em que Brasil e China tiveram que competir por obras, por projetos de infraestrutura específicos ou por uma venda.

A presença chinesa é um pouco diferente da presença brasileira, a começar pelo fato de que a China tem uma estrutura de processo decisório muito diferente do processo brasileiro. Nós não temos um governo que tenha capacidade de ordenar ao setor privado que vá e construa alguma coisa, enquanto, na China, a diferença entre o privado e o público é praticamente inexistente. Os projetos de cooperação do governo chinês incluem projetos que, no Brasil, são vistos como da iniciativa privada, como projetos de investimento e de construção de obras de infraestrutura. Então, isto marca uma diferença. Existe uma diferença na atuação, porque nós somos mais voltados para a cooperação institucional, para o fortalecimento institucional e para a cooperação governamental do que no caso da China, em que as coisas se misturam, onde a cooperação chinesa é também muito ligada a uma maior presença comercial, a uma maior presença de empresas chinesas e de trabalhadores chineses. Então há, realmente, uma diferença de perspectiva. Essa pergunta poderia ser aplicada a vários outros países: à Índia, que tem uma presença na África, ou à Turquia, cuja presença na África vem crescendo cada vez mais. O fato é que países que não tinham uma presença tradicional na África estão cada vez mais presentes. Em alguns casos, isso vai colidir em termos de interesses específicos, mas, de modo geral, eu acho que a maior atuação dos países em desenvolvimento na África tende a ser positiva para os demais países em desenvolvimento. É como aquele caso da disputa entre a Coca-Cola e a Pepsi. No final, os dois saem ganhando. Tanto a Coca-Cola como a Pepsi acabam vendendo mais. Então, quanto a uma maior presença chinesa na África, isso abre, em alguns casos, as possibilidades para uma maior presença brasileira e vice-versa.

Então, eu vejo que há, na área comercial, algum conflito de interesse, mas temos, também, muita cooperação. Recentemente, foi realizada uma reunião de consultas políticas entre Brasil e China como uma maneira de trocar informações e trocar ideias. E a tendência é aprofundar esse diálogo entre o Brasil e a China. Ou seja, ao se tratar de um determinado país, não é mais apenas a ex-metrópole que tem um papel importante. Temos também que conversar com estes outros países

em desenvolvimento. Então, eu vejo como uma tendência natural que esses outros países em desenvolvimento tenham uma presença maior na África. E isso não deveria servir como um desincentivo nem como motivo de conflitos com o Brasil. Deveria, sim, ser uma razão para cada vez termos mais coordenação com estes países.

PERGUNTA

O senhor [Ministro Nedilson R. Jorge] falou dos esforços que estão sendo feitos para ampliar o espaço da língua portuguesa nos fóruns internacionais. Contudo, os exemplos que o senhor citou são fóruns de âmbito regional, como os da África e como nós também temos na Unasul e no Mercosul. Mas, e nos fóruns de âmbito multilateral, como está este assunto?

NEDILSON R. JORGE

Isso faz parte do Plano de Ação de Brasília. É algo que está sendo trabalhado aos poucos. Como se sabe, há resistências dos países que não são de língua portuguesa, os quais, geralmente, exigem que os países de língua portuguesa arquem com os custos da implementação do português como língua de trabalho. Eu mencionei, mais especificamente, os organismos africanos, como é o caso da União Africana, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), mas, por exemplo, recordo que, no caso da Organização dos Estados Americanos, o português também é uma língua de trabalho, que pode ser utilizada pelas nossas delegações nas intervenções.

Uma parte desse caminho vai acabar passando também por arcar com os custos. Essa vai ser a maneira de se ir, pouco a pouco, superando as reticências que alguns países têm. Recentemente, nós autorizamos usar uma parte dos recursos que estavam na secretaria da CPLP para fazer a tradução de um relatório da OMS para o português. E eu diria que esse é um processo que não vai ser rápido, mas também não vai ser mal sucedido. Não é uma guerra para ser ganha em sete dias. À medida que a própria CPLP for assumindo uma dimensão mais importante, o português também irá assumir esta dimensão e será cada vez mais fácil incorporarmos o português em outros organismos multilaterais.

PERGUNTA

São duas perguntas ao Comandante Leite. Primeiro, eu gostaria que o senhor explicasse de forma mais detalhada o que são os nódulos polimetálicos e as crostas cobaltíferas. Eu gostaria de saber exatamente o que são, quais as condições que se teria hoje para explorá-los e as empresas que poderiam fazer este trabalho. A segunda pergunta é sobre o levantamento da extensão da plataforma continental

na Namíbia. Houve algum tipo de retorno financeiro deste serviço prestado? Quais foram as condições do contrato para que o Brasil fizesse esse trabalho?

CARLOS ROBERTO LEITE

Na área internacional existem três grupos de recursos minerais: nódulos polimetálicos, sulfetos polimetálicos e crostas cobaltíferas. Como a exploração destes recursos ocorre na prática? Qualquer atividade na área internacional dos oceanos é coordenada pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), que é uma entidade que tem sede na Jamaica, criada dentro do contexto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. No caso dos nódulos polimetálicos, se eu quiser explorá-los, é preciso pedir autorização à ISBA, com base em um código internacional específico para a sua exploração. Este foi o primeiro recurso natural que passou a ter um código próprio e, neste caso, já existem cerca de dez empresas que os exploram no oceano Pacífico, na área entre os Estados Unidos e o Havai. Estes são os únicos destes três recursos que são explorados. Por quê? Porque só havia código para os nódulos polimetálicos.

Outros recursos minerais são os sulfetos polimetálicos, que estão associados a regiões vulcânicas e fontes hidrotermais, localizadas no encontro de placas tectônicas, e que são compostos por minerais como ouro, diamante, prata, metais nobres e metais raros, estes últimos importantes, por exemplo, para a indústria nuclear, pela sua capacidade de fazer componentes muito leves e muito resistentes. Um aspecto importante é que, apesar de ser um ambiente inóspito, sujeito à extrema pressão, com temperaturas da ordem de 400°C e sem a luz do sol, existe uma rica e intrigante biodiversidade, que obtém energia por meio da quimiossíntese. Neste ano, foi elaborado o código de sulfetos polimetálicos. Para se ter uma ideia de como esse assunto recebe elevada prioridade em diversos países, este código foi aprovado no dia 6 de maio de 2010 e, no dia 7 de maio de 2010, a China entrou com uma proposta para explorar sulfetos polimetálicos no oceano Índico.

O próximo código vai ser o de crostas cobaltíferas, que são concentrações de recursos minerais ricas em metais como cobalto, níquel e cobre, podendo ter desde as dimensões de uma batata ou fazer parte efetivamente do assoalho marinho. O código já começou a ser analisado pela ISBA e, na próxima reunião, que vai ser em maio ou junho de 2011, este código deverá ser aprovado. O que pode acontecer? A China ou a Rússia, por exemplo, podem solicitar à ISBA uma área de exploração no Atlântico Sul.

O que norteia essas explorações? A demanda por esses recursos e o preço de mercado. Mas se chegará a um ponto em que a demanda mundial por recursos minerais não conseguirá mais ser atendida apenas com os recursos da parte emergente. Com esta visão de longo prazo e sendo um grande consumidor, o que fez a

China? Lançou neste mês um minissubmarino que foi a 3.500 metros de profundidade. Por quê? Porque querem, em 2012, bater o recorde de mergulho profundo. O recorde atual é de um minissubmarino japonês que vai a 6.500 metros, e a China prevê que, em 2012, lançará um minissubmarino que alcançará 7.000 metros. Isto porque a China precisa dos minérios e quer deter a tecnologia para explorá-los e, assim, também vender esta tecnologia para quem tiver interesse. Nós temos a Petrobras, com capacidade de exploração de águas profundas. É a hora de se pensar em um programa de governo para explorar estes recursos.

Em relação à Marinha da Namíbia, ela foi criada com a ajuda da Marinha do Brasil. Os oficiais da Marinha da Namíbia vieram para a Escola Naval e os praças foram para os nossos centros de formação. A Marinha doou a Corveta Purus, um navio de 50 anos, que é de fácil manutenção e operação. Ou seja, a Marinha da Namíbia nasceu da Marinha do Brasil. Foi um bom negócio? Eu diria que a gente não tem que pensar no dinheiro. Temos que aproveitar política e estrategicamente os laços que unem a África ao Brasil. A política exterior do país se destaca no contexto internacional. O Brasil tem uma capacidade de buscar sempre a paz, o entendimento e participar das soluções de uma forma equânime. Não se ganhou dinheiro neste caso, mas se fez uma ação de presença junto à Namíbia. Por exemplo, já aconteceu de a Marinha da Namíbia estar com um problema e a China oferecer um navio em troca de algum benefício. A briga com a China é desproporcional. Relativamente, é como se você oferecesse dois reais e alguém oferecesse um cheque em branco. Então, o Brasil tem que usar de todo o seu potencial, como sua capacidade tecnológica, capacidade de conhecimento e poder de articulação. No caso de Angola, foram iniciadas conversações e o preço já foi estabelecido. Acho que são US\$ 6 milhões, financiados pelo BNDES. Ou seja, a Namíbia foi a primeira e, agora, possivelmente, o Plano de Levantamento da Plataforma Continental será feito em Angola. Então, no caso da Namíbia, não foi um bom negócio em termos financeiros, mas foi infinitamente bom em termos de presença do Brasil e de exemplo para outros países.

PERGUNTA

Tenho duas perguntas [ao Comandante Leite]. A primeira é sobre a formação dos recursos humanos. Ficou evidente que, além da insuficiência de recursos, outro grande ponto de estrangulamento é ter pessoal qualificado para desenvolver esses projetos. E o que vimos na sua exposição é que há uma estratégia de indução via realização de algumas pesquisas. Mas se isso, por um lado, contribui com determinados tipos de projeto, por outro lado, não contribui para que haja uma política de formação de recursos humanos definida. Então, o que a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) está fazendo para instrumentar uma política de formação de recursos humanos mais efetiva na área do mar?

E a segunda pergunta é em relação a São Tomé e Príncipe. Foi falado, há algum tempo, que este país solicitou ajuda à Petrobras para fazer um levantamento de recursos petrolíferos. Mas, a Petrobras, por uma série de problemas, não atendeu ao pedido e, hoje, as concessões para a exploração de petróleo na área marítima de São Tomé e Príncipe estão nas mãos de empresas estrangeiras. Queria que, se possível, alguém confirmasse esta história e comentasse o que ainda poderia ser feito para o Brasil ajudar São Tomé e Príncipe.

CARLOS ROBERTO LEITE

Eu vou tentar responder à primeira pergunta. Eu diria que o gargalo tecnológico é uma barreira imensa. Imagine os navios que são necessários para ir para o meio do oceano Atlântico e fazer toda essa exploração. Mas os navios nós podemos até comprar. Se tivermos dinheiro, eu vou lá e compro o navio. E o pessoal? Como ter alguém com formação, pós-graduação e experiência para responder às necessidades que o país daqui a pouco vai ter? Nós estamos indo para a Elevação do Rio Grande e, em 2011, já deveremos começar nossas pesquisas lá, mas nós precisamos de gente que saiba o que fazer. Então, nós estamos em uma situação em que precisamos conhecer nossas demandas e definir nossas prioridades, porque há muita coisa nova.

Uma das alternativas vislumbradas é o estabelecimento de parcerias internacionais. Como exemplo, estamos no momento conversando com o Japão para o estabelecimento de uma parceria, que teria como um dos pilares a qualificação de pessoal. Os japoneses estão interessados no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES), da Petrobras e eles estão querendo estabelecer um intercâmbio de pessoal, enviando pessoas para o CENPES, enquanto nós vamos mandar gente para a Japan Agency for Marine-Earth Science and Technology (JAMSTEC) e para universidades japonesas a fim de adquirirem *know-how*. Mas o que fazemos além disso? Qual é a estrutura montada? Nós temos um programa que é o Comitê Executivo para Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar (PPG-Mar). Mas como podemos falar no PPG-Mar quando, por exemplo, a formação de geólogos no Brasil é de 150 a 180 por ano? Enquanto a Petrobras, sozinha, por ano, precisa de 400, e o Serviço Geológico do Brasil precisa de outros 300. A demanda é desproporcional.

Talvez os recursos humanos sejam a corrida mais difícil, porque envolvem até mesmo o ensino médio. É aquele velho problema nacional que nós temos. O que uma potência que queira se estabelecer em termos tecnológicos precisa ter? Precisa ter doutores. Quantos doutores existem nos Estados Unidos? Quantos geólogos devem existir na China? Eu fui a três Sessões da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, onde os chineses bloquearam por três vezes a aprovação do

código de sulfetos polimetálicos. Eles só aprovaram na última rodada e, quando aprovaram, entraram com um pedido de prospecção logo em seguida. O que estavam querendo? Estavam querendo ganhar tempo. Havia mais de cem países reunidos, com o código todo pronto, já em revisão, e os chineses diziam que não concordavam com o código porque não entendiam bem o inglês e determinado verbo dava margem para dúvidas. Se nós queremos nos fazer presentes neste seletor grupo, o problema de recursos humanos é fundamental. Não adianta ter tudo, se não tiver gente para guarnecer. Se eu não tivesse os pesquisadores para irem e permanecerem no arquipélago de São Pedro e São Paulo, nem mesmo as 200 milhas teriam sido conseguidas. Então, eu acho que é o gargalo mais difícil, porque não basta comprar um navio ou comprar um equipamento. É preciso ter formação. É um belo desafio, mas acho que nós vamos superar. Tudo que nós fazemos com perseverança nós conseguimos.

Sobre São Tomé e Príncipe, infelizmente, eu não tenho nada que possa contribuir.

NEDILSON R. JORGE

Eu não tenho esta informação de que já tenham sido concedidos direitos de exploração para companhias estrangeiras em São Tomé e Príncipe. A informação que eu tenho é que existem conversas com a Petrobras e que elas ainda continuam.

PERGUNTA

Eu gostaria de fazer duas perguntas [ao Comandante Leite]. A primeira, se o senhor pudesse aprofundar mais a análise sobre o papel das universidades brasileiras em parceria com a Marinha do Brasil. E a outra é: como estão sendo realizadas as transferências de tecnologia dessas pesquisas feitas com a iniciativa privada? Existem projetos já sendo implementados?

CARLOS ROBERTO LEITE

Peço que, se possível, a comandante Marise Carneiro, que lida com os programas de pós-graduação no âmbito da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), responda.

MARISE CARNEIRO

Atualmente eu sou gerente de dois programas. Um é a formação de recursos humanos, que é o PPG-Mar, e o outro é o da biodiversidade marinha, que é o Programa de Biotecnologia dos Organismos Marinhos (Biomar). Em relação ao PPG-Mar, nós temos uma grande parceria com as universidades brasileiras relacionadas às ciências do mar. Atualmente, temos cerca de trinta cursos na área de pós-graduação e 35 de graduação. Temos promovido alguns encontros e temos

grupos de trabalho específicos relacionados a embarques acadêmicos, sendo que, recentemente, foram criados grupos também para a inovação e o empreendedorismo. Fizemos ainda um evento na área de empreendedorismo com alunos de graduação e, em novembro [de 2010], nós teremos um encontro, no Rio de Janeiro, dos coordenadores de programas de pós-graduação. Neste encontro, será tratada a criação de uma área de ciências do mar junto à Capes e serão debatidos os parâmetros de avaliação que a Capes recentemente lançou. Além destes pontos, serão tratados outros temas, tais como a qualificação docente e a melhoria e promoção de periódicos nacionais.

No que se refere à iniciativa privada, contamos com algumas parcerias no Biomar. Estamos planejando um *workshop* em novembro, na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com os empresários e comunidade científica, a fim de promover uma rodada de negócios. Porque não adianta só pesquisar sem que seja obtido um produto para beneficiar a sociedade. Então, no Biomar, a gente tem procurado estreitar estes laços. O que não é fácil. Tanto que, na época em que foi feito o Plano Nacional de Trabalho do Biomar e do PPG-Mar, que eu me lembre, houve apenas a participação da Petrobras. Não teve nenhuma outra empresa que esteve conosco neste trabalho.

PERGUNTA

Tenho uma pergunta ao comandante Leite. Sobre a questão dos nódulos polimetálicos e sulfetos polimetálicos, nós temos a Vale do Rio Doce, que é uma grande companhia mineradora. A Vale não participa deste processo junto com a Marinha do Brasil e as universidades?

CARLOS ROBERTO LEITE

Um dos atuais óbices à exploração do mar é que a iniciativa privada ainda está afastada do mar. Para os senhores terem uma ideia, foi realizado recentemente pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) um *workshop* com o propósito de elaborar um documento que funcionasse como um guia para orientar a iniciativa privada sobre como proceder para iniciar atividades no mar. Foram reunidos especialistas de diferentes áreas e também representantes da Petrobras e da Vale do Rio Doce.

O tema principal era os recursos do mar, com ênfase nos recursos minerais. Foram realizadas várias apresentações pelos especialistas e foi solicitado aos representantes da Petrobras e da Vale que opinassem se este assunto poderia despertar o interesse de suas companhias. Apesar da importância dos temas, os desafios tecnológicos, os custos e as incertezas envolvidos não criavam um cenário que sensibilizasse a participação das empresas. Cabe ressaltar, contudo, que

estes programas têm um grande componente estratégico e que possuem o mesmo apelo que orientou as decisões que possibilitaram: a criação do Programa Antártico Brasileiro, há 25 anos; o Programa do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, há dez anos; e o início do Plano para Levantamento da Plataforma Continental. Nós estamos pensando em quê? No país. Nós estamos pensando nas próximas gerações. Nós não estamos pensando em termos comerciais. Mas como é que vai se resolver isso na prática? Creio que quando houver uma política de governo que possa incentivar a participação de empresas como a Petrobras e a Vale. Porque chegaremos a um ponto em que a iniciativa privada, uma vez engajada nestas atividades, começará a ganhar dinheiro, como já ocorre em diversos países.

PARTE 4

AMÉRICA DO SUL: PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO

24 DE NOVEMBRO DE 2010

BRASÍLIA - DF

ABERTURA

RODRIGO FRACALLOSSI DE MORAES*

Boa tarde. Agradeço a presença de todos que se interessaram por participar desta oficina, a qual tem como objetivo debater alguns aspectos relativos ao subcontinente sul-americano. Os temas que poderiam ser aqui tratados são os mais variados possíveis, mas nós escolhemos dois: o ministro João Mendes Pereira, do Itamaraty, vai analisar a integração regional em infraestrutura; e o general Sérgio Westphalen Etchegoyen, do Ministério da Defesa, vai falar sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Convido, então, o ministro João Mendes Pereira a compor a mesa para darmos início à apresentação.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

AVANÇOS E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

João Mendes Pereira*

1 INTRODUÇÃO

Boa tarde, meu nome é João Mendes Pereira, sou ministro da carreira diplomática e coordenador-geral econômico da América do Sul. O que significa isso? Basicamente, a minha função é nova, e está relacionada à atual perspectiva do Brasil na América do Sul e no mundo. Em que sentido? Sou formado em relações internacionais e em história na Universidade de Brasília (UnB) e, ao longo de boa parte da minha carreira, eu vivi um Brasil dependente de recursos externos e com uma economia devedora ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a outras agências internacionais. Passei boa parte do tempo, então, pensando: “o que o Brasil poderia fazer em prol do seu desenvolvimento?”

Nos últimos 20 anos e, mais notadamente, nos últimos cinco, uma nova vertente se abriu no Brasil, sobretudo em relação à América Latina e ao Caribe. Em função da estabilidade da economia, do seu crescimento e da diversidade das atividades desenvolvidas pelo Brasil, nós passamos de uma condição de economia fundamentalmente receptora de recursos para [uma condição em que] temos uma voz mais ativa, não só por conta dos financiamentos públicos brasileiros, mas também por conta da atuação muito forte de empresas brasileiras, públicas ou privadas. Essa coordenação do Itamaraty lida não com o Brasil que recebe recursos, mas com o Brasil que dá suporte às empresas brasileiras e aos países da região no seu desenvolvimento.

Em primeiro lugar, seguindo a linha sugerida pelo Ipea, abordarei os avanços e os desafios da integração da infraestrutura na América do Sul e as perspectivas de desenvolvimento da região.

A questão da integração não é recente. Quem lida com teoria econômica e teoria da integração certamente já terá tido a oportunidade de se debruçar sobre os ensaios de Raúl Prebisch, a criação da Comissão Econômica para a América

* Coordenador-Geral Econômico da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.

Latina e o Caribe (Cepal), da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). Estamos falando de uma realidade que se desenvolve desde os anos 1940 e 1950, quando os países da região viam no processo de integração a possibilidade de otimizarem as relações econômicas e comerciais entre si para o seu desenvolvimento.

O processo de integração teve várias vertentes. Foi fundamentado na ideia de substituição de importações e, posteriormente, a partir dos anos 1980, teve um viés mais neoliberal, em torno da liberalização comercial e da percepção de que, com os acordos comerciais, nós poderíamos melhor avançar na integração. Enfim, existe uma variedade de ideologias e tendências de discussão do tema, mas me parece que um elemento central que marca o processo de integração até a metade dos anos 1990 é a questão comercial. Então, a integração regional era marcada pelo fenômeno das trocas comerciais, sobretudo no caso dos países do [Mercado Comum do Sul] Mercosul.

Paralelamente ao aumento do intercâmbio comercial, começa-se a recuperar uma vertente da integração que, até então, vinha sendo trabalhada de forma estanque: a integração da infraestrutura, sobretudo em projetos ligados à energia, às comunicações e ao transporte. Tivemos, no final dos anos 1960, a iniciativa para a construção da usina de Itaipu e uma série de outras atividades, mas estes eram projetos, de alguma maneira, isolados. Não havia uma teoria da integração da infraestrutura como se passou a ter a partir da segunda metade dos anos 1990. Conjuntamente com os aspectos comerciais, essa questão da infraestrutura passou a ser fundamental para a política externa brasileira.

Então, a minha palestra aborda os seguintes tópicos: o que é a integração; como foi o processo para se chegar à integração da infraestrutura; sua importância na política externa; como isso se relaciona com o aspecto comercial; de que forma caminha para uma direção de investimentos brasileiros na região, muitos deles voltados para a área de infraestrutura; as diferentes vertentes dessa política de integração nos níveis político, técnico e financeiro, através da criação de várias agências de negociação e do fomento do crédito à região; e, também, alguns projetos emblemáticos de integração de infraestrutura.

2 EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO EM INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL

Nós podemos ver a integração nos anos 1990 como voltada, basicamente, para a ideia de liberalização comercial. Ou seja: a abertura de mercados, a redução de tarifas e a negociação de temas ligados a serviços, investimentos e compras governamentais. Enfim, uma agenda que teve um lado importante para permitir que o Brasil saísse do grande isolamento em que vivia até então, adquirisse maior interação com seus parceiros comerciais e, de certa maneira, promovesse

o desenvolvimento das principais cadeias produtivas do país. Assim, se, por um lado, a integração era importante para a projeção do Brasil no exterior, por outro, ela permitiu ao Brasil desenvolver uma série de políticas de modernização da nossa economia.

Essa integração comercial (a ideia de comercializar bens e serviços) está muito atada a alguns nichos de excelência da economia brasileira, como é o caso da Petrobras e de muitas das construtoras brasileiras. Nesse caso, trata-se dos projetos de infraestrutura – ou seja, a nossa *expertise* de desenvolvimento de infraestrutura, procurando replicá-la em vários países da região, sobretudo com a venda de bens e serviços brasileiros. Isso faz com que a integração assuma hoje um novo perfil. Um perfil não só de caráter comercial, mas [também] voltado para o que eu chamaria de uma integração real, baseada na construção de grandes obras que redundam em um potencial de investimentos brasileiros na região muito grande. E isso, evidentemente, tem caráter central em toda a política externa brasileira ao longo de sua história. No atual governo, ela tem um caráter central e estratégico fundamental, não só pela proximidade do Brasil, mas, sobretudo, porque na região sul-americana conseguimos colocar os nossos produtos e serviços de maior valor agregado. Com a União Europeia (UE), com a China e com os Estados Unidos temos um nível comercial bastante elevado e com alguma diversificação, mas a sofisticação do nosso comércio de bens e serviços tem seu campo por excelência na América Latina e no Caribe. A essas regiões podemos passar toda a nossa *expertise*, onde ocorrerão os intercâmbios de bens de maior valor agregado e também para onde passaremos o nosso conhecimento em termos de venda de bens e serviços de infraestrutura.

Na política externa, essa relação se dá em diferentes esferas. Em primeiro lugar, se observamos a América do Sul, o Brasil é o único país com fronteiras com quase todos os países. Não pode passar despercebido ao Brasil a necessidade de ter com cada um deles uma relação específica. Entretanto, possuímos uma relação plurilateral, da qual talvez o Mercosul seja o carro-chefe. Procuramos desenvolver uma relação muito especial com os sócios do Mercosul e, mais recentemente, com toda a região por meio da [União de Nações Sul-Americanas] Unasul.

Como foi dito, o comércio e os investimentos brasileiros acabam gerando uma demanda muito grande por infraestrutura. A ponte sobre o rio Acre, entre Brasileia (Brasil) e Cobija (Bolívia), inaugurada em 2004, é emblemática, talvez porque seja um dos primeiros projetos em que conseguimos colocar vários ingredientes e pensar no que poderia ser uma política de integração de infraestrutura efetiva por parte do Brasil. Nisso, nós temos componentes de intercâmbio de bens e serviços. Temos também uma componente voltada para a área de grandes investimentos, os quais permitem ao Brasil manter hoje com o Peru uma série de investimentos estratégicos e, além disso, uma componente de financiamento.

Como o maior sócio da região, como podemos ajudar os outros países a financiarem obras estratégicas que estejam nesse eixo, nessa meia-lua, que marca a nossa fronteira com os demais países?

A seguir, estão duas tabelas. O mais importante é registrar o crescimento do nosso comércio, que aumentou significativamente nos últimos anos em todos os países da região. Isso a despeito da dificuldade macroeconômica que um ou outro país possa ter enfrentado e, também, da crise que se abateu sobre o mundo em 2008. Atualmente, já se observa uma grande recuperação do comércio regional, particularmente no comércio do Brasil com seus sócios.

TABELA 1
Comércio Brasil – América do Sul (2002-2010)

		2002 (US\$ milhões FOB ¹)	2008 (US\$ milhões FOB)	2009 (US\$ milhões FOB)	Jan.-out./ 2009 (US\$ milhões FOB)	Jan.-out./ 2010 (US\$ milhões FOB)	Out./ 2009	Out./2010 (US\$ milhões FOB)	Var. (%) 2002- 2009	Var. (%) 2000- 2010 (Jan.- out.)	Var. (%) (Out. 2009- out. 2010)
Total geral com o mundo	Exportações	60.439	197.942	152.995	125.879	163.310	14.082	18.380	153,1	29,7	30,5
	Importações	47.243	173.197	127.647	103.384	148.689	12.766	16.527	170,2	43,8	29,5
	Saldo	13.196	24.745	25.348	22.495	14.621	1.316	1.853	92,1	-35,0	40,8
	Corrente de comércio	107.682	371.139	280.642	229.263	311.999	26.848	34.907	160,6	36,1	30,0
América do Sul	Exportações	7.491	38.354	27.002	20.845	29.528	2.689	3.159	260,5	41,7	17,5
	Importações	7.631	24.350	19.056	15.332	20.876	1.821	2.247	149,7	36,2	23,4
	Saldo	- 140	14.004	7.946	5.513	8.652	868	912	-	57,0	5,1
	Corrente de comércio	15.122	62.704	46.058	36.177	50.404	4.510	5.406	204,6	39,3	19,9

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Elaboração: Coordenação-Geral Econômica da América do Sul (CGDECAS)/MRE.

Nota: ¹ *Free on board*.

Isso tem um reflexo muito relevante na própria atuação das empresas brasileiras no exterior. A tabela 2 mostra as 25 maiores empresas da região. Dessas 25, dez são brasileiras, dos mais diversos setores: petróleo e gás, telecomunicações, minérios, bebidas, siderurgia, petroquímica e área espacial. Enfim, inúmeras atividades, às quais eu acrescentaria as das [empresas] Natura, O Boticário, Havaianas e uma série de outras empresas que hoje têm uma presença muito forte na região. Esse fato tem suas razões. As nossas necessidades são muito parecidas com as dos demais países da região. Dessa forma, há uma demanda muito grande pela experiência do Brasil e pela sua forma de atuar. Isso se reflete em uma relação privilegiada com a América do Sul e agora, também, com a África, já que muitos países desenvolvidos não conseguem atender ao tipo de necessidade que esses países têm.

QUADRO 1
As maiores empresas da América Latina

	Empresa	País	Setor
1	PDVSA ¹	Venezuela	Petróleo, gás
2	Petrobras	Brasil	Petróleo, gás
3	América Móvil e Telmex	México	Telecomunicações
4	Vale	Brasil	Minérios
5	Cemex ²	México	Cimento
6	Codelco ³	Chile	Minérios
7	Techint, Teneric e Ternium	Argentina	Diversificado, aço, tubos de aço, construção
8	Grupo Votorantim	Brasil	Diversificado, cimento, minérios, aço
9	Femsa ⁴ e Coca-Cola Femsa	México	Bebidas
10	Gerdau	Brasil	Siderurgia, metalurgia
11	Odebrecht	Brasil	Diversificado, construção
12	ENAP ⁵	Chile	Petróleo, gás
13	Grupo Alfa	México	Diversificado
14	Grupo México, Southern Copper	México	Minérios
15	Braskem	Brasil	Petroquímica
16	Grupo Bimbo	México	Alimentos
17	Cencosud	Chile	Comércio
18	Usiminas ⁶	Brasil	Siderurgia, metalurgia
19	Grupo Salinas, Grupo Elektra	México	Diversificado, comércio
20	Falabella	Chile	Comércio
21	CSN ⁷	Brasil	Siderurgia, metalurgia
22	Embraer	Brasil	Indústria aeroespacial
23	Grupo Camargo Corrêa	Brasil	Diversificado
24	Antofagasta	Chile	Minérios
25	Sudamericana de Valores	Chile	Transporte, logística

Fonte: Cepal.

Elaboração: CGDECAS/MRE.

Notas: ¹Petróleos de Venezuela S/A.

²Cementos Mexicanos.

³Corporación Nacional del Cobre.

⁴Fomento Económico Mexicano S/A.

⁵Empresa Nacional del Petróleo.

⁶Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A.

⁷Companhia Siderúrgica Nacional.

Assim, eu diria que a América do Sul é a área natural para a expansão dos negócios das empresas brasileiras que buscam se internacionalizar. Isso se dá de diferentes formas – por exemplo, pela aquisição de empresas de outros países, como no caso da AmBev, que comprou a Quilmes, a maior cervejaria da Argentina, assim como cervejarias em uma série de outros países, permitindo que hoje a AmBev seja, individualmente, a quarta cervejaria em nível mundial. Há também a fusão de empresas brasileiras com outras empresas de países vizinhos. A Bunge y Born, na área alimentícia, é um exemplo de fusão de empresas que formaram um grande conglomerado. E, evidentemente, a prioridade da América do Sul se dá pela questão geográfica, pelas semelhanças culturais e, como foi destacado, pela percepção de muitos desses países em relação ao que o Brasil faz, aspecto muito ligado às necessidades desses países.

Evidentemente, não é um mar de rosas. É preciso ter cuidado em não passar uma percepção aos outros países de que está simplesmente se substituindo o imperialismo que vem de fora pelo imperialismo da região. Muitas vezes, há dificuldades em relação à percepção que esses países têm dos investimentos e da presença brasileira. Então, um dos cuidados que procuramos ter é fazer com que não só haja uma presença grande das empresas brasileiras, mas [também] que essas empresas possam, de alguma maneira, estar associadas a parceiros locais. Com isso, mantêm-se empregos e gera-se renda, e, assim, esses países poderão, inclusive, aumentar as suas compras do Brasil. Dessa forma, uma dinâmica de aumento de comércio muito mais significativa é gerada, e não só uma dinâmica unilateral de vendas do Brasil para a região.

3 BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

Gostaria de abordar também os benefícios dessa política, que passa do nível comercial para o nível do desenvolvimento de uma política de infraestrutura regional. No primeiro momento, o fortalecimento da infraestrutura leva à manutenção e ao aumento de emprego nos países vizinhos – e também no Brasil – e ao aumento da renda e das exportações. Esse círculo virtuoso permite aos outros países uma simbiose maior com nossas empresas, adquirindo mais força e observando na relação privilegiada com o Brasil uma forma de potencializar o comércio sob diferentes vertentes. Um segundo momento é a questão da redução dos custos logísticos do comércio exterior, envolvendo fretes, seguros e centros de comercialização. Hoje, geralmente, passa despercebido que os automóveis que muitos de nós guiamos (Volkswagen, Chevrolet) não são feitos no Brasil, mas sim na Argentina, com peças brasileiras ou vice-versa. É perceptível como as cadeias hoje são tão integradas que já não se tem, em muitos casos, a figura de depósitos ou estoques para algumas montadoras. Tem-se o conceito de *just in time* – ou seja, muitas peças são produzidas em São Paulo e, em 48 horas, estão em uma fábrica em Córdoba (Argentina). Frequentemente, essas peças são mandadas por

caminhões que não são nem fiscalizados na aduana. Por quê? Porque essas empresas, ao longo dos 20 anos de Mercosul, perceberam que o custo operacional de manter grandes estoques e uma política não muito desenvolvida de despachos aduaneiros, com caminhões parados na fronteira, são muito onerosas. Hoje, muitas vezes, são estabelecidos acordos com a própria aduana brasileira de, mensalmente, haver uma prestação de contas do que está sendo passado pelas fronteiras. Se houver alguma fraude ou algum problema, isso acarretará um custo tão imenso que não compensa para a empresa atuar de maneira errada. É muito mais barato e economicamente viável ter esse fluxo sem ter de manter grandes estoques do que ter uma política tradicional de comércio exterior. Isso é algo que começa a se diversificar na região, com resultados muito grandes na expansão do comércio.

Os efeitos são grandes também, como pretendemos, na inclusão socioeconômica das populações que estão nesses grandes eixos cobertos pelo processo de integração, além de uma presença maior do Estado em áreas isoladas, permitindo não só o maior controle da soberania territorial da fronteira, mas também o combate aos crimes transnacionais. Essa questão se estende desde a ideia do combate ao tráfico de drogas em fronteiras até questões sobre como é importante fazer um acordo com a Bolívia para se comprar [de] 20 a 30 milhões de produtos têxteis, uma parcela muito reduzida das compras brasileiras e da produção brasileira. Apesar da crítica do produtor, esses 30 milhões que se compram lá correspondem a, mais ou menos, 20 mil famílias bolivianas que estão na área produtora e que conseguem se manter ali e não emigrar para o Brasil. As 20 mil famílias correspondem a pelo menos 100 mil bolivianos, que, vindo para cá, aumentariam o processo de quase escravidão, de subemprego, que temos na periferia de São Paulo e de outras grandes cidades brasileiras. A integração, hoje em dia, não é estanque. Muitas vezes, não se percebe que a produção de têxteis, tecidos ou camisetas na Bolívia está tirando do subemprego ou do tráfico de drogas boa parcela da população, com reflexos no nosso próprio sistema de saúde. Uma questão não está desconectada da outra, e a integração é uma forma de ajudar bastante nesse processo. Há quem veja uma vertente negativa, de que estamos expostos a outros países. Prefiro pensar que é uma maneira de atuarmos em conjunto com os outros países no combate ao tráfico.

4 VERTENTES DA INTEGRAÇÃO: POLÍTICA, TÉCNICA E FINANCEIRA

Já mencionei que, em relação à integração regional, existem algumas vertentes, algumas ideias importantes, nos níveis político, técnico e financeiro, [a respeito] das quais eu vou mostrar o que a gente está fazendo.

4.1 Vertente política

Nessa vertente, o que o Brasil procura desenvolver com os outros países na área de infraestrutura é, sobretudo, a estruturação do Conselho de Infraestrutura e

Planejamento da Unasul. Ele foi criado em 2009, e nós estamos agora na sua fase inicial, buscando processos e projetos que possam promover o desenvolvimento regional. Nós criamos um foro em nível ministerial que procura envolver os ministros da área, sendo, no caso do Brasil, os ministros de Minas e Energia, Transportes e Comunicações, para que eles possam ter uma articulação maior com os seus congêneres e depois passem as diretrizes para o nível técnico.

Uma coisa que se perdeu muito no Brasil nos últimos tempos foi a noção de planejamento. Isso é fundamental quando se trabalha com infraestrutura, porque não se lida com esta de uma forma imediata. Frequentemente, trabalhamos com processos que levam dez, 15 ou 20 anos. Assim, a questão do planejamento é fundamental e deve ser definida no nível político. O planejamento, unicamente seguindo as diretrizes técnicas, pode levar a qualquer coisa. Pode dar uma ideia positiva, mas pode camuflar interesses que não são os mais convenientes para o Brasil. Daí a necessidade de, no trabalho técnico do planejamento, haver uma dimensão política.

4.2 Vertente técnica

Nos últimos dez anos, nós desenvolvemos uma série de iniciativas, sobretudo a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), grande estrutura negociadora na região na área da infraestrutura, a qual promoveu uma série de atividades técnicas voltadas para mapear as necessidades da região e os principais projetos que deveriam ser desenvolvidos. Nesses dez anos em que essa iniciativa vigora, conseguimos montar uma carteira de projetos muito clara de quais são as necessidades da região. Ela está consubstanciada em torno de 514 projetos. Desses, nós procuramos priorizar em torno de 31 projetos em uma agenda consensuada; e desses 31, há cerca de nove projetos com participação brasileira.

A região foi dividida em torno de eixos de integração, que são, basicamente, eixos de produção e exportação, mas também de desenvolvimento regional. Procuramos mapear algumas áreas onde se faz mais necessário o desenvolvimento da região sul-americana. No mapa 1, vocês têm uma ideia dos 31 projetos que foram definidos em 2005 e que estão sendo desenvolvidos até o momento.

MAPA 1
Os projetos prioritários no âmbito da IIRSA



Fonte: <<http://www.iirsa.org>>.

4.3 Vertente financeira

A radiografia de uma metodologia de planejamento foi muito positiva para se ter uma radiografia das necessidades de infraestrutura da região. Mas ela falhou em um elemento que é crucial, que é a questão não só de identificar as necessidades, mas [também] de como obter recursos para financiar esses projetos. Essa, talvez, seja a principal deficiência daquela iniciativa criada em 2007 e que hoje demanda um reforço no nível político muito grande de ação dos governos. Esse é um dos motivos da criação do Conselho de Infraestrutura: [não apenas] buscar montar o que é necessário, mas também saber como executar essas obras.

Algumas iniciativas da qual o Brasil é parte são importantes. Estamos trabalhando, no âmbito da Unasul, com a criação do Banco do Sul. Atualmente, são sete países membros (Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela). Esperamos, proximamente, ter a adesão dos demais países e, nos próximos dois anos, trabalharemos para a aprovação do Banco do Sul no Congresso Nacional. Ele terá recursos de US\$ 7 bilhões a US\$ 20 bilhões nos próximos anos e esperamos a associação dos demais países em um prazo de dois a três anos, de forma que

possamos ter um instrumento da região para a região para financiar projetos de infraestrutura. Além do Banco do Sul, o Brasil hoje tem uma participação muito grande na Corporação Andina de Fomento (CAF) – como membro especial, praticamente na condição de membro pleno –, que é uma agência de financiamento com *rating* bastante alto e que tem muita respeitabilidade internacional. Atualmente, fazemos parte da CAF no nível de sócio pleno, aportando recursos, inclusive mais aportando do que recebendo. Também estamos em negociação para a nossa entrada no Banco de Desenvolvimento do Caribe e no Banco Centro-Americano de Integração Econômica. Além disso, temos as nossas próprias linhas de financiamento, algo mais recente e ainda pouco percebido, mas que tem uma dimensão cada vez mais importante no processo de integração da infraestrutura, que são as linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Programa de Financiamento às Exportações do Banco do Brasil (Proex). Há também o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), um instrumento de garantia para todas essas linhas de financiamento.

No momento atual, a questão do financiamento é absolutamente crucial quando se fala da exportação de bens e serviços e da integração. Sem uma estrutura de financiamento forte e eficiente, praticamente nos excluímos do mercado. Então, a questão da criação de agências de créditos à exportação, sobretudo para grandes projetos na área da infraestrutura, que são todos projetos de milhões ou bilhões de dólares envolvidos, é fundamental. No Brasil, há uma estrutura muito calcada no BNDES e no BB-Proex. Também por parte do governo, o sistema de garantia que temos é o do Tesouro Nacional, através do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) e do Fundo de Garantia à Exportação (FGE). E, se observarmos os principais países exportadores, veremos que todos eles têm também a sua agência de financiamento. Cito como exemplos: a China (China Eximbank e Sinosure); a Alemanha (Hermès); a França (Coface); os Estados Unidos (US-Eximbank); a Espanha (Cesce); o Japão (JBIC); a Itália (Sace); o Reino Unido (ECGD); e a Índia (Export-Import Bank). A ideia é não só mostrar o produto e levar a empresa, mas [também] levar junto o financiamento. À medida que colocamos na própria região os nossos produtos de maior valor agregado e os nossos serviços de maior valor agregado, isso custa mais e deve estar calcado em uma política de financiamento bastante ativa.

Nós temos, sobretudo, o Proex-Equalização, um instrumento que visa oferecer um financiamento ao exportador brasileiro que esteja, pelo menos, no mesmo nível que o financiamento oferecido por outras agências ou por outros países. E, desde 2003, o Brasil já aprovou mais de 80 operações de financiamento por meio do Proex em garantias do FGE para países da América Latina e do Caribe. Isso são mais de US\$ 12 bilhões em financiamentos. O que significa isso em

termos comparativos? O Brasil financia hoje a integração na região mais que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Hoje, a nossa presença na região é mais importante que a da principal agência de financiamento regional, tão importante, mas também tão decantada e vendida, que, certamente, no imaginário de boa parcela das pessoas, tem uma presença acima da média das demais.

Temos também uma estrutura governamental em torno da Câmara de Comércio Exterior (Camex), um conselho formado pelos ministros: do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Fazenda; do Itamaraty; do Planejamento; da Casa Civil e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. E temos também um ramo executivo da Camex, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), um colegiado que analisa os projetos. Por exemplo, se uma construtora quiser fazer uma hidrelétrica em um país na região, o COFIG analisará o montante de exportação de bens e serviços envolvidos e o quanto podemos financiar e, através das suas linhas de crédito, do BNDES e do BB-Proex, tentará chegar, no mínimo, a equalizar o que é oferecido por outras agências externas para que esse projeto possa ser financiado pelo Brasil – para empresas brasileiras – junto aos nossos parceiros.

Uma questão importantíssima no financiamento, além da agência que financie, é o crédito. Cada um de nós, quando vamos fazer um crédito, pedimos um fiador. Mas o fiador nesse caso se estrutura de uma maneira diferente. Na região, o principal “fiador” dos financiamentos é o Convênio de Créditos Recíprocos da Aladi, um acordo entre todos os países da associação, que já tem mais de 40 anos, estabelecendo que, a cada quatro meses, os países se reúnam e façam a compensação dos seus créditos e débitos. Por exemplo, temos um crédito porque exportamos US\$ 5 bilhões para a Argentina, e a Argentina exportou US\$ 4 bilhões para o Brasil. Então, a Argentina compensa US\$ 4 bilhões com US\$ 4 bilhões. A Argentina só precisa pagar US\$ 1 bilhão em moeda forte. Ela paga tudo, mas, em moeda forte, tira do seu tesouro apenas US\$ 1 bilhão. Isso é garantido pelos bancos centrais e pelos tesouros dos países, uma ideia fantástica. Mas há uma reticência, muitas vezes, dos tesouros e dos bancos centrais, que resistem bastante a utilizar esse mecanismo, porque ele implica em se comprometer mais do que o “fio do bigode”. Contudo, o que pode não ser tão bom para o Banco Central pode ser muito bom para o país. Se analisarmos um empréstimo para um país como a Bolívia, por exemplo, não emprestaríamos o dinheiro, considerando-se o risco altíssimo. A Bolívia é categorizada pelas principais agências de *rating* internacional no nível mais baixo, com um risco, segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 7/7. Quando conseguimos cursar uma operação no CCR e comprometer o Banco Central da Bolívia a alocar recursos para o pagamento daquela operação, o risco cai de 7/7 para 1/7. Até hoje, basicamente, o *default* dos países conosco é zero. Então, um país de alto risco, quando cursa no CCR, diminui-o

consideravelmente. Com isso, podemos oferecer-lhe um custo da operação muito menor. Nós ganhamos e todos ganham. É um jogo de forças e contraforças que nos permite oferecer financiamentos, sobretudo para grandes projetos de infraestrutura, em condições muito competitivas na região.

Gostaria de explicar um novo mecanismo que estamos começando a desenvolver. Já temos um desenvolvimento com a Argentina e com o Uruguai, e tentaremos com alguns outros países, pelo sistema de pagamentos em moeda local (SML). Ou seja, o CCR já permite poupar moeda forte através da compensação. O SML permite fazer vendas e compras com pesos argentinos e com reais. Claro que isso ainda se dá em um nível de operações de pequeno porte, mas, gradativamente, a tendência é que possamos cursar também grandes operações com os nossos principais parceiros. E qual a vantagem disso, subliminarmente? Começa-se a fazer com que o real passe a ser, de forma efetiva, uma moeda cursável internacionalmente. Isso não é feito com base em um voluntarismo de dizer: “eu quero que o real seja forte”. Prova-se, no dia a dia, por meio da operação de comércio exterior, que ele é viável. E no momento em que isso começa, também passamos a cuidar mais da nossa moeda. Ou seja, é o externo influenciando o interno para manter-se um programa de estabilidade e ter sócios com credibilidade internacional.

5 EXEMPLOS DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA PARA A INTEGRAÇÃO FÍSICA REGIONAL

Uma última palavra sobre alguns projetos. A ideia hoje de desenvolvimento no âmbito da Unasul, no conceito de infraestrutura, é fazermos mais do que projetos tópicos, [é fazermos] também alguns projetos emblemáticos e estruturantes: por exemplo, algumas rodovias que possam conectar o sistema rodoviário do Brasil do Atlântico até o Pacífico. Hoje, nós temos dois grandes corredores: um que passa pelo Peru e outro que passa pela Bolívia. Assim, permite-se uma conexão rodoviária direta entre o Atlântico e o Pacífico.

Mais ao sul, saindo de São Paulo e Curitiba, entrando pelo sul do Paraguai e indo pelo norte da Argentina até o Chile, estamos estruturando também um corredor ferroviário. Em um país como o Brasil, é importante não só ter uma saída para o Pacífico, mas várias saídas. Costumo dizer que se, em médio prazo, conseguir-se reconstruir a malha ferroviária uruguaia, com 820 quilômetros, e finalizar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em ferrovias no Brasil, poderemos sair de Buenos Aires e ir até o Caribe por ferrovia. Isso é algo extraordinário e impensável 20 anos atrás.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas muito gerais, procurei mostrar essa nova vertente da ideia de integração – ou seja, de que integração não é só comércio. Atualmente, a integração do Brasil está muito ligada a uma participação em grandes obras de infraestrutura vinculadas à sua economia. A ideia é fazer com que toda a região, de alguma maneira, seja influenciada por essa dinâmica de crescimento no Brasil. Que possamos crescer juntos. E isso não só se considerando os projetos, mas, sobretudo, o comércio, os investimentos e uma terceira parte: a questão dos financiamentos, na qual, felizmente, o Brasil consegue estar na vanguarda daqueles países que podem financiar o desenvolvimento não só seu, mas também de seus parceiros regionais.

O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO

Sérgio Westphalen Etchegoyen*

1 INTRODUÇÃO

Boa tarde a todos. Agradeço o convite para proferir esta palestra.

O Brasil faz fronteira com outros dez países sul-americanos, cujas economias, quando comparadas com a brasileira, revelam profundas assimetrias, uma vez que representamos 58% do [produto interno bruto] PIB da região, segundo o [Fundo Monetário Internacional] FMI. Se, por um lado, segundo a mesma fonte, representamos um sétimo da economia dos Estados Unidos, por outro, nosso PIB é 100 vezes maior que o boliviano e seis vezes [maior] que o argentino. Esses números impõem ao Brasil o compromisso de cooperar para que nossos vizinhos também encontrem seus caminhos para a prosperidade, como forma de preservar o necessário ambiente de estabilidade e paz indispensável para o progresso na região.

O sistema de defesa do Brasil vem cooperando para esse objetivo de forma efetiva, na esfera de suas atribuições. Para isso, temos trabalhando hoje, junto a nossas tropas brasileiras no Haiti, um pelotão boliviano e outro paraguaio, além de oficiais de diversas nacionalidades integrando o Estado-Maior da nossa força no Haiti. Participamos também com oficiais brasileiros junto a tropas argentinas da missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Chipre.

Esses intercâmbios já acontecem há algum tempo e sempre com um esforço para acolher, até de uma maneira generosa, o aporte que esses países dão em militares para as nossas forças. Generosa de que maneira? Cedendo equipamentos e repassando salários, por exemplo, para que esses países possam ter uma participação internacional e que eles, de alguma forma, reconheçam naturalmente que o Brasil se empenha para isso, sem imposições imperiais.

2 VISÃO GERAL DA AMÉRICA DO SUL

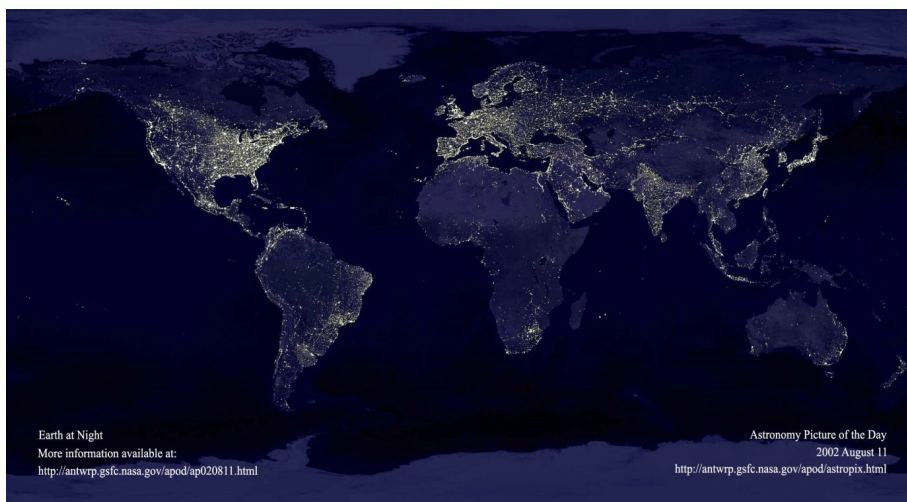
Eu queria falar um pouco sobre a América do Sul. O que vou expressar aqui é a minha opinião e, a partir dessa interpretação particular da América do Sul, vou colocar a questão do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

* General de Divisão e assessor especial militar do ministro da Defesa.

O mapa 1 é uma imagem do mundo à noite, a qual muitos dos senhores e senhoras já devem ter visto. É uma imagem muito interessante. Para quem estuda os aspectos militares da estratégia, essa imagem é muito forte. Ela me diz, por exemplo, onde existe a riqueza, onde estão concentradas as pessoas, onde estão os grandes vazios e onde transitam as mercadorias e o dinheiro. E ela deixa muito claro onde está o conhecimento. Onde há energia e equipamentos, certamente há mais conhecimento. E é fácil também identificar que o Hemisfério Norte é bastante diferenciado do Hemisfério Sul.

MAPA 1

O mundo à noite



Fonte: Administração Nacional do Espaço e da Aeronáutica (Nasa – em inglês, National Aeronautics and Space Administration). Disponível em: <<http://apod.nasa.gov/apod/ap020810.html>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

No mapa 2, há um foco específico sobre a América do Sul, onde se observa que a densidade de luz se concentra no centro-leste do subcontinente. Este mapa mostra que a riqueza na América do Sul ainda reflete com muita força a colonização portuguesa no litoral e a colonização hispânica nas regiões de fácil acesso dos Andes e também no Prata, a grande porta de entrada da América hispânica para o interior, em direção à mesopotâmia argentina e às bacias dos rios Paraguai e Paraná.

MAPA 2

O mundo à noite: América do Sul



Fonte: Nasa. Disponível em: <<http://apod.nasa.gov/apod/ap020810.html>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

Adaptação do autor.

Se olharmos para o mapa 3, vamos ter dificuldade para identificar as fronteiras terrestres. E eu escolhi este mapa por essa razão. Observando-se a massa compacta de terra do Panamá para o sul, fica muito claro que o conceito de América do Sul faz mais sentido que o de América Latina para analisar a inserção do Brasil e seu entorno geopolítico. América Latina é uma expressão, apenas isso. Não consegue ser um conceito que aponte origens, etnias, realidades socioeconômicas, formações históricas e outros aspectos comuns aos países que tenta agrupar. Mais do que isso, é conceito excludente e preconceituoso que pasteuriza a visão norte-americana do restante da América, igualando países e sociedades que não guardam qualquer semelhança entre si, de maneira bastante conveniente à política dos Estados Unidos para seu entorno geoestratégico.

MAPA 3
América do Sul



Fonte: <http://mapsof.net/south_america/static-maps/jpg/south-america>. Acesso em: 10 nov. 2010.

Na América do Sul, as nossas fronteiras são permeáveis e vocacionadas, por isso, para a integração e a cooperação. Não temos fronteiras que reflitam ódio, exclusão, desesperança ou desencanto. Não temos fronteiras em guerra. Temos, sim, fronteiras em disputa, como as de Venezuela e Guiana, Chile e Peru, Bolívia e Chile, assim como Chile e Argentina já tiveram [fronteiras em disputa].

Mas são demandas transportadas aos fóruns internacionais, que não apontam para soluções militares.

Quem já viveu na fronteira brasileira sabe que a vida, as pessoas e a sociedade transitam sem a preocupação da fronteira. As pessoas casam de um lado e de outro, estudam e consomem de um lado e de outro, comemoram, integram-se, celebram e trabalham. A fronteira simplesmente não existe na cabeça dessas pessoas. E essa vocação das nossas fronteiras é um patrimônio sul-americano. Todas elas são passíveis de integração. O Brasil tem mais de 16 mil km de fronteira terrestre, desde o Oiapoque até o Chuí, todas consolidadas, nenhuma delas submetida a qualquer demanda, e todas com uma enorme vocação para a integração. O que acontece em Foz do Iguaçu-PR, com as pessoas indo de um lado para o outro, acontece também em Tabatinga-AM, em Ponta Porã-MS, em Quaraí-RS, em Uruguaiana-RS, em Jaguarão-RS etc. Para circular pela América do Sul, nenhum cidadão brasileiro ou sul-americano precisa de visto. E o ensino do espanhol é obrigatório em nossas escolas públicas.

Essa é a força dessas fronteiras. O poder público faz um esforço de integração na América do Sul, com o CDS sendo um deles, mas são as pessoas que, de fato, vivem na fronteira. É isso que gera a iniciativa do Estado para a integração.

Se nós olharmos mais de perto o mapa 3, ele não deixa que nós nos esqueçamos que apesar dessas fronteiras serem permeáveis e terem vocação de integração e cooperação, elas definem países onde vivem nacionalidades muito fortes, com sentimentos nacionais muito intensos. Eu nasci, por exemplo, na fronteira com a Argentina, trabalhei por um longo tempo na fronteira do Mato Grosso e, também, na fronteira com a Argentina e o Uruguai. Vê-se com muita força a nacionalidade desses países, sejam paraguaios, bolivianos, uruguaios, argentinos etc.

São também realidades sociais, políticas, econômicas e militares absolutamente diferentes. Eu estive de domingo até ontem à tarde na Bolívia, em Santa Cruz de La Sierra, participando da Conferência de Ministros de Defesa das Américas. Em seguida a essa conferência, houve a reunião do CDS. Ali se observou que são realidades completamente distintas, com uma monumental assimetria, mas que conseguem sentar em volta de uma mesa e, por conta da compreensão que a gente tem desenvolvido da natureza da integração e, também, respeitando a individualidade de cada nação, conversar. Então, são dois lados contrastantes. São fronteiras vocacionadas para o bem, mas, ao mesmo tempo, encerram vibrantes sentimentos nacionais.

Nós podemos caracterizar o continente sul-americano com alguns conceitos: baixa densidade demográfica; raízes históricas comuns; enormes assimetrias regionais e sociais; solução pacífica de conflitos – ou seja, todos os conflitos foram conduzidos para soluções pacíficas; bolsões de insegurança urbana; abundância

de recursos naturais; elevado potencial agroindustrial; e distância dos grandes centros de poder mundiais. Mas eu prefiro simplificar isso tudo em quatro conceitos: *i)* assimetrias; *ii)* déficits de soberania; *iii)* precariedade institucional; e *iv)* protagonismos de oportunidade. Vejamos cada um deles.

2.1 Assimetrias

As assimetrias são enormes. Quando nós, brasileiros, olhamos para os Estados Unidos, nós nos impressionamos com o poder daquele país e com o conforto que aquela sociedade tem. A economia americana é sete vezes a economia brasileira, de acordo com o FMI. Mas os senhores e as senhoras têm ideia de quantas vezes a economia brasileira é maior que a boliviana? É 100 vezes. E é também 100 vezes maior que a paraguaia e um pouco menos que isso que a uruguaia. E quantas vezes é maior que a da Argentina? Seis vezes. Então, se nós temos hoje um sétimo da economia americana, a Argentina tem um sexto da nossa. O valor de bolsa da Petrobras, por exemplo, é maior que a economia argentina. Então, há uma monumental assimetria.

2.2 Déficits de soberania

A América do Sul é uma região onde existem também déficits de soberania. O que eu chamo de déficits de soberania? Por exemplo, se a Colômbia não consegue controlar todo o seu território, por conta da presença de forças armadas revolucionárias, ela tem um déficit de soberania. Se nós todos concordamos que as Malvinas são argentinas, e elas são ocupadas pelo Reino Unido, temos aí outro déficit de soberania. Se a Bolívia corre o risco de fracionamento territorial, e nós todos estamos lembrados do problema ali enfrentado recentemente, esse também é um déficit de soberania. Eu tive uma professora de geopolítica chamada Therezinha de Castro, que dizia que a Bolívia é um país com tendências centrífugas, pois já teve seu território reduzido a menos da metade do que já foi. A Bolívia inicial, libertada pelo general Andrés de Santa Cruz, era mais que o dobro do que é hoje. Perdeu o Acre, perdeu territórios para o Peru e o Chile, perdeu também na Guerra do Chaco. E nós ainda lidamos, hoje, com essa tendência centrífuga boliviana.

O Brasil também tem déficits de soberania. Ele está no ainda inconcluso trabalho de ocupação e integração do território nacional. A Amazônia, que representa 62% do nosso território, ainda carece de integração e ainda está disponível para questionamentos e provocações. E também para a presença de [organizações não governamentais] ONGs do bem e do mal e para interesses internacionais. Isso é um déficit de soberania.

2.3 Precariedade institucional

Sobre a precariedade institucional. Há dois anos, eu estava na Argentina a trabalho e as manchetes daquela semana, ainda na época do presidente Nestor Kirchner, tratavam sobre a questão do preço da batata. O presidente da República estava tratando com vendedores de batata sobre a questão da batata. Eu fiquei impressionado e imaginando o presidente [Luiz Inácio] Lula [da Silva] tratando com um vendedor de batatas. Há muitas instituições para fazer isso no Brasil. O presidente está em outro nível de condução da política econômica. E conversei com um amigo diplomata sobre isso, e ele disse que, na semana anterior, havia sido com vendedores de tomates. Isso é um sintoma muito forte da falta de instituições ou de que, se existem, são fracas.

Quando a gente lida com os países sul-americanos, e agora, nesta última reunião de ministros da Defesa das Américas, isso ficou claro, há uma preocupação de utilizar as Forças Armadas para combater o narcotráfico, o tráfico de armas, realizar socorro em catástrofes naturais etc. Agora, se é preciso lançar mão das Forças Armadas para proteger tartarugas marinhas, como se faz em El Salvador, é sinal [de] que não há um órgão ou uma agência do Estado que cuide dessas questões. Isso é uma precariedade institucional típica dos países hispânicos que ainda não conseguiram chegar a um nível razoável de desenvolvimento institucional.

2.4 Protagonismos de oportunidade

Protagonismos de oportunidade. Um discurso inflamado do presidente [Hugo] Chávez [da Venezuela], declarando guerra aos Estados Unidos, ou um discurso inflamado do [presidente boliviano] Evo Morales, declarando também guerra aos Estados Unidos, caracterizam, na minha opinião, uma política de protagonismos de oportunidade. Quando eles têm oportunidade de uma audiência, eles falam alguma coisa. Aquilo tem uma repercussão externa muito séria, mas, na realidade, tanto um quanto o outro estão falando para o seu público interno.

3 O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL

Vamos olhar um pouco o que a gente tem nas mãos: 12% da superfície terrestre está na América do Sul, assim como 6% da população mundial. Já falei de déficit de soberania, mas neste item nós temos um superávit. Temos um superávit de território. A América do Sul é também autossuficiente em energia e tem, ainda, 25% das terras agricultáveis e 25% das reservas de água doce do mundo. Nós temos, também, um enorme superávit nesses tópicos. Esse superávit significa potencial. Essa é a riqueza que nós temos na América do Sul.

E o que o Brasil significa na América do Sul? Significa 55% da população, 47% do território e 58% da economia. Dentro do patrimônio sul-americano,

esse é o patrimônio brasileiro. Hoje, mais da metade da população sul-americana fala, portanto, português. Em 1933, por exemplo, a economia argentina era maior que as economias brasileira e mexicana juntas. Na década de 1950, a economia argentina ainda era maior que a nossa. Na década de 1980, a nossa economia era pouco mais que 30% da economia sul-americana. E hoje, 58% da economia sul-americana é brasileira.

Do território brasileiro, 62% são a nossa Amazônia. Outros 4,5 milhões km² nós ganhamos na Amazônia Azul. Então, a soberania brasileira se estende sobre 13 milhões km². Nós não podemos esquecer dos 4,5 milhões km² sobre os oceanos, que foram recentemente estendidos. O Brasil declarou sua soberania sobre as 200 milhas náuticas. Depois, a Convenção do Mar da ONU permitiu que os países estendessem as suas plataformas continentais até o limite de 350 milhas, desde que conseguissem comprovar, geologicamente, que aquelas áreas são uma continuação de suas plataformas continentais. Então, o Brasil foi à Convenção do Mar, apresentou essas pretensões, e todas foram aprovadas. Restaram duas pequenas áreas que estão ainda para serem definidas.

Na parte terrestre, temos o aquífero Guarani, com 45 mil km³. Agora, foi descoberto o aquífero Alter do Chão, na foz do Amazonas. Ele tem o dobro de água do aquífero Guarani. Apesar de ter menor área, ele tem maior profundidade. E, na Amazônia Azul, está o pré-sal, com reservas ainda não completamente mensuradas. Temos ainda uma economia sofisticada, que vai da produção de grãos a uma produção com alto valor agregado. Na tabela 1, se observa a dimensão das economias dos países sul-americanos.

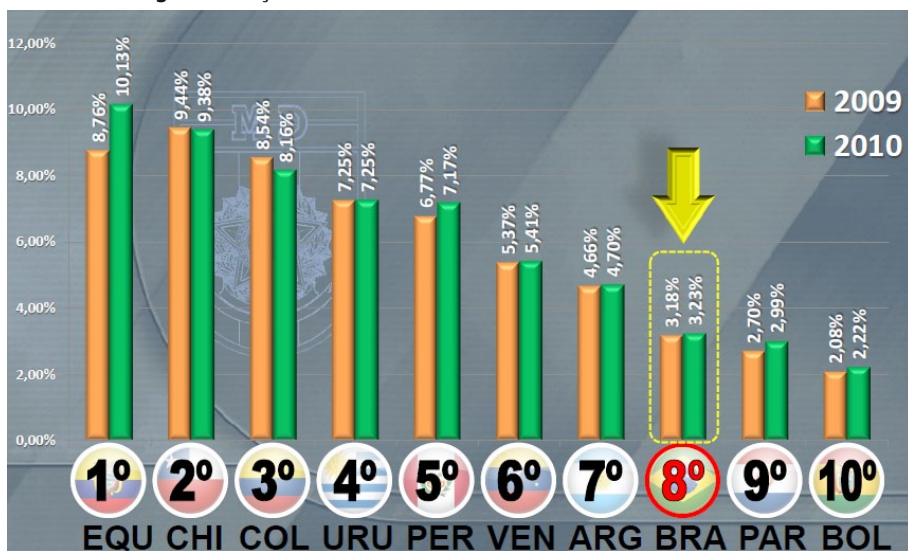
TABELA 1
PIB dos países da América do Sul
 (Em US\$ milhões)

País	2008	2009	%	2010	%
Argentina	328.555	310.065	10,82	344.143	10,39
Bolívia	16.602	17.627	0,62	19.086	0,58
Brasil	1.635.521	1.574.039	54,94	1.910.495	57,70
Chile	170.797	161.781	5,65	196.451	5,93
Colômbia	240.200	228.836	7,99	268.107	8,10
Equador	54.686	57.303	2,00	61.958	1,87
Guiana	1.916	2.024	0,07	2.187	0,07
Paraguai	16.905	14.668	0,51	17.311	0,52
Peru	127.406	126.776	4,43	146.280	4,42
Suriname	3.058	2.962	0,10	3.236	0,10
Uruguai	31.178	31.528	1,10	40.577	1,23
Venezuela	319.443	337.295	11,77	301.012	9,09
Total	2.946.267	2.864.904	100,00	3.310.843	100,00

Fonte: FMI.

Pela tabela 2, se observa o quanto os países da América do Sul investem em defesa em relação ao orçamento nacional. Em termos absolutos, o Brasil está entre os 20 maiores do mundo, mas é importante analisar os dados proporcionais, pelos quais somos o oitavo país em porcentagem de orçamento na América do Sul.

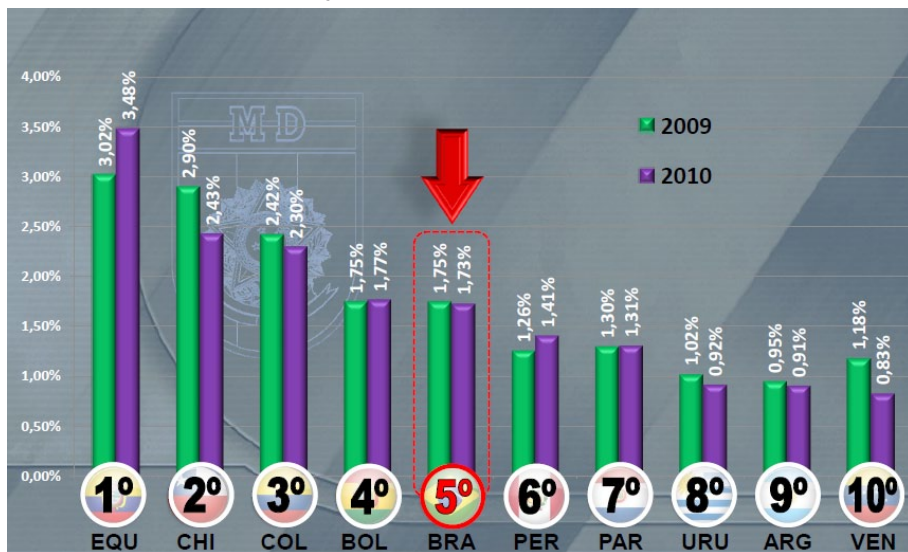
GRÁFICO 1
Porcentagem do orçamento nacional destinado à Defesa



Fonte: Red de Seguridad y Defensa de América Latina (Resdal).

Se nós mudarmos essa porcentagem para a relação com o PIB, conforme se observa na tabela 3, vamos para o quinto lugar. Agora, alguém sabe qual é a média mundial do investimento em defesa em relação ao PIB? É 2,49%. Se o Brasil resolver subir para a média mundial, nós ainda não seremos a maior porcentagem da América do Sul.

GRÁFICO 2
Gastos de defesa em relação ao PIB



Fonte: Resdal.

4 ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Eu queria falar sobre a Estratégia Nacional de Defesa (END). Ela teve os seus conceitos básicos elaborados pelo atual ministro da Defesa, Nelson Jobim, e pelo antigo ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Roberto Mangabeira Unger. Na minha opinião, a grande “sacada” da END foi o vínculo entre o desenvolvimento da defesa e o desenvolvimento nacional. E a finalidade desse vínculo é dar autonomia para o país.

Se nós observarmos o que está acontecendo na área da indústria de defesa depois da END, a gente se impressiona com a quantidade de iniciativas de grandes empresas, as quais estão abrindo estruturas para tratar exclusivamente de defesa. A Embraer, por exemplo, mudou a sua razão social para abrir uma divisão de defesa. Quer ser uma empresa forte nessa área. A Andrade Gutierrez e a Odebrecht também estão investindo na área da defesa. Então, são grandes empresas que estão criando conglomerados de defesa para produzir para a defesa. Isto porque o Brasil vai comprar tudo de que precisa? Não há como. Mas é porque existe uma oportunidade de produzir equipamentos, materiais e serviços de defesa que possam ser exportados e que, também, a gente possa compartilhar, principalmente na América do Sul. Como exemplo, estive em Santa Maria-RS, para onde o Exército comprou carros de combate alemães. Em uma reunião naquela cidade, eu sentei à mesa com o reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),

e ele disse que há demanda por engenheiros que falem alemão. Isto porque os carros de combate trouxeram junto com eles empresas alemãs – associadas com empresas brasileiras – que estão precisando de engenheiros que falem alemão. E, neste momento, o prefeito de Santa Maria está em uma audiência com o ministro Nelson Jobim para tratar justamente disso.

A END definiu três eixos estruturantes: *i)* a reorganização das Forças Armadas, da qual há uma proposta já encaminhada ao presidente da República; *ii)* a reestruturação da indústria de defesa, que vai bem; e *iii)* a composição dos efetivos das Forças Armadas, que é para reforçar o serviço militar e fazer algumas mudanças na sua estrutura. Ela também definiu três capacitações operacionais: *i)* monitoramento e controle do território nacional; *ii)* mobilidade – ou seja, capacidade de mover-se rapidamente para onde for necessário; e *iii)* presença, como complemento à mobilidade.

A END elegeu ainda três setores estratégicos para a defesa: *i)* o cibernético; *ii)* o espacial; e *iii)* o nuclear. O cibernético é importante por ser transversal para todos os objetivos; o espacial, porque não há forma de controlar e monitorar sem satélites; e o nuclear porque ele é a propulsão dos submarinos nucleares. Por que a gente precisa de um submarino nuclear? Pela capacidade que ele tem de movimentar-se com velocidade – ele tem quase seis vezes a velocidade de um submarino convencional – e pela desnecessidade de subir para recarregar as suas baterias. Tanto o submarino nuclear quanto o submarino convencional possuem propulsão a bateria. São grandes baterias voltaicas que, no caso do submarino convencional, são carregadas por motores a *diesel*. Então, a cada 12 horas, os submarinos convencionais têm de subir e levantar um *snorkel* para conseguir aspirar ar e fazer funcionar o motor. O motor funciona por meia hora para carregar as enormes baterias – 500 quilos, cada uma –, desligando-se o motor em seguida e submergindo novamente. Essa é uma enorme vulnerabilidade e tira, também, a sua velocidade. No caso do submarino nuclear, existe um recorde de permanência embaixo d'água que é de uma tripulação americana, o qual foi de seis meses. O limite é o suprimento de comida e água que seja possível levar e a fadiga da tripulação. Mas três ou quatro meses são prazos bastante praticáveis pelos países que têm submarinos nucleares. Se nós temos 4,5 milhões km² no mar, nós teremos de ter uma capacidade enorme de navios, a qual, contudo, pode ser suprida pelo submarino nuclear. Qual é o grande segredo de ter esse submarino? Não existe tecnologia ainda que o detecte. Então, o submarino nunca vai denunciar onde está. Consequentemente, qualquer ponto em que esteja um aventureiro é arriscado, porque ali pode ter um submarino. Os mais velhos lembram, certamente, da Guerra das Malvinas. Uma das primeiras medidas que os ingleses anunciaram foi a presença de um submarino nuclear no Atlântico Sul. A Marinha argentina não saiu mais dos portos e não conseguiu manter o suprimento logístico para as

Malvinas. O Cruzador Belgrano, quando tentou, foi afundado, resultando na morte de centenas de marinheiros argentinos.

5 O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO

O Brasil vem tomando, historicamente, várias iniciativas de integração na América do Sul. Nós tivemos a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e, mais recentemente, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), com o filho mais novo sendo o CDS.

Nós podemos ter duas atitudes em relação a uma região na qual somos o maior país e na qual, além disso, há a tendência de que a assimetria aumente. A economia argentina tem problemas, a economia venezuelana tem problemas e a nossa economia, até aqui, vai bem. E nós esperamos que continue indo muito bem. Nós podemos, então, ter duas atitudes: atitudes generosas de cooperação, tentando induzir nesses países o desenvolvimento e buscar integrá-los ao desenvolvimento brasileiro, ou, então, nós podemos nos descolar deles, como fizemos por quase quatro séculos. E, assim, nós vamos crescer sozinhos na América do Sul. Parece-me, contudo, que esta última não é a melhor solução. Em função de termos uma extensa fronteira, nós corremos o risco de ter dez “Méxicos” na nossa fronteira. Se a nossa atitude for parecida com a americana, pode ser que tenhamos de construir um muro na fronteira com o Paraguai. Então, a possibilidade que resta é integrar.

O CDS tenta, então, criar condições para que a gente concerte uma posição de defesa para a América do Sul. Uma coisa é o Brasil estar sozinho em um fórum, outra coisa é a força da América do Sul com uma posição concertada. Uma posição concertada tem a grandeza de não ser, necessariamente, aquela que eu quero, mas é a que reforça o meu interesse porque é a que todos querem. Por meio do CDS, podemos também compartilhar a produção e o mercado de produtos de defesa. A Embraer, por exemplo, está lançando um novo avião de transporte, o KC-390, que vai substituir os famosos Hércules C-130. Já foi assinado um contrato com o Chile, que vai produzir a cauda e alguns outros componentes do avião. Já foi assinado um contrato também com a Colômbia, que não vai produzir, mas que vai dar dinheiro para o desenvolvimento do projeto. O ministro da Defesa assinou, recentemente, um contrato com a Argentina, para eles produzirem peças para a Embraer em troca da revitalização da fábrica de aviões em Córdoba. Essa foi uma das decisões erradas que a Argentina tomou. Era uma fábrica de aviões que foi vendida para a Lockheed Martin. A Lockheed sucateou a empresa, e eles perderam a tecnologia. Eles querem levantar a empresa novamente e há a oportunidade de fazer isso por intermédio da ajuda da Embraer. Estamos também produzindo

veículos terrestres junto com a Argentina e embarcações junto com a Colômbia. Com isso, ampliamos o mercado para a nossa base industrial de defesa e trazemos algum tipo de desenvolvimento para esses países. Estas são, então, as duas grandes vertentes do CDS: concertar posições comuns e auxiliar no desenvolvimento industrial e econômico desses países.

Existe outra tarefa que é essencial. Ela tem a ver com aquilo que eu chamei de precariedade institucional. Como eu sou militar, houve um fato que me chamou atenção. O presidente Fernando Lugo, do Paraguai, desde que assumiu, já trocou quatro vezes a cúpula militar. Isso é um indício de que alguma coisa não está bem. Não necessariamente vai haver algum golpe, mas isso é um indício de que a relação civil – militar não está institucionalizada. A Venezuela também tem seus problemas e a Argentina também. O único país da América hispânica que não tem esse tipo de problema é o Chile, onde tanto as instituições militares quanto as relações entre Forças Armadas e sociedade, e entre Forças Armadas e governo, têm um marco legal muito nítido. Isso não acontece no Paraguai, no Uruguai, na Argentina, na Venezuela ou na Bolívia.

Se essas relações não dispõem do devido marco legal, o estamento militar será sempre um foco de instabilidade política. Então, talvez a mais importante função do CDS seja ajudar os países a encontrarem um modelo que defina claramente um marco legal para o tema, institucionalizando as suas instituições militares e as relações que elas têm de ter com o governo e a sociedade. Se o presidente de um país pode, por uma simples decisão imperial, trocar todos os oficiais-generais, como no caso do Paraguai, ele pode demais. Se um comandante de um Exército declara que o seu Exército é socialista e anticapitalista, ele adotou uma posição político-partidária. Essa é a pior receita que existe para a democracia. Imagine se a Força Aérea da Bolívia dissesse: “nós não somos socialistas”. Como é que ficaria? Ou se eu vier para cá para criticar um governo legítimo no Brasil. Eu, como cidadão, voto em quem eu quiser. Mas eu, representando uma instituição, não tenho esse direito, e a própria instituição também não tem esse direito. As Forças Armadas são um instrumento do Estado, fora das paixões político-partidárias. O governo pode decidir que o Exército, por exemplo, vai reconstruir a BR-116. Mas o projeto político-partidário da aliança que está no governo não está disponível para o Exército, a Marinha ou a Força Aérea. Isso é fonte de instabilidade, e esse é um dos caminhos importantes que o CDS tem de trilhar. Aqueles que tiverem curiosidade podem acessar a página do Ministério da Defesa, encontrando ali as palavras do ministro Nelson Jobim na Conferência dos Ministros de Defesa das Américas. Há algumas opções bastantes claras, como a necessidade de institucionalização e a necessidade de separação clara das tarefas de defesa e segurança.

Tudo isso que eu falei é estratégico. O CDS é uma iniciativa brasileira. Foi uma iniciativa do presidente Lula, feita em um discurso e implementada a partir daí pelo ministro Jobim, que percorreu todos os países da América do Sul para conseguir criá-lo. Tudo visando ao país daqui a duas, três ou quatro gerações. É para garantir que as gerações dos nossos filhos, dos filhos deles, dos netos e bisnetos dos filhos deles, e dos netos e bisnetos dos netos deles tenham autonomia para desfrutar deste país. Para garantir que este país, como nós o entendemos hoje, vai avançar e melhorar. Com autonomia responsável e generosa, mas com autonomia. Muito obrigado.

RODADA DE PERGUNTAS

PERGUNTA

Pergunta ao ministro João Mendes [Pereira]. No caso do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), os recursos no ano passado foram por volta de US\$ 100 milhões. O Banco do Sul vai ter um aporte de US\$ 20 bilhões em dez anos, isso com a participação de todos os países. Contudo, no ano passado, somente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram R\$ 170 bilhões de desembolso. Então, na sua opinião, nos casos do Focem e do Banco do Sul, o elemento simbólico – ou seja, o fato dos países conjuntamente estarem financiando os investimentos – não é mais importante do que a dimensão propriamente financeira?

JOÃO MENDES PEREIRA

Acho que você tem absoluta razão. Como exemplo, na semana passada, eu estava em uma reunião para tratarmos das regras operacionais do Banco do Sul e, mesmo para os técnicos, essa dimensão ainda não é muito definida. Mas ela é fundamental. Por quê? Eu falei, por exemplo, que de financiamentos só do BNDES são cerca de US\$ 10 bilhões. O Focem é muito pequeno. O ideal seria que ele tivesse pelo menos dez vezes os recursos que tem. E em relação ao Banco do Sul, não há de se ter uma expectativa de que ele vai chegar e financiar uma obra grande. O importante é que ele possa ter recursos mais substanciais, mas, ao mesmo tempo, que possa trazer um “selo de qualidade”. Como exemplo, vamos supor um projeto de um corredor ferroviário que está em construção e no qual se tenha de fazer 250 quilômetros de malha ferroviária no Paraguai. Se conseguimos, de alguma maneira, trazer recursos do Banco do Sul para esse projeto, traz-se também um comprometimento dos governos do Brasil, do Paraguai, da Argentina e do Chile, um selo de qualidade política que um financiamento puro e simples não terá e que, inclusive, gerará algumas desconfianças, como aquela do suposto subimperialismo brasileiro, que ouvimos muito. Retira-se essa dimensão contaminada e constrói-se mais confiança, e isso, muitas vezes, é mais importante que o próprio recurso. Então, eu acredito que os recursos do Focem e do Banco do Sul não serão majoritários em um processo de financiamento da integração. Mas eles são aportes de confiança com os governos, que acabam gerando uma dinâmica muito positiva para trazer dinheiro privado e de outras agências a custos muito mais acessíveis.

PERGUNTA

Ao ministro João Mendes. Do ponto de vista do governo brasileiro, em que medida o projeto do Banco do Sul se complementa ao da União de Nações Sul-Americanas?

PERGUNTA

São duas perguntas sobre a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana [para o ministro João Mendes]. A primeira é como o senhor avalia a perspectiva de vinculação institucional entre ela e o Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul. A outra pergunta é a seguinte: não há concorrência de corredores de transporte em alguns casos? Como exemplo, há o caso da ferrovia que sai do Brasil, passa pela Bolívia e vai até o Pacífico; e [de] outra ferrovia que sai do Brasil, passa pelo Paraguai e vai também até o Pacífico. Elas não concorrem entre si?

JOÃO MENDES PEREIRA

A Corporação Andina de Fomento é uma instituição que tem financiado – e muito bem – vários projetos de integração. Se você me permite, com toda liberdade, eu gostaria de dar a minha opinião, sem comprometer assim a opinião do governo. Eu acho que a CAF é uma das instituições mais importantes para o financiamento da região. Ela tem um *rating* excelente e é fundamental no processo de integração, mas padece de alguns vícios por ser quase uma agência nos moldes tradicionais. Há aspectos de morosidade na liberação de financiamentos, e, muitas vezes, ela não tem a dimensão política que os governos desejam atribuir a determinadas obras, consideradas mais importantes. Ela atua quase sempre como um banco, mas com pouco viés na dimensão mais política. O Banco do Sul procura trazer uma dimensão de maior agilidade no financiamento às obras de infraestrutura, mas sempre mantendo a ideia da boa governança, já que não se organiza um banco para falir. No início, isso vai demorar um pouco. Porque, para chegar ao nível de montar regras operacionais que lhe permitam ser mais ágil na liberação de recursos, demora-se um pouco. Mas a ideia é que ele seja mais célere na análise e na liberação de recursos e, sobretudo, que traga essa dimensão que eu procurei defender na resposta à primeira pergunta, o de haver um selo de qualidade de envolvimento dos países. Porque nos financiamentos da CAF e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, por mais meritórios que sejam, o selo de qualidade que o país tem é muito distante. Vê-se a figura dos bancos, mas não [a] dos países. O Banco do Sul nasce com essa perspectiva mais política. Sem perder o sentido de uma boa governança que deve ter um banco, ele procura trazer essa percepção de tratar com mais celeridade aqueles projetos que nós consideramos mais fundamentais.

Farei um gancho para a pergunta seguinte. Qual é a avaliação que eu faço da IIRSA? Aqui, também, eu assumo toda a responsabilidade pelo que vou dizer, um pouco como acadêmico e um pouco como diplomata. Eu fiz uma tese no Itamaraty sobre a IIRSA como um instrumento da política brasileira na América do Sul, avaliando-a de 2000 até 2004. A minha conclusão é que eu sou a favor da

IIRSA, mas não de qualquer IIRSA e muito menos da IIRSA que está em vigor hoje. O que eu acho muito positivo na IIRSA? Ela permitiu uma discussão entre as principais agências técnicas governamentais dos países durante dez anos, possibilitando montar uma carteira de 514 projetos da qual dificilmente se fugirá. Ela ajudou também a montar um diálogo em torno de uma metodologia de trabalho e ajudou tremendamente na questão do planejamento de longo prazo. Mas a IIRSA, quando foi concebida pelos presidentes, veio com a ideia de que seria uma solução para o problema do financiamento das obras. Lembremos que, nos anos 1990 e no início dos anos 2000, os países sul-americanos estavam em uma conjuntura macroeconômica muito difícil, inclusive no Brasil. Nós não tínhamos “bala na agulha” para financiar esses grandes projetos na dimensão que se pensa atualmente. Então, havia uma expectativa de que a IIRSA trouxesse, de certa forma, um selo de qualidade para o financiamento, sobretudo com recursos do BID, da CAF e do [Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata] Fonplata. Alguém me explique o que significa o termo selo de qualidade? Para mim, é a “grana”. Não preciso que me digam que este ou aquele é um bom projeto. Mas a IIRSA trazia consultores que nos diziam como o projeto deveria ser. Para ter-se um projeto financiado, os consultores impunham sua decisão sobre ele, já que diziam que determinado país já havia atingido o nível de endividamento, não poderia pegar mais empréstimos e que não poderia se endividar mais, por inúmeras justificativas. Vinham, assim, com uma estrutura de financiamento tradicional. Dessa forma, é inviável. Não precisamos que alguém de fora nos diga o que fazer com nosso dinheiro. Esse é o grande mal de que padeceu a IIRSA, uma maneira externa de conceber o que tem de ser feito internamente na América do Sul. Isso, de uma certa maneira, levou os países a repensarem esse modelo.

Existe também uma série de outras críticas. Por exemplo, a de que a IIRSA foi montada em torno de eixos de integração que visavam unicamente à exportação de *commodities*. Primeiro, eu acho essa uma avaliação um pouco reducionista. Não me consta que a exportação de *commodities* seja um mal total, ao contrário. Se não estivéssemos exportando *commodities*, o Brasil estaria em uma situação muito complicada, assim como estão outros países. Segundo, ela teve esse lado de metodologia e planejamento que foi muito útil, mas efetivamente padeceu na ideia de um maior desenvolvimento para a região. Hoje, com o conselho, tentamos repensar um pouco essa noção. É natural que, se há uma região produtora de minérios, e estes têm uma válvula de escape na exportação, e não só no seu beneficiamento interno, façamos a exportação. Mas é importante trazer desenvolvimento para a região.

Isso pode, de alguma maneira, aparecer como uma ingerência indevida dos governos nos projetos. Eu discordo. A participação dos governos e a noção de planejamento são fundamentais. Ela não é contraditória com a ideia de você ter vários tipos de corredores. Quanto mais corredores rodoviários e ferroviários

tivermos, mais linhas de ligação entre o Atlântico e Pacífico, melhor. Essa noção é válida também na concorrência entre modais. Se o modal ferroviário pelo Paraguai se mostrar mais viável que o rodoviário pela Bolívia, melhor. É importante haver um grande conglomerado, como a Odebrecht, mas também a participação de todas as empresas construtoras. Essa concorrência é muito saudável. Claro que existem algumas áreas estratégicas que necessitam de um olhar mais próximo do Estado, em que a indução governamental tem uma importância grande. Produzir aviões da Embraer não é tão simples como produzir calçados em Franca. Existem vários componentes estratégicos importantes para o país que demandam uma análise mais atenta do Estado, permitindo que essa estrutura seja cada vez mais valorizada. Nesse sentido, eu acho que a concorrência é boa. E algo muito importante, talvez, nas ações que temos defendido, é que possamos ter não só uma ideia do que fazer de obras visíveis, mas também uma noção muito clara do mapa geológico dos países. Quando se consegue identificar o que há em cada lugar, muitas vezes é possível poupar recursos. Em um local onde haveria uma rodovia, talvez seja mais viável fazer uma ferrovia. Às vezes, consegue-se coordenar as diferentes camadas do que é necessário em termos da infraestrutura. Essa percepção tem de ser extrapolada para o nível continental para que se tenha uma noção clara não só do Brasil, mas [também] dos outros países. O que se produz, onde se produz e em que condições? Não digo aqui que seja produzido gás em apenas um país. Mas devemos ver qual é o potencial de cada região e a melhor solução de transportes. Assim, é claro, não se deve ficar circunscrito, na malha logística, a uma única alternativa.

Especificamente sobre as duas ferrovias, não sou engenheiro e não poderia informar, tecnicamente, uma resposta de como está sendo concebida essa questão. Mas este é certamente um dos elementos que levamos em consideração quando nos reunimos com grupos técnicos. Nisso, também, há um trabalho grande de convencimento de determinados países. Não se pode, de antemão, tirar o direito ou a vontade dos países de fazerem os projetos. Por exemplo, um dos grandes projetos atuais do Uruguai é a construção de um porto de águas profundas em La Paloma, a cerca de 300 quilômetros do porto de Rio Grande. Poderíamos, no primeiro momento, afirmar que são projetos concorrentes. Não seria melhor só ampliar o porto de Rio Grande? Essa análise tem uma dimensão técnica e uma dimensão política. Trata-se de um projeto de dois países e que é, também, um dos principais projetos do governo Mujica. Se for feita uma análise muito preliminar, diríamos que são concorrentes e que o novo porto não vale a pena. Mas, hoje em dia, quem pode assegurar que não seja necessário, em função do pré-sal, ter vários portos para o escoamento da produção? E que, além disso, se tenha não apenas uma indústria naval brasileira, mas também uma indústria naval argentina e uruguaia para a produção e o reparo de pequenos navios? As necessidades surgidas em

função do pré-sal geram um potencial de construção de infraestrutura enorme. Tudo tem de ser analisado com muito cuidado. Da mesma forma, a questão das ferrovias na Bolívia e no Paraguai. Do ponto de vista do escoamento, talvez essa sua dúvida tenha fundamento. Por outro lado, pode-se, por exemplo, através de um mapeamento geológico, identificar que existe um nicho de produção mineral de lítio (para a produção de baterias), o qual certamente vai dirigir estrategicamente a posição da Bolívia nos próximos anos, já que o país tem mais de 70% das reservas mundiais. Digamos que isso esteja muito próximo ao eixo de influência da ferrovia que passa pela Bolívia e que o eixo do sul do Paraguai tenha a ver mais com o escoamento de soja daquela região. São duas ferrovias, mas que podem trabalhar com concepções e estratégias diferentes. Não digo que deva ser assim. Trago apenas uma série de elementos que procuramos colocar nas discussões para mensurar o que é válido e o que não é. Essa matriz de análise é muito complexa e, evidentemente, questões técnicas como essa são elementos que precisam ser levados em consideração, mas de uma maneira sempre modular, porque nem tudo que é técnico é necessariamente perfeito e bom. A noção de planejamento é essencial, e isso implica uma dimensão política.

PERGUNTA

Pergunta ao general [Sérgio Westphalen] Etchegoyen. Sobre o processo de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, a ideia de sua criação partiu de onde? Ele foi um processo bastante rápido. Qual foi a mudança de cenário para que fosse possível a sua criação? Além disso, o senhor tinha mencionado algumas atividades de cooperação militar do Brasil com os países vizinhos. Essas atividades foram desenvolvidas, tradicionalmente, mediante iniciativas das próprias Forças Armadas. Elas passam agora, com o CDS, a fazer parte de um conjunto de ações de política externa?

SÉRGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

A decisão [de criação do CDS] veio, precisamente, da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A política externa tem pelo menos duas vertentes: a diplomacia e as Forças Armadas. Mas o que havia na América do Sul era um vazio. A relação da América do Norte com a América do Sul é tão forte que ela provocou uma atração que, por muitos anos, impediu a aglutinação dos países sul-americanos.

O CDS foi uma obra de convencimento do ministro Nelson Jobim, feita junto com diplomatas brasileiros. Ele não faz uma viagem internacional sequer sem que haja diplomatas com ele. O Itamaraty tem um responsável pela área militar que acompanha o ministro. Houve encontros do ministro com quase todos os presidentes, chanceleres e ministros da Defesa da América do Sul. Foi uma corrida

para que a gente tivesse logo algum instrumento e a América do Sul, assim, pudesse se posicionar conjuntamente em fóruns internacionais.

Sobre a cooperação, quando se criou o Ministério da Defesa, foi criada a Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, voltada para atividades dessa natureza. Ela teve de assumir a coordenação de todas as atividades de cooperação militar, centralizando as ações e criando um canal permanente com o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Hoje, por exemplo, mais da metade dos comandantes de Exército na América do Sul fizeram algum curso no Brasil.

PERGUNTA

Como o senhor [general Etchegoyen] acha que se pode fortalecer a institucionalização das relações civis – militares na América do Sul? Isso é parte de uma cultura política enraizada ou é algo que pode ser mudado?

SÉRGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Na América do Sul, de forma geral, a precariedade institucional é muito grande. O fato de um Exército não cuidar para que suas forças não sejam politizadas e para que o critério de promoção seja exclusivamente o do mérito acaba por criar problemas para ele.

Se eu depender do meu alinhamento ideológico para progredir na carreira, eu vou me alinhar. Imagine se eu dependesse do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para ser general. Eu teria me alinhado com o José Serra e levaria alguém comigo, e a eleição da presidente Dilma teria criado uma cisão nas Forças Armadas. Haveria nas Forças Armadas aqueles cujas carreiras dependeriam do José Serra, aqueles cujas carreiras dependeriam da Marina Silva e aqueles cujas carreiras dependeriam da Dilma Rousseff. Alguns ficariam satisfeitos, visto que a vitória de um desses candidatos, provavelmente, iria “turbinar” a sua carreira, enquanto os outros ficariam insatisfeitos e torcendo para que um dos outros entrasse no lugar do que venceu. Isso seria, indiscutivelmente, um foco de instabilidade. Não pode ser assim. Não se pode entregar uma arma para um cidadão e esse cidadão ter o direito de usar aquele instrumento contra a vontade da sociedade, ao sabor de preferências políticas, partidárias e ideológicas pessoais.

O que a gente faz é tentar vender essa ideia para os outros países; só que isso tem de ser feito de forma cuidadosa. Fazendo uma caricatura, vamos supor que um americano vai lhe dar dinheiro para você cortar o cabelo, mas ele vai dizer que você vai cortar o cabelo em um lugar específico, de uma certa forma e, também, quantas vezes você vai cortar o cabelo por mês. Isso não vai resolver o problema. As nacionalidades são fortes. O que temos de fazer é um trabalho de convencimento, com intercâmbios de instrutores, por exemplo. Citando um caso

específico, eu fui à Bolívia há cerca de três anos, e o comandante do Exército da Bolívia queria aprender como a gente fazia para evitar as indicações nos concursos de acesso às escolas de formação militar – ou seja, como garantir que o resultado do concurso fosse apenas pelo mérito. Passei lá dois dias e não consegui fazê-los entender. São essas precariedades que você encontra. Encontra, por exemplo, um mandamento constitucional do serviço militar e uma portaria do comandante de força regulamentando a conscrição, mas não há uma lei e não há um regulamento da lei. Ocorre, por exemplo, de se cercar um estádio de futebol, e todo mundo que sair daquele estádio e tiver menos de 25 anos e ainda não tiver servido vai servir.

PERGUNTA

Eu queria saber [do general Etchegoyen] como os países sul-americanos de maior peso, como Colômbia, Venezuela e Argentina, veem a questão do assento permanente do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas? Isso já foi discutido no CDS?

SÉRGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Não sei se foi tratado no CDS. Acredito que não. Quanto ao apoio, isso depende do país. O problema maior é [o] da Argentina, onde ele se concentra na chancelaria. O Ministério da Defesa da Argentina acha que a Argentina tem de apoiar o Brasil, mas quando isso passa para a chancelaria, ela não aceita.

PERGUNTA

Como o senhor [general Etchegoyen] vê a questão indígena no Brasil e a demarcação de grandes reservas nas fronteiras?

SÉRGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Se o Estado não puder operar nas reservas indígenas e se elas tiverem alguma pretensão de autonomia, isso é um déficit de soberania. Pela lei brasileira vigente, contudo, não há essa possibilidade. As Forças Armadas, hoje, têm poder para operar em qualquer área dentro do território brasileiro independentemente de qualquer autorização. Isso foi colocado na lei recentemente, após a súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) na decisão sobre a Raposa Serra do Sol. Isso foi trazido para a lei que regula o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Sobre a questão das terras indígenas nas fronteiras, há uma região que eu conheço bastante, na fronteira com o Paraguai, onde vivem os índios Guarani Kaiowá. Eles são índios coletores e, como a fronteira é seca, eles transitam de um lado para o outro. Além disso, a família Guarani Kaiowá não tem a distinção entre irmãos e primos. Uma visita de família dura, assim, três, quatro ou cinco

meses. Como as comunidades perpassam as fronteiras de um lado para o outro, isso traz alguns problemas, mas que são de ordem policial, embora sejam sérios.

É preciso muita atenção para a questão indígena. Preservar a cultura indígena apenas para satisfazer pesquisadores não é o caminho certo. Se eu fosse um índio, eu gostaria que meu filho fosse para a universidade.

PERGUNTA

O ministro da Defesa fez, recentemente, algumas declarações expressando sua preocupação sobre as atividades da [Organização do Tratado do Atlântico Norte] OTAN no Atlântico Sul. O senhor [general Etchegoyen] vê o CDS e as declarações sobre a OTAN no Atlântico Sul como ações anti-hegemônicas?

SÉRGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Uma coisa que eu acabei não falando, mas que é muito importante, é que o CDS não é uma aliança militar. Ele é um órgão de concertação de posições que interessam à defesa dos países sul-americanos. Acontece que a OTAN está revendo as suas diretrizes estratégicas. O parágrafo 15 das Diretrizes Estratégicas daquela aliança amplia o papel da OTAN, permitindo-a atuar em qualquer parte do mundo, particularmente nas questões energéticas. Isso não sugere nada? Isso dá uma liberdade monumental para a OTAN. E é importante que a gente deixe muito claro que isso é desconfortável para nós. E foi o que o ministro Nelson Jobim fez, afirmando que isso invade a nossa soberania. Também há outros pontos interessantes. A Espanha, por exemplo, está patrocinando a criação da Iniciativa da Bacia do Atlântico, promovendo a integração do Atlântico Norte, do Atlântico Central e do Atlântico Sul. Portugal aderiu a isso com algum entusiasmo. Mas a questão é que foi o Atlântico Norte que se deslocou do resto do Atlântico quando a OTAN foi criada.

O maior peso da OTAN são os Estados Unidos. Se eles saírem, a OTAN acaba. Em função disso, a tentativa de inclusão do Atlântico Sul na estratégia da OTAN remete a um problema. Lembra que eu falei do tratado que gerou a Convenção do Mar? Os Estados Unidos não são signatários. Do ponto de vista deles, a proposta é que eles não assinem a Convenção do Mar, mas que, ainda assim, reforcem a sua presença no Atlântico Sul. Não faz sentido. Eu estive nos Estados Unidos com o ministro Nelson Jobim, e um dos temas debatidos foi justamente esse. Ali foi dito claramente que, enquanto os Estados Unidos não aderirem à Convenção do Mar, não há discussão sobre a presença dos Estados Unidos no Atlântico Sul.

Além disso, há a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) e o Atlântico Sul é também uma zona livre de artefatos nucleares. O Brasil e vários outros países assinaram ainda o Tratado de Tlatelolco, que colocou a América

Latina como uma zona livre de armas nucleares. A OTAN possui potências nucleares. Interessa-nos ter esses países no Atlântico Sul? A Rússia também está na região, junto com a Venezuela; a França tem a Guiana Francesa; o Reino Unido mantém as Malvinas e várias ilhas formadas pelos picos da cordilheira mesoatlântica; e a China está em todas as esquinas vendendo algum produto. Ou seja, as cinco potências nucleares estão próximas.

Ainda assim, a atitude mais saudável não é sair dizendo: “*yankees, go home*”. A atitude que devemos ter é fortalecer o Brasil. Do ponto de vista americano, o que eles fazem é legítimo. Quem no mundo já dividiu o poder gratuitamente? Ninguém. Não se divide o poder. O que estamos então fazendo no Atlântico Sul? Demarcamos a nossa plataforma continental, ajudamos o Uruguai e a Argentina a demarcarem a deles. Demarcamos também a plataforma continental da Namíbia e estamos ajudando Angola a fazer o mesmo, de maneira que, do Atlântico Sul, a gente avance em direção ao centro do Atlântico.

E aquilo que não é soberania de nenhum país é chamado pela Convenção do Mar de Área. Nessa área, qualquer país ou empresa pode pedir direitos de exploração para a ONU, ganhando, assim, determinado espaço para explorar os fundos marítimos, os quais podem conter sulfetos polimetálicos, crostas cobaltíferas e nódulos polimetálicos. Na Elevação do Rio Grande, já existem pesquisas sendo feitas por alemães e ucranianos. Ora, tal exploração vai redefinir linhas marítimas, vai definir compromissos de salvaguarda, assim como uma série de outros pontos que interessam a gente. Quem tem de discutir isso são os países da Bacia do Atlântico Sul.

Isso também representa projeções sobre a Antártica. Chile e Argentina, por exemplo, possuem pretensões territoriais sobre a Antártica que se sobrepoem à pretensão inglesa. No Chile, por exemplo, já há crianças nascidas na Antártica, constando como local de nascimento o Território Chileno Antártico.

PERGUNTA

O senhor [general Etchegoyen] falou que alguns conglomerados brasileiros, como a Andrade Gutierrez e a Odebrecht, estão criando divisões para a área de defesa. Quais as garantias e as formas de fomento que o Ministério da Defesa criou para incentivar essa indústria? Os casos da construção do submarino nuclear e do projeto F-X tiveram algum marco regulatório?

SÉRGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Existe um projeto de lei que reestrutura a política da indústria de produtos de defesa, criando, basicamente, dois tipos de empresa e propondo, além disso, deveres e obrigações. Esse projeto está sendo discutido no Congresso [Nacional].

O projeto do submarino nuclear com a França significa a construção de 20 submarinos convencionais e seis submarinos nucleares até 2045. O que está sendo feito na França? Apenas a proa do primeiro submarino convencional. O resto desse submarino e todos os outros serão construídos por estaleiros no Brasil, em associação com empresas francesas. O Exército assinou um contrato para adquirir 2.044 blindados sobre rodas. Ele produziu e licitou o projeto, e a Fiat/Iveco, que tem experiência nesse ramo, fez uma planta grande em Sete Lagoas-MG, o que já está provocando a ampliação das atividades de várias outras empresas. No projeto do F-X, as empresas estrangeiras têm de se associar com empresas brasileiras e, no caso dos helicópteros, foi montada uma fábrica em Itajubá-MG, para a qual se reservam os mercados brasileiro, sul-americano e sul-africano.

PERGUNTA

Quais países, na sua opinião [general Etchegoyen], renderiam boas parcerias para o Brasil?

SÉRGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Eu já visitei diversos países: Índia, Rússia, China, Ucrânia, entre outros. Mas, em minha opinião, o país hoje mais “arrumado” para a gente fazer um “jogo de ganha-ganha” é a Turquia. Temos muita tecnologia que eles não têm, e eles têm muita tecnologia que não temos. Jogar com os Estados Unidos, vamos jogar para perder; jogar com a China, vamos jogar para perder; jogar com a Índia, vamos ter de “suar muito a camisa” para empatar. Jogar com a Turquia é uma boa oportunidade. Eles têm muita tecnologia na área de comunicação e controle e têm o maior Exército do mundo depois do russo. São 400 mil homens só no Exército, e é a ponta de lança da OTAN. A Odebrecht, por exemplo, já descobriu isso.

PARTE 5

AMAZÔNIA: ASPECTOS ESTRATÉGICOS

25 DE NOVEMBRO DE 2010

BRASÍLIA - DF

ABERTURA

RODRIGO FRACALOSSO DE MORAES*

Bom dia. Agradecemos a presença de todos que se interessaram em participar desta oficina, a qual tem como objetivo discutir a Amazônia. Dois aspectos serão debatidos. O primeiro é a percepção dos países amazônicos sobre a importância dos territórios amazônicos que estão sob sua soberania, a ser analisada pela professora Adriana Aparecida Marques. Sabemos da importância estratégica que a Amazônia tem entre os militares brasileiros, mas fica sempre a pergunta de como o tema é tratado nos outros países que também são amazônicos. Isto é importante, entre outros motivos, para avaliar as possibilidades de cooperação com estes países no enfrentamento de problemas comuns, como o desmatamento, a poluição dos rios e o tráfico de drogas, armas e animais silvestres. O segundo tema é o monitoramento e a proteção da Amazônia, cuja exposição será do diretor-geral do Censipam [Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia], Rogério Guedes Soares, que abordará, sobretudo, os trabalhos que têm sido desenvolvidos no âmbito do Sipam [Sistema de Proteção da Amazônia]. Passo a palavra, então, à professora Adriana.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

PERSPECTIVAS DOS PAÍSES AMAZÔNICOS SOBRE A AMAZÔNIA

Adriana Aparecida Marques*

1 INTRODUÇÃO

Boa tarde a todos. A comunicação que eu vou apresentar é baseada em algumas pesquisas que venho desenvolvendo nos últimos anos, nas quais tento mapear o que pensam os militares dos países amazônicos sobre os problemas de segurança e defesa na região. Lembrando um comentário do prof. Hervé Thery, feito no último Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, nós brasileiros temos o hábito de dizer que a Amazônia é nossa; sim, a Amazônia brasileira é nossa, mas a Amazônia não é só brasileira – ela também é peruana, colombiana, boliviana, equatoriana, francesa etc.

No caso brasileiro, sabemos que a Amazônia ocupa um lugar de destaque no imaginário militar e que, desde meados da década de 1980, quando se arrefeceram as antigas rivalidades estratégicas entre o Brasil e a Argentina, aumentaram as preocupações militares com as fronteiras amazônicas. Há, desde então, um movimento de transferência de unidades militares das fronteiras sul-sudeste para a fronteira norte e a implementação de projetos governamentais voltados para o desenvolvimento, a proteção e a defesa militar da Amazônia, como o Programa Calha Norte e o Sivam/Sipam (Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia).

Sabemos também que a Amazônia, para os militares brasileiros, representa um ponto de contato entre as ameaças de segurança e as de defesa ou, dito de outra forma, entre as novas ameaças, como os crimes transnacionais, o tráfico de drogas, a degradação ambiental, a ação de atores armados não estatais etc. e as ameaças clássicas, como as disputas fronteiriças Equador/Peru, Guiana/Venezuela, e também a cobiça dos países ricos sobre a Amazônia.

Em geral, contudo, damos pouca atenção para o que os nossos vizinhos amazônicos pensam sobre essas questões. Quando eu comecei a pesquisa de pós-doutorado sobre as percepções dos militares dos países amazônicos a respeito das questões de segurança e defesa na região, a minha hipótese inicial era de que a preocupação com a Amazônia era maior entre os brasileiros e que a percepção

* Doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP).

de que os países ricos cobiçam a região também era uma particularidade brasileira. Mas, entrevistando os militares dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e também com base na bibliografia que eu consultei sobre o tema, as minhas impressões iniciais mudaram. A ideia de que os países ricos cobiçam as riquezas naturais da Amazônia é muito arraigada entre os militares de todos os países membros da OTCA. Todos acreditam que os países ricos, de alguma forma, cobiçam as riquezas naturais da Amazônia. O que muda é a natureza da cobiça. A França, que tem um departamento ultramarino no norte da Amazônia, ficou de fora desta pesquisa, mas, ao final, eu vou falar um pouco sobre a percepção francesa.

Vejamos a percepção dos militares dos países amazônicos em alguns temas específicos.

2 GEOPOLÍTICA E RECURSOS NATURAIS

Os militares equatorianos, por exemplo, veem com muita desconfiança a presença das transnacionais que exploram petróleo na Amazônia. Esta é uma particularidade de alguns países amazônicos. O Equador, o Peru e a Colômbia exploram petróleo na Amazônia, enquanto a Bolívia explora gás natural no seu território amazônico. Um militar equatoriano e um militar peruano, que serviram na Amazônia, falaram nas entrevistas sobre o dilema enfrentado por eles quando são chamados a defender as instalações petrolíferas. Algumas vezes estes militares não concordam com a maneira como as companhias petrolíferas transnacionais lidam com a população local e acham que estas companhias estão na região apenas explorando os recursos minerais da Amazônia sem oferecer nada em troca. No entanto, os militares têm o dever constitucional de defender as riquezas da nação e, assim, mesmo sabendo dos problemas, eles têm que assumir a defesa das petrolíferas em determinadas situações. Acredito que o ressentimento dos militares e de outros setores nacionalistas em relação às transnacionais pesou bastante, por exemplo, na decisão do governo equatoriano de não explorar as jazidas de petróleo que estão sob o parque de Yasuní, que é uma reserva ambiental com grande biodiversidade e que fica na fronteira com o Peru.

No caso dos militares venezuelanos, o que me chamou muito a atenção na percepção deles sobre a Amazônia foi a visão geopolítica a respeito do processo de integração regional na América do Sul e do papel que a Amazônia desempenha neste processo. Há um texto escrito por militares ligados a Hugo Chávez que, na falta de uma expressão melhor, vou chamar de apócrifo, porque ele vazou para a imprensa, está na internet, mas não é um documento oficial do governo venezuelano, chamado *Pensamiento Militar Venezolano*. Ele diz que o movimento de integração sul-americana passa pela Amazônia e que os Estados Unidos tentam

impedir este processo de integração através de estratégias de guerra de quarta geração. Eu não vou entrar aqui em detalhes sobre o conceito de guerra de quarta geração, mas o importante é que os militares venezuelanos acreditam que a existência de bases militares operadas por norte-americanos no entorno da Amazônia é uma estratégia para desestabilizar a região. Para eles, estes projetos tendem a dificultar a integração regional.

Já os militares colombianos e bolivianos acreditam que os países ricos de fato cobiçam o patrimônio natural da Amazônia, mas não teriam interesse – e nem necessidade – de utilizar a força para obtê-los, já que o fazem através da biopirataria, por exemplo. Neste sentido, os países amazônicos deveriam preservar os recursos naturais da região e garantir que estes recursos possam ser utilizados em benefício da população local.

3 PLANO COLÔMBIA E PRESENÇA MILITAR NORTE-AMERICANA

O ex-presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, em uma entrevista concedida, há algum tempo para um canal da televisão argentina (o qual fez uma série de entrevistas com presidentes sul-americanos sobre as comemorações dos 200 anos de luta pela independência das ex-colônias espanholas), apresentou bem resumidamente a sua visão – que é compartilhada pelos militares colombianos – sobre os problemas de segurança e defesa na Amazônia. O presidente Uribe disse que o principal problema na Amazônia colombiana é a droga, que a produção de drogas destrói a floresta e que, para se defender efetivamente a Amazônia, é necessário resolver o problema das drogas. No entanto, a solução que a Colômbia encontrou para lidar com o problema das drogas, em parceria com os Estados Unidos, foi o chamado Plano Colômbia, visto com muita desconfiança pela maioria dos países amazônicos. Além disso, os colombianos caracterizam o Plano Colômbia como um programa de desenvolvimento e segurança – um pouco como os militares brasileiros caracterizam o Programa Calha Norte.

Para os militares venezuelanos e equatorianos, o Plano Colômbia e as bases militares estadunidenses na América do Sul seriam a “porta de entrada” das potências estrangeiras na Amazônia. Além disso, a ajuda financeira dos Estados Unidos à Colômbia estaria rompendo o equilíbrio estratégico entre as Forças Armadas da região andina. Os equatorianos também se queixam dos impactos ambientais e sociais do Plano Colômbia, já que os produtos químicos utilizados nas fumigações das plantações de coca estariam poluindo os rios e as matas da região amazônica, além de contribuírem para o aumento do fluxo de refugiados do conflito colombiano no Equador.

Para os peruanos, a Colômbia tomou uma decisão acertada ao implementar o Plano Colômbia, e o que desestabilizaria de fato a região seria a presença de um

“narcoestado” na área, o que certamente ocorreria caso os militares colombianos não obtivessem os meios para combater as guerrilhas, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em particular. Dentro desta perspectiva, caberia aos países vizinhos apenas lidar com as consequências do Plano Colômbia, como a possível incursão de guerrilheiros nos territórios vizinhos, o que, de todo modo, seria um mal menor diante da possibilidade de uma vitória militar das FARC.

Já os militares brasileiros, por um lado, veem com preocupação a presença militar norte-americana na Colômbia e a instalação de bases militares americanas na América do Sul, mas, por outro, também entendem que a Colômbia tinha que buscar uma alternativa para combater as FARC e os outros atores armados não estatais que atuam no seu território.

Sobre a incursão de guerrilheiros nos territórios vizinhos, é preciso lembrar o ataque colombiano a um acampamento das FARC no Equador, em 2008, e como isto contribuiu para uma mudança nas percepções dos militares equatorianos sobre o que, de fato, pode ameaçar a soberania do país sobre a sua porção da Amazônia. E aí é interessante notar que o Equador faz um movimento parecido com o que o Brasil fez em meados da década de 1980, mudando o foco das suas preocupações de segurança e defesa da fronteira sul para a fronteira norte. Assim, à medida que as relações com o Peru se estabilizaram no final da década de 1990, após o conflito do Alto Cenepa, as relações com a Colômbia ficaram mais tensas em razão do Plano Colômbia.

4 PROGRAMAS AMBIENTAIS

Outra questão que causa divergência entre os militares dos países amazônicos são os programas ambientais implementados pelos diferentes países. O caso mais emblemático é o dos programas de preservação ambiental da República da Guiana. Em 1989, o governo guianense ofereceu a concessão da floresta de Iwokrama, na região central do país, à comunidade internacional, para que lá fossem realizadas pesquisas nas áreas de biodiversidade, manejo florestal, extrativismo, entre outras. Mais recentemente, como parte da Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono do governo guianense, o presidente da Guiana declarou que, se fossem criados incentivos econômicos apropriados, a Guiana poderia colocar praticamente toda a sua porção da floresta amazônica sob proteção internacional, desde que a soberania nacional e o direito dos cidadãos guianenses não fossem desrespeitados.

Essas iniciativas governamentais são vistas com bastante desconfiança pelos militares do Suriname e da Venezuela, que ainda têm disputas fronteiriças com a Guiana. Os surinameses afirmam que a ajuda financeira do Reino Unido e do Canadá à República da Guiana não está restrita a cooperação na área ambiental e que, na verdade, o governo guianense permitiria que os britânicos e canadenses

realizassem treinamentos militares em suas florestas em troca do recebimento de equipamentos militares destes países. E os venezuelanos creem que a ajuda financeira dos Estados Unidos à Guiana também transcende a preocupação ambiental e temem, especialmente, a instalação de uma base espacial norte-americana na região do rio Essequibo, uma zona que é objeto de disputa diplomática entre a Venezuela e a Guiana.

5 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Outra preocupação que é compartilhada pelas Forças Armadas de todos os países amazônicos é a presença de organizações não governamentais [ONGs] na Amazônia. Todos os militares que eu entrevistei, num primeiro momento, expressaram uma visão bastante negativa sobre as organizações não governamentais, especialmente sobre as ONGs transnacionais que atuam na área de proteção ambiental e junto às comunidades indígenas. Estas ONGs, na visão dos entrevistados, desrespeitam a soberania dos países nos quais atuam e também manipulam as populações que estão sob sua influência, incitando-as a contestar projetos estatais de desenvolvimento e exploração dos recursos naturais da região amazônica. Sob o pretexto de estarem defendendo os interesses dos cidadãos afetados pelos projetos estatais, estas ONGs, na verdade, estariam interessadas em preservar os recursos naturais da Amazônia para o usufruto de seus países de origem. Mas os entrevistados também reconhecem a importância e a competência de algumas ONGs que trabalham em prol da população que vive nas áreas de fronteira e, em alguns casos, estes militares até colaboram com tais organizações prestando apoio logístico em locais de difícil acesso, da mesma forma que prestam apoio logístico a algumas missões religiosas que atuam nas fronteiras amazônicas.

Ainda sobre essa questão, há um dado interessante. Alguns entrevistados relataram terem sido alertados pelos militares brasileiros acerca da presença de ONGs “mal intencionadas” em seus territórios. Outros chamaram a atenção para o fato de que, em seus países, existem autores que alertam para a existência de uma cobiça internacional sobre a Amazônia. Mas este discurso está restrito a alguns setores. Não é uma posição oficial, estatal, como parece ser o caso do Brasil, onde o ministro da Defesa e até mesmo o presidente da República falam abertamente sobre esta questão.

6 PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas dos países amazônicos também têm um discurso bastante parecido acerca do papel que os militares desempenham na região. Em linhas gerais, eles enfatizaram que as Forças Armadas são a única instituição do Estado presente na região, a única fonte de apoio à população que vive na área e os únicos que, de fato, conhecem e se importam com a Amazônia. Além disso,

a maioria dos militares que eu entrevistei foi bastante incisiva ao afirmar que a sociedade civil de seus países de origem desconhece e não dá a devida atenção à Amazônia. Os venezuelanos representam uma exceção neste sentido. De acordo com os entrevistados, o governo Chávez vem tomando uma série de medidas para aumentar a presença de várias agências do Estado na Amazônia, não apenas das Forças Armadas, inclusive com a expulsão das ONGs que atuavam na área da Amazônia venezuelana.

7 COOPERAÇÃO MILITAR

Na minha pesquisa tenho procurado acompanhar o processo de aproximação e cooperação militar entre os países amazônicos, incluindo a realização de exercícios militares binacionais.

A Força Aérea Brasileira [FAB], por exemplo, realiza periodicamente exercícios com a Colômbia, o Peru, a Venezuela e a França. Os equatorianos e os peruanos atuam conjuntamente nos rios que compartilham, realizando patrulhamentos e ajudando a população ribeirinha, neste último caso auxiliando a população independentemente de nacionalidade. E eles criaram, recentemente, uma unidade de desminagem binacional. Quando ocorreu o conflito entre os dois países na Cordilheira do Condor, em 1995, foram lançadas minas terrestres na região, e por haver muitas chuvas as minas se deslocaram ao longo do tempo. Como parte dos acordos de paz entre os dois países, criou-se uma reserva ambiental binacional na região, mas esta reserva não pode ser aberta para a visitação por conta das minas terrestres. Este caso é importante por ser o primeiro de uma unidade binacional entre países amazônicos.

Também quero destacar a cooperação entre o Exército Brasileiro e o 3º Regimento de Infantaria Estrangeira da França, na fronteira brasileira com a Guiana Francesa, cooperação que se destina ao patrulhamento da fronteira entre os dois territórios. A França vem olhando com mais atenção para o departamento da Guiana, o qual, durante mais de um século, serviu como uma ilha de degredo para prisioneiros franceses, mas que, desde o final da década de 1960, abriga a base espacial de Kourou, muito importante para os franceses do ponto de vista estratégico. Os militares franceses lidam na Guiana com problemas que são comuns a todos os países amazônicos, como a degradação ambiental, a poluição dos rios (no caso da Guiana Francesa, em função dos garimpos clandestinos existentes na região), os crimes transnacionais e, além disso, como se trata de um território da União Europeia, eles têm também que combater a imigração ilegal. Por conta destes problemas comuns e pelo fato de a fronteira terrestre entre o Brasil e a Guiana Francesa também ser a fronteira terrestre entre o Mercosul[Mercado Comum do Sul] e a União Europeia, os franceses têm buscado cada vez mais uma aproximação com o Brasil nesta área. É uma forma também de a França buscar uma maior inserção na América do Sul. Eles cada vez mais têm

se apresentado como um país amazônico. Como exemplo, antes da Conferência de Copenhague, em 2009, o Brasil liderou um encontro para que os países amazônicos apresentassem uma posição comum naquela conferência. O encontro foi um pouco esvaziado em função do problema entre Equador e Colômbia, mas o presidente da França, Nicolas Sarkozy, esteve presente e assinou o documento.

8 ESCOLAS DE GUERRA NA SELVA

Eu queria mostrar algo sobre as Escolas de Guerra na Selva dos países da região. Elas têm mentalidades parecidas? No centro do escudo do Centro de Instrução de Guerra na Selva do Brasil (CIGS) há uma onça e esta é uma particularidade de todas as escolas de guerra na selva sul-americanas. Todas elas têm ou a onça ou o jaguar como símbolo.

Outra característica comum é que todas elas começaram como escolas de guerra na selva e contrainsurgência. Foram criadas a partir das experiências de militares de países sul-americanos que foram estagiar nos centros de guerra de selva nos Estados Unidos e, depois, voltaram para seus países e implementaram as táticas e estratégias lá aprendidas. À época, a preocupação norte-americana era com a contrainsurgência na Guerra do Vietnã e, assim, estes militares sul-americanos trouxeram este “espírito”.

Na tabela 1, há dados de militares de países amazônicos que estagiaram no CIGS entre 1967 e 2010. Por esta tabela, há alguns dados curiosos. O Peru, por exemplo, que tem a segunda maior porção do território amazônico, enviou apenas 17 militares em um prazo de 44 anos. Também chama atenção o número da Colômbia, com apenas sete militares. O Equador, que tem uma porção pequena do território amazônico, enviou 54 militares. Os dados da Guiana e do Suriname também são relativamente elevados. Neste caso, isto se justifica pelo fato de que um dos pontos importantes na cooperação do Brasil com estes dois países é a cooperação militar, que se aprofundou a partir de meados dos anos 1980, quando foi implantado o Programa Calha Norte. Desde então, eles têm mandado muitos militares para estagiarem nas escolas brasileiras.

TABELA 1

Participação de militares de países amazônicos em estágios no CIGS (1967-2010)

França	84
Equador	54
Guiana	37
Suriname	30
Venezuela	24
Peru	17
Colômbia	7
Bolívia	4
Total	257

Fonte: Almanaque do CIGS.

Na tabela 2, constam dados para todos os demais países sul-americanos. A Argentina enviou número grande de militares, e uma hipótese [para isto] seria a participação grande do país em missões de paz; contudo, o Uruguai também tem uma participação grande em missões de paz, mas enviou apenas três militares no mesmo período.

TABELA 2
Participação de militares sul-americanos e franceses em estágios no CIGS (1967-2010)

França	84
Equador	54
Argentina	51
Guiana	37
Suriname	30
Venezuela	24
Peru	17
Paraguai	15
Chile	8
Colômbia	7
Bolívia	4
Uruguai	3
Total	334

Fonte: Almanaque do CIGS.

Na tabela 3 constam os dados das participações por triênio e por país.

TABELA 3
Participação de militares de países amazônicos em estágios no CIGS (1967-2008)

	França	Equador	Guiana	Suriname	Venezuela	Peru	Colômbia	Bolívia
1967-69	0	1	2	0	2	0	1	0
1970-72	0	0	4	0	1	3	0	0
1973-75	3	4	3	0	0	2	0	0
1976-78	3	5	0	0	2	0	0	0
1979-81	3	5	0	0	0	0	3	1
1982-84	6	3	0	0	2	2	0	0
1985-87	5	4	2	5	6	1	0	1
1988-90	6	0	5	7	1	0	0	0
1991-93	11	6	1	5	0	0	0	0
1994-96	15	6	4	2	2	2	0	0
1997-99	10	4	4	4	2	2	0	0
2000-02	6	3	4	0	3	0	0	0
2003-05	9	8	1	1	1	2	0	0
2006-08	6	3	4	4	1	0	1	2
Total	83	52	36	28	23	14	5	4

Fonte: Almanaque do CIGS.

Por esses dados se observa que, nos casos do Equador e da França, há bastante regularidade no envio de alunos para estagiar no CIGS. Em relação ao Equador, os dados corroboram algo que eu já havia percebido nas entrevistas que realizei com os militares equatorianos e na iconografia sobre o conflito na Cordilheira do Condor: a Amazônia tem uma importância material e simbólica muito grande para o país. Neste sentido, a atenção com a formação dos combatentes de selva no Equador é um reflexo da preocupação equatoriana em preservar a soberania sobre seu território amazônico. É importante dizer que, por diferentes motivos, o Brasil e o Equador são os únicos países da OTCA em que a Amazônia é um símbolo mobilizador da nacionalidade e está intimamente ligada à ideia de integridade territorial no imaginário castrense. Os dados da Guiana e do Suriname, por sua vez, refletem a criação do Programa Calha Norte.

Outros dados são sobre a participação de militares brasileiros que estão indo estagiar em centros de guerra na selva no exterior. Desde 2002, eles têm ido para o Equador, sendo que, no total, já foram quatro capitães e quatro sargentos de infantaria do Exército, que realizaram o curso de Tigres naquele país. A partir de 2009, também passaram a estagiar na Guiana Francesa, sendo que, até o momento, foram dois capitães/tenentes e dois sargentos de infantaria do Exército.

SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA SOBRE O TEMA

FENAMAD.ORG. **Pronunciamiento del pueblo Ashuar de Ecuador en solidaridad con los caídos en Bagua**. 2009. Disponível em: <<http://fenamad.org.pe/noticias/?p=9>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. A Amazônia no pensamento militar sul-americano. *In*: SVARTMAN, E. *et al.* (Org.). **Defesa, segurança internacional e forças armadas**: III encontro da ABED. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

MARQUES, A. A.; MEDEIROS FILHO, O. **Bases de um dilema**: as percepções militares brasileiras sobre o acordo militar Colômbia-Estados Unidos e suas interconexões com as guerras de quarta geração. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABED, 4., 2010, Brasília, Distrito Federal. Brasília: ABED, 2010. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page9/page2/page8/files/marquesmedeiros.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2011.

PENSAMIENTO MILITAR VENEZOLANO. Disponível em: <<http://militar-venezuela2005.blogspot.com>>. Acesso em: 9 jun. 2011.

PRESIDENTES TV. **Álvaro Uribe Vélez**: presidente de La República de Colombia. Documental de Daniel Filmus. Argentina: Occidente Producciones, 2009. (60 minutos). Disponível em: <http://www.presidentestv.com.ar/esp/presidentes_uribe.htm>. Acesso em: 9 jun. 2011.

O MONITORAMENTO E A PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Rogério Guedes Soares*

1 INTRODUÇÃO

Boa tarde a todos. O Censipam, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, é uma instituição nova, criada em 2002, mas que remonta sua concepção à década de 1990. O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), inicialmente formulado no âmbito do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), tem a missão de “integrar informações e gerar conhecimentos para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia, visando a proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável”.

Acredito que todos já ouviram falar no Projeto Sivam, tema bastante debatido pela sociedade à época de sua criação. Na década de 1990, em função da conferência do clima que estava acontecendo no Rio de Janeiro, a ECO-92, o governo brasileiro estava sendo pressionado para apresentar soluções concretas de melhor controle sobre a região. Pouco antes desta época, surgiu a discussão para a criação do Projeto Sivam, o qual, então, ganhou força com a ECO-92. E o Sivam, hoje, é apenas uma parte constituinte de um sistema maior de monitoramento e proteção da Amazônia, o Sipam.

O Sivam é um projeto que foi concebido no âmbito da vigilância por sensores dos mais diversos tipos e que foi conduzido pela Força Aérea Brasileira por meio de uma comissão criada para este fim, a CCSIVAM (Comissão para a Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia). Concluída toda a parte de instalação dos ativos de inteligência tecnológica na Amazônia, foi criado o Censipam para gerenciar estes ativos. Nós trabalhamos focados para integrar e gerar informações atualizadas que facilitam as operações de controle da Amazônia. O resultado é a integração entre as instituições federais, estaduais e municipais que atuam na região.

Exemplo disto foi a operação real, que realizamos recentemente, em Belém, no Pará, para o combate ao desmatamento, denominada de Operação Delta. A ação contou com a participação de órgãos federais que integram a Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA). Antigamente, o *modus operandi* era olhar por helicóptero onde estava ocorrendo o desmatamento

* Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

na Amazônia. Resolvemos inverter isto e, nesta operação, fizemos um trabalho de inteligência para combater os grandes desmatadores da Amazônia. Os arredores de Belém abrigam o maior polo madeireiro do mundo de florestas tropicais e fizemos, então, uma intervenção neste local, onde o manejo florestal estava sendo fraudado. Elaboramos cadernos de operações e atuamos em conjunto com a Força Nacional de Segurança, Polícia Federal, Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e da Biodiversidade], Instituto Chico Mendes [de Conservação da Biodiversidade – ICMBio], entre outros órgãos. Identificamos o tipo de crime que estava acontecendo, inclusive redefinindo-o como formação de quadrilha e não como crime ambiental, para ter uma pena maior. Foram 350 homens trabalhando na operação. Em Belém, identificamos também 26 contêineres para serem analisados pela Receita Federal. Em 23 deles foi descoberta uma fraude.

O cálculo estimado é que o comércio ilegal de madeiras dá mais lucro, atualmente, que o tráfico de drogas. Nesta operação, por exemplo, foram 30 mil metros cúbicos de madeira apreendidas, equivalente a 1.500 caminhões, e foram aplicadas R\$ 30 milhões em multas.

2 ORGANIZAÇÃO DO SIPAM

O Centro Gestor e Operacional do Sistema fica em Brasília e temos três centros regionais instalados em Belém, Manaus e Porto Velho. Uma coisa é o Censipam como órgão aglutinador, subordinado à Casa Civil da Presidência da República; outra é o sistema como um todo, no qual há, inclusive, apoio de organizações não governamentais (ONG), além das mais diversas instituições federais, estaduais e municipais.

Há uma infraestrutura tecnológica instalada por toda a Amazônia, com: detectores de raios; estações meteorológicas, utilizadas principalmente para a proteção ambiental; aeronaves de vigilância aérea e sensoriamento remoto, sob gestão da Aeronáutica; antenas de radiodeterminação; radares e detectores de radares. Os radares, especificamente, são fundamentais na Amazônia, visto que grande parte dela fica coberta por nuvens. E o radar consegue transpor a camada de nuvens, podendo operar em qualquer condição meteorológica; há também satélites utilizados para sensoriamento remoto, entre outros instrumentos. Há, portanto, todo um aparato tecnológico para se gerar informações.

Entre as ações do Sipam, há ainda o trabalho de identificação de rotas clandestinas, como as de garimpo ilegal, narcotráfico e desmatamento, além do monitoramento da proteção ambiental. Na parte meteorológica, o nosso foco é o apoio à Defesa Civil na identificação de eventos extremos.

O Sipam participa de várias comissões permanentes do governo federal: Comissão para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

(PPCDAM); Conselho do Sistema Brasileiro de Inteligência (Consisbin); e Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA). Participamos também da Comissão Nacional de Cartografia (Concar) e da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH).

3 PROGRAMAS DO SIPAM

Um dos nossos programas é o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE), cujo objetivo é produzir dados sobre a antropização nas terras indígenas e unidades de conservação federais e estaduais. Isto significa 125 milhões de hectares na Amazônia sob este tipo de monitoramento. Durante o monitoramento, são disparados alertas de desmatamento, para que os órgãos parceiros possam agir rapidamente. O ProAE também detecta atividades de mineração, pistas de pouso, rotas aéreas e aberturas de caminhos e estradas.

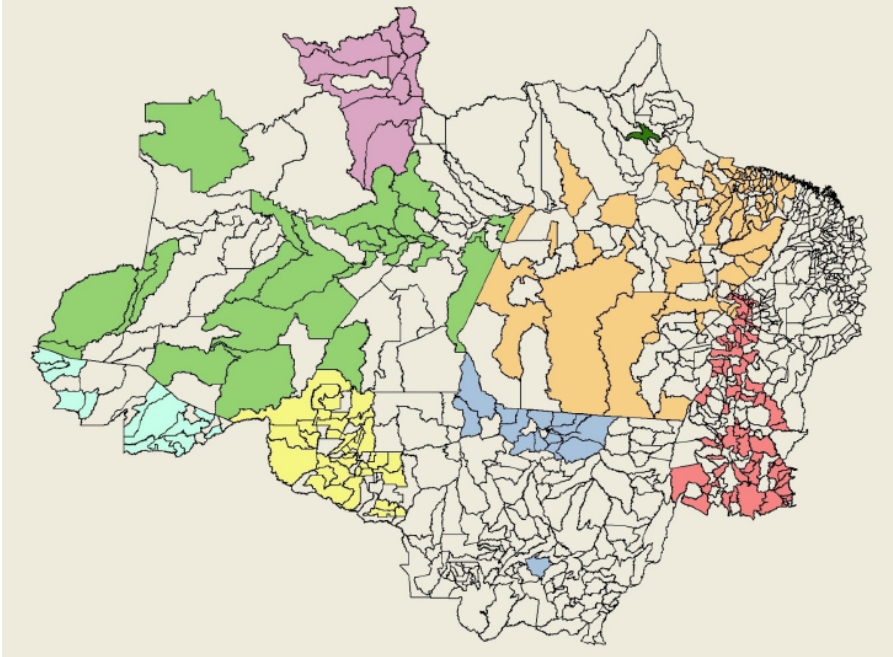
Outro programa é o Sipamcidade, que tem como objetivo fortalecer a gestão territorial e ambiental dos municípios, utilizando, para isso, as ferramentas de geotecnologia. Estamos formando técnicos dos municípios, com treinamentos de 40 horas na ferramenta *terraview*, ajudando, dessa forma, no controle ambiental, na elaboração de planos diretores e no fornecimento de insumos. Já foram capacitados 700 técnicos de 340 municípios da Amazônia, como se observa no mapa 1. Entre as cidades em que já houve este tipo de trabalho está Altamira, no Pará, que é o maior município do mundo. De uma ponta a outra, ele tem mais de 1.000 km. Imagine ter que fazer todo o monitoramento neste município.

Na área de meteorologia, o trabalho é integrado com a defesa civil. Os meteorologistas do Sipam elaboram mais de 30 mil boletins climáticos para auxiliar as atividades de campo. Estes mesmos boletins são divulgados pela imprensa local e são gerados com intervalos de 24, 48 e 72 horas. O Sipam faz também o monitoramento meteorológico de eventos extremos (tempestades, ventanias, raios) por meio do satélite americano geoestacionário e dos radares meteorológicos do sistema. Por fim, participamos do Núcleo de Clima e Mudanças Climáticas, juntamente com diversas universidades, para estudar as mudanças climáticas.

Na área de inteligência, trabalhamos com informações de várias fontes. Um método utilizado é a mineração de dados, no qual é feito um cruzamento de informações entre várias bases de dados. Têm-se ainda as fontes de sinais, imagens e fontes humanas, neste último caso utilizando-se as estruturas da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência [Abin], da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança. Com este trabalho, geramos relatórios e produtos. Estes, por sua vez, podem gerar ou não operações integradas com os órgãos parceiros de fiscalização (Polícia Federal, Ibama etc.).

MAPA 1

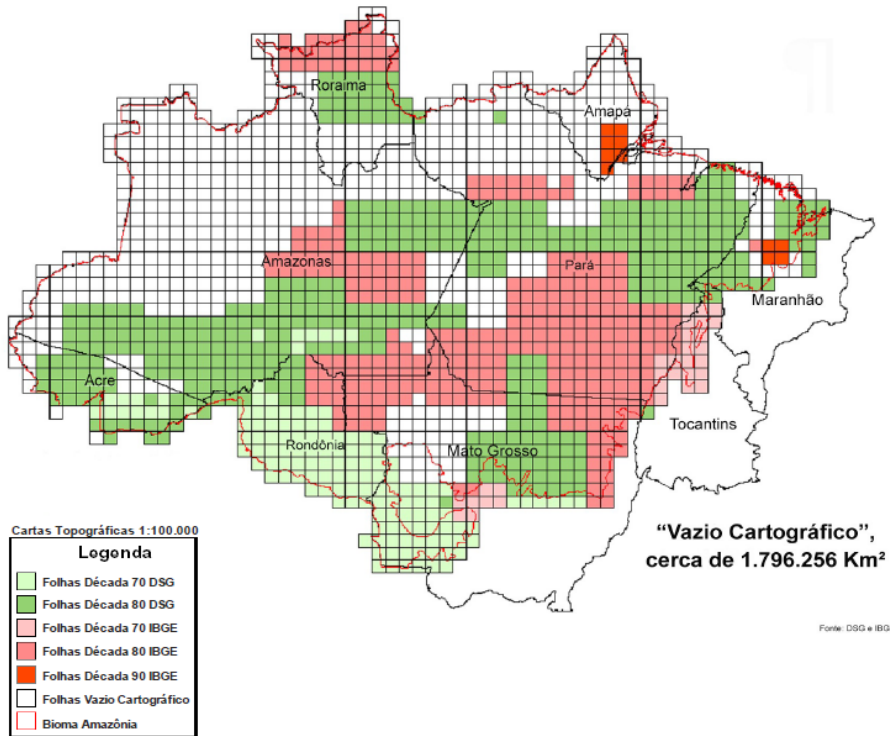
Municípios capacitados no âmbito do Sipamcidade



Fonte: Censipam.

Existem também alguns projetos especiais dos quais participamos. Um deles é o Cartografia da Amazônia, coordenado pelo Censipam. Seu objetivo é gerar cartas topográficas, náuticas e geológicas, as quais podem apoiar, por exemplo, a construção de obras de infraestrutura e o ordenamento territorial. O projeto, com orçamento de R\$ 350 milhões, é executado pelo Exército, Marinha, Aeronáutica e Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e está em operação desde 2008, com previsão de conclusão em 2014. Hoje, a Amazônia possui um vazio cartográfico de cerca de 1,8 milhão km², conforme se observa no mapa 2.

MAPA 2
Cartografia da Amazônia

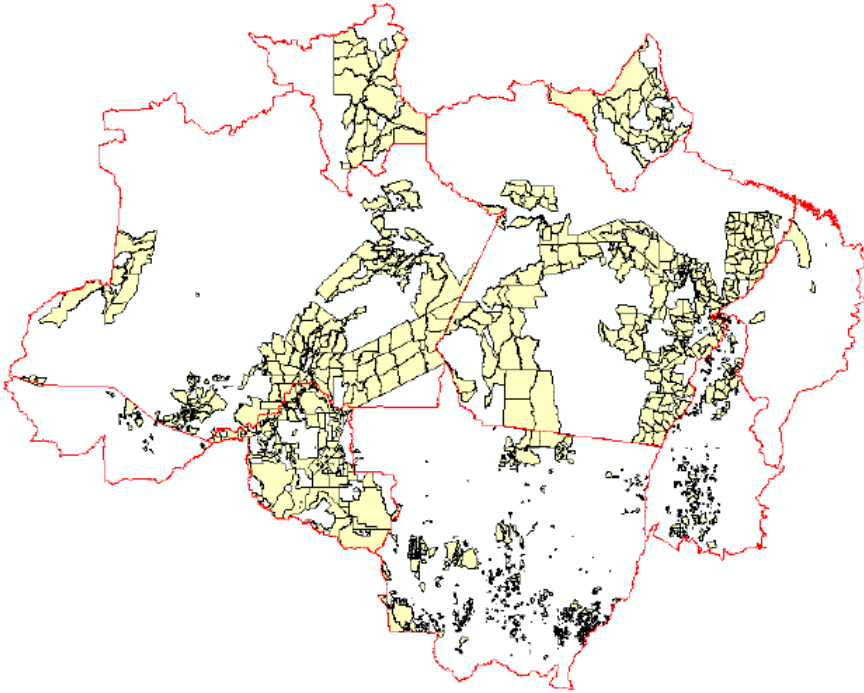


Fonte: DSG e IBGE.

Outra ação importante é o Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA]. O governo instituiu, por meio da Lei nº 11.952, um projeto de regularização fundiária para 67,4 milhões de hectares, ocupados por 296.859 posseiros, em 436 municípios da Amazônia, conforme o mapa 3. O programa irá entregar títulos para posseiros anteriores a 2004, direitos que remontam, inclusive, a períodos anteriores aos projetos de colonização e reforma agrária dos anos 1980. Na década de 1970, o indivíduo era orientado pelos órgãos públicos a ocupar e desmatar ao menos 50% da parcela; caso contrário, poderia perder o direito sobre a posse da terra. Hoje é diferente. O posseiro recebe a terra, mas tem que reflorestar para chegar ao índice previsto. Esta é a exigência do governo federal para solucionar o problema da falta de regularização fundiária na Amazônia Legal.

MAPA 3

Municípios que fazem parte do Terra Legal



Fonte: Censipam.

Nosso trabalho é dividido em duas partes neste projeto: *i*) pré-titulação, na qual o Censipam usa a inteligência tecnológica, como a mineração de dados, e as fontes humanas, que ajudam a identificar possíveis fraudes no processo de titulação das propriedades, levando em consideração, por exemplo, os limites de propriedade por família; e a *ii*) pós-titulação, na qual as áreas regularizadas são monitoradas através de sensoriamento remoto (radares e satélites), com o objetivo de zelar pelos critérios ambientais acordados no processo de titulação. A Gleba de Curuá, por exemplo, em Novo Progresso (PA), foi regularizada com a entrega de 232 títulos e é a primeira a ser monitorada pelo Censipam.

Outro projeto importante é a Operação Arco Verde, criada pelo governo federal com o objetivo de promover um novo modelo de desenvolvimento econômico sustentável para a Amazônia. A Operação é coordenada pela Casa Civil e conta com a participação de 13 ministérios, entre eles: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e MDA. Das ações do Censipam, no âmbito deste projeto, destacam-se quatro: *i*) monitoramento ambiental, por sensoriamento

remoto, dos 43 municípios que mais desmataram a floresta (816 mil km²), conforme portaria do MMA; *ii*) capacitação em gestão ambiental para estes municípios em cinco módulos (vantagem econômica da floresta, planejamento territorial, institucionalização da gestão ambiental, plano municipal de combate ao desmatamento e oficina de projetos), havendo, depois, assistência técnica. O projeto é de 18 meses, com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente; *iii*) instalação de 80 telecentros em 43 municípios do Arco Verde, por meio do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital; *iv*) e o monitoramento de 3 mil ações pactuadas com os governos municipais durante o programa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos trabalhando na proteção da Amazônia visando assegurar que as riquezas contidas nesta vasta região sejam inseridas na estratégia de desenvolvimento do país. Em qual país do mundo se tem a floresta que nós temos, a biodiversidade, a água doce e, mais que isso, a cultura de um povo que há séculos convive em harmonia com o meio ambiente, nos dando lições de como o desenvolvimento e a conservação ambiental podem conviver de forma integrada? São estes ativos, únicos no mundo, que o Sipam tem como missão ajudar a proteger.

Debates como este, organizados pelo Ipea, ao qual queremos agradecer pelo convite, são fundamentais para dar visibilidade às temáticas da Amazônia, dentro de uma visão integradora ao conjunto do desenvolvimento do país. O Censipam se coloca à disposição para participar de novos eventos como este, por considerar que as discussões sobre desenvolvimento e as temáticas da Amazônia devem caminhar juntos. O meu muito obrigado, e estou disponível para eventuais perguntas.

RODADA DE PERGUNTAS

PERGUNTA

Gostaria que você [Adriana A. Marques] comparasse as percepções destes países sobre dois temas. Primeiro, sobre a questão indígena. Há diferenças entre como os venezuelanos e brasileiros veem os ianomâmis, por exemplo? Ou diferenças entre como brasileiros e colombianos veem os tikunas? Em segundo, a sua pesquisa limitou-se aos militares ou se estendeu aos funcionários dos governos dos países? Ou seja, como a máquina pública como um todo percebe o tema?

ADRIANA APARECIDA MARQUES

A pesquisa limitou-se a estudar a percepção dos militares sobre a Amazônia. Em relação à questão indígena, eu acho que existem algumas semelhanças nas percepções militares, especialmente no que diz respeito à presença de ONGs nas terras indígenas, como já comentei anteriormente. O discurso dos militares brasileiros e venezuelanos sobre a reserva ianomâmi é bem parecido; ambos enfatizam as pressões externas que levaram à criação das reservas na fronteira entre os dois países. Eu não conheço em detalhes a posição dos militares colombianos em relação aos tikunas, mas percebi que há bastante semelhança na forma como os militares brasileiros e os colombianos referem-se aos povos indígenas da Amazônia. Por exemplo, os militares colombianos que eu entrevistei veem com preocupação, assim como seus pares brasileiros, a tentativa de algumas entidades (nacionais e estrangeiras) de impedir que as comunidades indígenas tenham acesso a algumas “benesses da civilização”, como educação formal, saúde etc. E, também como os brasileiros, os colombianos gostariam de ver as comunidades indígenas mais “integradas” às instituições nacionais.

Ainda sobre a questão indígena, um caso que me chamou bastante a atenção durante a pesquisa foi o dos shuar, que vivem na fronteira entre o Peru e o Equador. Em 1995, os shuar lutaram ao lado dos equatorianos no conflito do Alto Cenepa e, segundo os analistas, o apoio indígena foi fundamental para o sucesso militar do Equador naquela ocasião. Desde então, os militares equatorianos exibem com orgulho seus soldados iwias, jovens que se autoidentificam como indígenas ou mestiços. Os iwias permanecem no Exército durante 25 anos; durante este período os iwia passam 13 anos em unidades de selva e 12 anos em outros departamentos do Equador.

Mas se a relação dos shuar com os militares equatorianos é amistosa, não se pode dizer o mesmo com relação aos ashuar que vivem em território peruano. Em 2009 os militares e os ashuar entraram em conflito em Bagua, na Amazônia peruana, durante a onda de protestos contra as empresas transnacionais que

exploram petróleo na região. Prontamente os ashuar que vivem em território equatoriano tornaram público um pronunciamento no qual lembravam ao presidente Rafael Correa que a violência praticada contra os indígenas no Peru atingia igualmente o Equador – já que os ashuar são uma família que vive nos dois lados da fronteira –, exigindo que ele tomasse providências para proteger os indígenas peruanos. Vejam que a relação entre militares e indígenas é bastante complexa, não apenas no Brasil, mas também nos demais países amazônicos.

PERGUNTA

Pergunta para a Adriana. Sobre as semelhanças nas percepções, em que medida isso é uma influência brasileira? Os cursos que os militares estrangeiros fizeram no Brasil tiveram um papel importante na formação desta percepção? Outra pergunta é que, aqui no Brasil, houve uma conversão de prioridades geopolíticas. A partir dos anos 1980, a prioridade saiu da região Sul, nas fronteiras com Argentina, Uruguai e Paraguai, passando para a Amazônia. Nestes outros países houve algo parecido? Havia outras prioridades e depois a prioridade passou a ser a Amazônia?

ADRIANA APARECIDA MARQUES

Eu acho que, de maneira geral, os militares dos demais países amazônicos se identificam fortemente com o discurso militar brasileiro a respeito da cobiça internacional sobre a Amazônia. Não diria, contudo, que os militares brasileiros influenciam a percepção de seus pares sobre esta questão. A ideia de que os países ricos cobiçam a Amazônia é compartilhada por todas as Forças Armadas da região, mas ocorre que os militares brasileiros têm um discurso mais articulado e expressam esta tese com mais veemência, inclusive em documentos oficiais. Assim, os militares dos demais países amazônicos frequentemente recorrem aos textos brasileiros para fundamentar suas preocupações. Quanto ao papel do curso ministrado pelo CIGS a militares estrangeiros, acho que os equatorianos em particular se beneficiaram muito desta experiência, e o fato de militares brasileiros estarem estagiando na Escola de Selva do Equador é um indicativo de que o Exército Brasileiro reconhece a qualidade do curso equatoriano.

Quanto à questão da Amazônia como prioridade geopolítica, é possível detectar uma maior preocupação dos militares com seus territórios amazônicos nas últimas décadas à medida que o tráfico de drogas foi se tornando um problema de segurança para os países andinos e passou a figurar na agenda norte-americana para a América Latina. Além disso, a instalação de empresas petrolíferas transnacionais nos territórios amazônicos do Equador, Peru e Colômbia também demandou uma maior presença militar na área. E existem as especificidades. Para o Equador a fronteira amazônica sempre foi importante; o que mudou foi a natureza das ameaças percebidas. Até meados da década de 1990, a disputa territorial com o Peru era a princi-

pal preocupação militar equatoriana na Amazônia. A partir dos anos 2000, a fronteira norte com a Colômbia passou a ser o principal foco de atenção dos equatorianos. Os colombianos, por sua vez, estão mais presentes na Amazônia desde que as FARC se entrincheiraram na selva há alguns anos.

PERGUNTA

Pergunto à Prof.^a Adriana, quão preparadas estão as estruturas militares do Brasil e dos outros países amazônicos para enfrentar as “novas ameaças”?

ADRIANA APARECIDA MARQUES

O que percebi em minhas pesquisas é que as Forças Armadas dos países amazônicos estão procurando se capacitar para enfrentar as novas ameaças; mas procurar se capacitar é diferente de estar preparado, até porque o combate às “novas ameaças” não exige apenas uma resposta militar, e sim uma ação coordenada entre várias agências estatais, como polícia, órgãos de inteligência etc. Além de exigir também uma maior cooperação e uma maior troca de informações entre as estruturas militares dos países amazônicos, o que em alguns casos é complicado – veja a questão do bombardeio colombiano ao acampamento das FARC em território equatoriano.

PERGUNTA

Rogério, eu gostaria que você comentasse um pouco mais sobre a cooperação do Brasil com os outros países amazônicos. E também gostaria de saber sua opinião acerca da criação de um sistema específico para as fronteiras pelo Exército, o Sisfron [Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras]. Por que um sistema apenas para o Exército e não um que se estenda a todos os órgãos de governo?

PERGUNTA

Pergunta para o Rogério. Em que medida os nossos parceiros têm mecanismos de monitoramento semelhantes ao nosso? Não sei se esta informação está correta, mas acredito que há acordos para intercâmbio de dados com outros países. É possível um sistema regional de monitoramento? Qual a possibilidade real de que os demais países amazônicos possam fazer parte de um sistema como este?

PERGUNTA

Gostaria que você [Rogério Guedes Soares] fizesse mais alguns comentários sobre a política nacional de combate ao tráfico de drogas.

Outra pergunta é sobre os recursos humanos voltados para os trabalhos do Sipam: há dificuldades, em termos de falta de recursos humanos, que têm sido enfrentadas pelo Censipam?

Por fim, esta operação que você citou é de grandes proporções, mas qual é o custo? Porque a “receita” que seria oriunda das multas (e que custearia a operação) nem sempre se efetiva, visto que a maior parte delas acaba não sendo paga. E porque fazer grandes operações pontuais, ao invés de se investir recursos no monitoramento permanente da Amazônia?

ROGÉRIO GUEDES SOARES

Começo respondendo à última pergunta, sobretudo quanto à questão das multas. Em primeiro lugar, nesse tipo de operação houve uma modificação na tipificação do crime. Nós tiramos o enquadramento de crime ambiental. E, na matriz deste tipo de crime, que nós falamos aqui e que gerou esta “montanha” de crimes ambientais, havia o envolvimento de servidores públicos e, obviamente, das grandes madeiras. De fato, existe uma cultura de certa maneira negligente em determinados setores, mas isto se modificou bastante. Nos casos do enquadramento ambiental e da formação de quadrilha, foi criada uma estrutura de procuradores específica para acompanhar e desenvolver este trabalho em conjunto com os outros órgãos. Criaram-se, também, forças-tarefas específicas na defesa jurídica do Estado. Então, o rito do procedimento é muito mais acelerado, minimizando o problema do não pagamento das multas. Esta operação resultou na apreensão de 30 mil m³ de madeira, mas identificamos também, como um resultado correlacionado, uma estocagem na reserva florestal Renascer, na grande Belém, de 60 mil metros cúbicos de madeira tombada, esperando para entrar no esquema de “esquentamento” da madeira. Isto equivale a outros 3 mil caminhões.

Quanto à questão dos recursos humanos, o Censipam, hoje, é uma instituição da Presidência da República. Nós temos alguns servidores que convocamos das mais diversas instituições. Trabalham conosco, dentro do Censipam, servidores do Ibama, do Instituto Chico Mendes, entre outros, além destes órgãos já trabalharem em conjunto com o Censipam. Então, além da estrutura das instituições que trabalham conosco, muitas delas inclusive instaladas no mesmo ambiente, temos servidores requisitados para trabalhar diretamente conosco. Além disso, temos militares da Força Aérea, Exército e Marinha. Nós temos também um quadro de servidores temporários, que está em processo de término. E nós já temos autorização do Ministério do Planejamento para fazer um concurso próprio do Censipam, na carreira de ciência e tecnologia. Isto já está formulado, suprimindo o nosso quadro de pessoal.

Quanto à questão do tráfico de drogas, nós tradicionalmente temos uma relação muito forte com a Polícia Federal, apoiando-a com insumos para as suas operações, como, por exemplo, na definição de alvos, de campos, e no fornecimento de mapas específicos para se chegar a determinados lugares com mais

facilidade. Mais recentemente, nós fomos incluídos em uma ação que o governo federal adotou, que foi a criação de uma Política Nacional de Combate ao Crime Organizado, com foco no narcotráfico e, sobretudo, em relação ao *crack*. Há uma série de políticas públicas agregadas nesta política, como as de saúde, de educação, envolvendo vários ministérios. E há, entre elas, uma que envolve a repressão ao crime organizado, sendo que, neste artigo, foi dado ao Censipam o papel de articulador. Em função disso, estamos elaborando, em conjunto com as Forças Armadas, a Abin e a Polícia Federal, um esboço de integração para a construção de um centro, aos moldes do que se faz hoje de mais moderno no mundo. Já temos experiência de trabalho conjunto na parte de desmatamento e em algumas outras áreas. É preciso ainda atualizar equipamentos, definir melhor a doutrina e a integração para se trabalhar com muito mais efetividade o sistema. Nós também estivemos no Comando Sul, dos Estados Unidos, onde há uma base intergovernamental, com o DEA [Drug Enforcement Administration] e o FBI [Federal Bureau of Investigation], e já há adidos brasileiros trocando informações. Então, o modelo é este. Assim como há também o modelo do centro de comando e controle da guarda civil espanhola em Madri, que controla o estreito de Gibraltar e quase toda a Europa em função de acordos entre países. Nós estamos, assim, participando inicialmente com informações e inteligência para combater o narcotráfico. E estamos estruturando o núcleo do Centro Integrado de Combate ao Narcotráfico para fortalecer o combate ao narcotráfico.

Com relação aos países que foram citados aqui, nós temos uma relação estabelecida de longa data com o Peru. O Peru criou uma instituição chamada de Sivam/Sipam peruano, aos moldes do nosso sistema. O que nós temos hoje entre vários países é uma relação de troca de informações bilaterais, mas sistemas integrados, como o nosso, ninguém tem. O país mais avançado na região amazônica hoje somos nós. Os colombianos têm apoio dos EUA por meio do Plano Colômbia, mas o país com um sistema mais avançado neste tipo de atuação – e com um sistema que seja autônomo – é o Brasil. E nós estamos servindo, inclusive, de *expertise* para outros países. E fazemos questão de incentivar isto. Claro que isso não quer dizer submissão e nem que vamos entregar “de qualquer jeito” nossa *expertise*. Há mecanismos de controle, até *on-line*, para que as informações sejam utilizadas de forma segura. Mas estamos na parte de discussão estrutural e de trocas de experiências. Nós também formamos alguns servidores peruanos e equatorianos para trabalharem com alguns dos nossos sistemas. E facilitamos a formação e o intercâmbio nas diversas perspectivas do sistema – policial, ambiental, entre outras.

Ao longo do tempo imaginamos que precisaremos estruturar esse tipo de integração de uma maneira mais temática. No caso dos recursos hídricos, seria fundamental para o país ter sensores espalhados em outros países para que se tenha um controle melhor – em relação, por exemplo, às altas enchentes, que vêm

Rodada de Perguntas

violentamente em direção ao Brasil. Então, já manifestamos interesse em uma série de intercâmbios articulados e estamos discutindo como integrar efetivamente este controle para se ter uma informação mais rápida. Existe política, sim, de estímulo à integração das mais diversas agências. Um sistema integrado, contudo, é algo que vai surgindo ao longo do tempo. Recentemente, a Polícia Federal brasileira substituiu o DEA americano para o combate ao narcotráfico na Bolívia.

Sobre o Sisfron. Temos acompanhado este projeto, inclusive ajudando na sua elaboração e especificação. E [o] consideramos um projeto importantíssimo, visto que é preciso melhorar o controle das fronteiras. E o sistema está sendo concebido em uma linguagem que, em um determinado momento, possa se integrar ao nosso sistema e a outros que possam ser criados. Ele não é contraditório; pelo contrário, distribui mais ativos e conversa com outros sistemas. A nossa tese é: você pode estar em qualquer lugar, mas o que importa é que nós possamos usar, para determinados fins, aquelas informações, fazendo as nossas análises, e é isso que define a atuação de cada um no sistema.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea 2011

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

Revisão

Laetícia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Andressa Vieira Bueno (estagiária)

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Jeovah Herculano Szervinsk Júnior

Aline Rodrigues Lima (estagiária)

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Leonardo Hideki Higa (estagiário)

Capa

Jeovah Herculano Szervinsk Júnior

Livraria do Ipea

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond 11/13,2 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em OffSet 90g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

Autores

Samuel Pinheiro Guimarães
Adriana Aparecida Marques
Alcides Costa Vaz
Alfredo Costa Filho
Carlos Roberto Leite
Emilson Paiva de Faria

João Mendes Pereira
Luiz Eduardo da Rocha Paiva
Nedilson R. Jorge
Reginaldo Rocha Reis
Rogério Guedes de Oliveira
Sérgio Westphalen Etchegoyen

